



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

KATIANI TATIE SHISHITO

**“QUEM” VOCÊ QUER SER QUANDO CRESCER?
ENTRE TEMPOS E ESPAÇOS – PASSAGENS PELA MIGRAÇÃO E VIDA ADULTA**

CAMPINAS

2022

KATIANI TATIE SHISHITO

“QUEM” VOCÊ QUER SER QUANDO CRESCER?
ENTRE TEMPOS E ESPAÇOS – PASSAGENS PELA MIGRAÇÃO E VIDA ADULTA

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Demografia.

Orientadora: Profa. Dra. Gláucia dos Santos Marcondes

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELA ALUNA KATIANI TATIE
SHISHITO, E ORIENTADA PELA PROFA.
DRA. GLAUCIA DOS SANTOS
MARCONDES.

CAMPINAS

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Neiva Gonçalves de Oliveira - CRB 8/6792

Sh68q Shishito, Katiani Tatie, 1983-
"Quem" você quer ser quando crescer? - entre tempos e espaços -
passagens pela migração e vida adulta / Katiani Tatie Shishito. – Campinas, SP
: [s.n.], 2022.

Orientador: Glaucia dos Santos Marcondes.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Juventude. 2. Migração. 3. Nipo-brasileiros. I. Marcondes, Glaucia dos
Santos, 1974-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: "Who"do you want to be when you grow up? - between times and
spaces - passages through migration and adult life

Palavras-chave em inglês:

Youth

Migration

Japanese brazilians

Área de concentração: Demografia

Titulação: Doutora em Demografia

Banca examinadora:

Glaucia dos Santos Marcondes [Orientador]

Joice Melo Vieira

Marta Maria do Amaral Azevedo

Roberta Guimarães Peres

Lilian Silva do Amaral Suzuki

Data de defesa: 22-07-2022

Programa de Pós-Graduação: Demografia

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-0419-3773>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/5645283533731036>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A comissão julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 22 de julho de 2022, considerou a candidata Katiani Tatie Shishito aprovada.

Profa. Dra. Glaucia dos Santos Marcondes

Profa. Dra. Joice Melo Vieira

Profa. Dra. Marta Maria do Amaral Azevedo

Profa. Dra. Roberta Guimarães Peres

Profa. Dra. Lilian da Silva do Amaral Suzuki

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

À minha tia Dega (*in memoriam*), referência de
dignidade, amor e afeto e parte importante de
quem me tornei.

AGRADECIMENTOS

Foram muitos os momentos, ao longo deste trabalho, em que pensei em pessoas e em formas de agradecer quando chegasse essa hora. Pensar nestes agradecimentos me motivava a continuar, principalmente ao me gerar um tipo de emoção. Surgia esse sentimento difícil de nomear, de quando sabemos que temos com quem contar, e também temos com quem compartilhar nossas alegrias. Essa possibilidade de compartilhar a vida em rede, em interconexão e em solidariedade, foi um dos principais ganhos nessa trajetória acadêmica e que fez parte de um período significativo de minha vida.

Assim começo por agradecer à professora Maria Coleta de Oliveira, que foi minha primeira orientadora desta tese, pelo apoio e dedicação ao trabalho que realizamos juntas. Por ter aprendido muito com ela em diversos âmbitos e fases de nossa relação. Agradeço também à professora e atual orientadora Glaucia Marcondes, que me acompanhou ao final desse trajeto e o fez com muita dedicação e acolhimento em um momento tão difícil que foi a pandemia de Covid-19. Obrigada pelo apoio e por me ajudar atravessar essa “linha de chegada”.

Agradeço às minhas amigas/irmãs/vizinhas, Raquel Alonso e Claire Gomes. Além da amizade inestimável, em diversos momentos elas também foram essenciais no desenvolvimento deste trabalho. A Raquel ofereceu uma contribuição importante ao me auxiliar na construção dos bancos de dados de famílias nipo-brasileiras a partir dos dados do Censo. A Claire esteve todo o tempo por perto, trocando ideias e discutindo sobre a pesquisa, mas também e principalmente no apoio e cuidado compartilhado de “nossas crianças”, para que pudéssemos seguir o desafio da vida acadêmica em meio à maternidade.

Agradeço às professoras Joice Vieira e Luciana Alves, com quem fiz os Programas de Estágio Docente (PED) e pude aprender muito com elas nesses períodos. À professora Luciana agradeço em especial pela ajuda no momento em que me aventurei a construir modelos de regressão logística, sua ajuda foi essencial para que eu pudesse seguir adiante nesse novo aprendizado. Além dos momentos de convívio no PED, a professora Joice teve grande influência nos meus estudos de transição para a vida adulta, por ser uma importante referência no tema; seu olhar sensível para a vida e também para a vida acadêmica sempre foi uma motivação e inspiração para mim. Também agradeço por sua participação em minha banca de qualificação, juntamente com a professora Marta Azevedo, suas contribuições foram de grande valia. Agradeço à professora Rosana Baeninger, que também compôs minha banca de qualificação, mas também por ter sido minha primeira orientadora em Iniciação

Científica, ainda na graduação e ter me orientado desde lá até o final do mestrado em Demografia. Obrigada por ter me acompanhado até aqui.

Ao meu irmão/amigo/sociólogo Akira Shishito, que privilégio um irmão Doutor e Professor para conviver em família; agradeço pelas suas leituras sempre que precisei de um olhar extra ao que estava escrevendo. Pelas trocas acadêmicas agradeço também à querida amiga Carla Craice, hoje também Professora Doutora, Demógrafa, mas que está comigo desde a graduação em Ciências Sociais. Ao Gustavo Brusse pelas parcerias, quando a gente vem da área de Ciências Humanas para a Demografia é sempre bom ter um amigo estatístico, competente e companheiro por perto.

Agradeço a todos os professores e professoras do Departamento de Demografia, que me formaram ao longo destes anos, aos funcionários e servidores do NEPO e do IFCH pelo apoio e estrutura na vida acadêmica. A todos os jovens que me cederam um tempo e espaço para contar sobre suas vidas e que fez com que esse trabalho pudesse se aprofundar no entendimento sobre a transição para a vida adulta e a migração. Às professoras Marta Azevedo, Joice Vieira, Lilian Suzuki e Roberta Peres, por aceitarem compor a banca examinadora deste trabalho; e as professoras Mariana Roncato, Luciana Alves, Natália Demétrio, e Carol Bertho por comporem a banca como membros suplente.

À minha terapeuta Carol, do Sappe da Unicamp, que me ajudou a atravessar momentos difíceis com muita delicadeza e sensibilidade e que foi uma presença fundamental para meu desenvolvimento acadêmico e pessoal. Neste lugar do cuidado com a saúde, agradeço também ao meu professor de taekwondo Sabunnim Ricardo e à todas as minhas alunas e alunos de yoga, que ao me permitirem ensinar me possibilitam também me cuidar, física, emocional e mentalmente. Agradeço também ao poio e fomento a esta pesquisa, o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Entendo a segurança material como algo estreitamente relacionado com nossa saúde e bem-estar para a execução das atividades diárias.

Agradeço a todos os meus familiares, que mesmo de longe sempre me apoiaram, alguns desde o Japão: meu pai Massato e meu irmão Kiko; outros em diferentes cidades: minha mãe Maria, meu irmão Akira, meus primos Akemi, Marcelo, Akio, Jaque, Léo, Lucas e o tio Tomio e a tia Dega; todos distantes fisicamente mas sempre por perto no coração. Agradeço ao meu filho Pietro que sempre foi inspiração e motivação para que eu seguisse aprendendo sempre mais com a vida, ao Giovani pelo companheirismo e por me mostrar uma nova forma de se relacionar com leveza, alegria e beleza; e à nossa amiguinha Mel que alegra

nossas vidas. E agradeço especialmente à rede de mães/amigas que se elevam juntas no ambiente acadêmico, mas não só nele, sem essa rede seria muito difícil a realização desse e de outros trabalhos de nossas vidas: Claire, Cris, Sthe, Dafne, Manô, Gi, Akemi, Suzana, Dauyna, Aninha, Luana e também aquelas que não são mães, mas sempre estiveram em nosso apoio: Carla, Dri, Erika, Sandra, Murilo, Akira, Tati, Raquel.

Agradeço a todos os amigos e amigas que me acompanharam ao longo destes anos. A amizade se mostrou como o tipo de relação mais curativo e enriquecedor nesse período. Eu não seria capaz de citar todos que fizeram parte dessa trajetória, mas gostaria de mencionar as pessoas que estiveram presentes em diversos momentos, compartilhando este lugar de convivência e cuidado: às ‘bigas’ Ellen e Mari, agradeço pelos mergulhos em nossas teses, uma sempre ajudando a outra; à Erika e Sandra pelos almoços e jantares maravilhosos e pelo cuidado comigo e com o Pepê; ao Murilo pelos exercícios físicos que não fizemos; à Gabi pelas *playlists*, fotos, brigadeiros, pães e desenhos maravilhosos; à Sthe pelos encontros divertidos e terapêuticos; à Tati por uma amizade que veio devagar e no tempo da terra se instalou com profundidade; à Cris por ser minha referência de maternidade sensível e sua amizade sincera, também por ter me apresentado ao José Quidel; um amigo que mesmo do outro lado da cordilheira segue presente em conexão. Foram muitas as amigas que chegaram também nesse período e seguem comigo, João, Silvio, Rosário, Rosa, Gui, Fausto, Fer, Chandie, Flávia, Lelê, Helô, Barbára, Dri, Giovana, Vy, Raul, Ezra, Nil, Gabi, Amanda. Aos amigos que ganhei a partir das práticas contemplativas/meditativas, as quais auxiliam muito em um trabalho mental e intelectual como a construção de uma tese: Aline, Rafa, Onassis, Tati, Giovana, Silvia, Andrea, Bruno, Wilmar, Vanessa; também agradeço aos meus professores destas práticas ao longo destes anos: Lama Padma Santem, Márcia Baja, Monja Tchôren, Tenzin Wangyal Rinpoche, Gil Vivekananda, João Vale e Pedro Sangeon. A todos os meus amigos e amigas da vida, que são também professores e colegas nessa jornada.

*É sempre mais difícil
ancorar um navio no espaço*

(Recuperação da adolescência, Ana C.)

RESUMO

Este trabalho se insere nos estudos sobre a transição para a vida adulta em intersecção com as migrações internacionais contemporâneas. Tem como objetivo apreender a transição para a vida adulta entre jovens imigrantes. São jovens/adultos que atravessam esse processo no limiar de tempos históricos em transformações aceleradas, e em um espaço social ampliado: transnacional (GLICK-SCHILLER, 1997). Eles cresceram como filhos de imigrantes brasileiros no Japão e passam pelo processo de transição para a vida adulta no Brasil, no período da realização da pesquisa. A pesquisa explora a transição para a vida adulta com o olhar para esta fase da vida, em que escolhas fundamentais para a construção do ser enquanto sujeito político e social se realiza, a partir de valores e práticas herdadas e adquiridas. Olhamos para esta questão sob esse eixo que considera espaços sociais e tempos históricos em transformação e transposições. De modo específico busca desvendar as influências dos processos migratórios durante a infância na transição para a vida adulta de jovens nipo-brasileiros. Para explorar essas questões a pesquisa envolveu uma etapa quantitativa e uma qualitativa. Na primeira foram utilizados dados do Censo Demográfico de 2010 a fim de conhecer melhor e caracterizar a população nipo-brasileira no Estado de São Paulo em relação à população geral do estado. Na etapa qualitativa foram realizadas 17 entrevistas com jovens nipo-brasileiros residentes nas cidades de São Paulo e Campinas que permitiram explorar elementos intersubjetivos e aprofundar a compreensão dos processos de migração e transição para a vida adulta, imbricados.

Palavras-chave: Juventude; Migração; Nipo-brasileiros.

ABSTRACT

This is a research within studies on the transition to adulthood in intersection with contemporary international migration. It aims to understand the transition to adulthood among young immigrants. More specifically, young people/adults going through this process in a particular historical time, marked by accelerated changes and an expanded social space: a transnational one (GLICK-SCHILLER, 1997). They grew up in Japan, as children of Brazilian immigrants and, at the time of the research, were in Brazil during the process of transition into adulthood. The research explores the transition into adulthood looking at this phase of life, in which fundamental choices for the construction of the self as a political and social subject are made, based on inherited and acquired values and practices. We look at this issue under this axis that considers social spaces and historical times in transformation and transpositions. Specifically, we seek to uncover the influences of migration processes during childhood on the transition into adulthood of young Japanese Brazilians. To explore these questions the research involved a quantitative and a qualitative stage. The first stage used data from the 2010 Demographic Census in order to better understand and characterize the population of Japanese Brazilians in the state of São Paulo in relation to the general population of the state. In the qualitative stage 17 interviews were conducted with young Japanese Brazilians living in the cities of São Paulo and Campinas, which allowed to explore intersubjective elements and deepen the understanding of the imbricated processes of migration and transition to adulthood.

Keywords: Youth; Migration; Japanese Brazilians.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Brasileiros registrados no Japão de 1985 a 2021.....	37
FIGURA 2 –Entrada e saída de brasileiros no Japão de 1985 a 2019.....	41
FIGURA 3 – Estrutura etária de brasileiros registrados no Japão, 2010.....	46
FIGURA 4 – Estrutura etária da população do Estado de São Paulo por descendência nipo-brasileira, 2010.....	87
FIGURA 5 – Distribuição percentual da População em quintis de renda – População nipo-brasileira e SP (não-nipo), 2010	91
FIGURA 6 – Proporções (em %) de jovens que saíram do sistema educacional por sexo e descendência japonesa. SP – 2010	97
FIGURA 7 – Proporções (em %) dos jovens inseridos no mercado de trabalho, por sexo e descendência japonesa. SP – 2010	98
FIGURA 8 – Proporções (em %) dos jovens em união ou já unidos uma vez, por sexo e descendência japonesa. SP – 2010	99
FIGURA 9 – Proporções (em %) dos jovens responsáveis ou cônjuges no domicílio, por sexo e descendência japonesa. SP – 2010	100
FIGURA 10 – Proporções (em %) de mulheres que tiveram filhos, por descendência japonesa. SP – 2010.....	101

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Transformação das variáveis-chave dos eventos de transição para a vida adulta, Censo 2010.....	94
QUADRO 2 – Perfil demográfico, Trajetória migratória e Transição para a vida adulta dos jovens entrevistados, 2015.....	142
QUADRO 3 – Jovens com experiências migratórias diversas (individual ou familiar), 2015	182

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – População do Estado de São Paulo por descendência nipo-brasileira e grandes grupos etários, 2010	88
TABELA 2 – Nível de instrução por sexo e descendência nipo-brasileira – SP, 2010.....	89
TABELA 3 – <i>Timing</i> (idades de transição) da população de 15 a 34 anos por sexo e descendência nipo-brasileira, SP – 2010	96
TABELA 4 – Distribuição percentual de jovens da amostra por categorias das variáveis de interesse – São Paulo, 2010.....	107
TABELA 5 – Razão de chances (OR) de ter saído do sistema educacional segundo descendência étnica. Mulheres, Estado de São Paulo, 2010.....	110
TABELA 6 – Razão de chances (OR) de ter saído do sistema educacional segundo descendência étnica. Homens, Estado de São Paulo, 2010	113
TABELA 7 – Razão de chances (OR) de estar trabalhando segundo descendência étnica. Mulheres, Estado de São Paulo, 2010	116
TABELA 8 – Razão de chances (OR) de estar trabalhando segundo descendência étnica. Homens, Estado de São Paulo, 2010	118
TABELA 9 – Razão de chances (OR) de ter entrado em união conjugal, segundo descendência étnica. Mulheres, Estado de São Paulo, 2010	121
TABELA 10 – Razão de chances (OR) de ter entrado em união conjugal, segundo descendência étnica. Homens, Estado de São Paulo, 2010	124
TABELA 11 – Razão de chances (OR) de ser responsável ou cônjuge no domicílio segundo descendência étnica. Mulheres, Estado de São Paulo, 2010	126
TABELA 12 – Razão de chances (OR) de ser responsável ou cônjuge no domicílio segundo descendência étnica. Homens, Estado de São Paulo, 2010	128
TABELA 13 – Razão de chances (OR) de ter filhos segundo descendência étnica. Mulheres, Estado de São Paulo, 2010.....	130
TABELA 14 – <i>Timing</i> (idades de transição) da população de 15 a 34 anos por renda, sexo e descendência nipo-brasileira, 2010	237

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 – MIGRAÇÕES: DESLOCAMENTOS E DESCONTINUIDADES	24
1.1 Migrações Brasil e Japão, uma longa história, muitas gerações.....	27
1.2 Migrações transnacionais e a condição de imigrante.....	41
1.3 Filhos de imigrantes nipo-brasileiros e o retorno: de volta para <i>onde?</i>	45
CAPÍTULO 2 – CURSO DE VIDA E TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA	57
2.1 Curso de vida como perspectiva teórico-metodológica.....	58
2.2 Curso de vida nas sociedades capitalistas contemporâneas.....	60
2.3 Curso de vida em contexto latino-americano.....	71
CAPÍTULO 3 – TORNAR-SE ADULTO EM SÃO PAULO: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E DEMOGRÁFICOS NAS TRANSIÇÕES DE JOVENS PAULISTAS E JOVENS NIPO-BRASILEIROS.....	84
3.1 Tratamento de dados censitários para captar a população nipo-brasileira.....	84
3.2 Conhecendo a população de São Paulo e a população nipo-brasileira em 2010	86
CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DOS FATORES SÓCIODEMOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS ASSOCIADOS AS TRANSIÇÕES DOS JOVENS PAULISTAS EM 2010.....	103
4.1 Análise por meio dos modelos de regressão logística binária	109
CAPÍTULO 5 – O PERCURSO DE UMA PESQUISA QUALITATIVA NA BUSCA DE SENTIDOS.....	132
5.1 A pesquisa de campo	133
5.2 Histórias de vidas: passagens entre tempos e espaços.....	137
5.3 Como captar os sentidos?	139
5.4 Os jovens que compõe a pesquisa de campo	141
CAPÍTULO 6 – PASSADO – A FAMÍLIA, A CASA, A ESCOLA, E O CHÃO QUE FOGE AOS PÉS	144
6.1 Rumo ao Japão: o chão que foge aos pequenos pés	145
6.2 A suspensão temporária: entre escolas, trabalhos e retornos.....	156
6.3 Sobreposições de escola e trabalho entre Japão e Brasil	169
CAPÍTULO 7 – TRANS/MIGRANDO PARA A VIDA ADULTA	175
7.1 Pousando com turbulência: há terra firme no Brasil?.....	175
7.2 Curso de vida e migração: quando e como migrar faz diferença?.....	181
7.3 De corpo presente? – A transição para a vida adulta hoje e amanhã.....	190
7.4 A conquista do próprio chão: a saída de casa como principal marcador de transição..	199
7.5 Quais futuros possíveis?	207

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	210
REFERÊNCIAS	219
APÊNDICE	231

INTRODUÇÃO

O nome define um ser, ao menos em sua identidade mais básica. Quando somos perguntados “**quem é você?**” normalmente pensamos em nosso nome, nossa filiação (familiar, institucional, comunitária entre outras), naquilo que já fomos e somos. Mas quando somos perguntados “**quem você quer ser?**” quais seriam os principais parâmetros da definição almejada? O nome nos foi herdado, representa o que recebemos de gerações anteriores, nosso passado. As escolhas e papéis que adotamos ao longo da vida representam como nos identificamos no presente, construindo o futuro. Estas escolhas conformarão as transformações e/ou continuidades de nossas histórias, a forma como cresceremos, amadurecemos e floresceremos ou não, como pessoas e como sociedade.

O velho se impõe sobre o novo, o passado informa o futuro e essa definição cultural da ordem moderna define também as relações entre adultos e jovens, definindo o lugar no mundo de cada idade da vida (PERALVA, 1997, p. 18).

Neste trabalho buscamos explorar a transição para a vida adulta com o olhar para esta fase da vida, em que escolhas fundamentais para a construção do ser enquanto sujeito político e social se realiza, a partir de valores e práticas herdadas e adquiridas. Olhamos para esta questão sob esse eixo que considera espaços sociais e tempos históricos em transformação e transposições. Isto porque neste trabalho abordamos a transição para a vida adulta entre jovens imigrantes. São jovens/adultos que atravessam esse processo no limiar de tempos históricos em transformações aceleradas, e em um espaço social ampliado: transnacional (GLICK-SCHILLER, 1997). Eles cresceram como filhos de imigrantes brasileiros no Japão e passam pelo processo de transição para a vida adulta no Brasil, no período da realização da pesquisa.

Assim, esta tese trabalha com a intersecção de dois temas caros às Ciências Sociais em geral e à Demografia em específico: a **Transição para a vida adulta** e as **Migrações Internacionais contemporâneas**. Trabalhar a relação entre dois temas é sempre um desafio, sendo preciso conhecer ambos de perto para que se possam delinear os principais aspectos de cada um na construção da relação. Este trabalho se apresenta, portanto, não como uma continuidade, mas um desdobramento de pesquisa anterior no Mestrado em Demografia.

O trabalho anterior de Mestrado foi realizado na área das Migrações Internacionais sobre a **expectativa temporal da imigração** de brasileiros no Japão. Naquela ocasião pudemos observar como um projeto migratório que se fazia quase sempre de curto prazo, acabava por se prolongar indefinidamente no tempo. Este fenômeno da permanência de

brasileiros no Japão como imigrantes trazia, por consequência, a formação de famílias e o crescimento de uma população de crianças e jovens imigrantes brasileiros no Japão (SHISHITO, 2012). Estes filhos de imigrantes têm sido considerados como a “segunda geração de imigrantes” pela literatura das migrações internacionais (PORTES, 1996; MAXWELL, 2009).

No contexto específico entre Brasil e Japão alguns trabalhos sobre essa temática começavam a ser realizados com as crianças em idade escolar. Os debates circundavam sobre a adaptação nas escolas, tanto no Japão, quanto em relação ao retorno ao Brasil (NAKAGAWA, 2005; ISHIKAWA, 2009; 2012). Entretanto, a questão dos jovens filhos de imigrantes ainda era pouco abordada na literatura sobre o tema.

Ainda durante o período de realização do mestrado, ao assistir um seminário sobre **transição para a vida adulta** realizado no Núcleo de Estudos de População (NEPO) algo me tocou e me inquietou como uma questão a ser aprofundada. Os especialistas no tema falavam sobre os eventos ligados à transição para a vida adulta sob a perspectiva sóciodemográfica e suas possíveis ordens, *timings* e reversibilidade. Os cinco principais eventos eram i) a saída do sistema educacional, ii) entrada no mercado de trabalho, iii) formação de domicílio independente, iv) entrada em união conjugal e v) o nascimento de filhos. Estes eventos marcariam a entrada na vida adulta da população considerada jovem, que eram aqueles entre 15 e 29 anos de idade no Brasil.

Naquele momento olhei para minha própria situação a partir das descrições daqueles eventos, estava com 28 anos de idade e apesar de ter atravessado por todos os eventos considerados pela perspectiva sóciodemográfica, eu **ainda** não me sentia de certa forma totalmente **adulta**. Parecia que tinha **algum lugar a se chegar**, que eu não sabia bem onde. Ao contemplar esta condição pessoal, me perguntei se meus colegas do mestrado se sentiriam da mesma forma. Sabia também que a maioria deles não tinha atravessado por todos os eventos da transição e tampouco com tamanha reversibilidade como em minha trajetória. Me questionei então, se essa trajetória pessoal teria a ver com o fato de eu ter emigrado para o Japão com minha família aos meus 13 anos de idade, quando saí do sistema escolar pela primeira vez. Com uma curiosidade sociológica e demográfica iniciei alguns questionamentos sobre as influências do processo migratório durante a infância e a adolescência, na transição para a vida adulta de jovens adultos hoje.

Para além disso, a questão sobre o **sentir-se adulto** em uma dimensão subjetiva foi também uma indagação que norteou o projeto de realização desta tese. Esta motivação que partiu de questionamentos pessoais e se ampliou para um grupo social mais amplo,

possibilitou a construção de uma problemática de pesquisa. Uma vez considerados os fenômenos principais de que trata a pesquisa – a migração e a transição para a vida adulta – buscamos delinear as principais hipóteses que norteiam a investigação, tendo como foco, sobretudo, a relação **tempo-espço** na transição à adultez.

Interessa-nos entender a experiência dessa passagem entre fases da vida de dois pontos de vista. De um lado, como processo social e coletivo, buscando as regularidades e assincronias na sucessão do curso de vida. Trata-se de analisar o conjunto de eventos sociodemográficos associados à idade, de modo a revelar o panorama em que se movem os jovens a caminho da vida adulta. De outro, a transição à vida adulta será tratada como experiência vivida e reflexiva, buscando captar a percepção e as representações dos indivíduos acerca dos processos pelos quais estão passando.

A questão central desta tese pode ser resumida nas seguintes perguntas: **O que é ser adulto nas sociedades capitalistas contemporâneas? Como se tornar adulto em contexto migratório transnacional?** Essas perguntas têm, é preciso enfatizar, contornos dados pelo contexto histórico em que se dão as experiências de passagem para a vida adulta. Trata-se de momento marcado pela passagem de um capitalismo industrial para um capitalismo global¹, envolvendo transformações sociais com inúmeras consequências, principalmente nas novas relações entre tempo-espço (HARVEY, 1998) e na despadronização do curso de vida (BRÜCKNER; MAYER, 2005). Nesse contexto histórico-social as migrações internacionais podem ser vistas como uma “contrapartida da reestruturação territorial planetária intrinsecamente relacionada à reestruturação econômico-produtiva em escala global” (PATARRA; BAENINGER, 2006, p. 84).

Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo conhecer as influências e consequências da experiência migratória sobre a transição para a vida adulta a partir de dois principais eixos de análise. Por um lado, buscamos delinear o cenário mais amplo em que os indivíduos estão inseridos, do ponto de vista macroestrutural e da dinâmica da transição para a vida adulta a partir dos cinco eventos principais que marcam a transição; e, de outro, buscamos compreender a experiência desse processo, por meio da exploração das representações e percepções dos indivíduos enquanto sujeitos.

A formação pessoal não está deslocada do contexto social em que ocorre, pelo contrário, há uma relação íntima e dialética entre indivíduo e sociedade e seus valores. Os

¹ Embora estas transformações possam variar no período de acordo com o contexto, não adotamos um recorte rígido para a interpretação das transformações. Trata-se de transformações ocorridas entre as três últimas décadas do século XX e primeiras do século XXI.

referenciais socioculturais e demográficos serão em alguma medida os norteadores da reprodução social e/ou de sua resistência.

A identidade de **imigrante** está relacionada ao lugar de pertencimento, de nascimento e de vivência. As identidades que adquirimos e sustentamos ao longo da vida, são, de fato, relacionais. Uma das questões que surgiu durante a pesquisa foi a forma como **nomearia** o grupo que compõe a pesquisa. Ao nascer ganhamos um **nome** (que nos conecta a um tempo e um espaço) e ao longo da vida passamos por experiências nos círculos familiares e sociais e vamos adquirindo novas denominações dentro (e fora) das relações.

O grupo de jovens que compõem o interesse da pesquisa é, de fato, formado por filhos de imigrantes brasileiros no Japão. Poderíamos pensar, dessa forma, em adotar a terminologia mais utilizada nos estudos migratórios, que denominam estas crianças e jovens como ‘segunda geração’ de imigrantes. Entretanto, embora no Japão esta população se configure de fato como uma segunda geração de imigrantes, no Brasil eles também são filhos, netos e bisnetos (segunda, terceira e quarta gerações) também dos imigrantes japoneses que vieram para o Brasil no início do século XX.

Alguns estudos utilizam ainda o termo **filhos de imigrantes**, termo que nos pareceu o mais adequado a fim de evitar a denominação através do olhar geracional, que toma a migração como marco inicial de identificação. Assim se torna possível situar o grupo do estudo em questão, de forma mais direta, sem nos perdermos nas diversas fases e formas que o processo migratório ganhou ao longo do tempo entre esta população. Além disso, tratar este grupo como **filhos** os coloca em referência direta com a relação dentro da família. Trabalhamos com jovens que estão a transitar entre a condição de **filhos**, relativamente dependentes e que almejam conquistar a condição de **adultos**, ainda que isso possa ou não implicar que se tornem pais ou mães.

Uma vez considerada a dinâmica espacial que delinea e compõe o grupo de jovens, objeto desta pesquisa, olhamos também para as questões relativas à dinâmica temporal ao longo da trajetória biográfica destes jovens filhos de migrantes. Do ponto de vista sociológico interessa saber quais os valores e modos de vida as pessoas têm mobilizado em suas vivências para se desenvolver e serem **formadas** a partir destes referenciais institucionais, sociais e culturais de seu contexto. Do ponto de vista sóciodemográfico, a vida entendida a partir de fases e idades é uma perspectiva teórico-analítica cara para a compreensão da reprodução da população ao longo do tempo, espaço social e histórico. Entender como as pessoas têm atravessado de uma fase de vida à outra e como têm manejado os recursos disponíveis para reproduzirem suas vidas, de acordo com seus anseios e valores,

são também objetivos específicos desta tese. Assim, as discussões deste trabalho estão estruturadas da seguinte forma.

O **primeiro capítulo** trata da questão migratória e explora principalmente as relações dos imigrantes com o **espaço** social em que vivem. Além das relações espaciais, neste capítulo consideramos também a relação dos imigrantes com o tempo, em que a migração, através do deslocamento **espacial-temporal** enseja um certo estilo de expectativas temporais, alterando-as de modo a que planos passam a ser feitos para prazos curtos, envolvendo eventualmente a ideia de um possível retorno (ROBERTS, 1995; SHISHITO, 2012). Também exploramos as relações dos migrantes com o **espaço social** (SAYAD, 1998) e privilegiamos neste primeiro capítulo os aspectos referentes a essa relação com o espaço e a “identidade cultural” (HALL, 2002). Nesse sentido, os imigrantes brasileiros no Japão hoje apresentam uma “crise identitária” e uma relação ambígua e conflituosa com o espaço social: são japoneses no Brasil e brasileiros no Japão (OLIVEIRA, 1998). Essa crise se acentua quando neste espaço são configuradas relações de caráter transnacional (GLICK-SCHILLER, 1997), em que se tem a percepção de manter relações com os dois países ao mesmo tempo, mas não se encontra inteiramente em nenhum deles. Os filhos destes imigrantes **crecem** nesse contexto. Portanto, será a partir desta experiência de base que os jovens, filhos de imigrantes, atravessarão o processo de transição para a vida adulta no Brasil.

O **segundo capítulo** explora a questão da transição para a vida adulta sob a ótica do curso de vida, privilegiando a dimensão **temporal** desse processo. Trata dessa forma, da transição para a vida adulta no contexto contemporâneo, com características de **despadronização** e **desinstitucionalização** do curso de vida (SHANAHAN, 2000; BRÜCKNER; MAYER, 2005). Este capítulo também traz o debate dessas ideias para o contexto Latino Americano e mais especificamente para a realidade brasileira. Estaria a vida organizada socialmente a partir de etapas bem delimitadas e segmentadas pelas idades? Para discutir esta questão, são levados em conta tanto estudos sob a perspectiva sóciodemográfica quanto aqueles que focalizam o ponto de vista dos indivíduos, ou seja, as expectativas e noções do tornar-se adulto em contexto contemporâneo. A ideia de uma oposição entre **dependência-independência** está presente tanto em uma quanto em outra perspectiva. A perspectiva sóciodemográfica frequentemente analisa a transição para a vida adulta a partir de cinco principais eventos que marcam essa fase, a saber, a saída da escola, a entrada no mercado de trabalho, a saída da casa dos pais e formação de domicílio independente, a entrada em união conjugal, e o nascimento de filhos (CAMARANO, 2006; VIEIRA, 2009). Do ponto de vista das dimensões individuais o caminho para a vida adulta tem sido entendido também a

partir dos processos de ganho de **autonomia, liberdade, responsabilidade e independência** (MORA-SALAS; OLIVEIRA, 2009).

Ao olhar com a perspectiva de curso de vida para o contexto brasileiro, buscamos entender os processos sociais que os países “subdesenvolvidos” desta região atravessam e relacioná-los aos conceitos mobilizados para interpretar as mudanças nas transições para a vida adulta contemporâneas. Ou seja, seria possível falar em **(des)padronização, (nova)individualização** e **(des)institucionalização** em uma realidade em que a modernidade enquanto ideal de desenvolvimento não tem os mesmos contornos que os dos países em que sua concepção teórica se originou?

Uma vez exposto o cenário mais amplo em que a problemática da pesquisa se situa e desenhadas as possíveis relações entre a transição para a vida adulta e a condição de migrante partimos, nos terceiro e quarto capítulos, para a compreensão da realidade social em que estes jovens vivem atualmente. Após esse movimento de aproximação do contexto brasileiro realizado no segundo capítulo trazemos o foco para mais perto do contexto social em que os jovens que foram entrevistados nesta pesquisa vivem: o Estado de São Paulo. Embora os jovens entrevistados tenham sido aqueles que residem apenas na Região Metropolitana de São Paulo e no município de Campinas, na realização da caracterização sóciodemográfica optamos por trabalhar com dados de todo o Estado de São Paulo a partir do Censo 2010.

Assim, no **terceiro capítulo** foi realizado este trabalho a partir de uma **caracterização sóciodemográfica da população** do Estado de São Paulo como um todo, e um exercício comparativo entre esta população e o subgrupo de descendentes de japoneses residentes nesse estado. Para realizar esta subdivisão entre a população do estado, utilizamos uma metodologia desenvolvida no âmbito do IBGE nos trabalhos de Beltrão e Sugahara (2006). Dessa maneira, pudemos observar as diferenças em relação à renda, escolaridade, estrutura etária e ao *timing* da transição para a vida adulta entre a população do Estado de São Paulo e a de descendentes de japoneses residentes nele. A análise realizada no terceiro capítulo mostrou, de fato, tanto um perfil socioeconômico e demográfico diferente entre os nipo-brasileiros e a população do estado, quanto em relação ao *timing* de transição para a vida adulta.

No **quarto capítulo**, a fim de refinar a análise, considerando as possíveis intersecções de classe no processo de transição para a vida adulta, construímos **modelos matemáticos de regressão logística** para cada evento que marca a transição para a vida

adulta. Este exercício teve como proposta compreender quais variáveis poderiam estar mais relacionadas a este padrão diferenciado entre os dois grupos de análise.

O **quinto capítulo** da tese traz o **percurso metodológico da pesquisa qualitativa** que foi realizada com 17 jovens paulistas, descendentes de japoneses e residentes na Região Metropolitana de São Paulo e no município de Campinas. Para isso realizamos entrevistas de história de vida com jovens que cresceram no Japão e também com aqueles que tiveram toda sua trajetória no Brasil. As entrevistas nos permitiram captar as experiências vividas e refletidas de cada um. Este capítulo apresenta o método de seleção dos entrevistados, que foi o “bola de neve” ou *snowball sampling*, os métodos de análise e as principais características dos jovens que compõe o campo desta pesquisa.

Por fim, nos **capítulos seis e sete** abordamos **a percepção dos próprios jovens**, filhos de migrantes que cresceram no Japão, **sobre sua experiência de vida e sua transição para a vida adulta**. Realizamos um caminho **de fora para dentro** na apresentação da problemática da pesquisa, com vistas a compreender as inter-relações entre os mundos externos e internos que dialogam na formação de um indivíduo. Nestes dois últimos capítulos buscamos ouvir os jovens e entender de que forma suas percepções são atravessadas pelas experiências transnacionais, pela formação familiar de influência cultural japonesa, das condições sociais econômicas e como eles mobilizam e se relacionam com estes diversos referenciais nos momentos de tomadas de decisões para a entrada e /ou saída de eventos vitais que marcam a transição.

Não só isso, nosso objetivo também foi de compreender as dimensões subjetivas que afetam na percepção **de ser, se sentir** ou **se tornar adulto** em contexto contemporâneo: em uma realidade transnacional, de família japonesa, no Estado de São Paulo, sendo homens, sendo mulheres, mobilizando diversas identidades culturais e referenciais norteadores.

CAPÍTULO 1 – MIGRAÇÕES: DESLOCAMENTOS E DESCONTINUIDADES

Apresentamos inicialmente a **condição de migrante** dos jovens² que compõem esta pesquisa. Trata-se de filhos de imigrantes brasileiros retornados do Japão e que se encontravam no Brasil no período desta pesquisa. Viveram parte de sua infância e/ou adolescência no Japão e em 2015, quando as entrevistas foram realizadas, tinham entre 25 e 35 anos de idade e residiam no Estado de São Paulo. Inicialmente tratamos de situá-los no **espaço** em que vivem e viveram, sendo esta dimensão o foco deste primeiro capítulo. O **deslocamento espacial** que caracteriza o migrante não é apenas um deslocamento físico, mas também, de contatos e relações sociais, culturais e econômicos distintos, para citar apenas três grandes dimensões de nossas vidas. Embora o deslocamento seja espacial, as dimensões de **espaço** e **tempo** estão intimamente conectadas em nossa percepção da realidade. Assim, no capítulo seguinte, também trabalharemos com as percepções e expectativas temporais que se alteram na medida em que os deslocamentos espaciais se configuram.

As migrações internacionais, enquanto deslocamentos espaciais, podem ser melhor compreendidas em suas múltiplas dimensões se consideradas a partir de processos macroestruturais. As migrações contemporâneas estão inseridas em um contexto de reestruturação produtiva no processo de globalização, sendo imprescindível que se considere uma perspectiva dos processos históricos nos quais as dinâmicas migratórias estão imersas (PATARRA, 2006).

A partir da análise histórica das migrações internacionais na América Latina, três principais fases são consideradas até a crise econômica mundial de 2008. O processo migratório latino americano inicia-se a partir da migração ultramar oriunda principalmente do continente europeu nos séculos XIX e XX; já o segundo momento é caracterizado pelas migrações dentro do próprio continente (intra-regional) em meados do século XX. A terceira fase se desenha com a emigração de países da América Latina em direção a outros continentes, com destaque para a América do Norte, a Europa e na Ásia, para o Japão. Esta última fase representa um sistema migratório Sul – Norte que se tornou mais intenso a partir das últimas décadas do século XX até o início do XXI³ (BÓGUS; BAENINGER;

² O campo desta pesquisa selecionou nipo-brasileiros nascidos entre 1980 e 1990, o grupo principal teve como critério que fossem pessoas que tivessem nascido no Japão ou emigrado ainda crianças com seus pais. O grupo controle foi composto por pessoas da mesma coorte de nascimento de nipo-brasileiros que não tiveram a experiência migratória para o Japão na condição de *dekasseguis*.

³ A terceira fase da migração internacional na América Latina caracterizada pelos fluxos migratórios Sul – Norte sofre grandes alterações após a crise econômica de 2007 e uma nova emergência de fluxos migratórios agora surge em sentido Sul – Sul. Assim, os autores consideram que após a crise econômica mundial de 2007 se inicia

MAGALHÃES, 2019). A emigração de brasileiros em direção ao Japão faz parte deste contexto.

A migração de brasileiros no Japão é um dos mais expressivos fenômenos migratórios do Brasil na atualidade⁴, e apresenta uma especificidade entre os fluxos migratórios contemporâneos representada pelo caráter da legalidade desta imigração. Institucionalizada pelas políticas migratórias japonesas, este fluxo tem como principal característica a seletividade por consanguinidade. Ou seja, a entrada e permanência de brasileiros no Japão é permitida, do ponto de vista legal, apenas para aquelas pessoas que possuem ascendência japonesa e seus respectivos cônjuges e dependentes.

As relações migratórias entre Brasil e Japão têm uma longa história, estendendo-se, a cada tempo a seu modo, até os dias atuais. Contudo, não trataremos detidamente da vinda de imigrantes japoneses para o Brasil nas primeiras décadas do século XX. Centraremos a análise em um aspecto particular dos desdobramentos mais recentes dessa história: a transição para a vida adulta dos filhos de imigrantes brasileiros retornados do Japão. Como estratégia metodológica, buscamos olhar também para a transição daqueles jovens descendentes de japoneses que vivem no Brasil e não tiveram a experiência migratória para o Japão. O recurso comparativo é, sempre que possível, bem-vindo no esforço de entender e compreender um processo social. Dessa maneira, a proposta dessa tese de abordar o processo de transição para a vida adulta a partir do fenômeno migratório, por questões práticas, também se restringirá a parcela específica da população brasileira, representada pelo grupo de descendentes de japoneses radicados no Brasil, particularmente, no Estado de São Paulo.

Em vista disso, tratamos inicialmente de apresentar a população de origem japonesa, caracterizando-a do ponto de vista de sua formação enquanto grupo migrante, étnico/racial na sociedade brasileira. Interessa-nos nessa caracterização ressaltar as dimensões dos valores e tradições culturais específicos dessa população, a fim de compreender as expectativas e normas sociais que eventualmente orientam os caminhos no curso de vida desse grupo de ascendência no Brasil. Buscamos conhecer as condições sociais e históricas da migração contemporânea de brasileiros para o Japão e as experiências pelas quais passam os filhos desses imigrantes naquele país, no século XXI. Em seguida, abordamos o papel do

uma quarta etapa da mobilidade populacional “para a, dentro da e desde a América Latina” (BÓGUS; BAENINGER; MAGALHÃES, 2019, p. 2).

⁴ Segundo a análise realizada por Bógus; Baeninger e Magalhães (2019) os dados de data fixa do Censo Demográfico de 2010 mostram que a emigração do Brasil se deu em maior fluxo para Estados Unidos, Portugal, Espanha e Japão, respectivamente. Já os países com maior contingente de brasileiros residentes no exterior, a partir de dados de 2016 do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, são Estados Unidos, Paraguai, Japão e Reino Unido.

retorno desses jovens ao Brasil e como ele se insere no contexto da transição para a vida adulta. A partir da perspectiva de curso de vida, nosso olhar estará orientado para as relações entre o **processo migratório** e o **processo de tornar-se adulto** destes filhos de migrantes retornados.

Esse resgate constitui um importante preâmbulo, pois nos permite conhecer as condições de vida de um grupo migrante e o que a **condição de imigrante** (SAYAD, 1998) implicou para essa população desde a origem desse processo. Dessa forma, é instigante pensar se, e como, essa memória migratória se reflete nas gerações mais recentes, agregando complexidade à ideia de (re)formulação de uma “identidade cultural” (HALL, 2002), com fronteiras expandidas através dos múltiplos deslocamentos migratórios. Puxar esse fio da história abre uma perspectiva mais ampla, embora escape aos objetivos desta tese a construção de uma análise intergeracional propriamente.

Qual seria essa **condição de imigrante**? Não pretendemos resumir as condições complexas de vida engendradas por um processo migratório a uma única e simples condição. No entanto, uma delas nos interessa especialmente. Aquela da qual parece derivar grande parte das questões sociais relativas ao imigrante: a de que o imigrante é *atopos*, como chamou a atenção Bourdieu no prefácio do livro de Abdemalek Sayad, “A Imigração ou os paradoxos da alteridade” (1998), a partir do qual procuramos construir nossa visão sobre a migração e os migrantes.

[Sayad] traça com pequenas pinceladas um retrato impressionante dessas ‘**peessoas deslocadas**’, privadas de um lugar apropriado no espaço social e de lugar marcado nas classificações sociais. Como Sócrates, o imigrante é *atopos*, sem lugar, deslocado, inclassificável. Aproximação essa que não está aqui para enobrecer pela virtude da referência. Nem cidadão nem estrangeiro, nem totalmente do lado do Mesmo, nem totalmente do lado do Outro, o ‘imigrante’ situa-se nesse lugar ‘bastardo’ de que Platão também fala, **a fronteira entre o ser e o não-ser social**. Deslocado, no sentido de incongruente e de importuno, ele suscita o embaraço; e a dificuldade em que se experimenta em pensá-lo – até na ciência, que muitas vezes adota, sem sabê-lo, os pressupostos ou as omissões da visão oficial – apenas reproduz o embaraço que sua **inexistência incômoda** cria. Incômodo em todo lugar, e doravante tanto em sua sociedade de origem quanto em sua sociedade receptora, ele obriga a repensar completamente a questão dos fundamentos legítimos da cidadania e da relação entre Estado e a Nação ou a nacionalidade (BOURDIEU, 1998, p. 11, grifos nossos).

A história das migrações entre Brasil e Japão representa bem as dificuldades expostas em relação ao deslocamento e a experiência na fronteira entre o “ser e o não-ser social”. Ilustra a **condição de imigrante**, tanto no período da imigração japonesa no Brasil do início do século XX, quanto na emigração de brasileiros para Japão na virada do XX para o XXI. A condição de imigrantes – deslocados e inclassificáveis – obriga por um lado a

repensar os fundamentos da cidadania e da nacionalidade – seja por parte da ciência, dos Estados ou da sociedade civil em geral – e, por outro, obriga os próprios imigrantes a repensarem a si mesmos.

Deslocamento parece ser um dos termos mais apropriados para falar sobre a migração e os protagonistas desse fenômeno:

Por certo, a imigração é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico [...]. Mas o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente (sobretudo através das duas realizações culturais que são a língua e a religião) (SAYAD, 1998, p. 15).

Tomaremos a questão da língua ou, mais especificamente, o uso de algumas palavras japonesas no Brasil, como recurso de entrada na história da imigração japonesa e da origem do grupo, hoje conhecido como ‘nipo-brasileiros’. A língua é tomada aqui como uma realização cultural que, junto com os migrantes, se desloca de um espaço a outro e, portanto, carrega consigo noções a respeito do “lugar de origem” dos migrantes. A partir desse conteúdo social da linguagem buscamos reconstruir e contextualizar a história das migrações entre Brasil e Japão, privilegiando as dimensões que refletem os **referenciais socioculturais e demográficos** de cada espaço social em observação.

1.1 Migrações Brasil e Japão, uma longa história, muitas gerações

Alguns termos em japonês foram com o tempo incorporados à língua portuguesa, tanto entre a população de descendentes de japoneses, quanto na sociedade brasileira em geral, principalmente nas regiões onde se concentram descendentes de japoneses⁵. Com a apresentação destes termos queremos ressaltar particularidades da formação dessa população no Brasil: a condição do migrante e sua formação bi cultural, a condição de proximidade/distanciamento da “cultura japonesa” (ODA, 2011), um sistema “híbrido” de referências socioculturais (HANNERZ, 1997; HALL, 2002), a auto percepção revelada pela autodenominação de pessoas cujas vidas foram marcadas pela migração (ISCHIDA, 2010). De alguma forma essas palavras são partes constitutivas da história desse grupo. A partir delas podemos ter acesso a aspectos do sistema de referências sócio culturais aos quais as palavras pertenciam e como isso afetou o grupo e suas relações sociais no processo migratório.

Os termos mais utilizados em língua japonesa no Brasil são aqueles usados pelo grupo de japoneses e seus descendentes com o intuito de se auto denominarem em relação aos

⁵ Os principais estados brasileiros com número significativo de população nipo-brasileira são Paraná e São Paulo (FUSCO; SOUCHAD, 2010).

“outros”, uma forma de identificação e distinção.

Nihonjin e gaijin – o contato e os contrastes

Começamos por duas expressões que dão origem de certa forma aos outros termos mais comumente utilizados no Brasil: *gaijin* (estrangeiro) e seu oposto na língua japonesa *nihonjin* (japonês). Depois serão introduzidos os termos *nikkei* (nipo-brasileiro) e *dekassegui* (trabalhador temporário ‘fora de seu lugar’ de origem), a partir do qual retomamos a ideia do *gaijin* brasileiro, agora no Japão.

A primeira expressão, *gaijin* (外人) é a maneira como são chamados os estrangeiros no Japão, formada pela junção de dois ideogramas que significam: 'fora' (外) e 'pessoa' (人). Este termo é na verdade uma abreviação da palavra *gaikokujin* (外国人) que é junção dos ideogramas que simbolizam 'fora' (外), 'país' (国) e 'pessoa'(人); traduzida como “estrangeiro”. No caso do uso abreviado, *gaijin* pode ter uma conotação pejorativa. No entanto, em contexto contemporâneo pode ser reconhecido do ponto de vista simbólico, duas concepções diferenciadas para os estrangeiros e a palavra *gaijin*: ele é tanto o “outro - discriminado” que está localizado inferiormente na concepção hierárquica de valores japoneses; quanto o “outro - exótico” na figura do homem branco ocidental que carrega as qualidades de prestígio, superioridade e civilidade (RONCATO, 2013; ORTIZ, 2000).

No Brasil esta palavra consta no dicionário de língua portuguesa Houaiss, que em sua definição segue como: “estrangeiros (us.pej. pelos japoneses para designar os europeus e, pelos primeiros imigrantes do Japão, para referir-se aos nativos do Brasil)” (HOUAISS, 2007). A palavra *gaijin* carrega um sentido pejorativo, como consta no dicionário, pela forma e contexto em que foi trazida para o Brasil. Isto porque, na hierarquia da língua e cultura japonesas daquele período, aquele que é **de fora** seria reconhecidamente inferior aos japoneses. Seu uso, no entanto, ainda pode ser encontrado entre os descendentes de japoneses nos dias atuais⁶. “Os japoneses no Brasil referem-se aos brasileiros até os dias de hoje como *gaijin*, fazendo nítida separação entre o ‘nós’ e ‘eles’” (SAKURAI, 1993, p. 57).

Dentre tantas outras, por que essa palavra da língua japonesa foi uma das que permaneceu no Brasil e foi introduzida inclusive nos dicionários do país? O contexto migratório pode ser considerado um dos aspectos que trouxe ao relevo esse termo e seu uso. Diante da realidade concreta em lidar diretamente com “o outro”, o não-japonês, a partir da

⁶ Em entrevista de campo para essa pesquisa, o termo foi mencionado por um descendente de japonês para se referir a uma mulher brasileira que vivia no Japão e não tinha ascendência japonesa. Essa mulher estava no Japão porque era casada com um descendente de japonês e por isso tinha o visto de permanência.

imigração, *gaijin* foi um termo que se destacou. Mas, além disso, as heranças de valores da cultura japonesa do final do século XIX também ressaltam essa distinção e hierarquização de valores entre os “de dentro” e os “de fora”. Começar por dizer quem “não é” o japonês ajuda a compreender o sentido que existia em manter uma identificação dos japoneses com sua pátria e cultura no início dessa imigração no Brasil.

A segunda palavra, *nihonjin*⁷, menos difundida fora dos grupos de japoneses e seus descendentes, é uma palavra que denomina a pessoa de nacionalidade japonesa, em sua etimologia a formação se dá por: *nihon* - 日本 (Japão) + *jin* - 人 (pessoa).

Estes dois termos – *gaijin* e *nihonjin* – formam uma primeira imagem da imigração japonesa no Brasil. Os japoneses chegaram em 1908 ao Brasil, trazendo em sua bagagem um sistema de referências socioculturais e estavam dispostos a mantê-los, na medida que tinham como objetivo retornar em pouco tempo para o Japão. Do ponto de vista dos japoneses, os brasileiros eram *gaijin* e era comum, no primeiro período, a narrativa a respeito dos contrastes entre o povo japonês e o brasileiro, demarcando sua distinção em relação aos “outros” (SAKURAI, 1993). Os japoneses que chegaram ao Brasil inicialmente passavam por um contexto de instabilidade socioeconômica no Japão, um país que havia iniciado sua modernização industrial e no qual muitos japoneses já viviam em centros urbanos.

Na chegada ao Brasil esses imigrantes japoneses se depararam com dificuldades relatadas como bem sacrificantes. Boa parte não tinha experiência na vida rural, embora para terem a possibilidade de emigrar e fugir do desemprego no Japão, se propusessem a trabalhar no Brasil como agricultores. A emigração se concretizava por intermédio de políticas migratórias de ambos os países envolvidos (KODAMA; SAKURAI, 2008). A intenção dos primeiros imigrantes japoneses era trabalhar, juntar dinheiro e retornar ao país de origem como “vencedores”. Voltar ao Japão sem ter conquistado um status sócio econômico melhor não era uma opção para os japoneses (SAKURAI, 1993).

Essa primeira fase da imigração japonesa trazia para o Brasil maneiras de pensar, de ser, e um idioma característicos de um período histórico no Japão conhecido como “Era Meiji” ou “Restauração Meiji”. Vigente de 1868 a 1912, este período foi marcado pela construção de uma cultura nacional e de uma identidade japonesa – o *nihonjin* – tendo por base a restituição do poder à figura do Imperador depois de trezentos anos de regime feudal e (re)construindo a ideia do espírito japonês. (ODA, 2011; RONCATO, 2013).

⁷ Embora não seja uma palavra de uso corrente em língua portuguesa, os jovens retornados do Japão frequentemente utilizam esse termo para se referir aos japoneses com quem tiveram contato quando viveram no Japão, portanto no âmbito desta pesquisa essa palavra aparece muito nas entrevistas feitas com esses jovens.

A ideia do **espírito japonês** – que configura o *nihonjin* – simbolizada na figura do imperador retratava principalmente os aspectos de um povo que se caracteriza pela **harmonia**, **equilíbrio** (de influência do confucionismo chinês no Japão) e **singularidade** que representa a ressignificação desses valores a um modo essencialmente japonês. Há também as ideias de *uchi* (dentro/os de dentro) e *soto* (fora/ os de fora), que nos interessam especialmente, pois são elas que dialogam diretamente com a experiência migratória, e de alguma maneira norteiam as percepções dos japoneses acerca de sua condição inicial no Brasil (ODA, 2011).

Munidos dessa bagagem sociocultural que chegam ao Brasil os primeiros imigrantes japoneses na primeira década do século XX. O auge dessa imigração ocorreu de meados da década de 20 até finais dos anos de 1930. Esse grande fluxo migratório japonês cessa a partir do início da Segunda Guerra em 1939. A imigração japonesa no Brasil é retomada no pós-guerra, mas com uma intensidade significativamente menor e um perfil diferenciado, composta principalmente por pessoas que viajavam individualmente e não mais com a família, como foi característico no início do fluxo (CARDOSO, 1995).

De acordo com as influências do pensamento de oposição entre *uchi e soto*, expressas respectivamente nas noções de *nihonjin* e *gaijin*, observa-se como os japoneses não deslocam o ponto de referência e o sentido atribuído à palavra *gaijin* mesmo quando estão vivendo fora de seu país. Apesar de estrangeiros no Brasil, para os japoneses o termo *gaijin* nunca foi um modo de se reconhecerem e se auto denominarem no contexto da imigração japonesa. Ou seja, no Brasil a população japonesa imigrante não se reconhecia enquanto estrangeira, antes, se referia à população nativa do país e aos outros imigrantes de outras nacionalidades como *gaijin*⁸.

Essa autoimagem dos japoneses a respeito de sua condição de imigrantes no seio da sociedade brasileira pode ter sido favorecida pelo formato da imigração japonesa no início de seu fluxo. As companhias de emigração tinham como condicionante que os arranjos da migração fossem familiares⁹ (SAKURAI, 1993; CARDOSO, 1995; BONATTI, 2020). Este

⁸ O trabalho cinematográfico de Tizuka Yamazaki é representativo desse jogo hierárquico e fixamente referenciado que teve a língua japonesa no Brasil. Seus dois longa-metragem intitulados *Gaijin – os caminhos da liberdade* (1980) e *Gaijin – Ama-me Como Sou* (2005) resgatam a história da imigração japonesa no Brasil e os títulos dos filmes retratam numa só palavra os conflitos vivenciados naquele período.

⁹ Os formatos de fluxos migratórios japoneses em suas diferentes fases foram fortemente influenciados pelos subsídios oferecidos ao projeto migratório. No início do fluxo foi o governo brasileiro quem ofereceu ajuda para que os japoneses chegassem ao Brasil para trabalhar na expansão das lavouras de café paulista. Dessa forma tinha como condição que a imigração japonesa fosse no formato familiar e contasse com pelo menos três membros aptos a trabalhar (acima de 12 anos de idade). Essa condição deu origem ao que ficou conhecido como “famílias compostas”, formadas por conhecidos, parentes ou amigos, que se casavam com o intuito de emigrar ou adotavam pessoas para formar a exigência mínima para poder emigrar para o Brasil. Seguindo desse primeiro período (1908-1924), o segundo momento da imigração japonesa já podia se beneficiar das redes de

aspecto pode ter facilitado para que, mesmo vivendo no Brasil, os japoneses se encontrassem entre um grupo que compartilhava de mesmos valores e modos de ser. Portanto, nas colônias e áreas em que se concentravam, inicialmente sobretudo nas lavouras cafeeiras paulistas, estavam **entre os seus**, estavam **em casa** entre outros japoneses. *Gaijin* eram **os outros**, os **de fora**, os brasileiros. Por outro lado, pode-se considerar também que termos *gaijin* e *nihonjin* são representativos de uma identidade nacional que não se restringe ao aspecto geográfico.

Interessante pensar que estes primeiros japoneses inauguram este movimento migratório entre Brasil e Japão há mais de um século, com um forte senso de pertencimento à uma terra, à um país. Eles têm uma nacionalidade e valorização culturais fortes e definidos. Sabem que são **japoneses**, independente se estão em **outra terra**, do outro lado do mundo. Um século depois, seus descendentes, os jovens que pesquisamos hoje, majoritariamente netos e bisnetos desses primeiros japoneses, se encontram **entre** estas duas terras distantes. Vivem em processos transnacionais e nossa maior dificuldade (mas também a dos próprios jovens entrevistados para esta pesquisa) tem sido nomeá-los, identificá-los, do ponto de vista de um pertencimento, ou mesmo de uma identidade cultural, nacional ou étnica.

Os japoneses que chegaram inicialmente ao Brasil, embora **deslocados** do ponto de vista da imigração, não **desloca** seu sistema de referências socioculturais e sua identidade cultural pautada por um forte nacionalismo. Recuperar essa história nos possibilita pensar como a inserção dos japoneses na sociedade brasileira ocorre influenciada pelo caráter de valorização da cultura japonesa e como isso refletiu nas gerações subsequentes. Essa influência é caracterizada pelas noções de *uchi* e *soto* (e suas expressões derivadas) e também por outros valores da Era Meiji: a valorização da educação e do trabalho, o esforço e a honestidade, sintetizados na ideia de um **ethos do gambarê** (dar o melhor de si / esforçar-se) que é reconhecida na figura do *nikkei* em geral (OCADA, 2002).

Nikkei –a permanência dos nipo-brasileiros

Para designar os japoneses e seus descendentes radicados no Brasil, a palavra convencionalmente reconhecida é *nikkei*, uma abreviação do termo em japonês *nikkeijin* que significa “pessoas de origem japonesa nascidas fora do Japão”. Esta palavra é traduzida no Brasil pelo termo “nipo-brasileiro”, termo este que também consta nos dicionários de língua

sociabilidade e informações entre japoneses já estabelecidos no Brasil. Esse suporte permitiu uma migração composta por famílias maiores. Nessa segunda fase o subsídio para a viagem passou a ser oferecido pelo governo japonês que tinha como objetivo diminuir a pressão interna existente a partir de uma grave crise econômica e demográfica japonesa (SAKURAI, 1993; CARDOSO, 1995; BONATTI, 2020).

portuguesa¹⁰. A palavra *nikkei* representa os descendentes em geral: os próprios japoneses imigrantes e as gerações de descendentes¹¹. Essa palavra difere daquelas apresentadas anteriormente pois se trata de uma categoria analítica utilizada convencionalmente pelos pesquisadores e associações nipo-brasileiras¹² e incorporada ao senso comum brasileiro e pelos próprios nipo-brasileiros.

Ruth Cardoso (1995) mostra o processo de mobilidade social dos imigrantes japoneses no Brasil e seus descendentes. Este grupo trazia consigo um conjunto de valores que norteavam a constituição familiar, os quais foram mobilizados para se organizarem e, com o tempo, ascenderam socialmente em solo brasileiro. A trajetória dos japoneses mostrou um tipo de ascensão em que as famílias passavam de colonos para arrendatários de terras e depois de algum tempo no campo e em trabalhos rurais, parte do grupo emigra para as cidades e se constituem como pequenos proprietários e comerciantes.

A cidade atraía os japoneses pois tinham o interesse em propiciar condições de educação para seus filhos e através destes continuar o projeto de ascensão social familiar (CARDOSO, 1995). Os valores da tradição cultural japonesa que permearam essa inserção dos imigrantes japoneses no Brasil serão expostos, ainda que de forma breve, a seguir. Essa exposição tem o intuito de sublinhar as **normas e expectativas socioculturais que norteiam o curso de vida** e constituem a formação das famílias *nikkei* no Brasil.

Os padrões tradicionais do Japão organizavam todo o sistema social e econômico a partir da linhagem familiar, o *ie*, que pressupunha além da residência comum, também os papéis atribuídos a cada indivíduo dentro do grupo familiar. O filho mais velho enquanto herdeiro e futuro chefe da família recebia um tratamento diferenciado, pois caberia a ele preservar e manter o sustento material do *ie*, e ser o responsável pelo culto aos antepassados¹³ (SAKURAI, 1993; CARDOSO, 1995).

¹⁰ “**Nipo-brasileiro** adjetivo/relativo ou pertencente, ao mesmo tempo, ao Japão e à República Federativa do Brasil, ou a japoneses e brasileiros/ substantivo masculino/indivíduo nipo-brasileiro. Gramática/pl.: nipo-brasileiros” (HOUAISS, 2007).

¹¹ Cada geração é identificada com um termo específico: *issei* é a primeira geração de imigrantes japoneses radicados no Brasil, *nissei* é a segunda geração, *sansei* a terceira, *yonsei* a quarta, *gossei* a quinta e *rokussei* a sexta geração.

¹² O japonês-brasileiro, ou seja, o descendente de japonês é atualmente denominado *nikkei*, não importa a que geração pertença. Esta denominação está sendo utilizada desde a Convenção Pan-Americana Nikkei ocorrida em 1985, em São Paulo, que adotou a terminologia para todos os descendentes de japoneses nas Américas. Antes, usava-se a terminologia *nissei*, para os descendentes [de segunda geração] dos imigrantes, *sansei* para os descendentes de terceira geração no Brasil (SAKURAI, 1993, p. 21).

¹³ Nos altares familiares eram reverenciados apenas os mortos ainda presentes na memória. Recebem oferendas os mortos conhecidos e lembrados pelo grupo e vão desaparecendo da lembrança e do culto quando substituídos por outros mais recentemente desaparecidos. Não se trata do culto de uma linhagem, mas de cerimônias que permitem ao grupo uma auto identificação. Os antepassados não precisam ser muito numerosos nem muito antigos para representar o passado da família e sua permanência acima dos indivíduos. Pertencer a este grupo é fazer parte de sua continuidade pela aceitação de um nome que deve ser honrado (CARDOSO, 1995, p. 91).

Os valores de **devoção filial** (*on*)¹⁴ em que os filhos são considerados “devedores” aos seus pais, dentro de uma hierarquia de posições sociais japonesas, explicam como a **obediência** é exercida no interior das famílias. Por terem recebido de seus pais as benfeitorias de um superior, os filhos devem se esforçar para retribuir-lhes, com **obediência** e **lealdade**. Entretanto, os pais que recebem a retribuição de seus filhos devem se esforçar para manter o **nome** e a **honra da família**. Isto porque as benfeitorias que os chefes propiciam para os filhos e para família são também uma forma de retribuir o *on* a seus próprios pais. As demais relações familiares (marido-mulher, mãe-filhos, sogra-nora etc.) também fazem parte desse sistema de **deveres morais hierárquicos**, e as manifestações e desejos individuais devem ser submetidos e ajustados às expectativas familiares.

O grupo familiar afirma assim sua continuidade através destes sentimentos básicos que estabelecem uma complexa teia de devedores e credores ligados por compromissos não saldáveis e portanto contínuos, que se prolongam e renovam através das gerações, desde os antepassados reconhecíveis até os descendentes próximos (CARDOSO, 1995, p. 106).

Além do valor do *on* na manutenção da continuidade familiar e do ajuste das expectativas individuais às familiares, e de certa forma complementar a ele, estão presentes na tradição japonesa também as ideias de *giri* (leia-se *guiri*) e *ninjo*. O *giri* pode ser traduzido como representativo da lealdade aos **valores sociais e expectativas coletivas**, frequentemente é contraposto a ideia de *ninjo* que representa **o sentimento, a inclinação individual, o desejo**. A oposição entre *giri* e *ninjo* representa o conflito entre a norma e o desejo. “Do ponto de vista ético, o conflito deve ser resolvido sempre pela submissão aos interesses coletivos. No plano da família isto significa reconhecer sua posição hierárquica e, portanto, aceitar a participação que lhe cabe no sistema cooperativo familiar” (CARDOSO, 1995, p. 106-107).

Além dos valores voltados sobretudo à organização familiar, outro princípio tradicional japonês favoreceu a permanência da população japonesa no Brasil: o *gambarê*. “Pode-se traduzir o *gambarê* como **esforço com resignação**, ou seja, a força para seguir adiante mesmo diante da dificuldade” (SAKURAI, 1993, p. 58). A ideia de ‘trabalho honesto’, que marca até hoje a população de descendentes de japoneses no Brasil, tem um

¹⁴ Há uma rígida hierarquização que vai do pai ao filho mais velho, ao filho menor, passando pelas mulheres até chegar ao mais humilde dos criados, se os houver. O que dá força e conteúdo a esta ordenação, são os valores que sustentam a submissão a que todos devem se sujeitar sob pena de perderem a honra e, logo, a posição que lhes cabe. A verdadeira virtude é saber reconhecer e retribuir eternamente o débito que se tem com os superiores, desde o Imperador, até os pais, patrões ou outros benfeitores. Isto porque os superiores são sempre benfeitores, isto é, são sempre credores deste dever que se chama *on*, o que os faz merecedores de um tratamento especial onde o amor e principalmente a lealdade devem estar sempre presentes, uma vez que são sentimentos necessários naquele que “leva um *on*”, isto é, que deve retribuir a favores importantes (CARDOSO, 1995, p. 105).

propósito bem claro: manter o **nome** e a **honra da família**. O nome parece ser um fator de importância para a população japonesa, pelo menos para a que imigrou no início do século XX e lutava por manter vivas suas formas de existência, conhecidas e seguras.

Poderíamos nos questionar se esse ‘agarramento’ à uma identidade japonesa não seria também efeito do **deslocamento** da migração. Uma vez **fora de seus lugares de origem** parece haver uma necessidade de sentir segurança em algo conhecido, familiar, **ter chão, ainda que em outra terra**. Estas foram as condições em que viveram a geração de avós dos jovens *nikkeis* que pesquisamos nesta tese. Havia uma forte tendência a manter os costumes japoneses, ainda que em terra brasileira. A partir da década de 1950, quando os filhos destes japoneses, os *nisseis*, começam a se tornar adultos, os conflitos tanto geracionais quanto de costumes e valores culturais começam a se acentuar.

O grupo de *nisseis* vivenciou de maneira mais intensa os dilemas entre os valores tradicionais japoneses e a inserção na sociedade brasileira com valores ocidentais. A esse respeito pode-se resumir o dilema entre a valorização dos interesses coletivos/familiares (*on* para com os pais, preservação do *ie* e submissão aos mais velhos) e a valorização ocidental aos interesses individuais. Esse conflito é explicitado principalmente no momento em que os filhos dos japoneses decidem se casar. Na tradição japonesa a escolha dos parceiros dos filhos era feita pelas famílias a partir de interesses complexos, o amor e entendimento entre os noivos eram secundários, o casamento era um arranjo social e econômico, e havia um cuidado nas escolhas, para que fosse assegurado uma manutenção do nome e honra das famílias (SAKURAI, 1993). O casamento entre uma pessoa *nissei* e uma brasileira não descendente de japonês, portanto *gaijin*, não era facilmente aceito pelas famílias japonesas. Não obstante, os casamentos inter-étnicos ocorriam entre *nissei* e *gaijin*, de tal modo que, para os filhos *sansei*, muitos já frutos dessas uniões, as pressões familiares em respeito aos padrões tradicionais japoneses se apresentavam de forma atenuada.

Embora seja possível reconhecer que essa é a imagem principal que se têm em relação aos japoneses e seus descendentes no Brasil, as influências para a criação desse estereótipo do “japonês” brasileiro não se encontram apenas nas tradições de uma “cultura milenar” trazida pelos primeiros imigrantes. Os acontecimentos no Japão em períodos posteriores aos principais fluxos migratórios de japoneses no Brasil também refletiram nessa imagem dos japoneses no Brasil, principalmente a partir da década de 1960, em que após se recuperar dos impactos causados pela guerra, o Japão se torna gradativamente uma das maiores potências econômicas mundiais, e passa então a ser visto no Brasil como modelo de desenvolvimento (ODA, 2011).

Resgatamos até aqui alguns aspectos históricos da migração entre Brasil e Japão, sublinhando os referenciais socioculturais e as particularidades deste grupo populacional. A partir deste ponto, nos questionamos como essas referências socioculturais são transformadas ou reconfiguradas nestes grupos, com a experiência de emigração para o Japão no final do século XX e o retorno ao Brasil mais recentemente?

Dekassegui – os deslocamentos: nipo-brasileiros fora de lugar

A partir da década de 1980 parte da população nipo-brasileira residente no Brasil experimenta a emigração em direção ao Japão. Essa emigração em direção ao país dos ancestrais japoneses tem sido chamada de **fenômeno de kassegui**. Este movimento migratório marca a população *nikkei* pois gera uma distinção e uma nova categoria dentro do grupo de nipo-brasileiros. A palavra *dekassegui* (出稼ぎ) em língua japonesa é um substantivo derivado da junção de dois verbos: *deru* (出る) que significa ‘sair’ e *kasegu* (稼ぐ) que é o ‘ato de ganhar dinheiro através do trabalho’. A palavra, portanto, representa os trabalhadores que saem de seu lugar de origem para ganhar dinheiro em outros locais. Há também uma perspectiva temporal envolvida no sentido da palavra, pois os trabalhadores se deslocariam a trabalho apenas temporariamente.

No Japão este termo é utilizado desde a Era *Showa* (1926-1989), e seu uso se torna mais frequente no período pós-segunda guerra em um momento de intenso desenvolvimento econômico naquele país, quando trabalhadores de regiões rurais mais pobres vão em busca de trabalho em grandes centros urbanos mais desenvolvidos (RONCATO, 2013). Pelo caráter de deslocamento de regiões mais pobres do Japão para as mais desenvolvidas o termo da forma que era utilizado originalmente no Japão carrega uma imagem estigmatizada do imigrante pobre que busca ganhar dinheiro longe de casa e retornar em melhores condições financeiras (LITVIN, 2007).

No Brasil este termo foi utilizado para designar os nipo-brasileiros que emigraram para o Japão a partir da década de 1980. Este deslocamento populacional ocorreu em um contexto de crise econômica no Brasil – a chamada década perdida – enquanto o Japão passava por um momento de próspero desenvolvimento econômico. Ao definir um dos mais expressivos fenômenos migratórios do Brasil, o termo ficou conhecido entre a população brasileira e foi incorporado à língua portuguesa com uma grafia adaptada para o idioma. ‘Decasségui ou decassêgui’ é a forma escrita que consta nos dicionários de língua portuguesa, desde 2001: “**decasségui**: adjetivo e substantivo de dois gêneros que ou aquele que se fixa,

mas apenas temporariamente, no Japão, para trabalhar freq. como mão de obra direta [...] Sinonímia e Variantes *dekassegui*”¹⁵ (HOUAISS, 2007).

Embora seja o termo que caracteriza o fenômeno social da imigração de brasileiros no Japão, sendo amplamente difundido em ambas sociedades, a de origem e a de destino, o uso da palavra *dekassegui* gera controvérsias. Se por um lado ela sintetiza um fenômeno social e suas particularidades, por outro, essas particularidades revelam situações que expõem os migrantes à discriminação, tanto de caráter étnico/racial, quanto por sua condição de trabalhador explorado, em postos de trabalho que não exigem qualificação profissional, inserido de forma instável na classe trabalhadora japonesa (RONCATO, 2013). Segundo Litvin (2007), alguns nipo-brasileiros que vão trabalhar no Japão sentem vergonha de sua condição, bem como alguns dos que permanecem no Brasil se sentem superiores aos *dekasseguis*. A difusão desta terminologia, no entanto, abrange desde os discursos políticos das instituições que regulamentam a migração, passando pela produção acadêmica, pela mídia e eventos culturais e é usada também pelos próprios nipo-brasileiros para distinguirem aqueles *nikkeis* que permaneceram no Brasil dos que emigraram para o Japão nos anos finais do século XX.

No Brasil, a questão do status social de classe se revela na figura do *dekassegui* em contraste com o *nikkei* que permanece no país, pois o primeiro se insere na sociedade japonesa numa situação de exploração do trabalho. Há inclusive uma preocupação conhecida entre os nipo-brasileiros que emigram para o Japão: “comenta-se que não é aconselhável procurar os familiares nativos da região, pois as condições sociais do ‘retorno’ podem ser interpretadas como evidência do fracasso daqueles que partiram, causando vergonha e humilhação” (OCADA, 2002, p. 5).

Esse fluxo migratório mais recente e o movimento inicial podem ser compreendidos a partir de dois aspectos: tanto a partir dos contextos socioeconômicos pelos quais atravessavam os dois países, quanto por questões de ordem étnica e culturais. A dimensão de ordem étnica/cultural adquire também um conteúdo político e institucional, uma vez que a legalidade do fluxo tem como critério básico a ascendência japonesa para entrada e permanência no Japão.

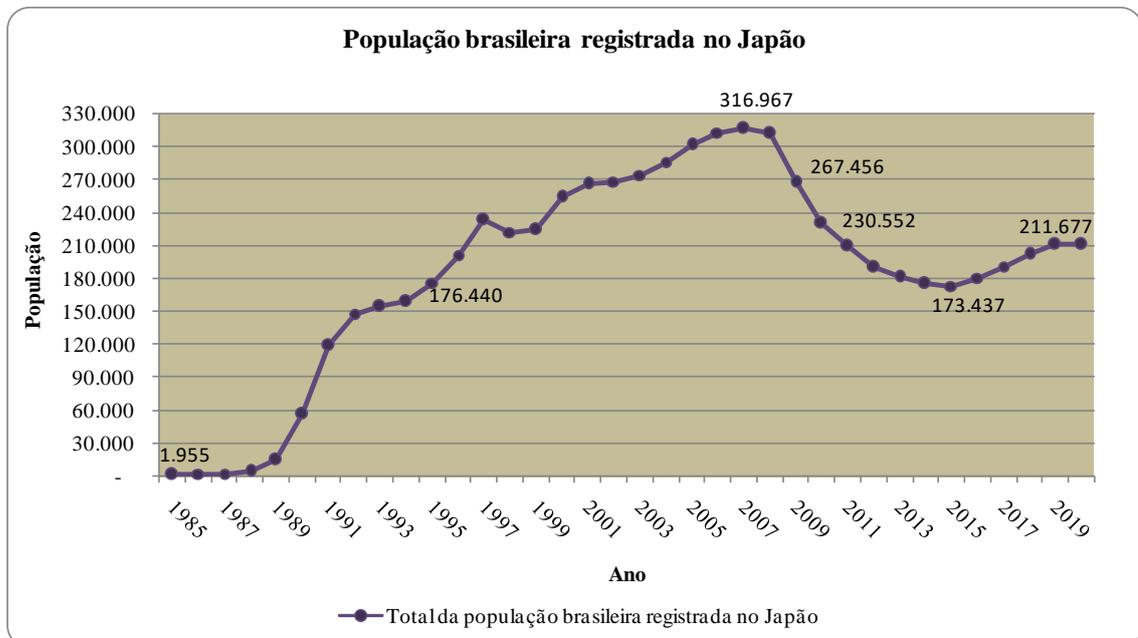
Essa seletividade, característica da imigração de brasileiros no Japão, é institucionalizada a partir da terceira reforma na lei de imigração do Japão (*Immigration*

¹⁵ Apesar do termo ter sido incorporado à língua portuguesa há mais de uma década com uma grafia adaptada, a forma com que os estudos acadêmicos e demais produções literárias e midiáticas assumem a palavra *dekassegui* ainda é em sua grafia mais aproximada com a original em língua japonesa.

Control and Refugee Recognition Act) no ano de 1990. Este critério de consanguinidade está associado, na visão oficial, à ideia de um pertencimento étnico/racial. A forma pela qual os imigrantes nipo-brasileiros são “aceitos” na sociedade japonesa traz contraditoriamente à tona uma qualidade específica do imigrante, a de *atopos*, sem lugar, deslocado, inclassificável (BOURDIEU, 1998). Se por um lado o governo japonês considera que o *nikkei* é **dos seus** e, portanto, são bem-vindos; por outro, ao oferecer uma condição de cidadania parcial, típica aos imigrantes, ele também distingue a condição do nipo-brasileiro por ser **mais ou menos japonês**, japonês **pela metade**, mestiço. Essa postura institucional ao reforçar essa condição de *atopos* do imigrante, mostra que ele é um ser social meio aqui, meio lá, no espaço e na cultura. **Nem gaijin nem nihonjin - dekasegui.**

No período inicial desse fluxo migratório, em meados da década de 1980, o número de brasileiros registrados no Japão era de quase 2 mil pessoas (em 1987). Já em 1989 essa população cresceu para 14 mil, ainda um ano antes da reforma da lei de controle migratório. Logo após a reforma, em 1990, já eram cerca de 56 mil brasileiros registrados. A população brasileira no Japão cresceu consistentemente, chegando a 254 mil imigrantes no ano 2000, atingindo o pico de 316 mil em 2007.

FIGURA 1 – Brasileiros registrados no Japão de 1985 a 2021



Fonte: Japão (2010; 2021).

No período que compreende logo após a crise econômica de 2008 essa população começa a diminuir devido ao grande número de retornos ao Brasil, atingindo em 2010 cerca de 230 mil imigrantes brasileiros no Japão. Esses números correspondem à população

registrada no país no período dos respectivos anos. A queda no número de brasileiros no Japão se segue até 2015, quando a população registrada chegou a 173 mil pessoas. A partir de 2015, no entanto, há um novo aumento desta população, que, no ano de 2020, voltou ao total de 211 mil brasileiros registrados em solo japonês.

Esse movimento da década de 1990 em direção ao Japão marca uma nova situação da posição social e do pertencimento e/ou identidade cultural dos nipo-brasileiros, transformando os então *nikkei*/nipo-brasileiros (**descendentes de imigrantes japoneses** no Brasil) em **imigrantes eles próprios** no Japão. Se a população nipo-brasileira já era considerada um grupo pertencente a sociedade brasileira, novamente há um processo de **deslocamento e descontinuidade** territorial, étnico-racial.

Embora reconhecidos como brasileiros, no Brasil os *nikkeis* eram chamados de “japoneses”, principalmente por seus traços fenotípicos que marcam sua origem; quando chegam ao Japão são considerados *gaijin* pelos japoneses. Ocada (2006), ao observar a questão do *habitus* “oriental” incorporado pelos nipo-brasileiros, aponta a evidência de uma grande diferença entre um japonês e um nipo-brasileiro: “a diferença desconcertante que existe entre um japonês e um *nikkei*-brasileiro é nítida a ponto de tornar possível distingui-los pela simples observação da postura corporal” (OCADA, 2006, p. 6).

Mas *gaijin* não eram os (outros) brasileiros? Os nipo-brasileiros ao perceberem que na sociedade de **suas raízes** ancestrais não são reconhecidos, que **não estão em casa**, descobrem que só são “japoneses” no Brasil. Fazem então um movimento de, no Japão, reforçar sua “identidade brasileira” (OLIVEIRA, 1998). Esta questão da identidade cultural que se desloca através de processos migratórios pode ser interpretada também em consonância com o momento histórico em que essas experiências são vividas. Em uma conjuntura de mudança estrutural a partir da globalização há uma compressão de espaço-tempo em que as próprias identidades individuais entram em crise.

Para aqueles/as teóricos/as que acreditam que as identidades modernas estão entrando em colapso, o argumento se desenvolve da seguinte forma. Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um "sentido de si" estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos — constitui uma "crise de identidade" para o indivíduo (HALL, 2002, p. 9).

Hall apresenta os impactos dessas transformações contemporâneas sobre as identidades culturais, considerando que a partir da globalização, os processos em curso que atravessam fronteiras nacionais colocam em contato comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo. Ou seja, a globalização implicaria numa mudança entre a ideia de sociedade como um sistema bem delimitado para uma perspectiva em que o mundo se torna mais interconectado. “Essas novas características temporais e espaciais, que resultam na compressão de distâncias e de escalas temporais, estão entre os aspectos mais importantes da globalização a ter efeito sobre as identidades culturais” (HALL, 2002, p. 67-68).

Dessa forma, o autor mostra que há um processo de mudança a partir da relação entre variados sistemas culturais, em que a identidade acaba por se tornar uma ‘celebração móvel’, que seria formada e transformada continuamente no que diz respeito à maneira pela qual somos constituídos ou interpelados nos sistemas culturais que nos cercam, sendo definida, portanto, histórica, e não biologicamente (HALL, 2002, p. 9). O caso dos nipo-brasileiros no Japão representa um exemplo nítido dessas transformações. Acontece uma conscientização por parte dos imigrantes nipo-brasileiros de que não são japoneses, apesar de terem sido estimulados a acreditar nisto enquanto viviam no Brasil na condição de *nikkeis*, tanto por parte da família, como pela própria colônia japonesa, e a partir da sociedade brasileira como um todo (OLIVEIRA, 1998).

A imigração brasileira no Japão abarca, portanto, um conjunto de características por vezes contraditórias. Ao mesmo tempo em que é seletiva no Japão do ponto de vista étnico/racial, é discriminatória nessa mesma dimensão para com os seus “escolhidos”. Ao mesmo tempo em que, a princípio, é temporária motivada pelo trabalho, também se apresenta enquanto uma presença durável e de perfil familiar. Ainda, uma vez que os nipo-brasileiros, reconhecidos no Brasil como “japoneses” vão para o Japão, lá se descobrem “brasileiros”. Ao perceberem esta realidade desejam retornar ao Brasil reconhecendo-o agora como **seu lugar**.

A grande circulação entre os dois países é característica forte desse movimento migratório. Idas e vindas entre Brasil e Japão ocorrem devido à legalidade da entrada, permanência, saída e reentrada a partir do visto de “residente do tipo especial” para descendentes de japoneses. Essa circulação de brasileiros entre os dois países ao longo desses anos, bem como a necessidade de reforçar a identidade brasileira no Japão, favoreceu a formação de redes sociais de brasileiros entre Brasil e Japão.

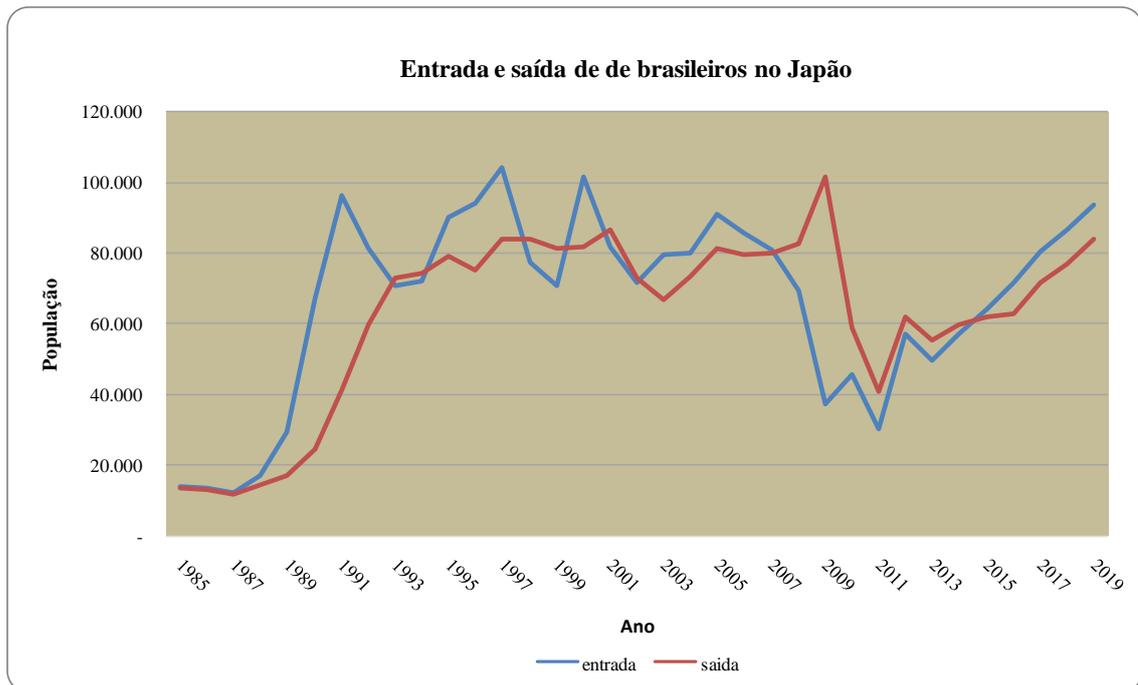
As redes sociais de brasileiros no Japão são formadas em meados da década de 1990 a partir de diversas relações: entre agentes recrutadores (empreiteiras) e trabalhadores brasileiros; na formação de pequenos negócios de brasileiros para brasileiros (no ramo

alimentício, de vestuário, entretenimento, informação, etc.) nas relações de parentesco e de amizade que teriam o papel de atenuar os custos e riscos da migração de longa distância (SASAKI, 2000; KAWAMURA, 2011).

Este movimento migratório com circulação entre Brasil e Japão e a retroalimentação destas redes¹⁶ pode ser observado a partir dos dados da Figura 2. O gráfico mostra que há um fluxo de entradas de brasileiros no Japão que varia entre 80 e 100 mil pessoas por ano desde 1991 até 2007. Apenas a partir de 2008, decorrente da crise econômica que atingiu fortemente o Japão, este fluxo começa a diminuir e em 2009 cai drasticamente, ano em que as entradas no Japão foram de apenas 37 mil pessoas. O fluxo de saída, embora se apresente em um patamar mais baixo, também se manteve desde 1992 até 2007 entre 60 e 80 mil brasileiros por ano saindo do Japão. A partir de 2008 o volume de saídas começa a crescer e atinge o ano de maior saída em 2009, com mais de 100 mil brasileiros deixando o Japão.

¹⁶ [As] criações migratórias, quando reiteradas em dinâmicas circulares entre duas ou mais localidades não contíguas, podem assumir a forma de territórios circulatorios, tal como propõe o sociólogo Alain Tarrus. Diferentemente das definições clássicas de território, que pressupõem controle exclusivo de espaços delimitados, os territórios circulatorios propostos por Tarrus são o produto de processos de autoprodução social ou, ainda, dos fatos de mobilidade de coletivos minoritários. Trata-se, portanto, de territórios alternativos, sobrepostos aos territórios do planejamento urbano, local e nacional, com dinâmicas e formas de funcionamento próprias [...]. O conceito de território circulatorio, de maneira ampla, faz referência, portanto, a uma territorialidade necessariamente mais fluída, invisível, constituída por coletivos/grupos que se reconhecem enquanto tais (FREITAS, 2022, p. 304 e 305).

A abordagem analítica desenvolvida por Allan Tarrus (2000) que considera estes espaços enquanto “territórios circulatorios” foi sugerida na ocasião de defesa desta tese. Consideramos aprofundar a compreensão a partir deste referencial teórico em trabalhos e publicações futuras.

FIGURA 2 –Entrada e saída de brasileiros no Japão de 1985 a 2019

Fonte: Japão (2021).

Do ano de 2010 até 2014 a entrada de brasileiros no Japão se manteve menor do que a saída e esta população diminuiu (ver Figura 1), a partir de 2015 novamente o número de brasileiros entrando no Japão superou as saídas e foi um período em que a população brasileira no Japão voltou a crescer. Embora tenha recuperado um contingente populacional no Japão, os brasileiros que antes estavam entre as três principais nacionalidades estrangeiras, passaram agora a compor a quinta maior população estrangeira, atrás de chineses, coreanos, filipinos e vietnamitas (YAMAKI, 2019). Os dados do período pós-crise de 2008 mostram como a migração de brasileiros no Japão, apesar de sua seletividade étnica, também está estreitamente ligada a conjuntura macrossocial e econômica.

1.2 Migrações transnacionais e a condição de imigrante

O perfil da migração brasileira no Japão a partir do desenvolvimento de redes sociais é considerado como uma migração de caráter transnacional (URANO, 2009; YAMAMOTO, 2008). A **perspectiva transnacional** se desenvolve uma vez que as relações por parte dos migrantes entre os países de emigração e imigração se intensificam. Essa mudança em relação aos fluxos migratórios de períodos anteriores à segunda metade do século XX se dá em grande parte pelo avanço no desenvolvimento de tecnologias de

transporte e comunicação, que atuam diminuindo distâncias e aproximando as pessoas¹⁷ (FAIST, 2008; GLICK-SCHILLER, 1997), mas também por mudanças nas circunstâncias políticas e econômicas dos países considerados no fluxo (VERTOVEC, 2001).

A migração de caráter transnacional abarca os imigrantes que mantêm laços com o país de origem, alimentando uma renovação de práticas, valores e costumes da origem, e que se reconfiguram no destino. É uma característica que está estreitamente ligada aos deslocamentos identitários e os processos de hibridizações culturais (HALL, 2002). Ao aproximar pessoas e manter laços entre os países de práticas culturais distintas, surgem novas formas culturais próprias a esses grupos que vivem em contextos transnacionais. Novas formas culturais que, como veremos, se expressam, também, numa forma específica de transição para a vida adulta.

Em toda parte, estão emergindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em transição, entre diferentes posições; que retiram seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais; e que são o produto desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado. Pode ser tentador pensar na identidade, na era da globalização, como estando destinada a acabar num lugar ou noutro: ou retornando a suas "raízes" ou desaparecendo através da assimilação e da homogeneização. Mas esse pode ser um falso dilema [...] As culturas híbridas constituem um dos diversos tipos de identidade distintivamente novos produzidos na era da modernidade tardia. Há muitos outros exemplos a serem descobertos (HALL, 2002, p. 88-89).

O olhar transnacional favorece essa visão expandida, em que se torna mais propício compreender a formação de indivíduos que mantêm contatos com sistemas culturais diferentes e se formam e transformam a partir dessas relações (LEVITT; JAWORSKY, 2007, p. 130). Sob esse prisma, a emigração não necessariamente rompe com o país de origem e o retorno tampouco com a sociedade de destino. Essa perspectiva, portanto, a partir da década de 1990, rompe com a prática de estudos migratórios mais frequente e difundida, que tratava a imigração principalmente e quase que exclusivamente do ponto de vista do que acontece no país de destino (LEVITT; JAWORSKY, 2007).

Alguns estudiosos sobre o tema consideram que “a migração transnacional toma lugar em espaços sociais **fluidos** que são constantemente retrabalhados através de incorporações **simultâneas** dos migrantes em mais de uma sociedade” (LEVITT; JAWORSKY, 2007, p. 131, grifos nossos). Essa visão parece apresentar um cenário mais otimista em relação às situações vividas pelos imigrantes que vivem em contextos

¹⁷ No entanto, considera-se que as ligações entre países de origem e destino sempre existiram desde as migrações históricas mais antigas, o que mudou foi a intensidade das relações, características do período histórico de compressão nas dimensões temporais e espaciais.

transnacionais, pois parece permitir que a ruptura tempo-espacial própria da migração seja atenuada, quando mantêm origem e destino mais próximos na vida social.

No entanto, nos questionamos se os imigrantes que fazem parte de dois mundos, que existem nos dois, se constituem e se transformam através dos dois, também não vivem **suspensos** e/ou **deslocados** de um lugar reconhecido em uma sociedade estruturada social, política e economicamente a partir dos fundamentos do Estado-Nação e da nacionalidade. Embora as fronteiras tenham se tornado mais permeáveis no contexto do capitalismo global, os direitos reservados aos cidadãos ainda são, na maioria dos países de imigração, alienados ao imigrante. Isto porque os Estado-Nação na forma como estão organizados possuem suas políticas migratórias pautadas nos fundamentos da nacionalidade (SAYAD, 1998).

A **suspensão** vivida pelos imigrantes apresenta um caráter tanto temporal quanto sócio espacial. A partir da dimensão temporal, que se apresenta quase sempre como uma migração temporária no plano do discurso, a **suspensão** se realiza a partir de uma prática que, em realidade transforma-se em uma migração que perdura no tempo. Dessa maneira, ao imaginar que esta duração está por terminar “em breve” criando uma ilusão de presença temporária, a vida está sempre sendo deixada para “viver depois”. No caráter sócio espacial vemos um possível não-reconhecimento de sua identidade e pertencimento a **um lugar específico**. Ao pensar num fluxo que se quer transnacional, também precisamos pensar numa existência que de certa maneira parece **suspensa** ou **entre** dois espaços sociais estruturados histórica, econômica e politicamente de formas distintas.

Nos questionamos então como se daria essa **incorporação simultânea** dos migrantes em mais de uma sociedade? Ao pensar sobre um fluxo transnacional, seria preciso trabalhar com estes dois lados de uma mesma questão. O momento sócio histórico contemporâneo parece ser o facilitador destes fenômenos, ao mesmo tempo em que do ponto de vista dos indivíduos, isto pode gerar uma existência ambivalente que gera conflitos.

Na sociedade de destino os trabalhadores nipo-brasileiros estão inseridos na sociedade japonesa na **condição vulnerável de imigrantes**. Sob o prisma da inserção socioeconômica e de status social, são trabalhadores assalariados. Mas, apesar de fazerem parte da classe trabalhadora japonesa, se distinguem desta, na medida em que sua presença no país de imigração é assumidamente provisória, embora se apresente duradoura de fato, como é o caso de muitas famílias que vivem no Japão há mais de 20 anos (SHISHITO, 2012). Pelo caráter provisório de sua existência na sociedade de imigração, esta se exime da responsabilidade em desenvolver políticas sociais específicas para esse grupo na situação de imigrantes, ao mesmo tempo em que não possibilita o tratamento como o de um nacional para

essa população minoritária. A inserção no mercado de trabalho é feita geralmente de forma terceirizada e com contratos de trabalho flexíveis, sem os direitos que grande parte dos trabalhadores japoneses ainda possuem, como seguro desemprego, seguro saúde, previdência, bônus salariais, etc. (RONCATO, 2013).

Essa contradição entre a existência no país de destino que se pretende **provisória** – pois é provisória por direito – mas se apresenta **durável** de fato, já pode ser verificado na imigração brasileira no Japão. Isto implica numa das contradições que Sayad considera constitutivas da condição de imigrante, o que ele chama de **ilusão da imigração**.

Da mesma forma como que se impõem a todos – aos imigrantes, é claro, mas também à sociedade que os recebe, bem como da sociedade da qual provém –, essa contradição fundamental, que parece ser constitutiva da própria condição do imigrante, impõem a todos a manutenção da ilusão coletiva de um estado que não é **nem provisório nem permanente**, ou, o que dá na mesma, um estado que só é admitido ora como provisório (de direito), com as condições de que esse ‘provisório’ possa durar indefinidamente, ora como definitivo (de fato), com a condição de que esse ‘definitivo’ jamais seja enunciado como tal. E, se todos os atores envolvidos pela imigração acabam concordando com essa ilusão, é sem dúvida porque ela permite que cada um componha com as contradições próprias à posição que ocupa, e isso sem ter o sentimento de estar infringindo as categorias habituais pelas quais os pensam e se constituem os imigrantes, ou ainda pelas quais eles próprios se pensam e se constituem (SAYAD, 1998, p. 46, grifos nossos).

A permanência por tempo indeterminado no país de destino parece ser sustentada tanto pela **ilusão da provisoriedade**, como pela **realidade transnacional**. Duas forças que conjugam tempo e espaço de maneiras ambíguas e que possibilitou a formação de uma migração brasileira cada vez mais permanente no Japão. Essa permanência no tempo, bem como a possibilidade legal da imigração de cônjuges e dependentes favoreceu a formação de um perfil familiar de imigrantes brasileiros no Japão.

A migração de caráter familiar, bem como a constituição de novas famílias por imigrantes que viajaram sozinhos, apresentou uma nova dimensão do fenômeno migratório de brasileiros no Japão: o crescimento do número de crianças e jovens, **filhos de imigrantes brasileiros no destino** (ISHIKAWA, 2009). **Se os imigrantes estão, eles próprios encerrados em uma condição ambígua e paradoxal a partir da imigração, como vivem seus filhos nesse contexto?** Quais as possibilidades de formação pessoal, considerando a suspensão temporária que o campo social transnacional parece oferecer. Suspensão essa que apresenta uma dimensão tanto estrutural quanto cultural.

[...] a vida pessoal e profissional do indivíduo fica atrelada à dinâmica do mercado de trabalho dos dois países. Em muitos casos uma análise superficial pode identificar o comportamento migratório como uma sucessão de decisões equivocadas dos indivíduos com sucessivas idas e vindas, abertura mal sucedida de

negócios e alijamento do mercado de trabalho. [...] o que existe, na realidade, é uma forte influência sobre indivíduos e famílias da instabilidade empregatícia em um mercado de trabalho com força para ligar espaços geograficamente distantes, o que gera uma condição social frágil com consequências na esfera do trabalho, da família, no ciclo de vida do indivíduo ao longo dos anos. Nem sempre as estratégias individuais têm sido capazes de trabalhar com as pressões de ordem econômica, social e emocional geradas por esta condição, o que pode gerar consequências ao longo dos anos, também para a segunda geração gestada atualmente na comunidade brasileira no Japão (URANO, 2009, p. 13-14).

Será que a transição para a vida adulta dos filhos de migrantes não poderia ser pensada também enquanto um projeto para romper com esse **deslocamento** e **suspensão**? Isto porque através da transição para a vida adulta a ideia é de que os jovens se estabeleçam na sociedade a partir de sua conformação própria, no mercado de trabalho, nas relações sociais, afetivas e familiares. Essa inserção e estabelecimento devem ocorrer num espaço físico e social, que carrega em si as condições sociais de sua estrutura. No entanto, por se tratar de um campo social transnacional, o espaço pode ser percorrido de forma muito mais rápida e acessível para alcançar os aspectos e condições que constituem o **outro lado** desse espaço transnacional ampliado. Se a segunda geração/filhos de imigrantes será aquela que irá romper com essa **suspensão** e **deslocamento** (se isso for possível), isso provavelmente ocorrerá de uma forma em que não se trata necessariamente de escolher entre **ser japonês**, ou **ser brasileiro**, mas talvez de construir uma transição complexa **entre** e **nos** possíveis modos de ser.

Dessa forma, nos interessa aqui explorar principalmente dois aspectos da realidade imigrante. De um lado, buscamos conhecer a realidade dos **filhos de imigrantes brasileiros no Japão**, quais são suas principais características e quais realidades viveram dentro do processo migratório. De outro, exploramos a questão do **retorno migratório** ao Brasil, resgatando as condições sócio históricas e familiares em que esse retorno acontece, como ele se configura no curso de vida desses jovens e se **o retorno seria um dos eventos que marcam a transição para a vida adulta desse grupo**.

1.3 Filhos de imigrantes nipo-brasileiros e o retorno: de volta para onde?

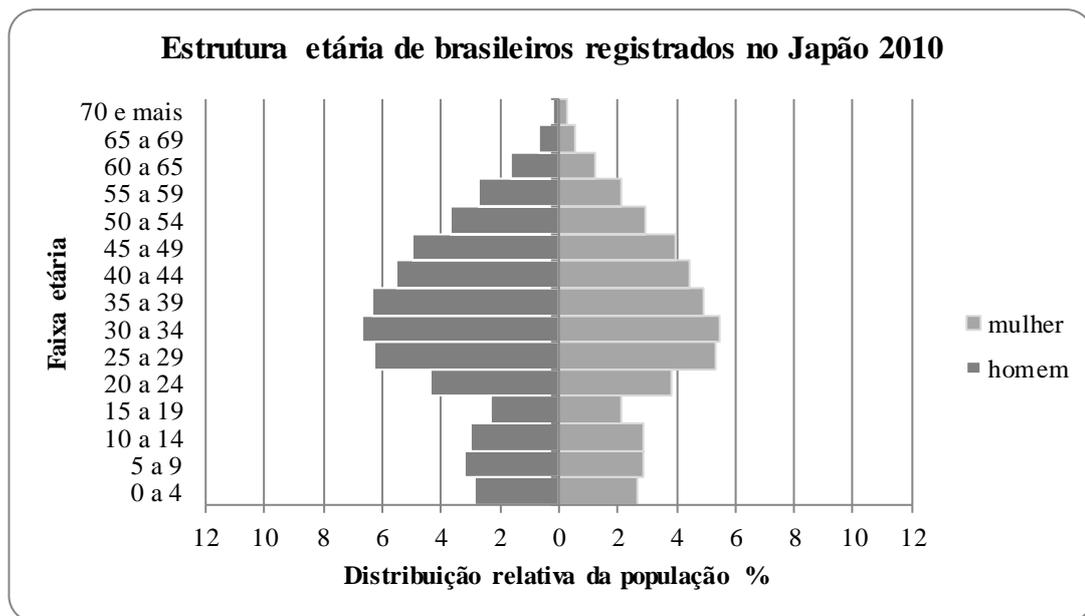
A formação de novas famílias no Japão é responsável pela grande proporção de crianças de 0 a 14 anos dentre os imigrantes brasileiros no Japão, formada por filhos nascidos naquele país e outros que migraram junto com seus pais (CHITOSE, 2006).

Destacamos a formação etária da população brasileira no Japão, pois quando se trata de populações imigrantes que se caracterizam como migrações a trabalho, a estrutura etária frequentemente apresenta grande concentração de pessoas em idades produtivas.

Apresentamos uma representação do caso dos brasileiros no Japão no ano de 2010, por se tratar do mesmo ano em que trabalhamos os dados do Censo para a população nipo-brasileira no Brasil e também por representar um período do Japão em que os jovens entrevistados nesta pesquisa (em 2015) viviam ou mantinham vínculos com aquele país.

Em 2010 a população brasileira residente no Japão apresentava uma estrutura relativamente equilibrada em termos de razão de sexos. Na distribuição etária há ainda certa predominância da população em idades produtivas, o que sugere que, apesar de considerada uma migração de caráter familiar atualmente, ela segue intimamente ligada às questões materiais que circundam o mundo do trabalho. No entanto, em relação ao início da imigração brasileira no Japão a distribuição etária apresenta um crescimento gradativo dos grupos etários de crianças e adolescentes¹⁸ e também das idades acima de 65 anos.

FIGURA 3 – Estrutura etária de brasileiros registrados no Japão, 2010



Fonte: Japão (2011).

Em 2010, a população de 230.552 brasileiros era composta por 125.291 homens (54%) e 105.261 mulheres (46%). Essa razão de sexo de 119 homens para cada 100 mulheres, apresenta uma tendência de maior equiparação entre homens e mulheres, desde o

¹⁸ Em 1995 o grupo de 0 a 14 anos representava 9,8% do total de brasileiros no Japão, que era de 176 mil pessoas. Já em 2000 essa proporção cresceu para 15,2% de 254 mil brasileiros, e em 2010 a população de 0 a 14 anos representava 17,5% de 230 mil brasileiros registrados no total (JAPÃO, 2011). Os dados mais recentes mostram uma dinâmica de envelhecimento da população brasileira no Japão e alteração da estrutura etária nos anos pós crise de 2008. Em 2015 a proporção do grupo de 0 a 14 anos apresentou leve queda se mantendo no patamar de 17,2%, mas teve uma diminuição para 16,4% em 2020. Já a população do grupo acima de 65 anos de idade quase dobrou em proporção, de 1,7% em 2010 para 3,1% em 2015, chegando a representar 4,7% da população brasileira no Japão em 2020.

início do fluxo composto majoritariamente por homens. O grupo de crianças e adolescentes até 14 anos representava 17,5% do grupo.

Esse grupo de crianças e adolescentes é chamado frequentemente pelos estudiosos dos movimentos migratórios como segunda geração de imigrantes. A **segunda geração** seria formada pelos filhos de imigrantes que nasceram no país de destino, e aqueles que nasceram no país de origem dos pais, mas migraram ainda crianças com sua família. O primeiro grupo é chamado de “crianças de imigrantes” e o segundo de “crianças imigrantes” (este último grupo pode ser também chamado de geração 1.5) (PORTES, 1996). Abordaremos nesta pesquisa os dois grupos, os quais chamaremos por conveniência de **filhos de imigrantes**.

Em que condições vivem os filhos dos imigrantes nipo-brasileiros no Japão? Esta geração que acompanha suas famílias no projeto migratório está certamente inserida na sociedade japonesa na mesma condição vulnerável de seus pais. Se para o grupo de imigrantes existem algumas noções que deixam claras para si mesmos sua realidade (e suas “ilusões”) e se também as sociedades de destino e origem já se organizaram minimamente para lidar com esse processo, seja do ponto de vista jurídico, político e social; **como se dá o processo migratório para crianças e jovens que nasceram no país de destino?** Aqueles nascidos no país de destino, filhos de pais imigrantes, seriam estrangeiros natos? No Japão poderia se dizer que sim, pois o critério para a nacionalidade japonesa considera o *jus sanguinis* (direito de sangue), portanto é baseado na ascendência e consanguinidade, e não no local de nascimento (*jus solis*).

Diferente das circunstâncias exploradas em relação a imigração de seus pais, que refletem principalmente sobre as motivações e condicionantes do fenômeno, para os filhos a migração se apresenta como uma condição imposta em suas vidas.

Como eles experimentam e interpretam essa condição? O que significa para os filhos o fato de serem imigrantes? Que peso tem esta experiência em seu curso de vida? Como isso afeta suas escolhas subsequentes na vida? Ter a possibilidade de viver nos dois países acentuaria a sensação de provisoriidade, própria da condição de imigrante? Seria ele um imigrante também em seu próprio país? Buscaremos explorar estas questões no decorrer desta tese.

A trajetória educacional no Japão

Embora exista atualmente uma extensa literatura sobre a migração de brasileiros no Japão, a maior parte dos trabalhos discute os processos pelos quais passam a primeira geração de imigrantes (BELTRÃO; SUGAHARA, 2009a; GALIMBERTTI, 2002; HIRANO,

2005; KAWAMURA, 2011; OCADA, 2006; SASAKI, 2000; TSUDA, 1999). Os estudos sobre os filhos destes imigrantes são ainda incipientes e tratam, sobretudo, da educação das crianças e sua inserção nos sistemas escolares japonês e/ou brasileiro, e sua adaptação no destino ou (re)adaptação no retorno. A questão educacional é tratada a partir das duas realidades existentes atualmente: a educação das crianças e adolescentes nipo-brasileiras que vivem no Japão e a educação das crianças e adolescentes retornados ao Brasil (BRITO, 2012; DIAS, 2017; MONTEIRO, 2016; ISHIKAWA, 2015; NAKAGAWA, 2005; 2010; OKAMOTO; RESSTEL; BARRO, 2021; SAKAGUCHI, 2018; TOKAIRIN, 2010; TONGU, 2010; TSUNEYOSHI, 2004; UENO, 2008; 2010).

A legislação japonesa determina que a educação seja obrigatória para os cidadãos japoneses entre 06 e 14 anos de idade; isso significa que, de acordo com a lei, as crianças estrangeiras não têm a obrigatoriedade de frequentar a escola no Japão. Apesar das crianças e adolescentes estrangeiros terem a possibilidade de frequentar as escolas japonesas, a falta de obrigatoriedade do ensino aos não nacionais isenta o Estado japonês da responsabilidade de educar os estrangeiros (MAXWELL, 2009). Apesar disso, uma mudança no estatuto de ensino obrigatório japonês, influenciada pelo processo de internacionalização do Japão, criou os projetos de ‘classes internacionais’ (*kokusai kyooshitsu*) em que é oferecido o ensino da língua inglesa nas escolas, bem como o reconhecimento de alunos com necessidades de ensino diferenciadas, como é o caso das crianças filhas de estrangeiros/imigrantes no Japão (MAXWELL, 2009).

No entanto, considera-se que houve grande dificuldade para que as escolas japonesas e os profissionais da educação conseguissem atender satisfatoriamente a demanda das crianças estrangeiras. Além disso, a forma com que o sistema educacional japonês está estruturado, muito diferente do brasileiro, parece dificultar a inserção e a permanência de crianças brasileiras nas escolas japonesas (NAKAGAWA, 2005; DIAS, 2017; OKAMOTO; RESSTEL; BARRO, 2021). Nesse contexto é que surgem as escolas brasileiras no Japão:

O despreparo por parte da escola pública japonesa em lidar com os alunos estrangeiros aliado com as práticas transnacionais dos imigrantes brasileiros — em especial a ideia de estadia de curta duração e as repetidas idas e vindas entre os dois países — gerou a necessidade por um tipo de escola que atendesse a demandas específicas deste grupo migrante. Em áreas de alta concentração de brasileiros, foram sendo criadas escolas étnicas, cujos serviços vão além das necessidades educacionais das crianças dos imigrantes. Em outras palavras, essas novas instituições de ensino se ocuparão não apenas no aspecto cognitivo de seus alunos mas, também, em toda sua formação, uma vez que estes passam mais tempo sob seus cuidados do que na relação com os pais (MAXWELL, 2009 p. 7).

O tempo que as crianças passam na escola é uma questão frequentemente

levantada pela literatura sobre os filhos de imigrantes brasileiros no Japão. As escolas japonesas têm aulas das 8:45 até as 14:15, com um intervalo longo no horário de almoço e é considerada uma escola de período integral. Já as escolas brasileiras funcionam nos períodos da manhã e da tarde, com quatro horas de aula cada turno, mas muitos alunos frequentam os dois turnos para que coincida com os horários de trabalho dos pais. Algumas escolas brasileiras, atuando nesse sentido, também recebem os alunos a partir da 06:30 da manhã, embora as aulas iniciem somente as oito horas (MAXWELL, 2009).

Em relação à educação formal, as crianças brasileiras estão distribuídas entre o sistema educacional público japonês, as escolas étnicas reconhecidas pelo governo brasileiro, as escolas livres brasileiras e creches¹⁹. Há também uma parcela da população de crianças e adolescentes brasileiros no Japão que se encontram fora da escola. “Em 2007, de acordo com as estimativas do Ministério da Educação do Brasil (MEC), publicadas pela mídia brasileira, cerca de 15 mil, ou 25% do total de crianças e adolescentes brasileiros no Japão não frequentam nenhuma escola, sendo a adaptação, ou melhor, a falta de adaptação às escolas japonesas, consideradas um dos principais elementos para esses altos índices” (TÓFOLI, 2007, p. 11 *apud* TONGU, 2010, p. 23).

O tempo passado nas escolas no Japão é uma condição ligada a situação dos pais, trabalhadores imigrantes com elevada carga horária de trabalho nas fábricas. Os filhos passam mais tempo nas escolas e na rua, entre amigos, do que no convívio com as famílias. Essa situação no país de destino, bem como os arranjos familiares em contexto transnacional, em que filhos e pais às vezes vivem de lados opostos do planeta, também são fatores de diferenciação entre as influências familiares típicas da formação da população *nikkei*, em relação a estas famílias (trans)migrantes. Nesse sentido, também o peso da autoridade paterna, sobre os indivíduos que compõem o grupo familiar, bem como os valores que constituem a família *nikkei* podem se ver transformados pela imigração.

Embora as crianças passem muito tempo nas escolas, isso não significa necessariamente que o projeto familiar dos imigrantes vise a educação dos filhos para ascenderem socialmente, como foi o caso dos japoneses no Brasil (YAMAMOTO, 2008). Algumas críticas em relação à diferença entre os *nikkeis* que permaneceram no Brasil e aqueles que emigraram para o Japão, passam pela perda da valorização da educação para os filhos no caso destes últimos. Entretanto, há que se considerar que as condições sociais de

¹⁹ As escolas brasileiras no Japão são estabelecimentos de ensino privado que oferecem a formação básica educacional em português de acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional brasileira. Em 2020 existiam 39 escolas brasileiras homologadas no Japão e 13 em processo de homologação (OKAMOTO; RESSTEL; BARRO, 2021).

classe em que os imigrantes estão inseridos na sociedade japonesa pode exercer um forte peso no acesso à educação de seus filhos.

Ishikawa (2012) mostra que, ao contrário do que tem sido enfatizado pelas escolas e também pela mídia japonesa, há uma preocupação dos pais brasileiros em relação à educação das crianças. Muitas famílias fazem o possível para proporcionar melhores condições de educação no Japão, embora os resultados não sejam os esperados devido às condições sociais que se encontram na sociedade japonesa, principalmente em sua inserção no mercado de trabalho. Ainda, algumas famílias esperam para oferecer melhores condições de educação aos filhos no Brasil, após o retorno.

As escolas japonesas são de fácil acessibilidade no que concerne às condições materiais para seu usufruto, principalmente por ser a maioria gratuita, as matrículas são realizadas apenas com a documentação básica e por critério de residência. No entanto, no que diz respeito à adaptabilidade das crianças estrangeiras no sistema de ensino educacional japonês, a acessibilidade pode ser questionada. As crianças brasileiras que frequentam a escola japonesa recebem fortes influências desse sistema de educação, pois as atividades nesse sistema escolar (também) vão além da formação curricular do estudante, uma vez que o sistema educacional japonês prevê a educação geral no sentido de formar o cidadão e formar principalmente para o trabalho, inculcando os princípios, as regras, os costumes e a disciplina escolar nas crianças (KAWAMURA, 2003).

Nesse sentido, o papel da escola apresenta extrema importância na reprodução de valores na sociedade japonesa. Além disso, esse sistema também prevê um grande envolvimento da mãe nas atividades escolares dos filhos. No caso de filhos de imigrantes, em que as mães normalmente trabalham fora em período integral, ocorre um desencontro entre a realidade do sistema educacional japonês e a realidade do trabalho imigrante. Além do desencontro de tempo, há também dificuldades encontradas com a barreira linguística que se apresenta tanto para a mãe, que muitas vezes não domina o idioma japonês, como às vezes para a própria criança, quando ainda não possui o domínio do idioma japonês em um momento de adaptação ao novo país e a nova escola (LASK, 2000; CASTRO-VAZQUEZ, 2009).

Segundo Castro-Vazquez (2009), o processo de educação japonesa visa à homogeneização cultural típica dos ideários japoneses. O mito da homogeneidade étnica e cultural japonesa, portanto, parece ter persistido até os dias atuais, tornando ainda mais complicada a situação dos imigrantes e seus filhos na condição de *gaijin* no interior da sociedade japonesa. Este processo educacional com base a partir de valores tradicionais se

contrasta, no entanto, com uma nova realidade de heterogeneidade do período contemporâneo no Japão, caracterizada por uma maior internacionalização e pela globalização. A principal crítica do autor sobre esse processo educacional que prevê um sistema homogêneo de ensino está na não consideração das particularidades dos alunos estrangeiros, que são tratados e cobrados da mesma forma que os alunos japoneses, a despeito de sua experiência anterior e desconhecimento inicial da língua japonesa (CASTRO-VAZQUEZ, 2009).

Para este trabalho, interessa-nos traçar as diferenças mais gerais a respeito da trajetória educacional que cada sistema oferece. Essas diferenças serão levantadas aqui no sentido de captar as proximidades e distanciamentos dos traços socioculturais de cada país que são transmitidos através da escola. Desta influência, privilegiamos os aspectos das expectativas de formação pessoal, bem como dos valores que são transmitidos através da escola.

Identities culturais transnacionais

Em relação à formação de identidades vividas em contexto migratório, Ueno (2008) mostra que é diferente a forma pela qual as crianças e famílias vivem as mudanças entre culturas. A migração acarreta rupturas expressivas entre conhecido e novo para crianças, e a escola é um espaço de transição fundamental para assegurar continuidade entre ser e ambiente. O processo migratório é assimilado de maneira diferente pelas crianças, trazendo problemas mais complexos do que para os adultos. Nesse contexto, a família, que teria o papel de entorno imediato e protetor, também está em situação de estresse por conta das mudanças da migração.

Os sistemas escolares diferentes influenciam de formas distintas na continuidade da vida dessas crianças, tanto no Japão, quanto no Brasil. Uma vez que o curso de vida está em constante interação com os sistemas de referência e normas sociais que direcionam as trajetórias e transições, sublinhamos inicialmente a questão da identidade cultural para esse grupo.

Para os descendentes de japoneses, filhos de brasileiros imigrantes no Japão, os meios de identificação são tão ou mais diversos do que os oferecidos a seus pais ainda no Brasil. Para [os filhos] existe a sociedade japonesa atual com a qual lidam de diversas formas no dia-a-dia. Há, também, a origem multicultural de seus pais e as novas possibilidades de identidade construídas a partir do contato com o Japão. E, por fim, há todas as outras formas de identificação comuns à experiência dos demais seres humanos: gênero, sexualidade, localidade etc. Essas diversas possibilidades de interação social e de formas de identificação não podem ser ignoradas quando se pretende entender os fatores que contribuem para a formação da identidade étnica dessas crianças (MAXWELL, 2009, p. 5).

Trata-se de um grupo que tem sua origem ou sua **formação inicial em um espaço social transnacional** e, portanto, ambíguo e duplo do ponto de vista de referências sócio espaciais e culturais. A diferença mais marcante entre os imigrantes, eles próprios e seus filhos é a de que os filhos de imigrantes se encontram desde seu nascimento, ou desde sua infância, nesse contexto de um espaço social expandido. Para os imigrantes de primeira geração, a experiência em campo social transnacional é uma forma de desterritorialização de seu lugar de origem e reterritorialização na sociedade de destino, o que significa uma nova localização em que são justapostos discursos e práticas socioculturais, que resulta em tempos e espaços mistos e híbridos (CANCLINI, 1995; LEVITT; JAWORSKY, 2007). Seus filhos já **nascem** nesse contexto.

Quando múltiplas culturas se encontram, novas categorias são criadas e as antigas referências se rompem em algum nível, o que significa que identificar uma única cultura resultante se torna muito difícil (LEVITT; JAWORSKY, 2007). Portanto, o diferencial desse grupo é esse novo sistema de referências desde sua origem, e talvez, este seja seu primeiro sistema de referências sócio espaciais e culturais, um sistema de **tempos e espaços mistos e híbridos**. Já nascem num lugar ao mesmo tempo ampliado em campos sociais transnacionais; mas também **suspenso** das estruturas sociais – tanto na sociedade de imigração na qual são **deslocados**, quanto na sociedade de emigração da qual estão **deslocados**. É a partir desse lugar social que poderão **projetar** ou **localizar** suas vidas no futuro.

Estão **deslocados**, portanto, da realidade social mais concreta e palpável, uma vez que se encontram privados de um lugar apropriado no espaço social e de lugar marcado nas classificações sociais, o deslocado em todos os sentidos do termo (BOURDIEU, 1998, p. 11). Isto também se verifica através do sentido de temporalidade que mantêm a condição do imigrante suportável, uma situação que se apresenta como provisória, e se torna ao mesmo tempo interminável (SAYAD, 1998).

Conflitos familiares na trajetória migratória

A trajetória educacional dialoga diretamente com a expectativa familiar em relação aos seus filhos. Em linhas gerais, para famílias de imigrantes brasileiros cujos filhos estudam em escolas japonesas, há um choque entre as expectativas dos pais e dos filhos acerca da formação pessoal (língua, costumes, práticas sociais, futuro profissional). Bem como um choque entre as expectativas de permanência no Japão ou retorno ao Brasil.

Ainda em relação às estratégias familiares, Yamamoto (2008) observa que as crianças, vistas como dependentes e deslocadas de seus ambientes pelas decisões familiares,

tornam-se figuras centrais na elaboração das estratégias. São as crianças que, adaptadas ao novo ambiente, resistem às decisões familiares de retorno, ou em alguns casos, deixadas pelos pais no Brasil, recusam-se de acompanhá-los na segunda fase da migração. Nesse sentido, podemos dizer que as estratégias tomadas pelas famílias não são isentas de conflitos entre os desejos individuais e grupais. Esses conflitos levam seus membros a renegociarem as forças de poder de decisão existentes no interior das famílias (YAMAMOTO, 2008, p. 13).

Nas famílias em que há crianças que possuem o domínio da língua japonesa, por um lado, estabelece-se, frequentemente, alguma forma de conflito familiar em razão de um distanciamento comunicacional entre pais e filhos. Isto ocorre principalmente em famílias com mais de um filho, em que irmãos conversam em japonês e os pais somente em português. Nesses casos ocorre também um conflito identitário no interior da família; isso porque os filhos que passam a maior parte do tempo na escola, se sentem como ‘japoneses’ e se distanciam cada vez mais dos códigos, costumes e práticas da família que procura reforçar sua ‘identidade brasileira’ no Japão (LASK, 2000).

Os filhos nascidos e/ou criados no Japão que são educados em escola japonesa ‘se sentem japoneses’ e frequentemente não querem retornar ao Brasil quando seus pais assim decidem. Essas crianças vivem um conflito entre aceitar e/ou negar suas origens. Na escola, assim como na sociedade japonesa, a imagem daquele que é **de fora** não é uma imagem positiva, salvo quando traz a imagem e o significado que *gaijin* também carrega na sociedade japonesa, em respeito ao ‘homem branco ocidental’ (ORTIZ, 2000). Para as crianças que são tratadas como japonesas nas escolas, que são delas cobrados comportamentos e desempenhos de um japonês – a despeito de sua origem familiar e sociocultural – há um conflito entre as noções do *nihonjin* e daquele grupo de *gaijin* do qual fazem parte e para o qual há discriminação explícita na sociedade japonesa.

Apesar de terem iniciado sua vida em um projeto migratório familiar comum – que pressupunha o retorno ao Brasil em melhores condições financeiras – as crianças educadas em escolas japonesas, com o passar do tempo e a conseqüente dificuldade de reconhecimento do Brasil como seu país de pertencimento, iniciam um processo de ruptura em relação à família e/ou no sentido de expectativas de retorno. Ainda que tenhamos considerado que para essa geração, a hibridização, ou novas formas de reconhecimento talvez sejam os caminhos mais prováveis, existem os conflitos de sua formação pessoal enquanto um *nihonjin* ou um **brasileiro**.

Para aquelas famílias cujos filhos estudam em escolas brasileiras, a proximidade entre o reconhecimento de códigos socioculturais, a língua portuguesa e os planos de

permanência ou retorno são menos conflitantes. As crianças educadas em língua portuguesa têm um convívio majoritário com compatriotas, tanto no círculo social da família, entre as redes sociais de brasileiros; quanto na escola, com filhos de outras famílias imigrantes, cujas experiências se assemelham. Nas famílias a língua portuguesa é predominante e são compartilhados valores e expectativas sociais e familiares, dentro de um projeto migratório mais comum (YAMAMOTO, 2008).

E no retorno? Quando esses filhos voltam ao Brasil, com seus pais ou sozinhos, por que retornam?

O retorno: de volta para onde?

O trabalho de Nakagawa (2010) com jovens e crianças filhos de imigrantes retornados do Japão trouxe alguns resultados relevantes para pensarmos sobre o retorno e as trajetórias educacionais e laborais. O estudo demonstrou que as crianças que retornam sempre encontram inúmeras dificuldades de (re)adaptação à sociedade brasileira, ao sistema educacional brasileiro, tornando-as bastante vulneráveis à exclusão social e educacional. A autora relata que há alguns anos se observou uma mudança no perfil dessa população: “Embora cidadãs brasileiras, são crianças nascidas no Japão e muitas delas não conhecem o Brasil e chegam aqui, não como retornados, mas como novos imigrantes estrangeiros” (NAKAGAWA, 2010, p. 6). Os trabalhos sobre retorno migratório, principalmente sobre o retorno de brasileiros vindos do Japão, têm tratado sobretudo de suas condições de vida em relação à sua reinserção no mercado de trabalho, a readaptação no Brasil, a distribuição espacial da população retornada (ASARI, 2011; BELTRÃO; SUGAHARA, 2009b; FUSCO; SOUCHAUD, 2010; HIRANO, 2005; KOJIMA, 2009; NAKAMOTO, 2012; PERES, 2006).

Ao nos perguntarmos em que condição se encontra o imigrante no processo de retorno, principalmente os filhos de imigrantes, concordamos com a visão de Fusco e Souchaud (2010), que trazem um questionamento semelhante ao de Nakagawa (2010), em que o retornado não é visto de forma geral como um emigrante/imigrante. Não obstante, ele pode ter passado tanto tempo longe de seu país de origem, ou ter nascido fora, como é o caso de alguns filhos de imigrantes, que sua condição de quase um imigrante em sua terra de origem deveria ser considerada. Esse tema parece relevante para se tratar deste grupo que retorna ao Brasil.

Para Sayad (2000), o retorno é visto enquanto **o elemento constitutivo da condição do migrante**, o imigrante só deixa de ser assim denominado quando a ideia de retorno não faz mais parte de seu mundo. Não **deslocado**, não mais **imigrante**. Mas em um

contexto migratório transnacional, como o retorno poderia ser entendido, numa sucessão de idas e vindas?

Buscamos como recurso interpretativo, olhar para o retorno também a partir da abordagem de curso de vida. Para os filhos de migrantes, o retorno faria parte de um dos eventos de transição para a vida adulta? Eles retornam para *onde*? Uma vez que o retorno pressupõe a volta a algo passado e, portanto, conhecido, para essa geração o retorno nem sempre pode ser considerado uma volta a algo familiar.

Vivendo entre dois mundos, não se sabe o que pode ser referência, no espaço e na cultura, ou mesmo para onde ir ou voltar. Talvez o momento de transição para a vida adulta seja o momento de decidir ou pelo menos tentar se **localizar** em algum lugar. Se a ideia mais comum de se tornar adulto é um momento de suposta estabilidade, após uma fase de transição, nos perguntamos se/como será possível se estabilizar entre/em dois mundos? Se há como construir uma estabilidade, é preciso escolher como ela será objetivada na realidade social mais concreta, e isso ocorrerá dentro de quais quadros socioeconômico, cultural e político? De que gama de oportunidades no mercado de trabalho, nas relações sociais e afetivas? Em que lugar e com quais referências socioculturais predominantes eles atravessarão esse processo?

Se é verdade que em um campo social transnacional há circulação de informações, bens, pessoas, práticas culturais etc., é também possível que num espaço que parece pairar acima das fronteiras dos territórios e dos Estados-Nação, ele esteja em algum nível, levemente ou às vezes intensamente, **suspenso** das condições objetivas, materiais e concretas da realidade social que descreve. Se tratando de transição para a vida adulta, os jovens assumirão sua escolaridade, sua residência, seu trabalho, sua família, em um dado contexto socioeconômico cultural e político. Quais as oportunidades e constrangimentos são oferecidos a ele nesse contexto espacial expandido? E o quanto ele tem de familiaridade, conhecimento e recursos para lidar com essas oportunidades e constrangimentos, do ponto de vista de sua formação educacional, cultural, socioeconômica, política e familiar?

A partir do que revelaram os estudos sobre os filhos de imigrantes nipo-brasileiros no Japão e dos desdobramentos identitários e referenciais decorrentes da relação espacial buscamos olhar agora para este processo com a abordagem teórica de curso de vida em uma perspectiva que privilegia a dimensão temporal. Esta abordagem teórica e analítica adota tanto uma compreensão temporal dos fenômenos, bem como de interação entre processos e tempos, históricos, familiares e individuais (HAREVEN, 1978; ELDER, 1978; 1987; 1994; MACMILLAN, 2005). Buscamos dessa forma, apreender, tanto a experiência anterior no

Japão e suas influências, quanto o retorno ao Brasil e os processos pelos quais esses jovens vivenciam a passagem para a vida adulta. Se as crianças passam por diversas dificuldades na condição de filhos de imigrantes, tanto no Japão, quanto no Brasil, como isso poderia influenciar o período de transição para a vida adulta?

CAPÍTULO 2 – CURSO DE VIDA E TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA

Tratar da transição para a adultez implica em adotar uma perspectiva temporal da vida. Sob este prisma percorremos entre o nascimento e a morte diferentes fases associadas à progressão da idade ao longo do tempo. Essas fases têm um forte conteúdo social e histórico, como bem o demonstrou Philippe Ariès (1978) em seu trabalho seminal. Isto porque as idades assumem importância variável a cada período da história, como exemplificado na análise das mudanças introduzidas no ocidente europeu com o advento do capitalismo e o fim do chamado Antigo Regime. A invenção da infância marca a organização da vida cotidiana, as instituições, as artes, novidades ensejadas pela queda da mortalidade infantil entre outros fatores (ARIÈS, 1978).

As fases da vida a que costumamos nos referir seriam a infância, a adolescência, a idade adulta e a velhice. Transitar de uma fase a outra significa adquirir características associadas a uma nova etapa ao mesmo tempo em que outras são deixadas para trás. Transitar em direção à vida adulta significa adquirir uma condição de independência, principalmente em relação à família de origem, o que caracteriza o indivíduo adulto em uma de suas dimensões. A adultez opõe-se à infância e à adolescência, etapas da vida associadas à dependência em relação a outros (VIEIRA, 2009).

No entanto, essa passagem de uma fase à outra da vida não tem seus limites tão claramente definidos, pois, tratando-se de um processo social, envolve diferentes dimensões, variáveis segundo diferentes sociedades. Além disso, estas variações ocorrem também dentro de uma mesma sociedade, em razão de clivagens de classes sociais/gênero/etnia e através do tempo histórico (HAREVEN, 1978). Alguns marcos transicionais objetivos são frequentemente usados nas análises sobre o tema. São eles, a saída da escola, a entrada no mercado de trabalho, a saída da casa dos pais e a constituição de domicílio independente, a entrada em união conjugal e o nascimento do primeiro filho. Estes marcos referem-se a diferentes papéis sociais relacionados às idades que os indivíduos atravessam ao longo de suas vidas (HOGAN; ASTONE, 1986).

Em grande medida, as preocupações dominantes nesse campo de estudos, desde finais do século XX, concentram-se na compreensão das diferenças introduzidas na passagem à vida adulta nas sociedades capitalistas contemporâneas. Transformações sociais em nível global aumentaram a complexidade da vida, tornando ainda mais difícil a delimitação do período que corresponde à aquisição da condição de adulto (HARTMANN; SWARTZ, 2006; VIEIRA, 2009).

2.1 Curso de vida como perspectiva teórico-metodológica

A construção social da ideia de curso de vida se fundamenta a partir de mudanças sociais, econômicas e familiares de finais do século XVIII e início do XIX na Europa, no contexto da modernização industrial. A perspectiva de curso de vida representa a vida em movimento a partir de trajetórias individuais, as quais refletem também as expectativas sociais e familiares relacionadas às idades (HAREVEN, 1978). As mudanças sociais e econômicas ocorridas a partir da modernização das sociedades ocidentais durante o século XIX, especialmente os processos de industrialização e urbanização, bem como mudanças demográficas e na vida familiar, constituem o conjunto de fatores associados a este tipo de segmentação social da vida (HAREVEN, 1999; VIEIRA, 2008). Estas transformações expressam um movimento que pode ser visto como a **institucionalização**, que deslocou o eixo de regulação das necessidades coletivas da família para organizações mais individualizados e mediadas por instituições sociais (HAREVEN, 1999).

Segundo Hareven (1999), avanços alcançados pelas ciências comportamentais e médicas no século XIX e sua divulgação no século XX acabam por popularizar um determinado tipo de segmentação associada à importância atribuída a diferentes idades. Como chama a atenção Vieira (2009), políticas públicas dirigidas a determinados grupos de idade na população colaboraram para a cristalização de noções a respeito das características de cada etapa da vida: “[...] escolas para crianças, frentes de trabalho para adultos e aposentadoria para idosos, são alguns exemplos” (VIEIRA, 2009, p. 28).

As mudanças estruturais deste período instauram um processo de racionalização da vida. Dessa maneira, o curso da vida em um contexto de modernização e racionalização das sociedades, começa a se definir mais fortemente a partir de instituições que orientam e controlam a periodização da vida, com um caráter de “cronologização da vida” (DEBERT, 1997). As razões pelas quais a cronologização da vida pôde ocorrer estão inseridas neste contexto das transformações econômicas e políticas. A **padronização** do curso de vida entre as fases de infância, adolescência, idade adulta e a velhice são favorecidas por essa mudança entre uma economia que tinha como base a unidade doméstica, e que passa para um sistema produtivo baseado no mercado de trabalho. E por outro lado, questões que eram consideradas de ordem privadas até então, passam a ser tratadas como problemas de ordem pública, que devem ser administradas pelo Estado Moderno (DEBERT, 1997).

A partir deste processo de modernização, transformações no sistema educacional também tiveram um papel significativo na segmentação do curso de vida. A defesa da escolarização universal e obrigatória assumida pelo Estado na era industrial, entre outras

dimensões de proteção ao indivíduo, separou as crianças na condição de indivíduos “em formação”, dos adultos já “formados” (ARIÈS, 1978).

Cabe lembrar que a modernização e a industrialização não ocorreram simultaneamente em todos os países (DEBERT, 1997; SHANAHAN, 2000; VIEIRA, 2008; 2009). É preciso questionar, inclusive, o significado atribuído a ideia de **modernidade**. No contexto europeu essa ideia é entendida como sinônimo de um período histórico com suas características. Assim, operar com a ideia de modernidade enquanto período histórico torna-se problemático para pensarmos a América Latina porque nós não possuímos, em nossas sociedades, as mesmas características das sociedades europeias. E, também, não atravessamos o mesmo processo político, econômico e demográfico²⁰ (VIEIRA, 2009).

Dessa maneira, é necessário considerar as variações na periodização do curso de vida que podem ocorrer entre sociedades distintas. No entanto, em um esquema geral que representaria o curso de vida típico da era industrial poderiam ser considerados três estágios bem definidos: **i) a infância e adolescência** – período da vida reservado exclusivamente à formação educacional, **ii) a idade adulta** – vivida a partir da centralidade do trabalho e formação familiar e **iii) a velhice**, vinculada ao período de aposentadoria (VIEIRA, 2008).

A partir destas transformações, a perspectiva teórica de curso de vida buscou, desde seu início, enfatizar o papel das instituições e das normas sociais e culturais no desenvolvimento do percurso das vidas individuais. Nesse sentido, o curso de vida típico da era industrial apresentaria um aspecto **padronizado** entre as idades, **institucionalizado** em suas normas, obedecendo a certos padrões sociais de *timing*, ordem e duração, bem como expectativas socioculturais circunscritas ao contexto e em relação a estes padrões.

A ideia de padronização é um desdobramento de uma maior previsibilidade do curso de vida, uma vez que o desenvolvimento de serviços públicos, benefícios e oportunidades de educação e trabalho passaram a ser definidos pela idade. Dessa maneira, os grupos etários passaram a viver as mesmas experiências que estariam relacionadas ao seu desenvolvimento esperado para aquela determinada idade (SHANAHAN, 2000). A institucionalização do curso de vida ocorreu a partir do Estado aumentando os direitos que um indivíduo poderia ter, a partir de uma base universal e padronizada ao longo do século XX.

Essas transformações sociais acarretaram também em um processo de **individualização** do curso de vida. A individualização se refere à compreensão da própria vida como um projeto pessoal deliberado, o que não era uma ideia comum até o século XIX.

²⁰ Trataremos das especificidades do contexto brasileiro ao final deste capítulo.

Anterior a este período as vidas individuais eram fortemente modeladas pelas exigências da vida familiar (HAREVEN, 1982; SHANAHAN, 2000).

Tratar das transformações históricas ocorridas com a modernização é também chamar a atenção para o fato de que o processo de individualização – e o **individualismo como valor** próprio da modernidade – teve na institucionalização do curso da vida uma de suas dimensões fundamentais (DEBERT, 2010, p. 59, grifos nossos).

Este modo de organização da vida de forma padronizada, institucionalizada e individualizada típica das sociedades modernas também se configura numa forma específica de lidar com o tempo, como “uma medida objetiva, universal e dotada de uma direção, uma orientação linear voltada para um fim específico” (VIEIRA, 2008, p. 29). Essas formas de percepção do tempo, bem como as próprias formas de organização da vida em seu curso, passam por novas transformações a partir da década de 1960.

2.2 Curso de vida nas sociedades capitalistas contemporâneas

As transformações sociais contemporâneas estão situadas, de modo geral, na passagem do século XX para o XXI a partir das novas configurações da economia capitalista, que passam de um modelo industrial, para de uma economia globalizada. Esse momento suscita novas questões de ordem ideológicas e organizacionais da vida. Fala-se na **cultura de um novo capitalismo** (SENNETT, 2006) que, em alguma medida, causa e é resultada de mudanças substantivas nas formas de organização societárias – econômica, política, cultural etc.

Nesse contexto, o processo de individualização do curso de vida, já em vigor, se acelera e se torna diferenciado a partir de finais dos anos 1960. Alguns autores consideram que as trajetórias escolares, laborais e familiares altamente padronizadas tenham se abalado por mudanças intensas, estruturais e culturais, levando a novos patamares e novas formas de individualização (KOHLI, 1986; BUCHMANN, 1989; SHANAHAN, 2000). Estas relações se configuram na chamada **despadronização**²¹ em relação à temporalidade dos eventos no curso de vida. Em relação à transição para a vida adulta, há novas configurações nesse sentido, em que a educação continuada passou a ser uma exigência do mercado e a aposentadoria também deixou de ser sinônimo de inatividade, de tal modo que há sobreposição entre educação, trabalho e aposentadoria (CAMARANO; MELLO; KANSO, 2006; VIEIRA, 2008, p. 29).

As mudanças no curso de vida, consideradas também a partir dos termos de

²¹ A despadronização sugere que os eventos, sequências e *timing* ocorrem de forma mais dispersa em relação às idades e durações (BRÜCKNER; MAYER, 2005).

‘desordem’ e ‘despadronização’, estão de certo modo atreladas à expansão da educação que por sua vez alterou as dinâmicas do mercado de trabalho. A **desinstitucionalização** significa que estados, estágios, eventos e transições apresentam menores níveis de controle/previsibilidade social. Poderíamos questionar, entretanto, até que ponto menor controle também se traduz em menor proteção social (BRÜCKNER; MAYER, 2005; VIEIRA, 2009).

Destes processos de menor regularidade e relativa perda de controle social no curso de vida derivam novos aspectos que tornam ainda mais complexa a transição para a vida adulta. Shanahan considera que esta complexidade recente está relacionada à uma **“nova” individualização**. Isto porque o processo de individualização – que se iniciou com a modernização das sociedades industriais – já se configurava também com a padronização e institucionalização do curso de vida. O que acontece após a década de 1960 seria uma aceleração deste processo de individualização, que agora apresentaria um novo caráter e outras consequências²² (SHANAHAN, 2000).

Bauman compreende o momento histórico contemporâneo enquanto uma fase que se caracteriza pelo ‘derretimento’ dos laços que constroem o “nós”, ou seja, trata-se da fragilização dos laços que podem coordenar e amarrar interesses individuais em projetos e ações coletivas. Uma das formas é através da construção deste discurso da **(nova) individualização**. Significa, portanto, um período de desenraizamento coletivo, em que se passa a um momento no qual não se tem mais, ou tem-se enfraquecido significativamente, os padrões, códigos e regras (instituições) que operavam como “pontos estáveis de orientação” (BAUMAN, 2001).

Isso não quer dizer que nossos contemporâneos sejam guiados tão somente por sua própria imaginação e resolução e sejam livres para construir seu modo de vida a partir do zero e segundo sua vontade, ou que não sejam mais dependentes da sociedade para obter as plantas e os materiais de construção. Mas quer dizer que estamos passando de uma era de ‘grupos de referência’ predeterminados a uma outra de ‘comparação universal’, em que o destino dos trabalhos de autoconstrução individual está endêmica e incuravelmente subdeterminado, não está dado de antemão (BAUMAN, 2001, p. 14-15).

²² A abordagem de linha francesa sobre transição para a vida adulta foi sugerida pela banca de defesa desta tese como uma interpretação possível, principalmente para nossos dados qualitativos de pesquisa. Os conceitos de *descristalização* e *latência* desenvolvidos por Chamboredon (1985) serão considerados em trabalhos e publicações futuras. “Chamboredon (1985) propõe, assim, a multiplicidade e a desconexão das diferentes etapas de entrada na vida adulta. Em decorrência, tanto a *descristalização*, significando dissociação no exercício de algumas funções adultas, e a *latência*, que separa a posse de alguns atributos do seu imediato exercício, seriam elementos importantes para o estudo dos jovens nos dias atuais. O primeiro caso - a descristalização - oferece como exemplo o exercício das atividades adultas da sexualidade já na puberdade, dissociado das funções reprodutivas e familiares. O segundo caso - a latência - seria ilustrado pela situação de posse de habilitação profissional oferecida pelo sistema escolar sem o imediato ingresso no mercado de trabalho, situação típica de países como a França” (CHAMBOREDON, 1985, p. 21; SPOSITO, 2001).

Dessa maneira, haveria aqui uma guinada no modo como o homem se entende, em seu processo de autorreflexão na sociedade. Os indivíduos hoje têm que ir atrás de suas identidades, têm de encontrar seus grupos, que antes eram dados, e o resultado disso é que “o peso da trama dos padrões e a responsabilidade pelo fracasso caem principalmente sobre os ombros dos indivíduos. Chegou a vez da liquefação dos padrões de dependência e interação. Eles são agora maleáveis a um ponto que as gerações passadas não experimentaram e nem poderiam imaginar” (BAUMAN, 2001, p. 15).

Assim, com o processo de maior individualização, também ocorre a despadrãoização do curso de vida, que implica, portanto, em uma maior heterogeneidade dentro de um mesmo grupo etário. Ou seja, pessoas de diferentes idades podem estar expostas à mesma experiência, ao mesmo tempo em que, em um mesmo grupo etário há uma maior variabilidade de experiências. Assim, a imagem típica da segmentação do curso de vida – que tem a criança e adolescentes que só estudam, adultos que só trabalham e aposentados inativos – se torna menos nítida. Existe atualmente uma grande combinação de “status escolar, ocupacional e conjugal, [que] se misturam, se confundem e levam a uma ampla gama de outras possibilidades [...]. Quanto maior a heterogeneidade de combinações realizáveis, maior é a complexidade do curso de vida e mais difícil se torna vislumbrar um padrão etário rígido” (VIEIRA, 2008, p. 29).

Embora os estudos realizados em contextos de países desenvolvidos tragam essa visão de maior heterogeneidade nos cursos da vida, cabe-nos refletir se essas mudanças têm ocorrido de forma similar em contexto brasileiro. Vieira mostra que no Brasil entre 1970 e 2000 o nível de heterogeneidade intra-grupo etário aumentou, ou seja, um maior número de combinações de status possíveis foi encontrado em 2000 se comparado a 1970. Também há indícios de um prolongamento da juventude, pois esta variabilidade de status se apresenta dispersa em 2000 entre idades muito acima daquelas circunscritas à juventude no Brasil, atualmente definida entre as idades de 15 e 29 anos²³ (VIEIRA, 2008, p. 40).

Também é relevante questionar se a individualização e maior heterogeneidade representam uma característica mais forte do período sócio-histórico contemporâneo, ou se elas se aplicariam apenas a grupos sociais específicos. Segundo o mesmo estudo de Vieira (2008), – que buscou medir objetivamente a duração e a heterogeneidade da transição para a vida adulta também a partir das clivagens segundo renda, cor, sexo e situação de domicílio –

²³ “Desde 2006, a Secretaria Nacional de Juventude (responsável pela articulação de programas e projetos do governo federal) decidiu estender a faixa etária de sua população-alvo, que era de 15 a 24 anos, para 15 a 29 anos” (VIEIRA, 2008, p. 36).

no Brasil em 1970, apenas as mulheres urbanas apresentavam um alto grau (cerca de 40%²⁴) de pluralidade de combinações de status aos 30 anos e mais. No ano 2000, todos os subgrupos analisados apresentaram um grau de pluralidade de combinações de status, como aquele encontrado para o grupo de mulheres urbanas em 1970.

Segundo a autora, estas outras possibilidades de que trata a despadronização do curso de vida tornaram-se reais e passíveis de serem encontradas empiricamente no Brasil. Isto seria um indício de que o curso de vida tornou-se mais complexo para todos (VIEIRA, 2008)²⁵.

Isto se verifica na descompressão dos marcos da vida adulta (por exemplo, maior espaçamento temporal entre a saída da casa dos pais e o casamento); aumento da sobreposição dos papéis sociais (estudar e trabalhar ou aposentar-se e não se retirar completamente do mercado de trabalho); aumento da reversibilidade e instabilidade dos papéis sociais (o filho que retorna à casa paterna depois de ter tido a experiência de viver só ou em união conjugal) e desarticulação dos diferentes papéis que se tornam difíceis de conciliar ao longo das trajetórias individuais no decorrer da vida (sobretudo, as tensões entre vida familiar e profissional) (VIEIRA, 2008, p. 23-24).

Estas mudanças estruturais provocam alterações que, segundo Vieira “subvertem a ordem intrínseca ao momento anterior. **A própria percepção do tempo também se altera sob a lógica da simultaneidade, do instantâneo, do virtual e do real.** Isso abala os velhos fundamentos de **continuidade, linearidade e sequência** previsível dos eventos ao longo do curso da vida” (VIEIRA, 2008, p. 29, grifos nossos).

Tempo histórico, tempo familiar, tempo individual: curso de vida e migrações transnacionais

Elder define que “o curso da vida refere-se a caminhos através do tempo de vida, diferenciados por idade, para os padrões sociais de *timing*, de duração, de espaçamento e da ordem dos eventos” (ELDER, 1978, p. 21). Do ponto de vista da interação entre os processos e os tempos, histórico, familiar e individual, a abordagem de curso de vida adota a

²⁴ Vieira utilizou a metodologia de entropia para medir a heterogeneidade e duração da transição para a vida adulta no Brasil. O grau de heterogeneidade encontrado para as mulheres brancas em 1970 foi próximo ou acima de 40% da entropia máxima. A amplitude do índice de entropia geral varia de 0, quando há perfeita homogeneidade (ou seja, todos os indivíduos estariam concentrados em uma única combinação de *status*) até a entropia máxima (máxima heterogeneidade, situação na qual haveria exatamente o mesmo número de indivíduos em cada uma das combinações de *status* possíveis). A análise de entropia é uma técnica de decomposição, isto é, dada uma totalidade, reconstruem-se as componentes que formam o todo, de maneira que a entropia capta o quanto esse todo está segmentado internamente. Por esse prisma, a entropia mede a heterogeneidade interna do grupo social ou de qualquer outro objeto em estudo (VIEIRA, 2008, p. 34).

²⁵ Embora tenhamos considerado aqui um panorama para o Brasil de 1970 a 2000 segundo as análises de Vieira, as particularidades da transição para a vida adulta no Brasil e mais especificamente no Estado de São Paulo serão tratadas no Capítulo 3 desta tese. Por ora levantamos as principais tendências nos estudos de curso de vida e transição para a vida adulta com o intuito de fundamentar a argumentação sobre as imbricações entre os processos de transição para a vida adulta em contexto migratório.

interpretação de transições individuais e familiares como parte de um processo interativo contínuo (HAREVEN, 1978). Hareven (1978), além do mais, considera que as transições no curso de vida são determinadas no tempo através da interação de fatores demográficos, econômicos e sociais, bem como a partir de normas familiares e culturais.

Dentro dessa perspectiva, a autora lembra que “padrões de *timing* podem ser violados ou reforçados por circunstâncias históricas específicas, como guerras ou depressões econômicas, e em uma escala mais local, a migração” (HAREVEN, 1978, p. 7). Os processos relacionados às normas sociais e culturais estabelecem expectativas sobre as idades de se passar por determinadas experiências. Os eventos sociodemográficos que caracterizam a transição para a vida adulta são marcados por tais expectativas. As idades esperadas para se terminar os estudos, para começar a trabalhar, sair da casa dos pais, entrar em união e ter filhos, geralmente estão circunscritas ao contexto social e histórico, às normas culturais de um lugar. “Como os indivíduos se movem através da estrutura etária, eles se preocupam se estão adiantados, no ‘tempo certo’, ou atrasados na entrada de um papel social e comprometidos por um sistema informal de recompensas e sanções” (HAREVEN, 1978, p. 28).

Consideramos neste trabalho, explorar como essas expectativas se traduzem em um contexto social transnacional, como é o caso da migração Brasil e Japão. E, também, no momento sócio-histórico contemporâneo, em que processos de transformações macrossociais, de novas configurações familiares e normas socioculturais, influenciam tanto as relações espaciais quanto temporais nas vidas individuais.

Como vimos anteriormente, a migração de brasileiros no Japão afetou de forma diferenciada os filhos dos primeiros migrantes. Isto ocorreu principalmente a partir do caráter transnacional deste fluxo e das discontinuidades na trajetória educacional dos filhos desses imigrantes. Essa conjuntura conseqüentemente ressalta as incertezas nas trajetórias futuras, próprias da transição para a vida adulta. Entretanto, além de reforçar as incertezas próprias dessa fase da vida, a migração também está inserida num momento sócio-histórico de transformações macroestruturais. Essas mudanças contextuais afetam o curso de vida em um momento de passagem entre modos de organização social típicos de uma modernidade que se configurava a partir de referenciais de estabilidade, e as formas contemporâneas que apresentam uma maior fluidez tempo-espaciais e institucionais (BAUMAN, 2001; HARVEY, 1998; HALL, 2002).

Esta visão do mundo contemporâneo que se mostra com certa fragilização das instituições modernas, despadronização do curso de vida e sobreposição de eventos, se apresenta como uma experiência nova nas vidas individuais. Entretanto, a percepção do

tempo e a forma como se organizam os papéis sociais e o curso de vida é aquela que se naturalizou há não muito tempo, com a modernização das sociedades e racionalização do tempo. Este processo de transformação das dimensões e percepções temporais se caracteriza enquanto uma crise da nossa experiência do espaço e do tempo (HARVEY, 1998). Harvey recupera essa ideia de crise, considerando que as categorias espaciais vêm a dominar as temporais, acarretando em mudanças de uma maneira que não somos capazes de acompanhar (HARVEY, 1998, p. 187). E esclarece que isto ocorre, pois “ainda não possuímos o equipamento perceptual que nos permita perceber esse novo tipo de hiperespaço [...] em parte porque os nossos hábitos de percepção foram formados naquele antigo tipo de espaço” (JAMESON, 1984 *apud* HARVEY, 1998, p. 187).

Começamos por discutir aqui a ideia acerca de uma percepção temporal que se altera, pois essa ideia estabelece conexões com as dimensões tempo-espaço referentes à migração e à transição para a vida adulta dos migrantes. Vieira (2009) lembra que falar de transição para a vida adulta é trabalhar com um conceito, portanto algo socialmente construído, podendo assim a noção do que seja ‘se tornar adulto’ variar segundo **a visão dos indivíduos** que passam por distintas experiências em **variados contextos sociais** e **períodos históricos**. Dessa forma, esclarece que “parece haver consenso na literatura especializada de que os marcos transicionais e a percepção da duração ideal da fase juvenil variam de acordo com a cultura e o grau de afluência das sociedades” (VIEIRA, 2009, p. 4).

Destacamos nos apontamentos de Vieira as condições a partir das quais a noção de tornar-se adulto pode variar – os **períodos históricos**, os **contextos sociais** e a **visão dos indivíduos** – justamente porque é a partir da interação e/ou inter-relação entre estas três dimensões que desenvolvemos nossa problemática acerca da transição para a vida adulta em contexto migratório contemporâneo.

A migração, como vimos anteriormente, é um fenômeno social que afeta de forma significativa a percepção que os imigrantes/emigrantes têm do tempo. Isto porque com a promessa de um retorno latente e a provisoriade permanente, o tempo não tem mais um caráter de continuidade ou linearidade no curso de suas vidas, antes, está **temporariamente suspenso**. Em particular no caso dos brasileiros no Japão, ao deixar para se viver “quando estiver lá”, os imigrantes adotam uma perspectiva de vida que influi em processos repetitivos de idas e vindas entre Brasil e Japão – uma circulação entre os espaços. Se aqui não é “meu lugar” eu fico por enquanto, mas logo estarei “lá”. Tal experiência é bastante comum entre os imigrantes brasileiros no Japão e explorada em estudos sobre o tema (ROSSINI, 2000; 2008). Esta circulação de estadas temporárias se configurou de tal forma ao longo do tempo, que esta

imigração chega a ser considerada como “permanentemente temporária” (TSUDA, 1999; BELTRÃO; SUGAHARA, 2006). Mas “viver lá” é viver onde?

Esta é uma questão que nos coloca frente à relação dos indivíduos com o espaço social, e que em contexto migratório se apresenta de forma ainda mais complexa. Para os filhos dos imigrantes brasileiros, “lá” pode ser tanto o Brasil, quanto o Japão, uma vez que o campo social de imigrantes brasileiros no Japão tem esse caráter de transnacionalidade. Portanto, o imigrante pode estar “aqui e lá” ao mesmo tempo. Esse estar “aqui e lá” tem um sentido simbólico relevante: agora se pode atravessar de um lugar a outro em uma velocidade antes impossível. Além disso, há também novas formas de relações com o avanço das tecnologias de comunicações. Tais mudanças reconfiguram as relações interpessoais e institucionais de tal modo que, mesmo estando fisicamente distantes se tornaram instantâneas. Os jovens imigrantes também provavelmente possuem credenciais mínimas para viver tanto em um contexto quanto em outro, a partir de sua formação dupla que os mantêm nesse modo flexível de relação com o espaço e o tempo.

Um dos aspectos das transformações contemporâneas em contexto de um capitalismo global e revolução tecnológica é a “‘compressão espaço-tempo’, a aceleração dos processos globais, de forma que se sente que o mundo é menor e as distâncias mais curtas, que os eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância” (HALL, 2002, p. 70).

Hall busca traçar o impacto destas transformações contemporâneas, particularmente sobre a dimensão tempo-espaço, para tratar de questões identitárias. Segundo o autor, este impacto da compressão tempo-espaço significa uma crise nos sistemas de representação, pois “o tempo e o espaço são também as coordenadas básicas de todos os sistemas de representação. Todo meio de representação – escrita, pintura, desenho, fotografia, simbolização [...] – deve traduzir seu objeto em dimensões espaciais e temporais. Assim a narrativa traduz os eventos numa sequência temporal ‘começo-meio-fim’” (HALL, 2002, p. 70).

Como assinalamos no capítulo anterior, a representação identitária dos filhos de imigrantes *nikkeis* está profundamente marcada pela imigração de caráter transnacional, mas carrega também uma longa história de descontinuidades e transformações desde a imigração japonesa no Brasil.

Estes jovens precisarão estabelecer as relações com esse espaço social transnacional em um momento crucial de suas vidas, em que atravessam o período de se tornarem independentes de sua família de origem. E isto em um momento histórico que

também nos parece **em transição**. Se os sistemas de representações da modernidade implicavam em uma narrativa unilinear, com começo-meio-fim, na construção de um curso de vida baseado nas idades, com tempo “certo” para se vivenciar cada evento e durações socialmente esperadas; hoje essa ideia, como vimos, está se transformando, já vivemos em alguma medida “**sob a lógica da simultaneidade, do instantâneo, do virtual e do real**” (VIEIRA, 2008, p. 29).

Os jovens filhos de imigrantes estão a constituir seu próprio caminho entre um extremo do mundo ao outro. Estão “por eles mesmos” num mundo em que as fronteiras se expandem ao passo que o tempo-espaço se comprime. Consideramos ainda que, quando as **referências** são múltiplas, acabam por perder seu caráter norteador e se transformam todas em **iguais possibilidades** muito variadas, que se apresentam num espaço de tempo muito curto, **simultâneo**.

Alguns desafios para os jovens que atravessam a transição para a vida adulta nesse cenário podem ser observados a partir do trabalho de Richard Sennett sobre a emergência da “cultura do novo capitalismo” (SENNETT, 2006). Neste trabalho, o autor aponta para a necessidade atual de uma reconstituição da própria narrativa para um tempo de curto prazo, uma vez que não há segurança de empregos duráveis. Essa experiência é bem conhecida entre os grupos de imigrantes laborais temporários (SAYAD, 1998). A flexibilidade atual do mercado de trabalho, em consonância com a **desinstitucionalização** e **despadronização** do curso de vida, não permitem que os indivíduos se constituam mais como em outros tempos em determinados papéis. Os papéis sociais não são mais estáveis. Noções como lealdade e compromisso entre empresas e trabalhadores, por exemplo, não são mais fundamentais no mundo do trabalho (SENNETT, 2006), e nunca foi, através de postos de trabalho precarizados e temporários, uma realidade do trabalho imigrante.

Sennett considera que, nesse contexto, é necessária a reformulação da ideia de formação profissional ou capacitação, em que se exige mais versatilidade e potencial e menos conhecimento prático acumulado. É preciso saber um pouco de tudo, ou pelo menos estar apto a esse tipo de formação. Também se torna necessária a transformação no processo de construção das expectativas, nesse sentido, não se deve mais criar expectativas de longo prazo, uma vez que a fluidez exige que tenhamos um caráter capaz de abrir mão facilmente das experiências vividas. Assim, construir expectativas em papéis de longa duração, como era possível nos tempos em que havia os chamados empregos vitalícios, pode gerar grandes frustrações.

Em resumo, o autor considera que a sociedade contemporânea busca pessoas com

uma “individualidade **voltada para o curto prazo**, preocupada com as habilidades potenciais e disposta a abrir mão das experiências passadas” (SENNETT, 2006, p. 14). Entretanto, considera que as pessoas no geral não são assim, haveria a necessidade ainda de uma narrativa contínua sobre suas vidas, na qual se orgulham de suas experiências e capacitações pelas quais se formaram (SENNETT, 2006).

Portanto, é diante deste cenário de mudanças macroestruturais, em um contexto transnacional e de uma realidade imediatista e de curto prazo que os jovens imigrantes transitam para a vida adulta. Questionamos o seguinte: As influências familiares típicas do momento histórico imediatamente anterior, com planos de longo prazo na aquisição de papéis mediados pelas instituições sociais, ainda exercem papel no delineamento das expectativas individuais? Ou, problematizado de outra forma: Seriam os jovens de hoje herdeiros dos valores e expectativas das famílias *nikkeis* no Brasil, com uma ética do *gambarê* (dar o melhor de si/esforço resignado) e um planejamento do curso de vida, em que através do esforço na esfera da educação e do trabalho seria possível encontrar estabilidade na vida futura? Esse ideal seria coerente com a conjuntura atual? A imigração não teria afetado também a percepção e expectativas das famílias destes jovens?

Consideramos que estes jovens filhos de imigrantes podem ter uma experiência na relação tempo-espaco sob a lógica da **simultaneidade** e do **virtual-real** pela própria condição do imigrante-trabalhador-temporário transnacional. Os filhos nesta condição desde o nascimento, ou pelo menos desde a infância, vivem nessa situação latente em que se pode estar “aqui e lá ao mesmo tempo”, numa relação sempre temporária com o espaço social em que vivem, em que há muitas possibilidades a serem exploradas em outro lugar, **suspense**.

Nesse sentido, Sennett colabora para o entendimento das vidas vividas transnacionalmente, quando traz ao relevo um discurso de que, para **vencer na vida** precisaríamos nos adaptar a esse perfil de flexibilização e abrir mão da experiência. O grau de infiltração desse discurso no tecido social depende de muitas variáveis históricas, mas é esse conflito, de caráter ideológico, que o autor considera que está por trás da reformulação da cultura do capitalismo atualmente. “A cultura que vem emergindo exerce sobre os indivíduos uma enorme pressão para que não percam oportunidades. Em vez de fechamento, a cultura recomenda a entrega – cortar laços para sentir-se livre, especialmente os laços gerados pelo tempo” (SENNETT, 2006, p. 179).

Consideramos que, em geral, e especialmente para os imigrantes, parece ocorrer um fenômeno em que as influências na organização e percepção do curso de vida dos dois momentos sócio históricos – passagem do sec. XIX para o XX e deste para o XXI –

coexistem e apresentam conflitos, continuidades e descontinuidades. As configurações de um curso de vida padronizado e institucionalizado ainda permeiam o ideal de muitas famílias e inclusive dos jovens, e suas expectativas são em parte constituídas por esta ideia de uma vida que segue ordenada. Há também um conjunto de expectativas de que se alcance certa estabilidade a partir da educação e trabalho, mesmo em um curso de vida que se mostra despadronizado e com alta reversibilidade entre os papéis sociais (HARTMANN; SWARTZ, 2006).

Se, por um lado, a migração rompe com a ideia de um curso de vida que segue de forma linear e contínua, causando certa despadronização pelo seu próprio caráter de deslocamento tempo-espacial; por outro, ela parece atribuir algumas credenciais para lidar com a despadronização e com uma flexibilidade acerca do caráter temporário e fluído, próprios do contexto contemporâneo. As expectativas de planos feitos para prazos curtos, bem como os desencontros com as idades esperadas de se vivenciar determinados eventos, o *timing* e a ordem socialmente esperados para, por exemplo, terminar os estudos, entrar na vida laboral, casar, ter filhos são questões que atravessam com grande frequência a vida de imigrantes e seus filhos.

A trajetória migratória e a transição para a vida adulta: turning points possíveis?

A abordagem teórica de curso de vida define as noções de **trajetórias**, **transições**, e **turning points** (pontos de inflexão) enquanto conceitos analíticos. As trajetórias e transições geralmente são observadas em seu *timing*, adiantados, tardios, no tempo esperado; em sua duração, longa, curta, na duração esperada; e em sua sequência, ordenada ou desordenada; dos eventos sociodemográficos do curso de vida.

As **trajetórias** correspondem a períodos longos, como a trajetória da vida na escola, no trabalho, na vida conjugal e parental. São papéis inter-relacionados que estruturam a vida do indivíduo, casal e família (ELDER, 1987). Estudos sobre as migrações também utilizam o termo ‘trajetória’ para apreender a trajetória migratória de um indivíduo. Nessa abordagem a trajetória compreende os percursos entre idas e vindas dos migrantes aos países de origem e destino, bem como etapas intermediárias, como as migrações para outros locais antes de se fixar temporariamente em algum local. As trajetórias educacionais, laborais e familiares dos filhos de imigrantes estão, portanto, imbricadas com a trajetória migratória individual e familiares entre Brasil e Japão em um campo social transnacional.

Os jovens filhos de migrantes retornados com os quais trabalhamos nesta pesquisa experienciaram parte, ou toda sua trajetória educacional em contexto migratório. Também

parte de suas outras trajetórias de vida foram vividas no Japão. Assim buscamos refletir sobre as implicações dessas experiências anteriores no Japão sobre as transições subsequentes do curso de vida.

As **transições** são definidas como períodos mais curtos em relação à duração de uma trajetória, através das quais se passa de um estado a outro em um percurso (de solteiro a casado, de estudante a trabalhador, de filho para pais). A abordagem clássica de curso de vida considera que as **transições são mudanças** com maior ou menor probabilidade de acontecerem segundo a idade e aspectos culturais, e se apresentam como marco de novos direitos e obrigações (BLANCO, 2011). O que vimos a partir dos processos de despadronização dos padrões etários, é que esta probabilidade se encontra mais difícil de ser definida, se tornando cada vez mais complexo de se encontrar estruturas rígidas de padrões etários. No entanto, “transições estão sempre imersas em trajetórias de vida que determinam sua forma e seu significado” (ELDER, 1987, p. 184).

Ao considerar a realidade migrante, nos questionamos se as influências do **tempo** e **lugar** no curso de vida seriam facilmente reelaboradas num contexto social transnacional. Seria o retorno dos filhos de imigrantes ao Brasil uma tentativa de mudar sua vida a partir da transição para a vida adulta? O retorno, ou a própria experiência migratória poderiam ser considerados *turning points* em suas vidas?

A noção de **turning points** (pontos de inflexão) representa eventos que causam forte impacto e alteram a direção do curso de vida da pessoa. Não podem ser determinados prospectivamente, somente de forma retrospectiva. Um *turning point* significa mudanças substantivas na vida de uma pessoa, seja de aspectos objetivos ou subjetivos, em longo prazo podem produzir mudanças qualitativas no curso de vida (ELDER, 2003). Ou seja, são marcas perceptíveis do caminho ao longo do curso de vida, representa avaliações subjetivas a respeito de continuidades e descontinuidades, especialmente o impacto de eventos anteriores nos eventos subsequentes (HAREVEN; MASAOKA, 1988). Em contexto migratório a noção de *turning point* favorece a interpretação de eventos marcantes nas vidas dos indivíduos, como a ida para o Japão ou mesmo o retorno ao Brasil.

Uma vez que a migração provoca um **deslocamento**, conseqüentemente a experiência migratória pode acarretar em rupturas nas demais trajetórias de vida dos indivíduos: laboral, educacional, conjugal, familiar, etc. As noções de **trajetórias, transições** e **turning points** enquanto ferramentas analíticas favorecem a compreensão da transição para a vida adulta nesse contexto em que as trajetórias escolar, familiar e laboral sofreram deslocamentos causados pela migração, tais como com o idioma, com o lugar físico e social,

confronto de novos e antigos valores do contexto e da família, etc. Estas três principais noções da perspectiva teórica de curso de vida refletem a natureza temporal da vida e seus movimentos através do tempo histórico e biográfico (ELDER, 2003).

Ao relacionar o fenômeno migratório e a transição para a vida adulta, questionamos se seria a transição para a vida adulta de jovens imigrantes mais **despadronizada** em relação àqueles jovens que não experienciaram a migração. Se a migração pressupõe um **deslocamento**, como isso poderia afetar o curso da vida? O quanto os deslocamentos influenciam nas discontinuidades?

A abordagem de curso de vida ao levar o foco para o plano individual busca também as relações entre as mudanças da estrutura familiar e do contexto social e histórico. Ou seja, ela assume que muitas transições aparentemente individuais do curso de vida, não representam meramente cursos individuais, mas estão fortemente ligadas às estratégias coletivas de unidades familiares. Também considera que as estratégias coletivas são influenciadas por questões de ordem econômica, demográfica e de tradições culturais (étnicas) (HAREVEN, 1978).

Dessa maneira, esta abordagem nos permite estudar o grupo de filhos de migrantes a partir de diversos aspectos, por exemplo: dos tempos históricos, também a partir dos valores familiares de descendência étnica japonesa, das expectativas sociais e familiares para esse grupo, bem como do contexto social e histórico em que a migração acontece em suas vidas. Trata-se de um grupo que viveu a experiência migratória na condição de filhos de migrantes e, portanto, na maioria das vezes estavam sujeitos às decisões familiares. Podemos entender a migração para esse grupo como uma decisão familiar, condicionada ao momento e contexto histórico, socioeconômico e cultural tanto do Brasil quanto do Japão.

2.3 Curso de vida em contexto latino-americano

Ao abordar os processos de transição para a vida adulta sob a perspectiva de curso de vida, cabe nos questionarmos, até que ponto este referencial teórico alcança e pode oferecer elementos interpretativos e explicativos para entender a realidade do Brasil. Isto porque tais processos contemporâneos de transição, objetos da bibliografia internacional, estão fortemente ligados a contextos sócio históricos dos chamados países desenvolvidos a partir do advento da modernidade.

Dessa forma, buscamos localizar a sociedade brasileira dentro deste contexto contemporâneo global, em que as informações e as teorias circulam com grande facilidade e amplo acesso. Assim, procuramos considerar que no Brasil, e na América Latina, encontram-

se aspectos diferenciados e específicos deste mesmo processo global de desenvolvimento a partir de uma modernização e/ou modernidade. Não obstante, consideramos que países da América Latina também podem apresentar processos sociais com traços e consequências similares aos dos países desenvolvidos na contemporaneidade (BRAVO; MARTIN, 2010; CANCLINI, 2003; FURTADO, 1998; 2008).

O debate que levantamos a respeito dos processos de modernização na América Latina aborda as transformações estruturais contemporâneas nas esferas da família, trabalho e educação, e os valores a partir dos quais ocorre uma nova organização da vida social. Dessa forma, nos questionamos quais foram as transformações estruturais e os valores que nortearam os processos de modernização e a modernidade na América Latina. Ter essa visão nos ajuda a entender a partir de quais valores e condições sociais e históricas o curso de vida pode ser compreendido em terras brasileiras. A partir dessa exploração buscamos entender as estruturas e dinâmicas da família e do mercado de trabalho brasileiros, âmbitos principais nos quais o processo de transição para a vida adulta se realiza (ARRETCHE, 2015; OLIVEIRA, 1996; MACHADO, 2001).

A questão da modernidade, que perpassa a perspectiva teórica de curso de vida, deve ser olhada de perto quando estamos trabalhando com grupos sociais que vivenciam historicamente situações distintas daquelas onde as formulações teóricas, tanto sobre modernidade, quanto sobre curso de vida, foram desenvolvidas.

Segundo Bravo e Martin (2010), a questão que circunda o debate sobre a modernidade na América Latina é menos se ela existe, e mais quais contornos e quais particularidades ela apresentaria a partir de suas especificidades históricas.

Esta idea de modernidad que comprendemos desde la sociología, corresponde a coyunturas y procesos histórico-sociales ocurridos en la vieja Europa de los siglos XVIII y XIX. Es decir, pertenece a una observación eurocentrista del fenómeno social de la época que pretende expandirse y aplicarse hacia el resto del mundo. O para ser más exactos, ser un proyecto realizable en el marco de la civilización occidental, que en su naturaleza significaría la representación común de símbolos compartidos intersubjetivamente, derivados de los valores infundidos por la racionalidad iluminista, através de una cultura producida por los actores integrados a ésta civilización (BRAVO; MARTIN, 2010, p. 6).

A partir dessa consideração, os autores partem para compreender como isto poderia ser observado e representado hoje na América Latina.

Bajo este punto de vista, observamos que una vez desanclada de su origen fundacional, la modernidad comienza a expandirse através del mundo intentando homogenizar modos de vida o de organización social. Esta expansión será para Occidente el desarrollo de **distintas modernidades y procesos de modernización** iniciados en el campo político y cultural, **pero fundamentalmente en el**

económico. Cada nación perteneciente a la cultura occidental, de acuerdo a sus autóctonas particularidades socioculturales, conformaría su propia modernidad y consecuentemente vía de modernización, permitiéndoles constituirse como sociedad moderna bajo la luz de los valores ilustrados (BRAVO; MARTIN, 2010, p. 6. grifos nossos).

Cabe ressaltar aqui as diferenças conceituais e históricas dos dois termos amplamente utilizados no debate Latino-Americano, quais sejam, **modernidade** e **modernização**. Assim, sublinhamos suas principais características de forma a entender como se relacionam na formação econômica, política, social e cultural de nossa região e nosso país.

A **modernidade**, enquanto projeto político originado a partir das revoluções burguesas na Europa dos séculos XVIII e XIX, tem como seus princípios norteadores os valores Ilustrados de **liberdade, igualdade e fraternidade** entre os homens. A conquista destes valores neste processo seria possibilitada através da razão, da ciência e do progresso. Ou seja, o processo seria realizado através da racionalização e secularização das sociedades, face ao aprisionamento de um forte misticismo que antecede este período.

Já a **modernização** se caracterizaria por mecanismos de racionalização, incremento da técnica e da racionalidade instrumental na busca por processos de desenvolvimento (FURTADO, 2008). As transformações do processo de modernização compreendem uma mudança cultural, social, política e econômica, para que a sociedade se mova em direção a “padrões mais complexos e avançados de organização, liberdade, comunicação e democratização em todos os âmbitos, buscando concretizar e implementar os valores e promessas da modernidade” (LARRAIN, 2001, p. 14 *apud* BRAVO; MARTIN, 2010, p. 8).

A partir dessa definição básica, que não esgota sobremaneira este amplo debate, o que fica claro é que a modernização seria a operacionalização do projeto de modernidade. Desse modo, a modernização seria o processo em que as transformações de caráter empírico²⁶ permitiriam que as sociedades abandonassem as formas de funcionamento e organização tradicionais para constituir-se como sociedade moderna.

Cabe salientar que, embora os dois conceitos descritos acima sejam amplamente utilizados na literatura latino-americana, as formas como eles se configuram historicamente nessa região faz com que, mesmo os valores tidos como universais do ideário moderno, sofram rupturas locais. A modernidade latino-americana não estaria conformada

²⁶ As principais características consideradas são: alto grau de urbanização acompanhada de melhoramento da qualidade de vida devido ao desenvolvimento científico e tecnológico, a expansão e universalização da educação formal, as transformações da estrutura ocupacional, o enfraquecimento dos papéis tradicionais de gênero e a mudanças na esfera da família (BRAVO; MARTIN, 2010).

necessariamente a partir dos valores do Iluminismo europeu. Isto porque as diferenciações culturais tipicamente modernas começam a ser produzidas por aqui somente a partir do século XX, muito mais por influências de processos de modernização oriundas da América do Norte do que do processo histórico da velha Europa (BRAVO; MARTÍN, 2010).

Essa diferenciação entre os valores norteadores dos processos de modernização nesta região ocorre também pelo fato das sociedades latino-americanas terem em sua formação uma ampla influência Ibérica. Isto decorre do processo de colonização por sociedades Ibéricas com forte teor religioso, que é uma das principais forças que vai caracterizar o desenvolvimento histórico da região. Na América Latina as tradições religiosas conferem amplos poderes à organização familiar fortemente pautada pelas relações desiguais de gênero.

Além disso, o conservadorismo das elites agrárias também teve grande peso nos processos políticos, culturais e econômicos dessas sociedades. Somente a partir da segunda metade do século XX é que as elites econômicas protagonizam o discurso de modernidade, no entanto, revestido de desenvolvimento econômico. Uma das críticas a este processo é justamente o fato de a modernização econômica ter primazia sobre a política e cultural (BRAVO; MARTIN, 2010).

As consequências dessa especificidade histórica dos processos de modernização na América Latina refletem imediatamente nas esferas de organização da vida familiar e do trabalho, nos direitos cidadãos e na organização política e da sociedade civil. Bravo e Martin consideram a modernidade na América Latina como um projeto inacabado, em que os valores de racionalidade, cultura científica, democrática e política, igualdade e direito à livre expressão ainda estão por serem alcançados. Ou seja, programas culturais e políticos principalmente, ainda aguardam por materializar-se plenamente (BRAVO; MARTIN, 2010, p. 11).

É nesse momento histórico que ocorre no Brasil, com base no desenvolvimento, sobretudo o econômico, diversas transformações de caráter modernizadoras. Ao longo do século XX as características empíricas das sociedades modernas puderam ser constatadas no Brasil. A sociedade que era majoritariamente rural até então passa por um rápido e intenso processo de urbanização, concomitante ao nascimento e ampliação de um parque industrial. Observa-se também a ampliação de acesso e institucionalização do sistema educacional, bem como transformações nas estruturas ocupacionais. Houve também mudanças na esfera da família, a partir de uma dinâmica das relações de gênero com a entrada das mulheres no mercado de trabalho (ARRETCHE, 2015).

Desse modo, o que foi descrito como processos de **institucionalização**, **padronização** e **individualização** no curso de vida decorrentes das transformações macrosociais modernas também pôde ser, em alguma medida, observado no Brasil durante o século XX. No entanto, o desenvolvimento econômico desse período não foi acompanhado de perto pelo desenvolvimento social, e a modernização política e cultural deixou a desejar no que tange aos direitos cidadãos na sociedade brasileira. O Brasil apresenta uma grande desigualdade social, em dimensões que se interseccionam: de classe, gênero e etnia, bem como grandes diferenciais regionais de desenvolvimento. Além disso, valores familistas e tradicionais ainda fazem parte dos princípios norteadores da organização social brasileira, herança, em alguma medida, de sua história colonial de origem Ibérica (MACHADO, 2001).

As transformações sociais ocorridas na segunda metade do século XX – com a globalização da economia capitalista e as consequências deste processo no curso de vida dos indivíduos – atingiram também a sociedade brasileira, intensificando as mudanças nas esferas da família e da educação e trabalho. No entanto, as formulações teóricas sobre curso de vida decorrentes deste processo devem ser consideradas com cuidado para se observar a realidade brasileira.

Os conceitos de **despadronização**, **desinstitucionalização** e uma **nova individualização** do curso de vida interpretam as transformações sociais dos países desenvolvidos na contemporaneidade. Estes conceitos revelam uma **desconstrução** do que havia sido estabelecido anteriormente a partir das bases sólidas de instituições modernas nos países desenvolvidos. O que estava posto de forma mais ou menos ordenada, organizada e estável, como quer a razão moderna, começa a se enfraquecer e se movimentar, fluindo com o momento contemporâneo. Consideramos, neste ponto, olhar para a realidade brasileira de perto, posto que esta passou por um processo de modernização muito recente. Assim sendo e observando que o Brasil mal estabilizou suas instituições modernas, como se daria essa **desconstrução** que aponta a nova abordagem de curso de vida?

O contexto brasileiro no processo de modernização da sociedade

Ao olhar de perto para o contexto brasileiro buscamos considerar as mudanças de valores que norteiam as organizações das vidas individuais e familiares, ao passo que mudanças estruturais alteram as instituições chaves por onde a transição para a vida adulta ocorre. Os jovens tendem a planejar seu curso de vida, ou pensá-lo em longo prazo, com o ideal de um curso linear apontando em direção ao futuro. Isto porque este é o referencial de tempo e espaço que as sociedades ocidentais modernas têm como legado: a ideia de uma

narrativa com começo, meio e fim; a direção de um passado ao futuro mais ou menos ordenado e estruturado (HARVEY, 1998). Nesse sentido as expectativas de formação familiar e de carreira são sólidas e representam as promessas de um futuro em segurança. No entanto, as condições concretas e imediatas não parecem mais proporcionar as realizações desses ‘sonhos’ de se tornar adulto como foi com a geração de seus pais e avós. As mudanças na esfera econômica, demográfica e de novas tecnologias alteram os padrões de comportamento das novas gerações de forma que se torne improvável a reprodução dos padrões das gerações anteriores (CAMARANO, 2006).

Transformações em instituições tais como a escola, o mercado de trabalho e a família influenciam no ritmo das transições. Sejam através da fixação de marcos etários legais, da **persistência ou renovação de valores**, ou dos **constrangimentos inerentes à conjuntura do momento histórico** em que uma coorte precisa realizar sua transição (VIEIRA, 2009, p. 39, grifos nossos).

Embora no Brasil possam ser observados processos de **despadronização** do curso de vida, no que tange principalmente a transição para a vida adulta (VIEIRA, 2008; 2009; MELLO, 2015), essa transformação apresenta uma seletividade no cenário brasileiro, decorrente, sobretudo da realidade sócio histórica e de desigualdades do nosso país. Em relação aos processos de **(des)institucionalização**, o que se observou nas últimas décadas no Brasil foi, ao contrário, um fortalecimento da institucionalização das esferas da educação e trabalho.

O Brasil apresenta uma característica peculiar e muito diferente do que tem sido discutido a partir da literatura internacional: a **despadronização** do curso de vida nas esferas da educação e trabalho é decorrente mais de uma **institucionalização** do que de um enfraquecimento das instituições sociais destas esferas. Estes foram os resultados encontrados na pesquisa realizada por Mello (2015), que mostra que a institucionalização da educação e da esfera do trabalho no Brasil fez com que a saída da escola fosse adiada, ao passo que as idades de entrada no mercado de trabalho não sofreram o mesmo adiamento. Isto acarretou em uma maior sobreposição de *status* entre estudante e trabalhador, aumentando os processos de **despadronização** nessa dimensão da vida produtiva (MELLO, 2015).

Assim, a **despadronização** do curso de vida aqui não seria reflexo, necessariamente, de um processo similar ao das sociedades de modernidade avançada, as quais apresentam atualmente uma fragilidade das instituições modernas. Dessa forma, trabalhar com a questão dos valores modernos e de modernidade avançada (ou pós-modernos) que norteiam o curso de vida dos indivíduos se mostra um desafio para o contexto latino-americano, assim como para a situação brasileira particularmente. As transformações

sóciodemográficas, políticas, econômicas e culturais decorrentes do processo de modernização das sociedades latino-americanas apresentam diferenças tanto no tempo, quanto na forma com que aconteceram.

Condições históricas e estruturais do Brasil e as influências nos processos de transição para a vida adulta

Entre as principais transformações demográficas ocorridas no Brasil na segunda metade do século XX estão a queda da fecundidade e o aumento da longevidade. A fecundidade apresentou queda acentuada, modificando as estruturas e arranjos familiares no Brasil nas últimas cinco décadas. A importação de métodos contraceptivos, com destaque para a pílula hormonal, a ampliação do mercado de trabalho para as mulheres a partir da urbanização, bem como a ampliação da escolarização, são os principais fatores que se encontram nos condicionantes da queda da fecundidade no Brasil a partir da segunda metade do século XX (OLIVEIRA; VIEIRA; MARCONDES, 2015).

Dessa maneira, tanto a ampliação do mercado de trabalho para as mulheres, como a escolarização feminina representaram um processo de individualização feminina como trabalhadora (OLIVEIRA, 1984), o que significa também para as mulheres ter um número menor de filhos. A esfera do trabalho e dos estudos para as mulheres apresentam influências não apenas na fecundidade, mas também na vida conjugal, com o aumento das idades médias ao casar (VIEIRA; ALVES, 2016). Tais processos configuram transformações na formação de famílias, principalmente no que diz respeito ao *timing* destas formações.

Estas situações influenciam diretamente na transição para a vida adulta das mulheres. Nos estudos sobre transição para a vida adulta no Brasil considerar o viés de gênero é unânime, as desigualdades de gênero ficam explícitas quando se observam as transições de homens e mulheres. O que se apresenta historicamente é que os homens tendem a fazer a transição para a vida adulta pela esfera da vida produtiva, com a entrada no mercado de trabalho, principalmente. Enquanto as mulheres tendem a realizar a transição através da esfera da família, com a entrada em união e nascimento dos filhos. A participação das mulheres no mercado de trabalho se apresenta menor do que a dos homens, o que tenderia se a explicar em parte pelas condições biológicas, uma vez que são as mulheres que engravidam. No entanto, o tempo de vida da mulher relativo à gravidez e cuidados iniciais com o bebê que depende exclusivamente da mãe, no caso a amamentação, é um período relativamente curto que não justificaria a exclusão das mulheres da esfera do trabalho, caso as políticas sociais de

equidade de gênero fossem mais efetivas (MELLO, 2015; VIEIRA, 2008; 2009; CAMARANO, 2006).

O que temos como marcador de desigualdade ocorre principalmente pela construção social do papel da mulher, responsável pelo cuidado dos filhos, da casa e da família. Assim, a família apresenta um papel-chave na compreensão da transição para a vida adulta, tanto pela sua conformação atual que marca fortemente o viés de gênero das transições, quanto pelo papel de reprodução em que opera, não só biológico, mas também de valores compartilhados socialmente.

A formação de famílias é um processo realizado, sobretudo, a partir da nupcialidade e do nascimento de filhos. A instituição familiar, embora fortemente associada a estes dois fenômenos demográficos, também pode ter sofrido transformações a partir das alterações na mortalidade, com o aumento da expectativa de vida e, por conseguinte, pela projeção de um horizonte temporal de vida mais longo (OLIVEIRA, 1996).

Melhoria substancial nas condições de mortalidade trouxe uma ampliação dos horizontes temporais dos ciclos de vida criando um enorme espaço para o prosseguimento do processo de individuação das pessoas. É possível argumentar que se abre a partir daí um campo até certo ponto indeterminado de possibilidades a serem socialmente normatizadas (OLIVEIRA, 1996, p. 56).

Nesse sentido, as mudanças observadas nos processos de transição para a vida adulta, como o adiamento de alguns eventos de entrada na vida adulta, decorrem também deste prolongamento do curso de vida, agora com um horizonte mais amplo. Assim, o que era esperado normativamente como o ‘tempo certo’ de sair da escola, entrar no mercado de trabalho e formar família acaba por sofrer transformações de ordem estruturais. Este momento de mudanças na vida dos jovens muitas vezes acaba sendo analisado apenas do ponto de vista da responsabilidade individual e familiar destes jovens em transição. Ao desconsiderar o contexto social e histórico mais amplo em que os jovens estão inseridos, geram-se novos preconceitos e estigmas a esta fase específica da vida, comumente vista como um período ‘complicado, problemático’ (PAPPÁMIKAIL, 2010).

As transformações na esfera da família também respondem a mudanças de ordem macroestruturais. Assim, o que se chama atualmente de ‘crise da família’ e os questionamentos sobre sua permanência como modelo de convivência interpessoal deriva de transformações societais da passagem do século XX para o XXI. Bilac enfatiza este movimento ao afirmar que “na família ecoam, de forma ampliada, todas as crises, mudanças, processos que porventura ocorrem em outras esferas da vida social: os efeitos das políticas econômicas, as vicissitudes do emprego, a situação do sistema escolar” (BILAC, 2006, p. 58).

Ao olhar para as transformações estruturais da sociedade brasileira nas esferas do desenvolvimento econômico e dinâmica do mercado de trabalho, podemos esclarecer melhor esta relação entre as esferas da família, educação e trabalho. No que diz respeito à esfera do trabalho nas últimas décadas, o que se pôde observar foi um processo de deslocamento setorial com uma mudança na estrutura ocupacional paralelo ao desenvolvimento econômico. A transição rural-urbano da estrutura ocupacional do país foi um elemento chave, também para a inserção das mulheres no mercado de trabalho (COMIN, 2015).

No Brasil, o processo de modernização da sociedade ocorreu a partir de uma estrutura social agrária polarizada e desigual, em uma sociedade colonial e escravista. Este passado ecoa fortemente no processo de desenvolvimento do país e perpetua a desigualdade social que marca o Brasil atualmente (COMIN, 2015).

Grande parte da população rural que migrou para as cidades era analfabeta ou possuía um nível muito baixo de instrução, sendo relegados aos postos de trabalhos manuais de menores qualificações, salários e proteção social. Foi nesta transição que a população de nipo-brasileiros apresentou um diferencial, que reflete ainda hoje nos níveis de educação e de renda deste grupo. Durante esta transição, como vimos a partir do trabalho de Cardoso (1995), a população de descendentes de japoneses investiu fortemente na educação dos filhos para que tivessem uma melhor inserção no mercado de trabalho urbano.

A partir de meados dos anos 1980, quando o ciclo de industrialização já perdera o fôlego, as melhores oportunidades de mobilidade ascendente se deslocavam para nichos de ocupação em serviços para os quais os requisitos educacionais tendem a ser mais elevados do que o ensino fundamental (COMIN, 2015, p. 380).

A instabilidade do mercado de trabalho que marca o início do século XXI responde ao processo de reestruturação produtiva, com a flexibilização das relações trabalhistas. Este processo se caracteriza pelo aumento de contratos temporários, desvalorização salarial e maiores exigências de qualificação na competição pelas vagas de emprego. Isto resulta em maiores dificuldades para os jovens se inserirem no mercado de trabalho, trazendo impactos na transição para a vida adulta (VIEIRA, 2009, p. 71).

Bem como na esfera do trabalho, também o sistema educacional brasileiro passou por intensas transformações ao longo do século XX. As mudanças mais marcantes dizem respeito a uma maior institucionalização desta esfera, que passa a ser considerada direito inalienável dos indivíduos assegurada pela legislação e regulamentado pelas LDBs (1961, 1971, 1996) (VIEIRA, 2009). No entanto, embora a expansão do acesso ao sistema de ensino tenha ocorrido em todos os níveis, a progressão de nível de ensino dos indivíduos é maior

entre aqueles oriundos de famílias com maiores recursos socioeconômicos (RIBEIRO; CENEVIVA; BRITO, 2015).

Assim, a institucionalização da educação no Brasil embora tenha atenuado, não foi capaz de extinguir as desigualdades já presentes na sociedade e fornecer melhores chances de formação e inserção no mercado de trabalho de forma igualitária. As maiores desigualdades observadas se mantêm entre a população rural e urbana; também entre pretos/pardos e a população branca, bem como de origem de classe social. No entanto, em relação às desigualdades de gênero, as mulheres tendem a ter maiores chances de progressão de níveis de instrução do que os homens, ou seja, são mais propensas a realizar as transições educacionais (RIBEIRO; CENEVIVA; BRITO, 2015; LONGO; VIEIRA, 2017; SILVA, 2022).

Como se observa, a desigualdade que marca a sociedade brasileira se mantém mesmo a partir de políticas que visam à universalização do ensino. Esta universalização foi obtida para o ensino fundamental nos anos 1990, mas não para o ensino médio (MELLO, 2015). Os impactos destas transformações na esfera da família são fortemente influenciados pelo marcador de gênero. Os processos de urbanização e industrialização, seguidos da institucionalização da educação e das mudanças nas estruturas ocupacionais propiciaram uma maior entrada das mulheres no mercado de trabalho e no sistema de ensino.

A partir da segunda metade do século XX encontramos também mudanças próprias da instituição familiar, observadas no crescimento das separações e do divórcio, no aumento de famílias chefiadas por mulheres e de recasamentos. Também aumentaram as famílias recompostas com filhos de uniões anteriores e o crescimento de uniões consensuais. Além disso, se observou o aumento das idades médias ao casar, de nascimentos de filhos fora de uniões e da coabitação em segmentos sociais que antes não apresentavam com frequência este tipo de união (BERQUÓ, 1989; OLIVEIRA, 1996; OLIVEIRA; VIEIRA; MARCONDES, 2015).

A partir dessas informações, poderíamos supor que estaria em curso na esfera da família um processo de **despadronização** do curso de vida, com uma maior variedade de formatos e modalidades de formação familiar, bem como de uma maior reversibilidade dos eventos, como separações e recasamentos. Também poderíamos levantar a hipótese de uma **desinstitucionalização** no âmbito familiar, com o aumento de uniões consensuais, de nascimentos de filhos fora do casamento, coabitação. No entanto, embora estas características tenham se acentuado nas últimas décadas, será que poderíamos dizer que anterior a este

período o Brasil tenha experimentado processos de **padronização e institucionalização** no curso de vida no âmbito da família?

Questionamentos sobre a solidez e o futuro da instituição família e das parentelas também estiveram em debate no Brasil, diante da expansão do individualismo no mundo ocidental. “O valor conferido ao individualismo no mundo ocidental parece estar pondo em cheque o valor atribuído à família como princípio social balizador” (MACHADO, 2001, p. 12).

Entretanto, o que se observa é que a instituição familiar não parece estar em risco em sua existência, antes, há novas formas e modalidades e também a coexistência de sentidos para a família e os indivíduos no mundo contemporâneo. Ou seja, mesmo com o aumento de separações, divórcios e com a diminuição das taxas de nupcialidade, os dados analisados por Oliveira; Vieira e Marcondes (2015) indicam que as pessoas continuam a optar pela vida conjugal, mas cada vez mais em modalidades de união que não o matrimônio legal. “Nos últimos quarenta anos, houve pequena alteração na proporção de pessoas vivendo com companheiro, destacando-se a redução da participação dos casados em relação aos unidos consensualmente” (OLIVEIRA; VIEIRA; MARCONDES, 2015, p. 324).

Apesar da instituição da família manter sua predominância na maneira com que as pessoas buscam viver e se organizar no curso de vida, os valores e os sentidos a partir dos quais estas uniões ocorrem apresentam o peso do processo de individualização moderno, que marca nosso período contemporâneo. Ainda assim, como discutimos anteriormente, este peso deve ser relativizado quando olhamos para a realidade brasileira.

O crescente processo de individualização consolidou as sociedades de direitos individuais e os ‘Estados de bem-estar’. O individualismo, na sua versão da alta modernidade, produziu inequívocos efeitos nas formas familiares, nos seus princípios e nos valores conferidos à esfera familiar. A situação brasileira, tal como a de toda a América Latina, parece mostrar, em princípio, pelo menos dois pontos diferenciais em relação ao mundo europeu e norte-americano. De um lado, nem no Brasil, nem nas nações hispano-americanas, se alcançou o Estado de bem-estar ou se generalizaram os direitos cidadãos, tal como, por diferentes processos, o ‘mundo ocidental desenvolvido’ alcançou. De outro, o paradigma cultural ibero-americano que informa a construção social das formas de família, da sociabilidade e da noção de indivíduo apresenta historicamente forte enraizamento católico, em certo grau arabizado (MACHADO, 2001, p. 12-13).

Dada a grande desigualdade e estratificação social da realidade brasileira, estes apontamentos se tornam imprescindíveis para trabalhar com a ideia de **individualização** no curso de vida e suas consequências na transição para a vida adulta dos jovens. No entanto, embora os conceitos de **família** e **individualismo** pareçam ser antagônicos na forma com que são apresentados e confrontados, eles não operam na realidade dos indivíduos de forma

excludente e/ou exclusiva. Machado busca trabalhar com a “co-existência de um código relacional ancorado nas noções de **honra, reciprocidade e hierarquia**, e de um código **individualista**” (MACHADO, 2001, p. 16).

Para a autora, as famílias se constituem como ‘fábricas de construção de subjetividades’ e nesse sentido, os códigos de honra dos valores da família seriam responsáveis por legitimar as relações baseadas na reciprocidade, responsabilidade e senso de pertencimento a uma comunidade e um espaço social. Por outro lado, ela também legitima relações violentas, hierárquicas e de poder, bem como as relações desiguais de gênero. O código individualista trabalha no sentido de uma maior responsabilização e autonomização dos indivíduos por eles próprios, ao passo que também cria uma “dessensibilização do indivíduo em relação ao seu semelhante em relação ao seu pertencimento social, diminuindo a apreensão dos seus limites e da sua situação de compartilhamento” (MACHADO, 2001, p. 20).

A fraca generalização das condições cidadãs no Brasil, as situações econômicas desfavoráveis ou de crise podem fazer emergir o ‘pior dos dois mundos’: não o princípio da reciprocidade hierárquica, mas o da exclusiva hierarquia desigual; não o princípio da igualdade individual de direitos e deveres, mas o da universalidade do anonimato, da indiferença e da dessensibilização (MACHADO, 2001. p. 24).

Por este ângulo nos questionamos quais seriam os valores e princípios norteadores, no âmbito da família, que se apresentariam de forma mais acentuada nos processos de transição para a vida adulta de jovens paulistas descendentes de japoneses. Ou seja, procuramos compreender como os jovens se relacionam no núcleo familiar no momento de sair de casa e constituir sua própria vida, familiar ou não, no mundo. Isto considerando sua pertença em nível de classe social e também sua história e cultura familiar fortemente marcada pelas tradições japonesas.

A ideia de **individualização** neste grupo parece apresentar complexidades em sua forma, sobretudo em razão da realidade social e histórica das famílias nipo-brasileiras paulistas. Por um lado, vimos no primeiro capítulo desta tese que a família japonesa apresenta um forte princípio norteador de honra, reciprocidade e pertencimento, o que reforçaria o valor que a família assume na organização das vidas dos indivíduos e na transição para a vida adulta. Por outro lado, o grupo de nipo-brasileiros paulistas apresenta um perfil socioeconômico que os colocaria mais próximos da classe média do Estado de São Paulo, estando assim, segundo Machado (2001), entre a camada social que mais se orientaria pelos princípios individualistas.

No capítulo que segue nos aproximamos dos dados referentes à população nipo-brasileira no Estado de São Paulo a fim de conhecer suas principais características sociodemográficas e socioeconômicas, frente ao perfil geral do estado. Conhecer este grupo mais de perto nos possibilita compreender a partir de qual realidade social e histórica os jovens nipo-brasileiros, tanto os filhos de imigrantes e como os não migrantes, atravessam a transição para a vida adulta neste início do século XXI.

CAPÍTULO 3 – TORNAR-SE ADULTO EM SÃO PAULO: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E DEMOGRÁFICOS NAS TRANSIÇÕES DE JOVENS PAULISTAS E JOVENS NIPO-BRASILEIROS

Uma vez compreendido o contexto histórico, social e familiar brasileiro, neste capítulo exploramos mais detidamente os aspectos sociodemográficos que caracterizam a transição para a vida adulta e se configuram como seus marcadores. Assim, para além dos aspectos e dinâmicas socioespaciais e culturais que se relacionam com a transição para a vida adulta – analisados nos capítulos anteriores – observamos agora as características sociodemográficas nas esferas da família, da educação e do trabalho.

A exploração dos marcadores sociodemográficos da transição para a vida adulta foi realizada a partir de dois segmentos populacionais em São Paulo. A análise quantitativa se deteve aos paulistas, subdivididos entre os descendentes de japoneses e os não descendentes, que representam o geral do Estado.

Esta etapa do trabalho foi realizada a partir de dados do Censo Demográfico Brasileiro de 2010, caracterizando a população do Estado de São Paulo e o subgrupo de descendentes de japoneses residentes nesse estado. Inicialmente realizamos uma análise descritiva dos dois grupos a fim de conhecer as características sociodemográficas e socioeconômicas de ambos. Após encontrar diferenças nos aspectos socioeconômicos e nos perfis de transição para a vida adulta entre os grupos, realizamos um trabalho de modelagem estatística, que será apresentado no próximo capítulo.

3.1 Tratamento de dados censitários para captar a população nipo-brasileira

Nesta etapa do trabalho buscamos conhecer a transição para a vida adulta dos jovens paulistas, considerando suas características sociodemográficas e socioeconômicas, bem como o background cultural e familiar de que fazem parte. Nesta seção apresentamos o perfil sócio demográfico da população do Estado de São Paulo, e da população de ascendência japonesa residente neste Estado, captadas pelo Censo Demográfico no ano de 2010. O intuito desta análise é conhecer o i) **perfil socioeconômico**, ii) **sóciodemográfico** e o iii) **perfil etário da transição para a vida adulta** da população do Estado de São Paulo, bem como levantar as possíveis particularidades desses perfis no grupo populacional formado por descendentes de japoneses ali residentes. Cientes das limitações de nossa fonte de dados para captar a população de ascendência japonesa no Estado de São Paulo, adotamos um método de aproximação (*proxy*) desenvolvido no âmbito do IBGE por Beltrão e Sugahara (2009a;

2009b). O método de seleção considera como nipo-brasileiro²⁷ todo indivíduo residente em domicílios em que pelos menos uma das três condições abaixo seja satisfeita:

- i) No domicílio pelo menos um indivíduo tenha nascido no Japão,
- ii) Pelo menos um indivíduo que se declare amarelo, desconsiderando as famílias com algum indivíduo nascido na China, Taiwan ou Coreia (Norte e Sul) ou com movimentos migratórios anteriores destes países,
- iii) Pelo menos um indivíduo que apresentasse como país de movimento migratório anterior (data fixa ou residência anterior) o Japão.

Esta forma de selecionar a população de ascendência japonesa se mostrou mais adequada do que trabalhar com a população que se autodeclara amarela a partir da categoria raça/cor do Censo. Selecionar os domicílios nipo-brasileiros a partir do método descrito acima nos possibilita em primeiro lugar, discriminar entre a população autodeclarada amarela, aqueles oriundos também de outros países asiáticos (China, Taiwan, Coreias) e que não compõem o grupo populacional de interesse desta pesquisa. Ainda, este método, ao identificar um indivíduo com as características que o definem como nipo-brasileiro, tem como lógica expandir para todos os residentes daquele domicílio a característica de ‘residentes em domicílio nipo-brasileiro’. Assim, foi possível captar estes domicílios e utilizá-los como uma aproximação para famílias nipo-brasileiras no Estado de São Paulo.

Apresentamos a seguir o perfil socioeconômico e demográfico, bem como o perfil etário da transição para a vida adulta da população do Estado de São Paulo e da população nipo-brasileira deste estado. O primeiro perfil tem o objetivo de levantar as características da população geral, a partir de suas condições sociais, econômicas e demográficas para os dois grupos considerados. Portanto, nesta primeira exploração dos dados do Censo Demográfico, consideramos para a análise descritiva a população de todas as idades (não somente jovens). Esta população foi subdividida entre a população não descendente de japonês e a população nipo-brasileira de 2010 do Estado de São Paulo. O grupo de nipo-brasileiros representa cerca de 2% da população do estado, as características do grupo de não descendentes (98%) consideramos como o perfil da população geral de São Paulo, por essa razão, nas tabelas e gráficos a seguir este grupo aparecerá com a nomenclatura de **SP (não-nipo)**.

O segundo conjunto de dados que apresentaremos mostra o perfil etário da

²⁷ Neste trabalho utilizamos o termo ‘nipo-brasileiro’ para nos referir a população de ascendência japonesa. A terminologia apresentada nos trabalhos de Beltrão e Sugahara é a palavra *nikkey* e *famílias nikkey*. Adotamos a tradução mais aproximada em língua portuguesa para o termo *nikkey*, um conceito que se refere aos japoneses, descendentes e cônjuges, independente destes últimos apresentarem ascendência japonesa ou não. Por domicílios nipo-brasileiros também estamos considerando esta conformação, de japoneses, descendentes e cônjuges.

transição para a vida adulta de jovens entre 15 e 34 anos de idade do Estado de São Paulo. O grupo de jovens também foi subdividido entre os jovens nipo-brasileiros e os paulistas não-nipo. Estes perfis quantitativos visam, dessa forma, explorar as condições sociodemográficas destes grupos populacionais, bem como dar suporte para que as análises qualitativas da pesquisa sejam feitas levando em consideração questões também de ordem macroestruturais que compõem o modo de vida dos jovens entrevistados.

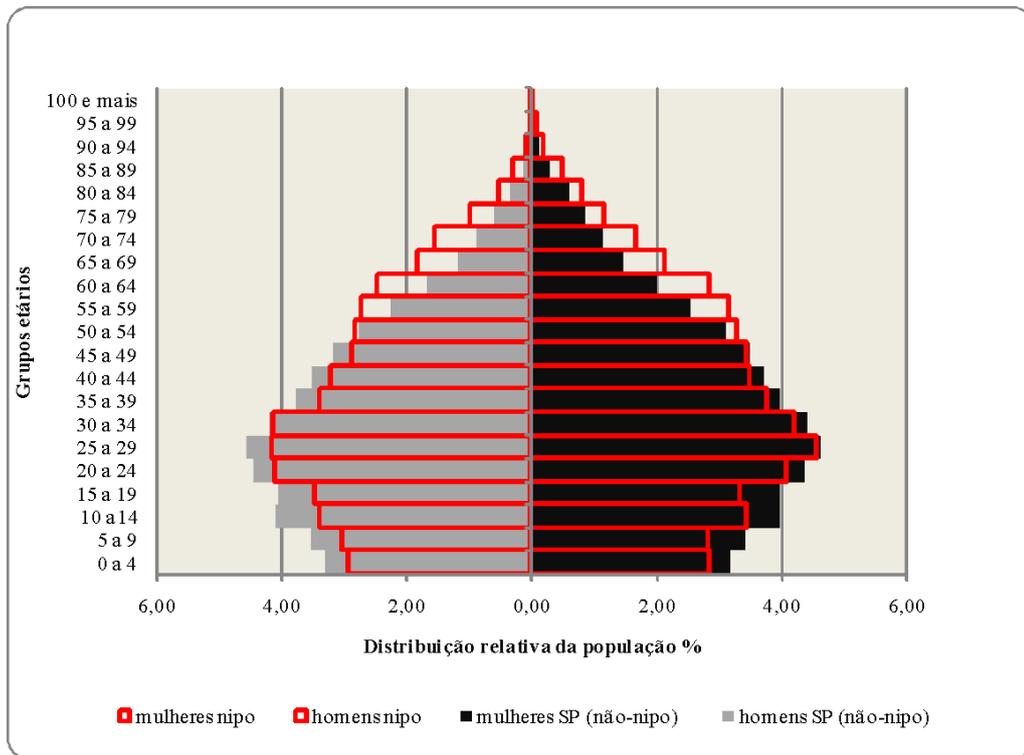
3.2 Conhecendo a população de São Paulo e a população nipo-brasileira em 2010

Perfil demográfico

A população total do Estado de São Paulo em 2010 era formada por cerca de 41 milhões de indivíduos²⁸. A partir da seleção dos domicílios categorizados como **domicílios nipo-brasileiros** este subgrupo foi contabilizado por 970.928 indivíduos, que representam 2,35% da população total do estado. A população do Estado de São Paulo, subdividida entre os dois grupos, está representada em sua distribuição relativa por sexo e idade quinquenal no gráfico de estrutura etária abaixo:

²⁸ Destes 41 milhões de indivíduos, 63% da população se autodeclarou branca, a população negra (considerando o grupo de cor preta e parda) formava 34% da população. A população amarela era constituída de cerca de 570 mil indivíduos, representando 1,4% da população do Estado, e o grupo de indígenas captados representava 0,1% da população.

FIGURA 4 – Estrutura etária da população do Estado de São Paulo por descendência nipo-brasileira, 2010



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010). Elaboração própria.

A estrutura etária da população de São Paulo, nos dois grupos observados, apresenta um formato que sugere uma dinâmica de envelhecimento da população, tanto em termos absolutos como relativos. Ambas as populações apresentam um estreitamento da base da pirâmide nas faixas etárias abaixo de 29 anos de idade. Esta característica reflete a queda da fecundidade que o país experimentou na segunda metade do século XX e de forma expressiva o Estado de São Paulo (FUNDAÇÃO SEADE, 2003; 2011). O grupo etário de 25 a 39 anos de homens nipo-brasileiros apresenta uma concavidade que não se encontra nem na população de homens do estado como um todo, e nem na população de mulheres nipo-brasileiras. Esta característica pode apontar a questão da emigração ao Japão, uma vez que ainda é maior a população de homens do que a de mulheres que emigram em idade produtiva.

No topo da pirâmide o que se observa é uma população com alta longevidade, como pode se observar na Tabela 1 abaixo, a população nipo-brasileira apresenta uma maior proporção de idosos (17,2%) do que a do estado (11,6%). Esta tabela apresenta a distribuição da população total do Estado de São Paulo e dos subgrupos **nipo-brasileiros** e dos paulistas não descendentes de japoneses: **SP (não-nipo)**.

TABELA 1 – População do Estado de São Paulo por descendência nipo-brasileira e grandes grupos etários, 2010

Grandes Grupos Etários	Nipo-brasileiros		SP (não-nipo)		Total	
	pop.	%	pop.	%	pop.	%
0 a 14	179.585	18,5	8.684.918	21,6	8.864.503	21,5
15 a 34	311.468	32,1	13.972.879	34,7	14.284.347	34,6
35 a 59	312.768	32,2	13.028.760	32,3	13.341.528	32,3
60 e mais	167.105	17,2	4.604.718	11,4	4.771.823	11,6
total	970.926	100,0	40.291.275	100,0	41.262.201	100,0

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010). Elaboração própria.

O que se destaca entre os subgrupos observados, como mencionamos acima, é que a distribuição relativa da população por grandes grupos etários apresenta diferenças principalmente na base e no topo dos grupos etários. A população de nipo-brasileiros é mais envelhecida, apresentando uma menor proporção no grupo de 0 a 14 anos e uma maior proporção de idosos. Assim, o índice de envelhecimento da população nipo-brasileira se apresentou em 93,05 enquanto o Estado de São Paulo em 53,83. O índice de dependência para os grupos populacionais nipo-brasileiro e não-nipo foram de 55,5 e 49,2 respectivamente.

Subdividimos o grupo de 15 a 59 anos considerado convencionalmente como a população em idade ativa entre dois grupos menores, o de 15 a 34, e o de 35 a 59 anos. Realizamos esta divisão, pois o grupo que será analisado posteriormente neste trabalho será apenas este subgrupo de 15 a 34 anos, que representa a parcela da população jovem que convencionalmente estaria atravessando os processos de transição para a vida adulta.

Em São Paulo eram 14 milhões de jovens em 2010, que representam 34,6% da população do estado. Entre a população nipo-brasileira, o grupo de jovens de 15 a 34 anos de idade é formado por 311 mil indivíduos e representa 32,08% desta população. Em relação ao total de jovens de São Paulo, os nipo-brasileiros representam 2,2% dos jovens.

Perfil socioeconômico

Na literatura sobre transição para a vida adulta a questão do *background* socioeconômico das famílias de origem dos jovens tem sido bastante explorada, principalmente nos contextos de países subdesenvolvidos. Os trabalhos mostram que há diferenças significativas nas transições, de acordo com as condições socioeconômicas das famílias dos jovens. As desigualdades sociais que apresentam estes países impactam, principalmente, na questão do *timing* das transições para a vida adulta. De modo geral, os jovens de famílias com menores níveis de renda e escolaridade tendem a iniciar o processo de transição para a vida adulta mais cedo, enquanto os jovens do outro extremo, de famílias das

camadas mais favorecidas tendem a postergar este processo (CAMARANO, 2006; MORA-SALAS; OLIVEIRA, 2009; VIEIRA, 2009).

Em um contexto de grandes desigualdades sociais como no Brasil, torna-se imprescindível considerar estas questões ao se analisar a transição para a vida adulta. Mesmo no Estado de São Paulo, um dos mais desenvolvidos do país em termos econômicos e tecnológicos, a desigualdade social segue. Assim, ao considerar a relação e interação entre tempo histórico, familiar e individual, como proposto por Hareven (1978), apresentamos a seguir um perfil básico de renda e escolaridade da população nipo-brasileira e da população geral de São Paulo.

A Tabela 2 apresenta a distribuição percentual da população nipo-brasileira por nível de instrução, comparativamente à população do Estado de São Paulo (não-nipo).

TABELA 2 – Nível de instrução por sexo e descendência nipo-brasileira – SP, 2010

Nível de instrução	Nipo-brasileiros			SP (não-nipo)		
	homens	mulheres	total	homens	mulheres	total
Sem instrução e fundamental incompleto	40,1	40,2	40,1	50,7	49,2	49,9
Fundamental completo e médio incompleto	13,7	14,1	13,9	16,7	16,0	16,3
Médio completo e superior incompleto	25,2	24,1	24,6	22,9	23,4	23,2
Superior completo	20,2	21,0	20,6	9,0	10,7	9,9
Não determinado	0,8	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010). Elaboração própria.

O que se destaca nestes resultados é o maior nível educacional dos nipo-brasileiros frente à população do estado. As maiores diferenças entre os grupos se encontram nos extremos dos níveis educacionais. Entre aqueles que completaram o ensino superior, para o estado a proporção é de 9,9% da população, entre os nipo-brasileiros cerca de 20% alcançou este nível. Aqueles com menor escolaridade, na categoria “sem instrução e fundamental incompleto” representam quase metade da população do estado, com 49,9% da população, enquanto entre os nipo-brasileiros este grupo representa 40% da população. Em relação à distribuição relativa da população por sexo e escolaridade, a proporção de mulheres com ensino médio e superior completo é ligeiramente maior do que a dos homens tanto entre a população nipo-brasileira, como para o estado.

Estes resultados foram padronizados pela estrutura etária dos dois grupos considerados, uma vez que o nível educacional de uma população pode ser influenciado por sua estrutura etária (PRESTON; HEUVELINE; GUILLOT, 2001). Embora tenhamos visto

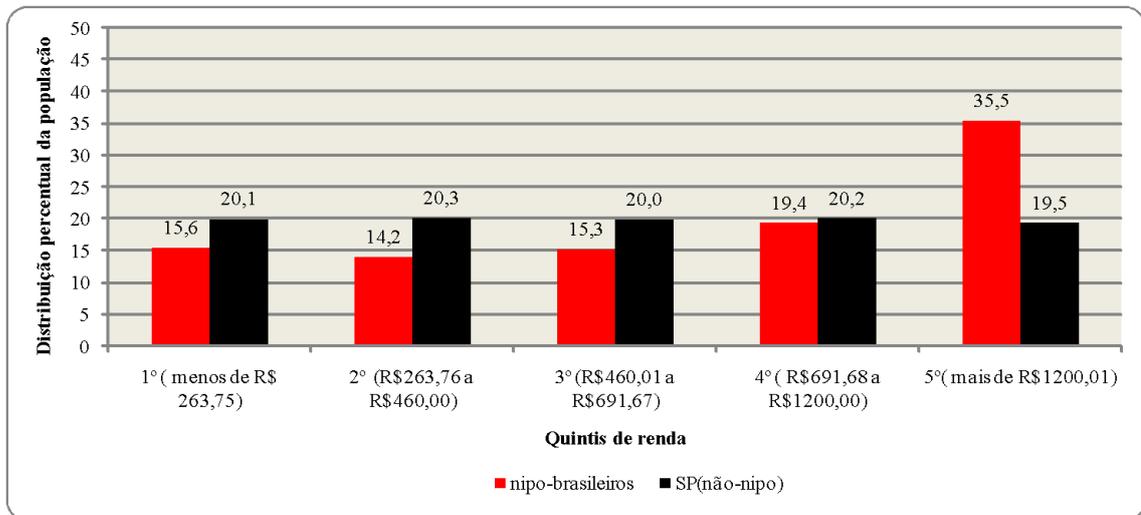
que o grupo de nipo-brasileiros apresenta uma população mais envelhecida em relação ao estado, ao padronizar os resultados de nível de instrução pelas estruturas etárias, os diferenciais encontrados foram irrelevantes. Isto significa que mesmo que as estruturas etárias dos dois grupos fossem idênticas, ainda assim se manteria o nível de instrução mais elevado da população nipo-brasileira.

A análise da renda da população do Estado de São Paulo foi feita a partir da renda domiciliar *per capita* de cada grupo. Trabalhar com a renda domiciliar nos permite visualizar o nível econômico das famílias dos jovens que passam pelo processo de transição para a vida adulta. O intuito desta análise é verificar a distribuição da população nipo-brasileira e a não-nipo entre cinco principais cortes de renda. Estes cortes foram feitos considerando como base a renda domiciliar *per capita* total do Estado de São Paulo.

Assim, a variável de renda foi dividida demarcando a posição da população a cada 20% com base na renda total da população geral do Estado de São Paulo. No primeiro corte (1º quintil), que compõe a população mais pobre do estado, estão concentrados os 20% da população que no ano de 2010 tinham uma renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 263,75. Entre os 20% mais ricos estão concentrados aqueles que em 2010 residiam em domicílios com a renda *per capita* superior a R\$ 1.200,01. Uma vez realizados os cortes com base na renda total da população geral do Estado, verificamos a distribuição da população nipo-brasileira e não-nipo entre estes intervalos de renda.

A renda domiciliar *per capita* média da população do Estado de São Paulo em 2010 era de R\$ 1.030 reais, enquanto a da população nipo-brasileira era de R\$ 1.588 reais. A mediana apresentava os valores de R\$ 550 reais para São Paulo e R\$ 790 para os nipo-brasileiros. A Figura 5 apresenta a distribuição por quintis de renda destes dois grupos:

FIGURA 5 – Distribuição percentual da População em quintis de renda – População nipo-brasileira e SP (não-nipo), 2010



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010). Elaboração própria.

Como pode se observar nos resultados apresentados, entre o grupo não descendente de japoneses, como esperado, a distribuição é aproximada a 20% da população em cada grupo de renda, uma vez que os não descendentes representam 98% da população geral do estado. No entanto entre a população nipo-brasileira, quando aplicados os mesmos cortes de renda do geral do estado, a distribuição se mostrou com cerca de 15% da população em cada um dos três primeiros quintis de renda, 20% no quarto quintil e 35% dos nipo-brasileiros estão concentrados no quinto quintil de renda. Isto significa que considerando a descendência étnica japonesa como demarcador de diferença na população do Estado de São Paulo, o grupo de nipo-brasileiros está super-representado nos quintis superiores de renda domiciliar *per capita*.

Dada a estrutura etária mais envelhecida do grupo de descendentes de japoneses, novamente fizemos o tratamento de padronização dos resultados pela estrutura etária dos dois grupos observados. Este procedimento se mostrou necessário, uma vez que os níveis de renda também poderiam ser influenciados por estruturas etárias com proporções maiores de grupos populacionais economicamente dependentes (crianças, adolescentes e idosos em alguma medida). No entanto, mesmo após a padronização dos níveis de renda, o grupo de nipo-brasileiros se manteve com uma maior proporção no quinto quintil de renda. Isto significa que mesmo que as estruturas etárias dos dois grupos fossem idênticas, ainda assim o nível de renda dos nipo-brasileiros seria mais elevado.

Estes resultados da análise descritiva mostraram que no Estado de São Paulo, os indivíduos que residem em domicílios nipo-brasileiros apresentam um nível de instrução e

renda domiciliar *per capita* maiores do que a média do estado. Este perfil corrobora com a literatura sobre o tema, que mostra a ascensão social dos nipo-brasileiros em São Paulo a partir de sua organização cultural e familiar (CARDOSO, 1995).

Perfil da transição para a vida adulta

As características sociodemográficas e socioeconômicas da população de São Paulo apresentadas anteriormente nos forneceram um panorama básico dos subgrupos populacionais em que os jovens pesquisados neste trabalho estão inseridos. Ou seja, ao considerar a transição para a vida adulta de jovens nipo-brasileiros paulistas, sabemos de antemão, que estes fazem parte de uma população de estrutura etária relativamente mais envelhecida e com maior nível de instrução e renda do que o geral da população de São Paulo.

Nesta sessão, para analisar a transição para a vida adulta selecionamos apenas a parcela considerada jovem da população do Estado de São Paulo. No Brasil, até o ano de 2006 era considerada jovem a população entre 15 e 24 anos de idade. A partir deste ano a Secretaria Nacional de Juventude redefiniu o marco das idades e estipulou que fossem considerados jovens aqueles entre as idades de 15 a 29 anos, seguindo a tendência internacional de ampliação do limite superior de idade (VIEIRA, 2009). Em agosto de 2013 foi sancionada a lei que define os parâmetros e diretrizes para o Estatuto da Juventude²⁹, a qual mantém o marco temporal da idade de jovens aqueles entre 15 e 29 anos.

Alguns estudos que trabalham a temática da juventude no Japão chegam a considerar 34 anos o limite superior de corte para a idade da população jovem. Esta ampliação do intervalo de idade do grupo de jovens caminha de acordo com o contexto social e as dinâmicas demográficas japonesas³⁰ (RINDFUSS et al., 2010). Nesta pesquisa também adotamos a idade de 34 anos como limite superior de corte para a população jovem. Esta ampliação do intervalo de idades se mostrou necessária a partir das análises preliminares dos dados sobre a transição para a vida adulta dos jovens paulistas, em especial dos descendentes de japoneses. Em parte dos grupos observados inicialmente, alguns eventos da transição apresentavam seu *timing*, ou idade aproximada de transição muito próxima aos 29 anos de idade. Embora este marco ainda estivesse dentro dos limites estabelecidos pela Secretaria

²⁹ Para acesso ao conteúdo da lei. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: out. 2016.

³⁰ O Japão apresenta alteração em dinâmicas de trabalho e família, bem como na estrutura etária da população. Com as baixas taxas de fecundidade, alta expectativa de vida e envelhecimentos relativo e absoluto da população, as idades de transição para a vida adulta também se viram alteradas a partir de um horizonte mais largo de vida. Além disso, mudanças nas estruturas de emprego, que exigem maiores qualificações faz com que os jovens passem mais tempo no sistema de ensino, adiem a entrada no mercado de trabalho e com isso também a formação familiar acontece em idades mais avançadas (RINDFUSS et al., 2010).

Nacional de Juventude, ele dificultava a visualização da dinâmica do evento nas idades subsequentes.

Dessa forma, nesta sessão estamos trabalhando com dados de 14 milhões de jovens do Estado de São Paulo, que representavam 34,6% de sua população total em 2010. Deste total de jovens, cerca de 311 mil são os jovens que foram classificados como residentes em domicílios nipo-brasileiros. As análises apresentadas a seguir continuam considerando a divisão da população de São Paulo entre estes dois principais subgrupos, os paulistas nipo-brasileiros e os não descendentes de japoneses (**SP não-nipo**).

Trabalhar com os dados do Censo Demográfico para captar a transição para a vida adulta também demandou algumas estratégias metodológicas. Isto porque a transição trata de um fenômeno de passagem ao longo do tempo, passagem de um *status* a outro, e os dados do Censo apresentam um perfil transversal da população, em um único momento no tempo. Ou seja, não são dados de natureza longitudinal em que poderíamos acompanhar as entradas e/ou saídas dos eventos da transição dos indivíduos ao longo de seu curso de vida.

Assim, como recurso metodológico para se aproximar da captação do *timing* em que os eventos acontecem, seguimos as sugestões propostas por Modell; Furstenberg e Hershberg (1976). Os autores utilizaram dados agregados do Censo americano para comparar transições para a vida adulta nos Estados Unidos entre o final do século XIX e os anos 70 do século XX. Para isso desenvolveram técnicas de análise que consideram a distribuição de idades em que membros de uma população realizaram uma transição. Dessa forma, definem que a medida de *timing* “quando considerada em dados agregados, refere-se a pontos típicos no curso de vida no qual as transições ocorrem” (MODELL; FURSTENBERG; HERSHBERG, 1976, p. 6).

Assim, inspirado neste trabalho utilizamos uma medida de *timing* que sugere que a idade aproximada de transição seja considerada aquela em que mais do que 50% de jovens daquele grupo etário tenha realizado a entrada em um determinado evento. Ou seja, consideramos como ponto transicional a idade a partir da qual a proporção dos jovens que realizou o evento se torna maior do que a daqueles que não realizou. Poderíamos conceber esta medida, portanto, como uma taxa de incidência por idade simples de realização de cada evento que marca a entrada do jovem na vida adulta (MODELL; FURSTENBERG; HERSHBERG, 1976; VIEIRA, 2009).

As variáveis utilizadas a partir do Censo também passaram por um tratamento para que se adequassem aos objetivos do trabalho. Assim, selecionamos cinco variáveis-chave que marcam a transição para a vida adulta e as transformamos em variáveis dicotômicas, em

que cada evento tem como resposta se o indivíduo já realizou o evento ou não. As variáveis consideradas foram:

QUADRO 1 – Transformação das variáveis-chave dos eventos de transição para a vida adulta, Censo 2010

Nome	Categorias de respostas	Nome	Categorias de respostas
V 062- Frequenta escola ou creche	1- Sim, pública 2- Sim, particular 3- Não, já frequentou 4- Não, nunca frequentou	Frequenta escola	1 = 1 Sim 2 = 1 Sim 3 = 0 Não, já frequentou 4 = não considerado
V041- Na semana (de Referência), trabalhou ganhando em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios	1- Sim 2 - Não Branco	Trabalha	1 = 1 Sim 2 = 0 Não Branco = não considerado
V0637- Vivem em companhia de Cônjuge ou Companheiro(a)	1- Sim 2- Não, mas viveu 3 - Não, nunca viveu Branco	Está ou já esteve em união	1 = 1 Sim 2 = 1 Sim 3 = 0 Branco = não considerado
V0502- Relação de parentesco ou de convivência com a pessoa responsável pelo domicílio	01- Pessoa responsável pelo domicílio 02- Cônj. ou comp.(a) de sexo diferente 03- Cônj.ou comp.(a) do mesmo sexo 04- Filho(a) do responsável e do cônjuge 05- Filho(a) somente do responsável 06- Enteado(a) 07- Genro ou nora 08- Pai, mãe, padrasto ou madrastra 09- Sogro(a) 10- Neto(a) 11- Bisneto(a) 12- Irmão ou irmã 13- Avô ou avó 14- Outro parente 15- Agregado(a) 16- Convivente 17- Pensionista 18- Empregado(a) doméstico(a) 19- Parente do(a) empregado(a) domést.(a) 20- Individual em domicílio coletivo	Responsável ou cônjuge no domicílio	01 = 1 Sim 02 = 1 Sim 03 = 1 Sim 04 = 0 Não 05 = 0 Não 06 = 0 Não 07 = 0 Não 08 = 0 Não 09 = 0 Não 10 = 0 Não 11 = 0 Não 12 = 0 Não 13 = 0 Não 14 = 0 Não 15 = Não considerado 16 = Não considerado 17 = Não considerado 18 = Não considerado 19 = Não considerado 20 = Não considerado
V0663- Quantos filhos e filhas nascidos vivos teve até 31 de Julho de 2010	1- Teve filhos nascidos vivos 2- Não teve nenhum filho nascido vivo Branco	Teve Filhos	1 = 1 Sim 2 = 0 Não

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010). Elaboração própria.

Sobre a transformação destas variáveis em dicotômicas binárias, em que a resposta para cada evento seria de 0 ou 1, ou seja, realizou ou não o evento, vale destacar

algumas considerações: em *status* educacional, não consideramos em nossa amostra os jovens que nunca frequentaram a escola, eles representavam 1,4% dos jovens do estado. Aqueles que estudavam tanto em escolas públicas quanto particulares foram categorizados como ‘**1 – frequenta escola**’, e aqueles que não estavam estudando, mas já tinha frequentado escola foram categorizados como ‘**0 – frequentou a escola**’. Uma vez que estamos interessadas no evento de ‘saída do sistema educacional’, este procedimento se mostrou o mais adequado para captar os jovens que não estudam por já terem deixado o sistema de ensino.

Para *status* conjugal realizamos um procedimento semelhante, foram categorizados como ‘**1 – está ou já esteve em união**’ aqueles que declararam viver em companhia de cônjuge e aqueles que não vivem atualmente, mas já viveram. Este procedimento também se justifica porque estamos buscando conhecer os jovens que já viveram em união alguma vez, ou seja, já realizaram pelo menos uma vez a entrada em união conjugal, mesmo que no momento da pesquisa do Censo não se encontrassem mais em união.

Em *status* residencial, os jovens que se declararam responsáveis ou cônjuges no domicílio foram categorizados como aqueles que residem em domicílios independentes da família de origem, ou seja, apresentam alguma autonomia residencial. Nesta variável também optamos por não trabalhar com o grupo de jovens que estava no domicílio nas condições de ‘agregado, convivente, pensionista, empregado doméstico, parente do empregado doméstico e individual em domicílio coletivo’. Estes jovens representavam 2,3% do total de jovens do Estado de São Paulo, sendo a maior parte deles residentes nos domicílios na condição de ‘convivente’ (1%). Embora este grupo represente uma parcela dos jovens que deixou seu domicílio de origem e reside em outro domicílio, não poderíamos considerá-los na mesma condição dos jovens responsáveis ou cônjuges no domicílio. Apesar de representarem uma parcela pequena dos jovens do estado, consideramos necessária uma investigação mais detalhada de suas condições de vida e de transição para a vida adulta, o que infelizmente foge ao escopo deste trabalho.

A Tabela 3 apresenta um resumo dos resultados das análises dos dados agregados do Censo brasileiro de 2010. Consideramos como ‘ponto de corte’ para calcular a **idade de transição** aquela em que mais de 50% dos jovens de seu grupo etário realizaram cada evento, e a partir da qual essa taxa é sempre crescente. Assim, o que observamos nos resultados dos cinco eventos considerados é uma idade mais tardia para os nipo-brasileiros em relação ao grupo majoritário do estado, não descendentes.

TABELA 3 – *Timing* (idades de transição) da população de 15 a 34 anos por sexo e descendência nipo-brasileira, SP – 2010

Eventos da Transição	Nipo-brasileiros		SP (não-nipo)	
	homens	mulheres	homens	lhe
Saída do sistema educacional	19	19	18	18
Trabalha	20	22	18	20
Responsável ou cônjuge no domicílio	29	28	28	25
Está ou já esteve em união	29	26	26	24
Teve filhos	-	30	-	27

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010). Elaboração própria.

Em relação as esferas de trabalho e estudo observamos que o grupo de nipo-brasileiros apresenta um perfil mais próximo ao grupo majoritário do estado. Para a saída do sistema educacional a diferença é de apenas um ano, enquanto para a inserção no mercado de trabalho esse diferencial é de dois anos. O diferencial de gênero se mostra na inserção no mercado de trabalho. As mulheres de ambos os grupos tendem a se inserir dois anos mais tarde do que os homens de seu subgrupo populacional. Cabe ressaltar que nestes resultados estamos apontando apenas as idades-chave de transição de cada grupo considerado, e que as trajetórias escolares e laborais tendem a se sobrepôr no curso de vida desses jovens.

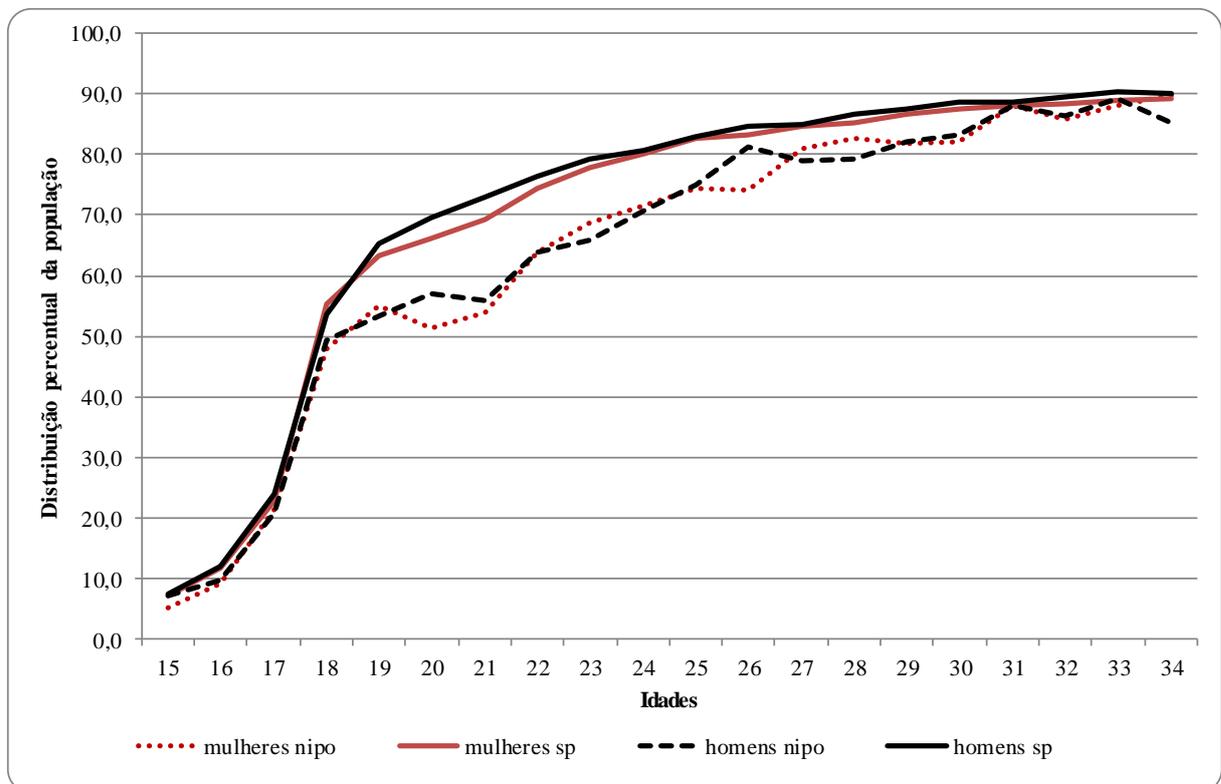
A questão da conciliação entre trabalho e estudo na vida dos jovens brasileiros vem sendo abordada em trabalhos recentes sobre o tema da juventude (SILVA; MACEDO; FIGUEIREDO, 2015; MELLO, 2015; VIEIRA, 2009). Em 2010 foi lançada a Agenda Nacional do Trabalho Decente de Juventude (ANTDJ). Esta agenda apresenta, entre outras propostas, a organização de jornadas de trabalho que permitam que os jovens tenham acesso e permanência na educação básica, profissional e superior. Também propõe a criação de mecanismos que possibilitem uma jornada de trabalho reduzida para jovens, bem como de inibição de jornadas extraordinárias, como horas extras e banco de horas (SILVA; MACEDO; FIGUEIREDO, 2015).

Embora na 1º Conferência Nacional de Juventude de 2008 tenha sido aprovada a proposta de redução da jornada de trabalho para os jovens, nenhum programa ou política pública foi desenvolvido nessa direção. As situações que apresentam jornada de trabalho reduzida, de 44 para 40 horas semanais, estão relacionadas mais às categorias específicas, como bancários e funcionários públicos, do que especificamente pela condição de idade dos funcionários. Dessa forma, observa-se que não há um reconhecimento da realidade da

juventude brasileira, que necessita muitas vezes ‘conciliar’ diversas atividades, como o trabalho, estudos e família (SILVA; MACEDO; FIGUEIREDO, 2015).

Nas Figuras 6 e 7 abaixo podemos observar o percentual de jovens que saíram do sistema educacional e entraram no mercado de trabalho, respectivamente, por idade, sexo e descendência nipo-brasileira e como a população se comporta nessas dimensões a partir das idades chave de transição, até o marco final de 34 anos de idade.

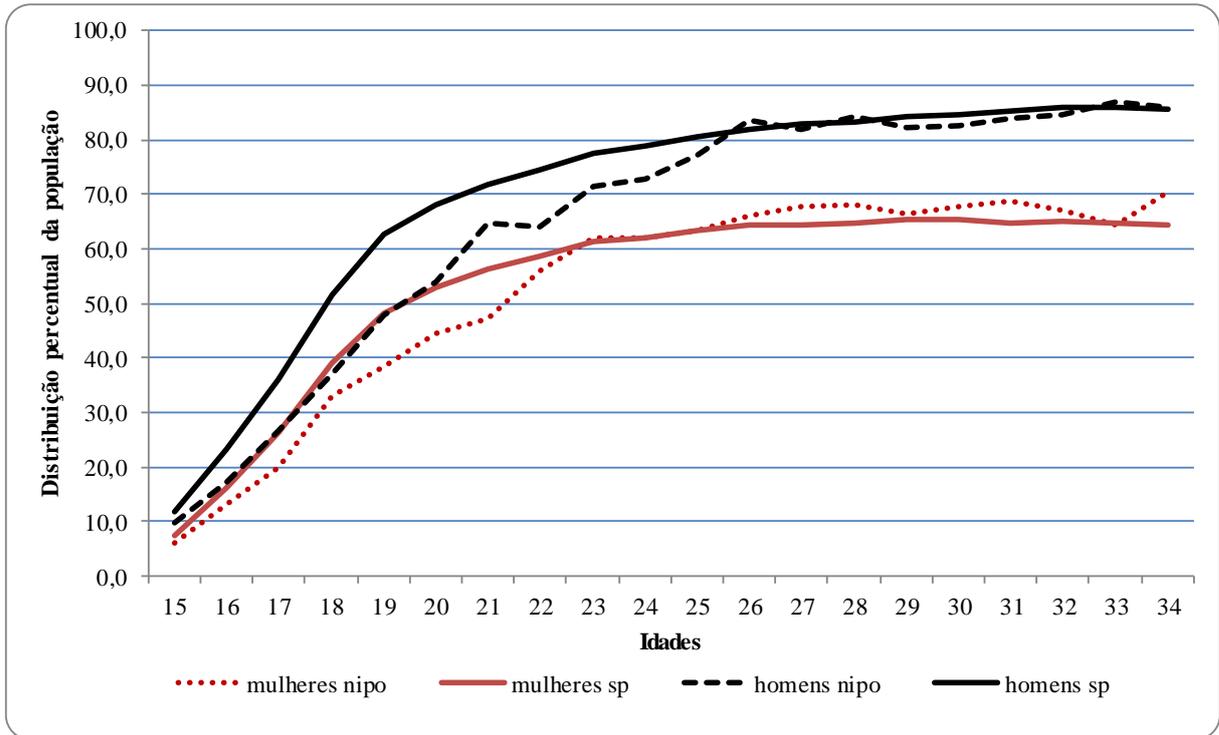
FIGURA 6 – Proporções (em %) de jovens que saíram do sistema educacional por sexo e descendência japonesa. SP – 2010



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010). Elaboração própria.

O que se observa é um padrão muito próximo de saída do sistema educacional entre a população nipo-brasileira e a população geral do estado até os 18 anos de idade, a idade de transição observada na Tabela 3. No entanto, após essa idade, a população paulista tem maiores percentuais de jovens egressos do sistema educacional, do que seus pares de mesma idade nipo-brasileiros. Apenas a partir da faixa de 31 anos é que os percentuais entre os dois grupos, nipo e não-nipo, se aproximam novamente.

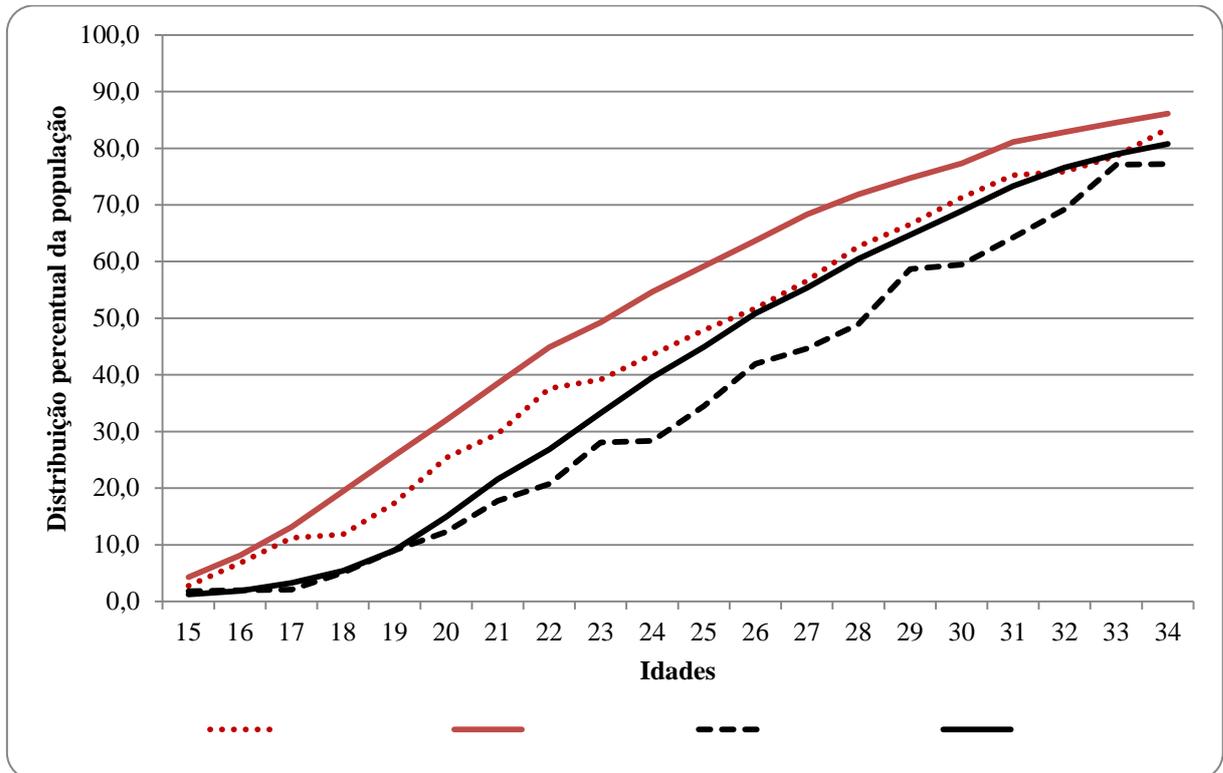
FIGURA 7 – Proporções (em %) dos jovens inseridos no mercado de trabalho, por sexo e descendência japonesa. SP – 2010



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010). Elaboração própria.

Em relação a inserção no mercado de trabalho, os maiores diferenciais se mostram de gênero do que de ascendência étnica japonesa. Observa-se um maior percentual de homens inseridos no mercado de trabalho, com destaque para os homens do estado em relação aos nipo-brasileiro. As mulheres nipo-brasileiras apresentam uma inserção no mercado de trabalho um pouco mais tardia do que as paulistas, mas uma maior proporção dos 25 até os 34 anos de idade. Para ambos os grupos este percentual tende a se estabilizar ou mesmo decrescer ao passo que aumentam a proporção de mulheres unidas. Para as mulheres nipo-brasileiras esta mudança acontece aos 26 anos, enquanto para as paulistas como um todo aos 24 anos de idade, como se apresenta na Figura 8 abaixo:

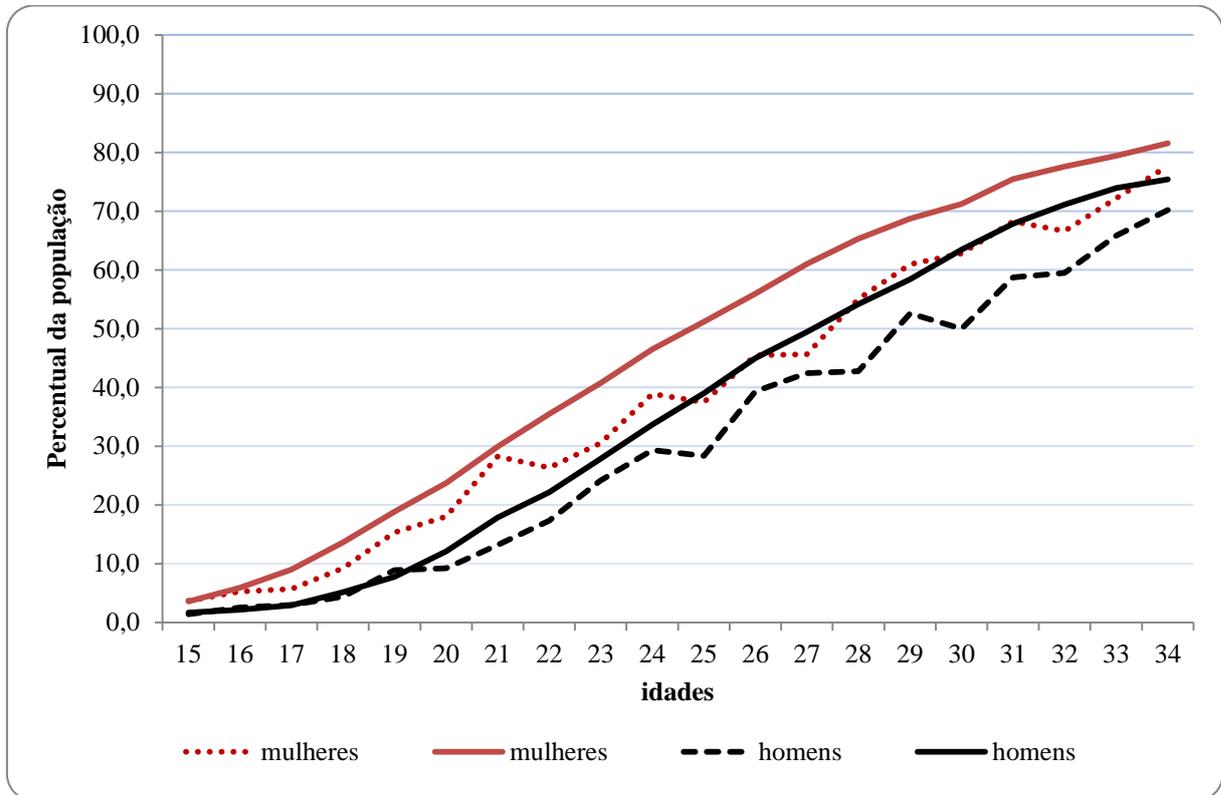
FIGURA 8 – Proporções (em %) dos jovens em união ou já unidos uma vez, por sexo e descendência japonesa. SP – 2010



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010). Elaboração própria.

Também no evento de entrada em união o diferencial de gênero se destaca, mas em um sentido inverso ao da inserção no mercado de trabalho. As mulheres, tanto as nipo-brasileiras quanto as paulistas em geral apresentam maiores percentuais unidas em todas as idades, em relação aos homens. A formação de domicílio independente apresenta um padrão similar ao de entrada em uniões, no entanto com idades um pouco mais tardias, o que pode significar que as uniões antecedem a conquista de um espaço próprio.

FIGURA 9 – Proporções (em %) dos jovens responsáveis ou cônjuges no domicílio, por sexo e descendência japonesa. SP – 2010



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010). Elaboração própria.

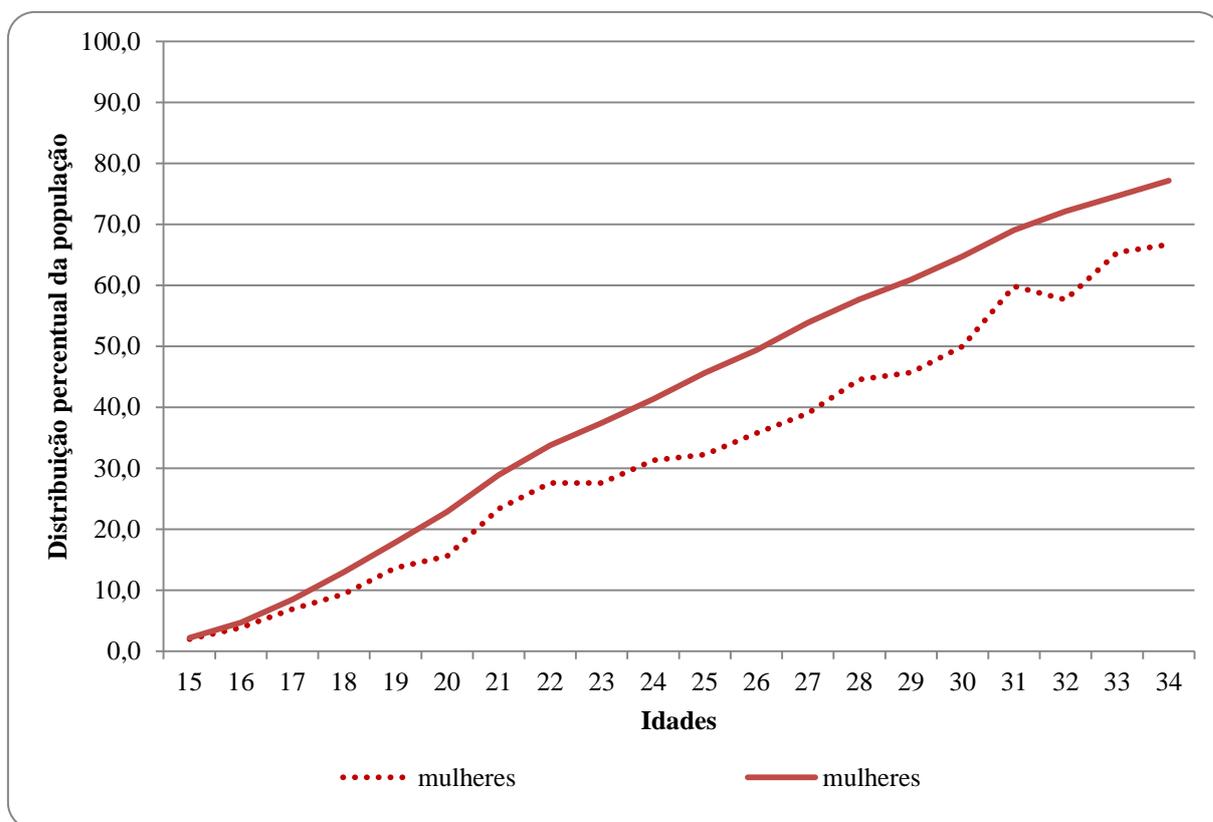
Para as mulheres, as esferas de estudo, trabalho e família da transição para a vida adulta se apresentam mais imbricadas no tempo do que para os homens. Em todas as idades a proporção de mulheres unidas é maior do que a de responsáveis ou cônjuges no domicílio. Isso significa que o fenômeno de famílias conviventes, em que a união de jovens antecede a formação de domicílio independente da família de origem se mostra frequente na juventude paulista. A Figura 10 também mostra que até os 29 anos de idade, considerada o marco de idade oficial no Brasil para a população jovem, menos de 50% das mulheres nipo-brasileiras tinham tido filho.

Quando observamos esta mesma distribuição para os homens, verificamos que a idade em que 50% dos homens entram em união e formam domicílio coincidem para os homens nipo-brasileiros (29 anos), diferente do que é observado para os homens de São Paulo em que a idade de união é inferior à idade em que estão responsáveis ou como cônjuges em um domicílio. Ou seja, a união parece ocorrer antes de se ter um domicílio independente para todos os grupos considerados, exceto para os homens nipo-brasileiros.

Ao considerar a esfera da vida familiar dos jovens de São Paulo, nota-se nos resultados da Tabela 4 que há um intervalo de tempo entre as idades de transição das esferas

de escola e trabalho para a reprodutiva e familiar (filhos, domicílio e união). Embora esta distância se apresente nos dois subgrupos observados, também os jovens nipo-brasileiros apresentam uma idade de transição familiar superior a geral do estado. A maior diferença está entre as idades das mulheres que já tiveram filhos em relação àquelas que ainda não tiveram. No estado estas mulheres fazem a transição para a maternidade aos 27 anos, enquanto as nipo-brasileiras aos 31 anos de idade.

FIGURA 10 – Proporções (em %) de mulheres que tiveram filhos, por descendência japonesa. SP – 2010



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010). Elaboração própria.

A partir da observação de que a população nipo-brasileira possui maior nível educacional e de renda, e que estas características influenciam em transições mais tardias, fizemos a mesma análise de perfil etário pelos grupos de renda do primeiro e quinto quintil³¹. Como esperado, entre os grupos de menor renda a transição tende a ser em idades mais jovens e entre os que possuem maior renda as idades de transição tendem a ser mais tardias. Esse padrão se apresentou nos dois subgrupos observados, mas o que chamou atenção nestes resultados foi que embora os diferenciais por renda se encontrem tanto na população de nipo-

³¹ Dados apresentados no Apêndice 3.

brasileiros e paulistas em geral, as diferenças entre nipo-brasileiros e não-nipo se mantêm, sendo os nipo-brasileiros mais tardios do que os paulistas em ambos os grupos extremos de renda.

Dessa forma, consideramos que para além dos fatores estruturais e socioeconômicos que influenciam na transição para a vida adulta, também o background familiar e cultural pode trazer um peso nas vivências dos eventos que marcam esta fase da vida dos jovens. As famílias de ascendência japonesa no Brasil são conhecidas por sua valorização ao estudo e dedicação ao trabalho (CARDOSO, 1995). Os jovens nipo-brasileiros parecem estar permanecendo mais tempo no sistema educacional e se dedicando à carreira profissional, ao passo que os eventos de entrada na vida familiar vão sendo realizados mais tardiamente em relação aos jovens do estado como um todo.

O capítulo seguinte apresenta uma segunda etapa da análise estatística, que foi realizada através de modelos de regressão logística binária. Buscamos identificar quais seriam os fatores mais associados para a realização de cada um dos cinco eventos principais que marcam a transição entre os dois grupos e entre homens e mulheres. Dessa forma, levantamos também a partir destes resultados o debate sobre as questões de gênero, um marco essencial nos estudos de transição para a vida adulta no Brasil. Este segundo procedimento teve o intuito de refinar o conhecimento sobre a transição para a vida adulta em São Paulo e investigar se haveriam especificidades desse processo entre o grupo de nipo-brasileiros.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DOS FATORES SÓCIODEMOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS ASSOCIADOS AS TRANSIÇÕES DOS JOVENS PAULISTAS EM 2010

Para melhor conhecer os processos de transição para a vida adulta dos jovens paulistas foram construídos modelos de regressão logística, utilizando os dados do Censo Demográfico de 2010. Um modelo estatístico é construído a partir de informações de processos do mundo real e busca prever como tais processos podem operar sob certas circunstâncias. Nas Ciências Sociais, no entanto, podemos apenas inferir situações baseadas nos resultados previstos por modelos estatísticos, uma vez que a realidade social é complexa e dinâmica e impossível de ser controlada em todas as suas variações (FIELD, 2009).

Neste trabalho construímos um tipo de modelo para cada evento que marca a transição para a vida adulta. O objetivo desta análise é aprofundar no conhecimento da intensidade que características selecionadas influenciam para a ocorrência de cada evento na vida dos jovens paulistas. A regressão logística tem como objetivo prever uma variável de saída categórica dicotômica ($y = 0$ ou 1) em função de variáveis previsoras (x). Ao se considerar, por exemplo, que a variável de saída y – também conhecida por variável dependente – seja o evento de 'saída do sistema educacional', quando o evento ocorreu, ou seja, o jovem não estuda mais, então $y=1$. Já quando o jovem segue estudando, então $y=0$.

As variáveis previsoras x – também chamadas de variáveis independentes – fornecem as informações a partir das quais se busca prever a saída de y , por exemplo, quando consideramos a idade como uma das variáveis previsoras, pode-se calcular a chance do jovem ter saído do sistema educacional de acordo com sua idade, mantendo as outras variáveis previsoras do modelo constantes.

Assim, com um modelo ajustado a partir dos dados observados torna-se possível prever a qual de duas categorias é provável que uma pessoa pertença, dado certas informações (FIELD, 2009). Este tipo de modelo tem seus resultados apresentados na forma de probabilidades ou chances do indivíduo ter realizado cada evento. Buscamos então estimar quais seriam as chances do jovem ter atravessado por cada evento que marca a transição para a vida adulta, de acordo com suas características individuais e grupos sociais de pertencimento.

Passos da análise e as variáveis consideradas

Para esta etapa da análise³², a partir dos dados do Censo 2010, utilizamos os mesmos recortes etário, por sexo e étnicos (descendência japonesa) apresentados na análise descritiva contida no capítulo anterior.

A análise por meio dos modelos neste trabalho tem dois principais objetivos, o primeiro é de conhecer de forma mais geral os processos de transição para a vida adulta dos jovens paulistas. Nesse sentido, buscamos levantar quais seriam as principais características e condições, individuais e sociais, que influenciariam mais fortemente na chance do jovem vivenciar cada evento que marca a transição para a vida adulta. Para isto, selecionamos variáveis previsoras de caráter sócio demográfico (idade, união conjugal, filhos), socioeconômico (renda, nível de instrução) e também de outros eventos da transição para a vida adulta (saída da escola; entrada no mercado de trabalho e formação de domicílio independente).

O segundo objetivo é investigar se há diferenças entre as características e condições que influenciam os eventos de transição para a vida adulta entre jovens de famílias nipo-brasileiras e aqueles que não são descendentes de japoneses. Nos perfis etários da transição para a vida adulta apresentados no capítulo anterior (análise descritiva dos dados) observamos algumas diferenças entre os dois grupos. Os nipo-brasileiros, tanto os homens quanto as mulheres, tendem a vivenciar os eventos de transição um pouco mais tarde do que a população do estado em geral, principalmente nos eventos que marcam a formação de família (união e filhos) e a saída da casa dos pais. Os quatro grupos que compõem a população de jovens do Estado de São Paulo, considerando a amostra expandida do Censo Demográfico de 2010 são compostos por:

³² A interpretação do modelo logístico é feita a partir da Razão de chances (Odds), que compara a probabilidade de sucesso (ex. sair do sistema de ensino) com a probabilidade de fracasso (ex. permanecer estudando) a partir dos parâmetros estimados pelo modelo. Por exemplo, uma razão de chance igual a 1, quer dizer que não há diferença entre o grupo estudado e o grupo controle. Uma razão de chance 1,5 quer dizer que a população que possui esta característica (x) tem 50% a mais de chances de sucesso (y = sair da escola) do que o grupo controle. A Regressão Logística é da forma:

$$\text{Log} \left(\frac{p}{1-p} \right) = \beta_0 + \beta_1 x_1 + \dots + \beta_n x_n$$

Onde p é a probabilidade de sucesso (sair da escola); $1 - p$ é a probabilidade de fracasso (permanecer na escola); β_0 é o efeito do intercepto do modelo e β_i é o coeficiente da variável explicativa.

A razão de chance é da forma:

$$\text{Razão de chances} = \frac{e^{\beta_0 + \beta_1 + \dots + \beta_n}}{1 + e^{\beta_0 + \beta_1 + \dots + \beta_n}}$$

- i*) homens nipo-brasileiros – 144.185 (2,15 % dos jovens de 15 a 34 anos)
- ii*) homens SP (não nipo) – 6.566.773 (98,85% dos jovens de 15 a 34 anos)
- iii*) mulheres nipo-brasileiras – 149.095 (2,17% das jovens de 15 a 34 anos)
- iv*) mulheres SP (não nipo) – 6.726.695 (97,83% das jovens de 15 a 34 anos)

Cabe ressaltar que os grupos de jovens descendentes de japoneses representam uma pequena parcela dos jovens do estado. Dessa forma, podemos considerar os grupos aqui chamados de 'não-nipo', tanto homens quanto mulheres, como representantes mais próximos de um perfil mais geral de transição para a vida adulta do Estado de São Paulo. Tomando como parâmetro os jovens de São Paulo, podemos verificar as especificidades ou similaridades da transição para a vida adulta dos jovens descendentes de japoneses neste mesmo estado.

A partir dos Microdados do Censo 2010 foram construídos quatro bancos de dados respectivos a cada grupo mencionado. A proposta de separar homens e mulheres para a construção de modelos específicos para cada grupo se fundamenta em duas principais situações: primeiro porque os processos de transição para a vida adulta apresentam diferenças significativas em relação ao gênero, um forte marcador de relações nas esferas do trabalho e da família. Além disso, nos dados do Censo só possuímos as informações sobre filhos para as mulheres. Assim, para possibilitar a construção de modelos que levem em consideração a informação se a mulher tem ou não filhos e o quanto isto influencia nos outros eventos da transição, foi necessário que se separasse homens e mulheres em cada modelo. Esse fato também impossibilitou a construção do modelo que poderia prever as chances de os homens terem filhos em seu processo de transição para a vida adulta.

Para a realização dos modelos o número de casos analisados será considerado sem o peso de expansão da amostra, portanto o n mencionado ao final da tabela é relativo ao número amostral de casos observados no Censo. A Tabela 4 apresenta as variáveis que foram inseridas em todos os modelos construídos neste trabalho. Esta tabela traz a distribuição dos jovens subdivididos entre os quatro grupos e por categorias das variáveis de interesse.

As variáveis de interesse, considerando tanto as de saídas (y) do modelo, quanto as previsoras (x) foram: (1) Idade; (2) Renda domiciliar *per capita*; (3) Nível de instrução; (4) Trabalha; (5) Saída da escola; (6) Responsável ou cônjuge no domicílio; (7) Está ou já esteve em união; (8) Tem filhos.

A variável de idade, que se apresenta de forma contínua nos dados do Censo, foi transformada em variável categórica, por grupos quinquenais de idade. Esta categorização

facilita a compreensão dos resultados dos modelos de regressão, uma vez que ao utilizar grupos categóricos, atribuímos a um deles que seja o grupo de referência a partir do qual os outros grupos serão comparados. Além disso, com os jovens separados em quatro principais grupos etários, podemos observar também as diferenças entre os jovens mais jovens e os mais velhos no processo de transição para a vida adulta.

O mesmo foi feito com a variável de renda domiciliar *per capita*, originalmente os dados desta variável são apresentados de forma contínua no banco de dados do Censo. Transformamos esta variável de renda em uma variável categórica, por cinco grupos de renda, divididos por 'quintis de renda'³³. Uma vez criada esta nova variável de renda, com os limites de corte estabelecidos tendo a renda geral do estado como parâmetro, é possível observar a distribuição dos jovens de cada grupo em cada quintil. Escolhemos trabalhar com uma variável de renda domiciliar, e não do próprio jovem, pois buscamos entender quais seriam as influências também do grupo social ao qual pertence a família de origem do jovem em sua transição para a vida adulta.

A variável de nível de instrução foi mantida da forma original do Censo. A subdivisão de categorias desta variável não permite, no entanto, uma classificação acurada dos indivíduos em termos de anos de estudo e nem de nível de escolaridade a partir da forma que se apresenta o sistema de ensino atual. Isto ocorre porque suas categorias são formadas agregando dois níveis de ensino. Por exemplo, no limite inferior de escolaridade foram agregados aqueles que não têm nenhuma instrução com os que têm ensino fundamental incompleto (FI). As demais categorias seguem dessa forma: ensino fundamental completo e médio incompleto (MI) e ensino médio completo e superior incompleto (SI). Apenas a categoria de ensino superior se encontra isolada e apresenta uma melhor classificação em termos de nível de instrução dos jovens.

As demais variáveis de interesse e que também estão apresentadas na Tabela 4 correspondem aos eventos de transição para a vida adulta. Estas variáveis foram todas transformadas em variáveis categóricas dicotômicas como foi exposto na sessão anterior deste trabalho (Quadro 1). Estas variáveis são utilizadas como variáveis de saída (y) em cada um dos cinco tipos de modelos que construímos, mas também em alguns casos são utilizadas como variáveis previsoras (x) para a realização de outros eventos da transição. Isto porque

³³ Essa operação foi realizada observando a distribuição de renda da população total do Estado de São Paulo. Ou seja, considerando a distribuição de renda de toda a população, foram feitos quatro cortes nos limites de cada 20% da população do estado. Assim, o primeiro quintil de renda de São Paulo (os 20% mais pobres) possuía uma renda domiciliar *per capita* de até R\$ 263,00 em 2010. O segundo quintil é formado por aqueles que têm renda domiciliar *per capita* a partir de R\$ 263,01 até R\$ 460,00 e assim segue a interpretação dos outros quintis (os outros valores de corte apresentam-se na tabela).

sabemos que alguns eventos de transição para a vida adulta têm fortes relações entre si, como por exemplo, a entrada em união e o nascimento de filhos. Buscamos mensurar, portanto, o quanto um desses eventos pode influenciar em outro evento da transição. Na Tabela 4 apresentamos as distribuições relativas das variáveis selecionadas para a população jovem paulista.

TABELA 4 – Distribuição percentual de jovens da amostra por categorias das variáveis de interesse – São Paulo, 2010

Variáveis	Categorias	Jovens do Estado de São Paulo por sexo e descendência étnica			
		Mulheres		Homens	
		nipo-brasileiras	SP (não-nipo)	nipo-brasileiros	SP (não-nipo)
Idade Quinquenal	15 a 19 anos	20,4	22,6	21,8	23,5
	20 a 24 anos	25,0	25,2	25,1	25,6
	25 a 29 anos	28,4	26,7	26,5	26,3
	30 a 34 anos	26,3	25,5	26,6	24,5
Renda Domiciliar <i>percapita</i>	1° quintil (até R\$263)	15,9	20,3	14,0	17,2
	2° quintil (até R\$460)	16,1	21,9	15,8	20,6
	3° quintil (até R\$691)	15,6	19,8	15,5	20,8
	4° quintil (até R\$1200)	19,1	20,0	19,9	22,6
	5° quintil (mais de R\$1200)	33,4	17,9	34,8	18,9
Nível de Instrução	Sem Instrução e FI	13,2	18,1	16,7	22,7
	Fundamental e MI	21,5	26,3	22,6	27,9
	Médio e SI	39,5	42,1	40,0	39,4
	Superior	25,8	13,6	20,7	10,0
Trabalha	não	44,8	45,1	32,8	28,3
	sim	55,2	54,9	67,2	71,7
Saiu da escola	não	32,7	28,4	33,6	28,1
	sim	67,3	71,6	66,4	71,9
Responsável ou cônjuge no domicílio	não	59,0	52,8	67,3	62,9
	sim	41,0	47,2	32,7	37,1
Está ou já esteve em união	não	51,8	46,1	62,7	58,3
	sim	48,2	53,9	37,3	41,7
Tem filhos	não	64,7	56,6	-	-
	sim	35,3	43,4	-	-
número de casos (n)		11.656	585.411	11.331	580.917

Fonte: IBGE (Microdados da Amostra do Censo Demográfico 2010).

O que podemos observar em relação à distribuição dos jovens por faixas de idade é que não há grandes diferenças entre a distribuição de homens e mulheres. No entanto, entre os jovens nipo-brasileiros em relação aos demais, podemos ver um maior percentual nos grupos de jovens mais velhos tanto para homens quanto para mulheres.

Em relação à renda, também o maior diferencial de distribuição de jovens por quintis de renda se deu entre os grupos de nipo-brasileiros e não descendentes. As diferenças de gênero na renda podem ser observadas tanto entre nipos quanto entre não-nipos.

O nível de instrução dos jovens do estado apresenta um perfil em que, nos quatro grupos observados, cerca de 40% se concentra na faixa de ensino médio completo e superior incompleto. No entanto as similaridades param aqui, embora o diferencial entre os grupos étnicos seja mais evidente do que os de gênero, em todos os grupos encontramos diferenças.

O percentual de jovens nipo-brasileiros com ensino superior (25,8 mulheres e 20,7 homens) é o dobro em relação ao dos não descendentes (13,6 mulheres e 10,0 homens), em ambos os sexos. Deve-se considerar que nessa amostra há jovens que ainda não teriam alcançado a idade de completar ensino superior. No entanto, apesar do percentual de jovens mais velhos ser levemente maior entre os nipo-brasileiros, a diferença entre os níveis de ensino superior de ambos os grupos é relativamente alta.

A variável que indica se o jovem estava trabalhando aponta que entre as mulheres, cerca de 55% estava trabalhando, em ambos os grupos. Os homens estão mais inseridos no mercado de trabalho em relação às mulheres. Em relação à saída do sistema educacional, encontramos uma diferença entre os grupos étnicos, mas não uma diferença de gênero. De acordo com os resultados apresentados, os jovens do estado apresentaram um maior percentual de saída do sistema educacional (cerca de 71%) em relação aos nipo-brasileiros (67%), a despeito de sua estrutura etária ser ligeiramente mais envelhecida, mesmo entre os jovens. Essa informação vai de encontro com a literatura sobre este grupo que, historicamente no Brasil foi marcado por uma valorização da educação dos filhos.

No que diz respeito à formação de domicílio independente, a variável que indica se o jovem é 'responsável ou cônjuge no domicílio' agrega estas duas categorias sob a ideia de que estes jovens não vivem mais na casa de seus pais. Esta variável apresenta um forte viés de gênero³⁴, como veremos na apresentação dos modelos adiante, em que as mulheres acabam por formar domicílio na condição de cônjuges e está mais fortemente associada à união. Enquanto para os homens a formação do domicílio se dá na condição de responsável e está mais fortemente associada se o jovem trabalha ou não³⁵. Essas informações corroboram com o que se conhece sobre os papéis de gênero ainda fortemente marcados em nossa sociedade organizada de forma patriarcal, com o homem no papel de provedor e a mulher de cuidadora do lar e família.

A variável indicadora de entrada em união conjugal agrega na categoria 'sim' aqueles jovens que estão em união e aqueles que já estiverem, em contraste com aqueles que nunca estiveram em união. Isto porque neste trabalho não estamos interessados apenas no perfil de quem está unido, mas também de quem já vivenciou o evento pelo menos uma vez.

³⁴ A distribuição das mulheres que formaram domicílio independente se apresenta entre as nipo-brasileiras com 39% na posição de responsáveis 61% delas na posição de cônjuge e entre as mulheres não descendentes o percentual é de 35,3% de responsáveis e 64,7% de cônjuges. Já entre os homens, a distribuição inverte, entre os nipo-brasileiros se apresenta com 76,8% na posição de responsáveis contra apenas 23,2% de cônjuges. Entre os jovens não descendentes do Estado de São Paulo 78,2% são responsáveis pelo domicílio e 21,8% cônjuges.

³⁵ Devemos considerar também os possíveis erros de declaração baseados nas preferências por respostas de papéis socialmente esperados.

Observa-se que entre as nipo-brasileiras, o percentual das que não entraram em união até os 34 anos de idade é maior do que as que já se uniram, ao contrário das jovens não descendentes. Entre os homens de ambos os grupos, os percentuais dos que não entraram em união é maior do que os já unidos pelo menos uma vez. Os jovens nipo-brasileiros são aqueles que apresentam o menor percentual de unidos até os 34 anos de idade (37%).

A informação sobre se os jovens já tiveram algum filho estão disponíveis apenas para as mulheres. Entre as jovens de 15 até 34 anos de idade nipo-brasileiras, apenas 34% já tinham tido pelo menos um filho em 2010. Entre as não descendentes 43,4% já tinham tido filhos.

4.1 Análise por meio dos modelos de regressão logística binária

1) Saída do Sistema educacional

Para cada evento da transição para a vida adulta construímos dois diferentes tipos de modelos, um para mulheres, que possibilitava incluir a informação sobre filhos como variável previsor do modelo e outro para os homens que não inclui a variável 'filhos'.

Apresentaremos inicialmente as análises sobre a saída da escola para as mulheres de 15 a 34 anos de idade, separadas entre jovens nipo-brasileiras e as não descendentes de japoneses. Ao observar uma transição mais tardia entre o grupo de nipo-brasileiros em relação ao geral do estado, questionamos se esse perfil de transição tardia teria mais a ver com o fato destes jovens terem a ascendência japonesa, ou se este resultado não estaria influenciado também pelos grupos sociais, com base em renda e nível de instrução, que estes jovens fazem parte.

O modelo de regressão logística para saída do sistema escolar foi construído para prever as chances de uma jovem já ter deixado a escola segundo seu grupo etário, grupo de renda, nível de instrução, se trabalha, se foi unida e se teve filhos. A Tabela 5 apresenta os resultados deste primeiro modelo, na forma de razão de chances, ou *odds ratio* (OR) e significa a probabilidade de um evento ocorrer em razão de não ocorrer, com um intervalo de confiança de 95%. A forma de interpretação da razão de chances em variáveis categóricas é feita tomando como base a categoria de referência. Em termos de probabilidade, a referência seria a ocorrência do evento (OR=1) e as demais categorias são comparadas então em relação à categoria de referência. Assim, se os valores da razão de chances (OR) forem maiores do que 1, as chances de o evento ocorrer aumentam em relação à categoria de referência, ou seja, há uma associação positiva entre as variáveis. Se o valor for menor do que 1, as chances de o evento ocorrer diminuem, apresentando uma associação negativa. Em todas as variáveis

incluídas no modelo a referência sempre foi o menor valor e no caso das variáveis categóricas dicotômicas a referência foi a resposta 'não', ou seja, quem realizou os eventos está sendo comparado em relação a quem ainda não realizou. Ao calcular então as chances com base na referência, utilizamos a fórmula $[1 - (OR) * 100]$ e encontramos o percentual de chances maiores ou menores de cada evento ocorrer segundo a categoria analisada.

TABELA 5 – Razão de chances (OR) de ter saído do sistema educacional segundo descendência étnica. Mulheres, Estado de São Paulo, 2010

Variáveis previsoras	Mulheres de 15 a 34 anos	
	nipo-brasileiras	SP(não nipo)
Grupo etário	OR	OR
15 a 19 anos	referência	referência
20 a 24 anos	2,34 ***	3,16 ***
25 a 29 anos	3,54 ***	4,34 ***
30 a 34 anos	4,45 ***	4,65 ***
Grupo de renda		
1º quintil (até R\$263)	referência	referência
2º quintil (até R\$460)	0,95 ^{ns}	0,96 ***
3º quintil (até R\$691)	0,80 *	0,78 ***
4º quintil (até R\$1200)	0,60 ***	0,52 ***
5º quintil (acima de R\$1200)	0,37 ***	0,29 ***
Nível de instrução		
Sem Instrução e FI	referência	referência
Fundamental completo e MI	0,61 ***	0,64 ***
Médio completo e SI	1,11 ^{ns}	1,54 ***
Superior completo	2,49 ***	2,42 ***
Mercado de trabalho		
não trabalha	referência	referência
trabalha	1,62 ***	1,63 ***
Nupcialidade		
nunca em união	referência	referência
esta ou já esteve em união	2,50 ***	2,87 ***
Maternidade		
não tem filhos	referência	referência
tem filhos	2,13 ***	1,95 ***
Constante	0,51 ***	0,49 ***
Pseudo R² (Nagelkerke)	0,367	0,393
Número de casos (n)	11.656	585.411

Fonte: IBGE, Censo Demográfico Brasileiro, 2010.

* p < 0,05 ** p < 0,01 *** p < 0,001 ns = não significativo

Observamos de modo geral que, a saída da escola para as mulheres está mais fortemente relacionada à entrada na vida familiar, união e nascimento de filhos. A renda domiciliar *per capita* e a idade apresentam associações mais fortes para o grupo das não descendentes do que para as nipo-brasileiras. Em relação à influência da idade nas chances das mulheres saírem do sistema escolar, conforme aumentam as idades, as chances de saída também crescem, como é o esperado em todos os eventos da transição.

Olhando de forma detalhada para a primeira variável previsora, a idade, observamos uma diferença entre as mulheres nipo-brasileiras e as não descendentes de japoneses. As mulheres nipo-brasileiras que têm entre 20 e 24 anos têm duas vezes mais chances de já ter saído do sistema educacional do que aquelas entre 15 e 19 do mesmo grupo. No que se refere as jovens do estado que não possuem descendência japonesa, estas têm três vezes mais chances de já ter deixado a escola do que seus pares de 15 a 19 anos de idade.

Dado que o grupo populacional de nipo-brasileiros paulistas apresenta maior nível de instrução do que o geral do estado, como vimos através das análises descritivas, este resultado se mostra coerente, uma vez que, apesar das idades avançarem as chances das nipo-brasileiras permanecerem no sistema educacional são maiores do que as das jovens não-nipos.

Em relação à variável de renda domiciliar *per capita*, quando as jovens estão nos quintis superiores de renda, as chances delas terem saído do sistema escolar diminuem. Assim, observa-se que as jovens nipo-brasileiras que estão no quarto quintil de renda têm 40% a menos de chances de ter deixado a escola do que aquelas que estão no primeiro quintil, o grupo de referência. Para as jovens do último quintil há uma diminuição de 63% de chances de ter saído do sistema educacional em relação às do primeiro quintil. Entre o grupo de não descendentes, estar no quarto quintil diminui em 48% as chances de ter saído da escola em relação às jovens de menor renda, enquanto para as do quinto quintil essa chance diminui em 71%. Assim, podemos considerar que controlando pelas demais variáveis dos modelos de cada grupo, quanto maior a renda domiciliar das jovens, menores as chances de deixar o sistema de ensino, essa relação se mostrou mais forte para as jovens do Estado de São Paulo sem descendência do que para as nipo-brasileiras.

Este resultado nos apresenta uma informação que favorece a reflexão acerca dos condicionantes dos processos de transição para a vida adulta entre jovens de camadas de rendas diferentes e o papel do grupo étnico e familiar na educação. Embora a renda tenha um papel relevante na permanência das jovens no sistema de ensino, para as nipo-brasileiras, que em geral apresentam maior nível de instrução, a renda se mostra um fator menos relevante do que para as não-descendentes. Seria o caso de considerar, então, o papel da valorização da

educação pelas famílias nipo-brasileiras, e a influência do pertencimento a este grupo para o maior tempo de permanência no sistema de ensino.

No Estado de São Paulo, a formação do sistema escolar teve influências dos processos da imigração europeia e japonesa dos finais do século XIX e início do XX. Entre os imigrantes em geral o índice de analfabetismo era mais baixo do que o encontrado no Brasil, tendo o *background* familiar contado para a formação educacional dos paulistas ao longo do século XX (VIEIRA, 2009).

A variável de nível de instrução neste modelo como esperado, apresenta um resultado que corresponde ao grupo de idade da amostra. Por ter ainda jovens em idades escolares, a saída da escola está relacionada também ao nível de instrução das jovens. Dessa forma, percebe-se que aquelas que têm fundamental completo têm menos chances de ter saído da escola do que as jovens sem instrução e de fundamental incompleto. No entanto, ao passo que a escolaridade aumenta, as jovens com médio e superior completo apresentam mais chances de já terem deixado o sistema de ensino.

Em relação ao mercado de trabalho, as jovens de ambos os grupos que estavam trabalhando tinham cerca de 62% mais chances de já ter deixado a escola. Embora a entrada no mercado de trabalho esteja relacionada à saída do sistema educacional de forma positiva para as mulheres, este fator não conta tanto quanto a esfera da vida familiar, ou seja, a união e nascimento de filhos.

A união e maternidade também apresentaram resultados similares para ambos os grupos. As jovens unidas ou que já estiveram em união têm duas, quase três vezes mais chances de ter deixado a escola do que as que nunca estiveram unidas. As jovens mães também apresentam duas vezes mais chances de terem deixado o sistema de ensino. A maternidade, principalmente no período da adolescência, tem sido amplamente discutida em sua relação com a evasão escolar. Embora haja uma percepção geral de que a gravidez seria fator determinante para a jovem deixar o sistema educacional, pesquisas retrospectivas mostram que é relevante considerar também dificuldades escolares anteriores à gravidez. Corrêa (2014) analisou as trajetórias escolares de 255 mães adolescentes que tiveram seu primeiro filho entre as idades de 17 e 19 anos, e encontrou uma elevada proporção de repetências e interrupções dos estudos em período anterior à gravidez destas jovens. Entretanto, independente se uma gravidez na adolescência seja causa ou consequência da saída do sistema educacional, a parentalidade juvenil é considerada um fator que condensaria o processo de transição para a vida adulta, pois com o nascimento de filhos, outros eventos também podem ter maiores chances de ocorrer concomitantemente (HEILBORN; CABRAL,

2006; CORRÊA, 2014). A Tabela 6 abaixo traz o modelo que apresenta as chances de saída da escola para os homens de 15 a 34 anos, as variáveis consideradas são as mesmas do modelo anterior, exceto a informação sobre filhos.

TABELA 6 – Razão de chances (OR) de ter saído do sistema educacional segundo descendência étnica. Homens, Estado de São Paulo, 2010

Variáveis previsoras	Homens de 15 a 34 anos	
	nipo-brasileiros	SP(não nipo)
Grupo etário	OR	OR
15 a 19 anos	referência	referência
20 a 24 anos	2,93 ***	4,37 ***
25 a 29 anos	4,61 ***	6,53 ***
30 a 34 anos	6,14 ***	7,89 ***
Grupo de renda		
1° quintil (até R\$263)	referência	referência
2° quintil (até R\$460)	0,90 ^{ns}	0,89 ***
3° quintil (até R\$691)	0,67 ***	0,77 ***
4° quintil (até R\$1200)	0,48 ***	0,53 ***
5° quintil (acima de R\$1200)	0,25 ***	0,26 ***
Nível de instrução		
Sem Instrução e FI	referência	referência
Fundamental completo e MI	0,58 ***	0,60 ***
Médio completo e SI	0,85 *	1,08 ***
Superior completo	1,95 ***	1,21 ***
Mercado de trabalho		
não trabalha	referência	referência
trabalha	2,73 ***	2,77 ***
Nupcialidade		
nunca em união	referência	referência
esta ou já esteve em união	2,20 ***	2,09 ***
Constante	0,62 ***	0,55 ***
Pseudo R² (Nagelkerke)	0,373	0,381
Número de casos (n)	11.332	580.918

Fonte: IBGE, Censo Demográfico Brasileiro, 2010.

* p < 0,05 ** p < 0,01 *** p < 0,001 ns = não significativo

Os resultados dos modelos de saída da escola para os homens se apresentaram semelhantes ao modelo para as mulheres, com o destaque para o peso maior de estar trabalhando nas chances de ter saído do sistema educacional para os homens. Entre os homens, também como esperado, a idade está associada positivamente com o evento em ambos os grupos, mas para os nipo-brasileiros, a associação é bem mais fraca do que para os

não descendentes, representativos do estado. Assim como para as mulheres, isso se explicaria pelo maior nível de progressão nos estudos dos nipo-brasileiros. Enquanto apenas cerca de 10% dos jovens do Estado de São Paulo concluem o ensino superior até os 34 anos, cerca de 20% dos nipo-brasileiros atingem esse nível (Tabela 2). O que explica que mesmo com o avançar da idade os nipo-brasileiros tendem a permanecer no sistema educacional.

Em relação à renda também para os homens conforme inserido nos quintis mais elevados da renda domiciliar *per capita* as chances de ter deixado o sistema educacional diminuem. Isto significa que os jovens de famílias que possuem maior nível de renda tendem a ficar mais tempo no sistema educacional. Este perfil colabora para a reprodução das desigualdades sociais já tão arraigadas no Brasil, uma vez que os jovens oriundos de famílias mais pobres geralmente saem do sistema educacional mais cedo para trabalhar e ajudar a família. Nesse sentido, deixam de adquirir melhores qualificações educacionais e profissionais que poderiam permitir-lhes uma melhor inserção no mercado de trabalho.

Os resultados considerando ‘estar no mercado de trabalho’ e ‘estar unido’ apresentaram semelhanças entre os dois grupos de homens. Aqueles que trabalham, bem como os que já foram ou que estão unidos, têm cerca de duas vezes mais chances de ter saído do sistema educacional, do que aqueles que não trabalham e que nunca foram unidos. Embora a Agenda Nacional do Trabalho Decente de Juventude (ANTDJ) lançada em 2010 preveja condições de trabalho diferenciadas para que a população jovem possa conciliar trabalho, estudos e vida familiar, ainda não foram implementadas políticas que auxiliem efetivamente neste sentido (SILVA; MACEDO; FIGUEIREDO, 2015). Assim, o que os dados sugerem é que a inserção em uma esfera da vida adulta acaba por influenciar na sequência ou interrupção de outras, o que pode acarretar de diversas maneiras na formação dos jovens enquanto indivíduos adultos.

O podemos observar de modo geral em relação à saída do sistema educacional é que tanto para os homens quanto para as mulheres, o nível de renda a que a família pertence é um forte marcador de permanência ou de saída da escola para os jovens. Esta realidade se explica em parte pelo exposto anteriormente sobre as desigualdades de acesso ao sistema de ensino brasileiro. Embora a universalização do acesso à escola tenha ocorrido para o ensino fundamental, a progressão dos estudos até o nível superior responde às desigualdades sociais e dificuldade de acesso das classes sociais menos favorecidas (RIBEIRO; CENEVIVA; BRITO, 2015). Em relação ao processo de transição para a vida adulta, menos tempo de estudo implica em menores qualificações para concorrer à entrada em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e exigente. Outros eventos da própria transição para a

vida adulta também impactam significativamente nas chances de os jovens deixarem a escola. A entrada na vida familiar, bem como no mercado de trabalho, apresenta uma forte correlação para que os jovens deixem os estudos. Para os homens mais marcadamente a entrada no mercado de trabalho e para as mulheres a entrada na vida familiar, respondendo aos papéis de gênero historicamente herdadas de nossa sociedade patriarcal.

2) Entrada no mercado de trabalho

Os resultados dos modelos que estimam as chances das mulheres jovens estarem inseridas no mercado de trabalho são apresentados na Tabela 7 abaixo. Estão considerados nesta tabela os modelos dos grupos das mulheres nipo descendentes e as não descendentes de São Paulo.

TABELA 7 – Razão de chances (OR) de estar trabalhando segundo descendência étnica. Mulheres, Estado de São Paulo, 2010

Variáveis previsoras	Mulheres de 15 a 34 anos	
	nipo-brasileiras	SP(não nipo)
Grupo etário	OR	OR
15 a 19 anos	referência	referência
20 a 24 anos	2,90 ***	2,88 ***
25 a 29 anos	4,08 ***	3,90 ***
30 a 34 anos	4,39 ***	4,56 ***
Grupo de renda		
1° quintil (até R\$263)	referência	referência
2° quintil (até R\$460)	3,95 ***	3,78 ***
3° quintil (até R\$691)	6,66 ***	7,34 ***
4° quintil (até R\$1200)	7,94 ***	10,23 ***
5° quintil (acima de R\$1200)	7,35 ***	8,36 ***
Nível de instrução		
Sem Instrução e FI	referência	referência
Fundamental completo e MI	0,84 *	0,99 ^{ns}
Médio completo e SI	1,17 *	1,31 ***
Superior completo	1,76 ***	1,75 ***
Saída da escola		
frequenta escola	referência	referência
não frequenta mais	1,69 ***	1,70 ***
Nupcialidade		
nunca em união	referência	referência
esta ou já esteve em união	1,07 ^{ns}	0,82 ***
Maternidade		
não tem filhos	referência	referência
tem filhos	0,85 *	0,88 ***
Constante	0,05 ***	0,06 ***
Pseudo R² (Nagelkerke)	0,305	0,315
Número de casos (n)	11.656	585.411

Fonte: IBGE, Censo Demográfico Brasileiro, 2010.

* p < 0,05 ** p < 0,01 *** p < 0,001 ns = não significativo

Os resultados mostram como esperado uma associação positiva entre o aumento da idade e a inserção no mercado de trabalho, para os dois grupos essa associação se apresentou similar. Em relação à renda domiciliar *per capita*, observa-se que quanto mais elevado o quintil de renda domiciliar, também aumentam as chances de que essas jovens estejam inseridas no mercado de trabalho. Este resultado é esperado também, em parte, pois o trabalho remunerado é o fator que determina o nível de renda do domicílio, assim nos domicílios que tem uma composição de renda *per capita* maior é mais provável que mais

peças estejam trabalhando. Essa relação se mostra mais forte para as jovens não descendentes do que para as nipo-brasileiras. No entanto, essa relação não deve mascarar os fatores e desigualdades socioeconômicas que também possibilitam que as jovens inseridas em famílias com maior nível de renda possuam melhores condições de qualificação profissional e mais chances de inserção no mercado de trabalho. Isso se mostra ao observarmos os resultados da associação com o nível de instrução nas chances das jovens estarem trabalhando. As jovens nipo-brasileiras e não descendentes que possuem ensino médio completo possuem 17% e 31% a mais de chances, respectivamente, de estarem inseridas no mercado de trabalho, do que as jovens de seus grupos sem instrução e com fundamental completo. Entre as que possuem ensino superior estas chances são de 75% a mais para ambos os grupos.

Ainda considerando os fatores sociodemográficos e institucionais, apresentamos a relação entre escola e trabalho, em que as chances das jovens que já saíram do sistema educacional estarem trabalhando são cerca de 70% maiores, em ambos os grupos, do que para as que ainda seguem estudando.

No entanto, a inserção da mulher no mercado de trabalho é muito mais atravessada pelas dimensões da esfera familiar. O que observamos é que entre as mulheres que estão unidas ou já estiveram em união conjugal, as chances de estar no mercado de trabalho são 18% menores do que as que nunca estiveram em união. Este resultado é observado para as jovens do Estado de São Paulo não descendentes de japoneses. Para as nipo-brasileiras o resultado não teve significância estatística para ser analisado. Entre as mulheres que já tiveram filhos, as chances de estar trabalhando diminuem em 15% entre as nipo-brasileiras e 12% entre as não descendentes em relação às mulheres que não tiveram filhos de seus respectivos grupos.

Estes resultados corroboram com a desigualdade de gêneros observada em nosso país no tocante à inserção das mulheres no mercado de trabalho e os conflitos entre a maternidade e a carreira profissional.

Podemos ressaltar ainda mais estas desigualdades quando olhamos para os modelos construídos para os homens e a sua inserção no mercado de trabalho, infelizmente não possuímos a informação sobre filhos para homens, pois seria interessante observar se o fato de os homens terem filhos influenciaria que eles estivessem mais ou menos inseridos no mercado de trabalho. No entanto, cabe inferir que o resultado seria oposto ao das mulheres, uma vez que a esfera da vida familiar continua a demandar, socialmente, mais responsabilidades e cuidados por parte das mulheres do que para os homens. O que pudemos

observar em relação à entrada em união, pelo menos, é que os homens que se encontram ou já estiveram unidos conjugalmente tem mais chances de estar inseridos no mercado de trabalho do que aqueles que nunca estiveram unidos. A Tabela 8 apresenta estes resultados.

TABELA 8 – Razão de chances (OR) de estar trabalhando segundo descendência étnica. Homens, Estado de São Paulo, 2010

Variáveis previsoras	Homens de 15 a 34 anos de idade	
	nipo-brasileiros	SP(não nipo)
Grupo etário	OR	OR
15 a 19 anos	referência	referência
20 a 24 anos	3,32 ***	2,65 ***
25 a 29 anos	5,28 ***	3,14 ***
30 a 34 anos	4,40 ***	3,25 ***
Grupo de renda		
1° quintil (até R\$263)	referência	referência
2° quintil (até R\$460)	5,78 ***	5,35 ***
3° quintil (até R\$691)	9,75 ***	9,62 ***
4° quintil (até R\$1200)	11,44 ***	13,09 ***
5° quintil (acima de R\$1200)	10,01 ***	10,41 ***
Nível de instrução		
Sem Instrução e FI	referência	referência
Fundamental completo e MI	1,07 ^{ns}	1,09 ***
Médio completo e SI	0,95 ^{ns}	1,33 ***
Superior completo	1,30 **	1,42 ***
Saída da escola		
frequenta escola	referência	referência
não frequenta mais	2,78 **	2,76 ***
Nupcialidade		
nunca em união	referência	referência
esta ou já esteve em união	3,92 ***	3,85 ***
Constante	0,04 ***	0,06 ***
Pseudo R² (Nagelkerke)	0,429	0,422
Número de casos (n)	11.332	580.918

Fonte: IBGE, Censo Demográfico Brasileiro, 2010.

* p < 0,05 ** p < 0,01 *** p < 0,001 ns = não significativo

Para os homens, assim como para as mulheres, idade e grupo de renda se associam de forma similar nas chances de estar trabalhando, conforme maior a idade e a renda as chances de estar no mercado de trabalho aumentam. A discussão sobre a associação positiva entre nível de renda e maiores chances de estar trabalhando segue a mesma lógica

apresentada anteriormente para as mulheres.

O nível de instrução foi estatisticamente significativo em todos os níveis para a população do estado, no caso do grupo nipo, apenas para o ensino superior. Entre os jovens não-nipo aqueles com ensino superior completo têm 42% a mais de chances de estar trabalhando do que os que não têm instrução e fundamental incompleto de seu grupo. Para os jovens nipo-brasileiros que possuem ensino superior há 30% a mais de chances de estarem trabalhando do que aqueles de mais baixa escolaridade. Ainda na dimensão institucional, a saída da escola apresenta uma forte associação com a inserção no mercado de trabalho, aqueles que já deixaram o sistema de ensino têm cerca de duas vezes mais chances de estar inseridos no mercado de trabalho do que os que seguem estudando.

Em relação à esfera familiar e sua relação com a vida do trabalho, os jovens que estão ou já estiveram unidos (nipo e não-nipo), ao contrário das mulheres, tem cerca de três (quase quatro) vezes mais chances de estarem no mercado de trabalho, do que os de seus respectivos grupos que nunca foram unidos. Estes resultados reforçam as intersecções entre vida familiar e trabalho remunerado e suas desigualdades de gênero, em que os homens ‘com família’ estariam mais inseridos no mercado de trabalho e provavelmente mais associados ao papel de provedor. As mulheres na mesma situação (unidas e com filhos) menos inseridas no mercado de trabalho e mais associadas ao papel de cuidadoras do lar e filhos.

Ao olhar para a saída do sistema educacional e a inserção no mercado de trabalho, observamos maiores diferenciais de gênero do que entre os grupos subdivididos pela descendência étnica japonesa. Embora não estejamos trabalhando a comparação direta entre os grupos nipo-brasileiro e não-nipo nos modelos, ao observar as associações de cada variável previsora (dependente) nas chances de saída (resposta) do evento pudemos constatar que são similares as influências dos marcos demográficos (idade, união, filhos), institucionais (saída da escola e entrada no mercado de trabalho) e socioeconômicos (renda e instrução) na realização de cada evento entre os grupos de nipo-brasileiros e não-nipo. Podemos inferir a partir destes resultados que, embora o grupo de nipo-brasileiros apresente uma pertença familiar cultural e histórica específica da herança de seus antepassados imigrantes japoneses do início do século XX, sua inserção e dinâmica na sociedade paulista atual se mostra de certa forma confluyente ao geral da população em relação à esfera da vida escolar e laboral.

O mesmo não se pode dizer em relação aos diferenciais de gênero. Os resultados dos modelos apresentam de forma explícita o quanto a esfera familiar impacta diferentemente homens e mulheres em relação à vida no espaço público. Enquanto para os homens o fato de estar unido apresenta uma forte associação para que já tenha deixado os estudos e esteja

inserido no mercado de trabalho; para as mulheres a entrada em união e o nascimento de filhos impactam em maiores chances de já ter deixado os estudos e menores chances de estar inseridas no mercado de trabalho. Ou seja, parece que ainda cabe majoritariamente às mulheres paulistas os cuidados dos filhos e do domicílio a partir do momento que formam suas famílias. Observa-se dessa forma o que os estudos de transição para a vida adulta no Brasil venham chamando a atenção para este diferencial, em que as mulheres tendem a fazer a transição mais pela via da família, enquanto os homens pela via do trabalho (CAMARANO, 2006; MELLO, 2015).

Passamos agora a analisar os resultados dos modelos referentes à esfera da vida familiar: entrada em união conjugal, responsabilidade por domicílio independente da família de origem e nascimento de filhos.

3) Entrada em união conjugal

A formação de família passa por dois principais eventos na vida dos indivíduos, a entrada em união conjugal e o nascimento de filho. A formação de domicílio independente dos pais também está fortemente associada a essa esfera da vida dos jovens, embora não esteja necessariamente ligada a formação de família nas trajetórias de seus cursos de vida. Os resultados da Tabela 9 apresentam alguns dos fatores associados à entrada em união conjugal das jovens do Estado de São Paulo, nipo-brasileiras e não descendentes.

TABELA 9 – Razão de chances (OR) de ter entrado em união conjugal, segundo descendência étnica. Mulheres, Estado de São Paulo, 2010

Variáveis previsoras	Mulheres de 15 a 34 anos	
	nipo-brasileiras	SP(não nipo)
Grupo etário	OR	OR
15 a 19 anos	referência	referência
20 a 24 anos	3,19 ***	2,70 ***
25 a 29 anos	7,37 ***	5,55 ***
30 a 34 anos	13,06 ***	8,55 ***
Grupo de renda		
1º quintil (até R\$263)	referência	referência
2º quintil (até R\$460)	1,12 ^{ns}	1,19 ***
3º quintil (até R\$691)	1,04 ^{ns}	1,31 ***
4º quintil (até R\$1200)	1,23*	1,81 ***
5º quintil (acima de R\$1200)	1,36**	2,37 ***
Nível de instrução		
Sem Instrução e FI	referência	referência
Fundamental completo e MI	0,88 ^{ns}	0,80 ***
Médio completo e SI	0,70 ***	0,59 ***
Superior completo	0,44 ***	0,36 ***
Saída da escola		
frequenta escola	referência	referência
não frequenta mais	2,52 ***	2,91 ***
Mercado de trabalho		
não trabalha	referência	referência
trabalha	1,10 ^{ns}	0,082 ***
Maternidade		
não tem filhos	referência	referência
tem filhos	19,09 ***	18,00 ***
Constante	0,05 ***	0,06 ***
Pseudo R² (Nagelkerke)	0,592	0,603
Número de casos (n)	11.656	585.411

Fonte: IBGE, Censo Demográfico Brasileiro, 2010.

* p < 0,05 ** p < 0,01 *** p < 0,001 ns = não significativo

O que se destaca nestes resultados é o peso que a idade tem para as mulheres nipo-brasileiras em relação às não descendentes, as diferenças se acentuam a partir do grupo etário de 25 a 29 anos. Para as jovens pertencentes a famílias de origem japonesa, conforme aumenta a idade, as chances de estar unida aumentam significativamente em relação ao primeiro grupo etário, de 15 a 19 anos, o grupo de referência. Este resultado pode ser melhor compreendido se considerarmos o perfil etário de transição para a vida adulta das jovens nipo-

brasileiras que tendem a se unir em idades mais tardias. Assim, as jovens dos últimos grupos etários considerados têm muito mais chances de estar unidas do que aquelas dos primeiros. Entre as jovens do estado essas chances também aumentam com a idade, mas de forma mais distribuída entre todos os grupos.

Outro resultado que se destaca é que a renda e o nível de instrução têm efeitos contrários na previsão de chances de união das jovens de São Paulo. Embora para as nipo-brasileiras algumas categorias destas duas variáveis tenham sido estatisticamente não significativas, o padrão de comportamento das variáveis pôde ser observado. Conforme o grupo de renda domiciliar aumenta, as chances de estar unidas também aumentam, para ambos os grupos e com maior intensidade para as não-descendentes. O nível de instrução apresenta uma associação negativa. Quanto mais escolarizadas as jovens, menores as chances de estarem unidas. Essa relação se mostra mais forte também entre as não descendentes de japoneses do estado.

Em relação a outros eventos da transição para a vida adulta que podem estar associados à entrada em união consideramos a saída da escola, a entrada no mercado de trabalho e o nascimento de filhos. A relação entre a saída da escola e a conjugalidade mostra que as jovens que já deixaram os estudos têm duas vezes mais chances de estarem unidas do que as que seguem estudando. Embora nos trabalhos de transição para a vida adulta se considere, de modo geral, que a saída do sistema educacional poderia significar conclusão dos estudos, no Brasil sabemos da dificuldade de progressão dos estudos até a conclusão do nível superior para muitos grupos populacionais. Dessa forma, não necessariamente as mulheres que já deixaram o sistema educacional concluíram os estudos, antes, podem ter interrompido sua vida escolar em razão da ocorrência de outros eventos da transição, como a conjugalidade e maternidade e a dificuldade em conciliar estas distintas esferas da vida.

Em relação à inserção no mercado de trabalho, as jovens que exercem trabalho remunerado no Estado de São Paulo têm 18% menores chances de estarem unidas do que aquelas que não exercem³⁶. Isto significa que trabalhar fora de casa, para as mulheres, não têm sido um fator que se concilia facilmente com a vida familiar em união conjugal. Este fato pode estar fortemente associado não somente à união, mas também ao nascimento de filhos e todos os cuidados e demandas que surgem com este evento. Isto se mostra claramente nos resultados uma vez que o nascimento de filhos é um fator fortemente associado à união.

As jovens que tem filhos têm 18 vezes mais chances de estar unidas do que

³⁶ A influência da inserção no mercado de trabalho deu estatisticamente não significativo para as jovens nipo-brasileiras.

aquelas que não tiveram filhos. Nesse sentido, o trabalho realizado por Marcondes e Oliveira (2013) mostrou que, embora tenha aumentado de forma significativa a participação das mulheres no mercado de trabalho nos últimos quarenta anos, esse aumento apresenta um diferencial em relação às mulheres com e sem filhos residentes no domicílio. O trabalho mostra que entre as mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho, captadas pelas PNADs de 2001, 2005 e 2011, aquelas que têm filhos residentes tendem a trabalhar em jornadas de trabalho parciais, que normalmente são mais precários e com remunerações menores.

A jornada de trabalho das mulheres tende a ser menor à medida que estas estão unidas e/ou com filhos, pois ao permanecerem como as principais responsáveis pelos afazeres domésticos e de cuidados para com os membros dependentes das famílias, as mulheres acabam por despende mais tempo com o trabalho dentro do domicílio (MARCONDES; OLIVEIRA, 2013, p. 7).

Ao considerar o tempo de trabalho doméstico e o tempo de trabalho fora, mesmo daquelas que trabalham em jornadas parciais, as mulheres acumulam um tempo de trabalho total (produtivo e reprodutivo) maior do que dos homens (MARCONDES; OLIVEIRA, 2013).

Para os homens construímos o modelo de união conjugal sem considerar a variável filhos, assim houve um resultado significativamente diferente em relação às mulheres no tocante a influência da idade nas chances de entrar em união. Isto porque com uma variável previsora (x) a menos, o modelo estatístico tende a distribuir os pesos relativos dentre as variáveis inseridas para prever a saída (y). Os resultados estão apresentados na Tabela 10 abaixo:

TABELA 10 – Razão de chances (OR) de ter entrado em união conjugal, segundo descendência étnica. Homens, Estado de São Paulo, 2010

Variáveis previsoras	Homens de 15 a 34 anos de idade	
	nipo-brasileiros	SP(não nipo)
Grupo etário	OR	OR
15 a 19 anos	referência	referência
20 a 24 anos	5,22 ***	6,22 ***
25 a 29 anos	16,23 ***	22,01 ***
30 a 34 anos	45,16 ***	55,05 ***
Grupo de renda		
1° quintil (até R\$263)	referência	referência
2° quintil (até R\$460)	0,69 ***	0,56 ***
3° quintil (até R\$691)	0,42 ***	0,34 ***
4° quintil (até R\$1200)	0,31 ***	0,26 ***
5° quintil (acima de R\$1200)	0,28 ***	0,23 ***
Nível de instrução		
Sem Instrução e FI	referência	referência
Fundamental completo e MI	0,89 ^{ns}	0,90 ***
Médio completo e SI	0,58 ***	0,70 ***
Superior completo	0,36 ***	0,50 ***
Saída da escola		
frequenta escola	referência	referência
não frequenta mais	2,18 ***	2,12 ***
Mercado de trabalho		
não trabalha	referência	referência
trabalha	4,44 ***	4,29 ***
Constante	0,04 ***	0,03 ***
Pseudo R² (Nagelkerke)	0,455	0,476
Número de casos (n)	11.332	580.918

Fonte: IBGE, Censo Demográfico Brasileiro, 2010.

* p < 0,05 ** p < 0,01 *** p < 0,001 ns = não significativo

Como pode se observar a partir da Tabela 10, a idade tem grande influência nas chances dos jovens entrarem em união, esse peso se apresenta maior para os não-descendentes do que para os nipo-brasileiros. Os perfis socioeconômicos apresentaram resultados similares em relação ao nível de renda e de instrução nas chances de entrada em união. Em ambos os grupos, ao passo que a renda e a instrução aumentam, as chances de estar em união diminuem. Para os nipo-brasileiros a educação conta mais do que a renda, ter ensino superior neste grupo diminui em 64% as chances de estar unido do que aqueles de mais baixa escolaridade. Para os jovens do estado sem descendência essa diminuição fica na casa dos 50%, no entanto no

tocante a renda domiciliar *per capita*, os jovens do estado que estão no quinto quintil de renda têm 77% menores chances de estar unidos do que aqueles do primeiro quintil, enquanto para os nipo-brasileiros essa queda é de 72%. Pode se observar que para os homens, diferente das mulheres, ao passo que a renda aumenta, as chances de estar unidos diminuem.

Em relação à influência dos eventos de estudo e trabalho nas chances de entrada em união, para ambos os grupos os resultados foram similares: ter deixado o sistema educacional aumenta em duas vezes a chance de estar unido em relação aqueles que ainda estudam. Já aqueles que trabalham têm quatro vezes mais chances de estar unido em relação aos que não trabalham. Este resultado mostra o forte viés de gênero na transição para a vida adulta, principalmente nas esferas domésticas e familiares. Enquanto estar trabalhando têm uma influência negativa para as chances das mulheres estarem unidas, para os homens esse evento apresenta uma forte associação positiva.

4) Formação de domicílio

A saída da casa dos pais e formação de domicílio independente tem sido considerada por alguns especialistas no tema como o principal evento que marcaria a transição para a vida adulta (MELLO, 2015; CAMARANO; MELLO, 2006). Este evento poderia significar realmente um marco forte de transição, por pelo menos duas principais questões. Primeiro porque a saída da casa dos pais implica em uma separação não somente de espaço físico, mas também uma ruptura com a convivência e um maior distanciamento da família de origem. Poderia haver certo rompimento com práticas familiares que foram vivenciadas até então na vida do indivíduo enquanto filhos e filhas, em algum nível ainda dependentes emocional e financeiramente. A segunda questão que poderia circundar a formação de domicílio como o marco principal da transição seria o fato de que a formação de domicílio independente está fortemente associada aos outros eventos que marcam a transição. Para as mulheres está fortemente associado à entrada em união e nascimento dos filhos, e para os homens, além de estar também associado à união, está fortemente ligada à entrada no mercado de trabalho. Ou seja, formar domicílio independente da família de origem é uma situação que ocorre associada ao fato de o indivíduo estar experimentando ou atravessando pelo menos mais dois ou três eventos que marcam a transição para a vida adulta.

Para as mulheres os fatores mais associados à formação de domicílio independente considerados no modelo de regressão logística foram o nascimento de filhos e a idade. A Tabela 11 apresenta os resultados das razões de chances das jovens paulistas serem responsáveis ou cônjuges em domicílio separado da família de origem.

TABELA 11 – Razão de chances (OR) de ser responsável ou cônjuge no domicílio segundo descendência étnica. Mulheres, Estado de São Paulo, 2010

Variáveis previsoras	Mulheres de 15 a 34 anos	
	nipo-brasileiras	SP(não nipo)
Grupo etário	OR	OR
15 a 19 anos	referência	referência
20 a 24 anos	3,07 ***	2,86 ***
25 a 29 anos	5,8 ***	6,17 ***
30 a 34 anos	10,46 ***	10,26 ***
Grupo de renda		
1º quintil (até R\$263)	referência	referência
2º quintil (até R\$460)	0,83 *	0,89 ***
3º quintil (até R\$691)	0,76 **	0,96 ***
4º quintil (até R\$1200)	0,91 ^{ns}	1,32 ***
5º quintil (acima de R\$1200)	1,20 *	1,97 ***
Nível de instrução		
Sem Instrução e FI	referência	referência
Fundamental completo e MI	0,88 ^{ns}	0,88 ***
Médio completo e SI	0,81 **	0,74 ***
Superior completo	0,83 *	0,58 ***
Saída da escola		
frequenta escola	referência	referência
não frequenta mais	1,76 ***	2,09 ***
Mercado de trabalho		
não trabalha	referência	referência
trabalha	1,02 ^{ns}	0,85 ***
Maternidade		
não tem filhos	referência	referência
tem filhos	5,39 ***	6,11 ***
Constante	0,06 ***	0,07 ***
Pseudo R² (Nagelkerke)	0,404	0,462
Número de casos (n)	11.656	585.411

Fonte: IBGE, Censo Demográfico Brasileiro, 2010.

* p < 0,05 ** p < 0,01 *** p < 0,001 ns = não significativo

Em relação ao grupo de renda que as jovens pertencem os resultados apresentam uma situação diferente para cada grupo. As jovens do segundo e terceiro quintil, ou seja, de renda média e baixa apresentam menores chances de estarem em domicílio independente do que aquelas das camadas mais pobres da população, que é o grupo de referência. Já as jovens do quarto e quinto quintil apresentam comportamento inverso, em relação às camadas mais pobres elas têm maiores chances de estarem como responsáveis ou cônjuges no domicílio.

Em relação ao nível de instrução a tendência é de que ao passo que a escolaridade aumenta, diminuem as chances das jovens serem responsáveis ou cônjuges no domicílio. Este resultado se mostrou mais forte para as jovens do estado sem descendência japonesa do que para as nipo-brasileiras. Sugere que as jovens com maior nível educacional tendem a sair de casa mais tarde do que as jovens sem instrução e de menores níveis de instrução. Estes resultados também dialogam com os apresentados sobre a entrada em união, uma vez que as mulheres tendem a formar domicílio independente na condição mais de cônjuges do que de chefes e que a entrada em união diminui conforme aumenta a renda.

A formação de domicílio para as mulheres mostra o diferencial de gênero ainda fortemente presente. As mulheres que trabalham fora apresentaram 15% menores chances de ter domicílio independente do que aquelas que não trabalham. Já a presença de filhos aumenta em cerca de seis vezes as chances de a mulher estar em domicílio como cônjuge ou responsável. Esse resultado dialoga com o perfil da transição para as mulheres, fortemente ligado à esfera privada da família, através de união e nascimento dos filhos e menos pelas dimensões da vida produtiva e pública (CAMARANO, 2006; HEILBORN; CABRAL, 2006; MELLO, 2015)

Isso se reafirma quando olhamos para os resultados dos modelos construídos para os homens, depois da influência da idade, a variável sobre trabalho foi a que se mostrou mais fortemente associada à condição de responsável ou cônjuge pelo domicílio para os homens. A Tabela 12 apresenta os resultados obtidos nesses modelos para os homens:

TABELA 12 – Razão de chances (OR) de ser responsável ou cônjuge no domicílio segundo descendência étnica. Homens, Estado de São Paulo, 2010

Variáveis previsoras	Homens de 15 a 34 anos de idade	
	nipo-brasileiros	SP(não nipo)
Grupo etário	OR	OR
15 a 19 anos	referência	referência
20 a 24 anos	3,79 ***	4,95 ***
25 a 29 anos	9,93 ***	15,55 ***
30 a 34 anos	21,09 ***	36,47 ***
Grupo de renda		
1° quintil (até R\$263)	referência	referência
2° quintil (até R\$460)	0,59 ***	0,49 ***
3° quintil (até R\$691)	0,39 ***	0,35 ***
4° quintil (até R\$1200)	0,32 ***	0,33 ***
5° quintil (acima de R\$1200)	0,36 ***	0,36 ***
Nível de instrução		
Sem Instrução e FI	referência	referência
Fundamental completo e MI	1,08 ^{ns}	0,97 **
Médio completo e SI	0,92 ^{ns}	0,86 ***
Superior completo	0,92 ^{ns}	0,79 ***
Saída da escola		
frequenta escola	referência	referência
não frequenta mais	1,58 ***	1,62 ***
Mercado de trabalho		
não trabalha	referência	referência
trabalha	3,34 ***	3,71 ***
Constante	0,04 ***	0,04 ***
Pseudo R² (Nagelkerke)	0,338	0,404
Número de casos (n)	11.332	580.918

Fonte: IBGE, Censo Demográfico Brasileiro, 2010.

* p < 0,05 ** p < 0,01 *** p < 0,001 ns = não significativo

A renda e a educação tiveram um resultado similar para ambos os grupos, conforme aumentam a renda domiciliar e o nível de instrução, menores as chances de os jovens estarem na condição de responsáveis ou cônjuges. Os resultados para nível de instrução só foram estatisticamente significativos para os jovens não descendentes de japoneses do estado. Ter deixado a escola aumenta em cerca de 60% as chances de o jovem estar em domicílio separado dos pais, e estar trabalhando aumenta em cerca de três vezes essas chances. Para os homens a idade apresentou uma forte associação para a chance de sair

da casa dos pais³⁷.

5) Maternidade

O último evento que analisamos no processo de transição para a vida adulta das mulheres foi o nascimento de filhos. A maternidade constitui-se um forte marco de mudanças na vida das mulheres, uma vez que influencia tanto na dinâmica familiar, como também nas esferas de estudo e trabalho. Sabe-se que seguir estudando ou se inserir ou retornar ao mercado de trabalho depois de ter filhos não é uma tarefa facilmente realizada pelas mulheres, dadas as condições sócio-históricas de nossa sociedade, que não sustenta possibilidades de conciliação entre maternidade e vida produtiva, ainda nos dias atuais (OLIVEIRA; MARCONDES, 2016; GARCIA; MARCONDES, 2022).

A Tabela 13 apresenta os resultados das chances das mulheres do Estado de São Paulo serem mães, de acordo com as características socioeconômicas e sociodemográficas já trabalhadas também nos eventos anteriores.

³⁷ Procurando saber o quanto a variável sobre a informação de filhos influenciaria nas diferenças dos modelos entre homens e mulheres, construímos modelos para as mulheres idênticos aos dos homens, sem incluir a variável filhos. O que encontramos nos resultados deste teste foi que a idade passa a contar mais quando não inserida a informação sobre se a mulher tem filhos ou não, algo similar ao resultado dos homens, a renda e a educação se comportam da mesma forma, conforme aumentam estas, diminuem as chances de ser responsáveis, e o trabalho continua tendo o mesmo peso, não significativo para as nipo-brasileiras e com 18% a menos de chances de estarem como responsáveis ou cônjuges no domicílio aquelas que trabalham em relação as que não trabalham. Dados não apresentados.

TABELA 13 – Razão de chances (OR) de ter filhos segundo descendência étnica. Mulheres, Estado de São Paulo, 2010

Variáveis previsoras	Mulheres de 15 a 34 anos	
	nipo-brasileiras	SP(não nipo)
Grupo etário	OR	OR
15 a 19 anos	referência	referência
20 a 24 anos	2,87 ***	3,26 ***
25 a 29 anos	5,28 ***	6,73 ***
30 a 34 anos	10,85 ***	12,98 ***
Grupo de renda		
1° quintil (até R\$263)	referência	referência
2° quintil (até R\$460)	0,91 ^{ns}	0,85 ***
3° quintil (até R\$691)	0,57 ***	0,47 ***
4° quintil (até R\$1200)	0,28 ***	0,20 ***
5° quintil (acima de R\$1200)	0,16 ***	0,11 ***
Nível de instrução		
Sem Instrução e FI	referência	referência
Fundamental completo e MI	0,82 ^{ns}	0,81 ***
Médio completo e SI	0,57 ***	0,60 ***
Superior completo	0,26 ***	0,38 ***
Saída da escola		
frequenta escola	referência	referência
não frequenta mais	1,99 ***	1,96 ***
Nupcialidade		
nunca em união	referência	referência
esta ou já esteve em união	19,51 ***	18,66 ***
Constante	0,05 ***	0,05 ***
Pseudo R² (Nagelkerke)	0,624	0,639
Número de casos (n)	11.656	585.411

Fonte: IBGE, Censo Demográfico Brasileiro, 2010.

* p < 0,05 ** p < 0,01 *** p < 0,001 ns = não significativo

Os fatores mais correlacionados com as chances das mulheres terem filhos foram união, idade e a saída da escola, nessa ordem. Os níveis de renda e de instrução apresentaram uma influência semelhante no padrão, quanto maior o nível de renda e de instrução, menores as chances das mulheres terem filhos. A renda se mostrou um fator de maior influência para as não descendentes do que para as nipo-brasileiras. O nível de instrução se mostrou mais correlacionado para as nipo-brasileiras, as jovens deste grupo que possuem ensino superior têm 74% menores chances de ter filhos do que as jovens sem instrução e com fundamental incompleto. Entre as não descendentes do estado essa relação é de 62% menores chances. A idade e a saída da escola se mostraram com maior peso para as não descendentes, já a união

conjugal aumenta em 19 vezes a chance das nipo-brasileiras terem filhos em relação às jovens não unidas, um pouco mais do que a relação para as jovens do estado que foi de 18 vezes maiores chances do que aquelas não unidas.

Os trabalhos realizados com os dados do Censo Demográfico de 2010 nos forneceu uma visão ampla do perfil, tanto da população do Estado de São Paulo em geral, como das famílias nipo-brasileiras residentes ali. Seguimos agora para um aprofundamento das condições de vida presentes nos processos de transição para a vida adulta de jovens paulistas, a partir da metodologia qualitativa de pesquisa. O capítulo seguinte aborda como essa pesquisa foi desenhada e executada e os resultados dessa etapa são apresentados nos capítulos finais desta tese.

CAPÍTULO 5 – O PERCURSO DE UMA PESQUISA QUALITATIVA NA BUSCA DE SENTIDOS

Este capítulo abordará a percepção dos próprios indivíduos em relação aos seus processos de transição para a vida adulta. Esta visão intersubjetiva³⁸ dos processos vivenciados pelos jovens, refletidas a partir de suas próprias lentes, se mostrou pertinente para nossa pesquisa por dois principais motivos. Primeiro porque a natureza dos dados secundários não possibilitaria que respondêssemos adequadamente à nossa questão de pesquisa. Ou seja, para investigar as influências da migração no processo de transição para a vida adulta destes jovens, não poderíamos tratar a questão somente a partir da bibliografia especializada no tema, tampouco apenas pelos dados de censos. Isto, pois estas fontes, embora tenham nos subsidiado durante toda a pesquisa, não oferecem todas as informações que cobririam o escopo da pergunta que norteia a tese.

O segundo motivo trata da própria perspectiva teórico-metodológica que adotamos para olhar a questão da juventude entre filhos de migrantes. Embora reconheçamos e tenhamos trabalhado com uma perspectiva que considera os contextos históricos e a conjuntura macrossocial em que os jovens estão inseridos, nosso olhar busca revelar também quais seriam os conteúdos ideacionais e simbólicos que estão a influenciar estes processos. Assim, na investigação de processos sociais sob a perspectiva de curso de vida, buscamos desvendar, a partir dos relatos de histórias de vida dos jovens, as interações entre os tempos individuais, familiares e históricos, como recomenda Hareven (1978).

A família enquanto instituição social desempenha papel significativo na transição para a vida adulta dos jovens. É ela quem faz a ponte entre o mundo individual e o mundo social em que o jovem se insere e se torna adulto, formando, eventualmente, novas famílias. A transição para a vida adulta poderia ser vista como essa passagem da casa para o mundo e de novo para uma nova casa. Neste movimento, reproduzem e atualizam valores e práticas que foram sendo perpetuados por gerações no interior de famílias, ao passo que tais valores e práticas também podem ser transformados em diferentes contextos.

No decorrer desta tese até aqui exploramos de forma mais acentuada as características das famílias nipo-brasileiras, seu processo histórico no Brasil, bem como seu perfil sócio demográfico. Agora buscamos investigar como os jovens nipo-brasileiros que

³⁸ Utilizamos o termo “intersubjetiva” e não apenas “subjetiva” para trabalhar a narrativa de história de vida pois consideramos que a narrativa que o entrevistado constrói sobre sua própria história retrospectiva acontece no contexto específico da entrevista. Sendo assim, é constituída também em partes pelo contato com a subjetividade da entrevistadora e a relação intersubjetiva que se faz entre ambos.

tiveram a experiência migratória durante a fase da infância lidam, tanto com as questões familiares, quanto com as de trabalho e estudo pelas quais atravessam na fase de vida atual. Dessa forma, nosso objetivo é responder duas principais questões: **O que é ser adulto nas sociedades capitalistas contemporâneas? E como se tornar adulto em contexto migratório transnacional?**

Para a pesquisa qualitativa, portanto, realizamos entrevistas em profundidade sobre as histórias de vida de jovens *nikkeis*. “A pesquisa qualitativa [...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2013, p. 15). Se no capítulo anterior buscamos trazer o foco de nosso olhar para as condições socioeconômicas e macroestruturais em que os jovens *nikkeis* vivem em São Paulo, neste momento nosso objetivo é trabalhar com o universo da pesquisa qualitativa para compreender os processos de transição para a vida adulta.

Isto não significa, no entanto, que se trate de abordagens que se excluem mutuamente, tampouco que necessariamente apresentem uma continuidade lógica. São metodologias de naturezas diferenciadas e que podem ou não ser complementares na compreensão de um fenômeno social. Assim, a análise quantitativa precede esta que segue, pois nos forneceu uma base de informações seguras sobre as condições de vida dos jovens hoje em São Paulo. Também nos forneceu pistas sobre o *timing* da transição entre os nipo-brasileiros, o qual se apresenta relativamente tardio se comparado com os jovens do Estado de São Paulo que não possuem esta ascendência étnica. A partir da pesquisa qualitativa interessamos desvendar quais seriam **os sentidos considerados pelos próprios jovens sobre a fase adulta no mundo contemporâneo**, considerando o tempo histórico e as condições macrosociais que vivenciam. Ainda, a pergunta central questiona o papel da migração no processo de transição, o impacto desta experiência em um país distante e distinto do Brasil e o olhar dos jovens para si mesmos e sua produção como indivíduos relativamente autônomos e independentes na sociedade brasileira.

5.1 A pesquisa de campo

A pesquisa de campo foi realizada com jovens descendentes de japoneses residentes na Região Metropolitana de São Paulo e no município de Campinas-SP. Embora na parte quantitativa da pesquisa tenhamos trabalhado com a população de nipo-brasileiros de todo o Estado de São Paulo, para esta etapa optamos por restringir o campo a estes dois lugares. Este recorte espacial se justifica tanto pela exequibilidade do campo no quesito de

proximidade entre pesquisadora e informantes, como pela condição da Grande São Paulo e Campinas abrigar um contingente significativo de pessoas com ascendência japonesa.

Nossos informantes, compostos por homens e mulheres, tinham entre 25 e 35 anos de idade no período das entrevistas, realizadas majoritariamente no segundo semestre de 2015. A escolha das idades para o grupo de interesse foi pensada no sentido de poder captar algumas das experiências já vividas por eles em seus processos de transição para a vida adulta. Assim, buscamos informantes em uma faixa etária próxima do intervalo superior de corte de idade considerado para a população jovem (29 anos no Brasil, 35 anos no Japão). No entanto, nosso interesse não era apenas pela história retrospectiva, mas também sobre como lidam com o processo de transição vivido no presente, e suas aspirações futuras. Ou seja, quais seriam os **ideais norteadores** que mapeavam sua caminhada em direção ao mundo e à constituição de sua emancipação enquanto indivíduo adulto.

O método de seleção dos informantes utilizado foi o *network* ou *snowball sampling* (amostragem por bola-de-neve), que consiste em uma forma de seleção de amostra não probabilística e que usa cadeias de referência. Uma das vantagens dessa forma de seleção é que ela é apropriada para selecionar grupos difíceis de serem encontrados ocasionalmente. A técnica consiste em iniciar o trabalho de seleção dos entrevistados potenciais a partir de uma pessoa denominada ‘semente’, a qual irá indicar novos informantes que possuam os critérios especificados pela pesquisa. Estes novos informantes sucessivamente indicam novas pessoas e a amostra tende a crescer em rede (VINUTO, 2016).

As entrevistas tiveram uma média de uma hora de duração, foram realizadas nos locais de escolha e preferência dos entrevistados, gravadas e transcritas posteriormente. Assim, os locais de entrevista alternaram entre a residência das informantes, locais de trabalho e espaços públicos próximos ao local de trabalho. Utilizamos um roteiro semiestruturado para direcionar as entrevistas nos temas e questões de interesse, tomando o cuidado de permitir que os jovens construíssem suas narrativas de forma mais livre possível, uma vez que tivessem discutido sobre o tema proposto³⁹.

O grupo principal que selecionamos tinha como critérios, além da idade já mencionada, que tivesse nascido e/ou passado parte de sua vida escolar no Japão, tendo sido exposto à experiência da migração, da educação e vivência cultural em outro país, ainda na infância. Ao lado deste grupo, e com uma ideia inicial de trabalhar com um grupo controle, selecionamos jovens nipo-brasileiros, também entre 25 e 35 anos, residentes nas mesmas

³⁹ Os roteiros de entrevistas encontram-se no apêndice, sendo dois roteiros: um para os jovens que migraram quando criança e outro para os que não migraram na infância.

idades, mas que não tinham vivenciado a migração durante a infância. Assim, iniciamos a pesquisa de campo a partir de duas principais ‘sementes’, uma para o grupo de migrantes e outra para os ‘não-migrantes’, que nos indicaram novos potenciais entrevistados em ambos os grupos.

Quando idealizamos uma situação de pesquisa desenhamos grupos que correspondam às nossas categorias de interesse e buscamos encontrá-los no campo. Entretanto, a realidade social é mais complexa e ampla do que nossos recortes e, embora estas segmentações iniciais se façam necessárias para os critérios de investigação e análise, o inesperado muitas vezes se mostra como uma realidade rica de possibilidades de exploração de algo não pensado *à priori*. Foi assim que, ao iniciar a pesquisa de campo tendo já definido os critérios dos dois grupos de entrevistados e colhido os contatos iniciais para cada um, nos deparamos com duas situações que nos levaram a alterar a estratégia de análise da pesquisa qualitativa, sem que perdêssemos o foco e objetivo final do campo.

A primeira situação encontrada foi que ao iniciar as entrevistas com os jovens nipo-brasileiros indicados como o possível grupo controle, ou seja, aqueles que não migraram para o Japão quando crianças, constatamos que a migração também fazia parte de suas realidades. Entre as jovens que foram indicadas por não terem morado no Japão durante a infância, ao iniciar as entrevistas, todas relataram que o pai tinha ido para o Japão na época em que elas eram crianças. Ou seja, o grupo de jovens que imaginávamos não ter vivenciado a experiência migratória na infância, na verdade também tinha de alguma forma passado por esta realidade. Entretanto, estes experienciaram a migração por outro lado, como aqueles filhos de imigrantes que ficam no Brasil, enquanto seus pais vão à busca de melhores condições de vida no Japão. Também houve casos em que os informantes deste grupo relatavam no decorrer da entrevista que eles próprios já tinham viajado ao Japão, em alguma passagem rápida, a passeio ou acompanhando algum familiar.

Como a situação de ‘descobrir’ a migração dos pais e familiares durante a entrevista se tornou recorrente, decidimos que, ao invés de buscar por novos informantes (sem histórico de emigração ao Japão na família), seria melhor reconhecer esta situação como um possível indicativo de que a migração é um fato muito mais presente na vida dos nipo-brasileiros do que tínhamos imaginado inicialmente. Considerando que as migrações entre Brasil e Japão formaram uma população nipo-brasileira, que esteve em trânsito entre os dois países em diversos momentos de sua história, considerar este grupo populacional como pertencente a um espaço social transnacional fez ainda mais sentido a partir dessa experiência de campo.

Um outro fato a ser relatado também foi a dificuldade em encontrar informantes que, além de responder aos critérios, dispunham de tempo livre para nos conceder a entrevista. Isto porque a rotina de trabalho e o cotidiano destes jovens residentes principalmente na grande São Paulo, se mostrou bastante atribulada. Assim, por algumas vezes as pessoas indicadas pelos informantes anteriores, apesar de terem aceitado a participar da pesquisa, não conseguiram encontrar um espaço em suas agendas e assim a rede se fechava e acabava tendo que recorrer a novas sementes no decorrer do campo.

A segunda situação que apareceu no campo e que decidimos por incorporar na nova estratégia de análise veio deste momento. Neste processo de recrutar novas redes, nos foi indicada uma jovem nipo-brasileira que tinha uma experiência diferente das duas anteriores citadas como critérios para os grupos referência/controle para a pesquisa. Ela fazia parte de um grupo de jovens *nikkeis* que tinham ido ao Japão como bolsista do governo Japonês já depois de concluído o ensino superior no Brasil. Esta informante possuía uma forte rede de contatos que estavam dispostos a relatar suas experiências. Dessa forma, decidimos entrevistar também alguns destes jovens para compor o grupo que agora seria analisado como **contrapontos** àquele dos jovens que cresceram no Japão e não mais como um **grupo controle**.

Consideramos neste ponto que, conhecer de perto também a realidade de imigração de jovens *nikkeis* no Japão na situação de ‘convidados do governo japonês’ e, portanto, depositários de um tratamento privilegiado poderia ser uma forma interessante de pensar a imagem do migrante e suas múltiplas facetas. Também abriu a oportunidade de aprofundar como a migração pode impactar na transição para a vida adulta destes jovens, em outra ponta de influência, reconhecendo os recortes de classe dispostos nessa situação. Dessa forma, a incursão em campo nos trouxe estas situações inesperadas e que acabaram por nos abrir um novo olhar para a pesquisa e alterar a estratégia de análise dos dados.

A partir destas situações, o que pensamos inicialmente como uma possível comparação entre dois grupos, um ‘migrante’ e um ‘não-migrante’, se tornou uma investigação mais próxima de um espectro de experiências migratórias sem que perdêssemos o foco do objetivo principal da pesquisa: explorar os impactos da migração na transição para a vida adulta dos jovens.

Dessa maneira, apresentamos a análise do campo considerando os dados distribuídos de uma forma em que, em uma ponta deste espectro, está o grupo que é o foco da pesquisa, os jovens que vivenciaram a experiência migratória na infância; ao lado destes, os jovens que viveram suas trajetórias todas no Brasil, embora seus pais tivessem experiência

migratória no Japão na condição de *dekasseguis*. E na outra ponta os jovens que, ao terminar a trajetória educacional no Brasil, emigraram ao Japão para uma especialização profissional, na condição de convidados do governo japonês.

5.2 Histórias de vidas: passagens entre tempos e espaços

Se o indivíduo obedecesse a determinações exclusivamente suas e inconfundíveis, então realmente as histórias de vida seriam impróprias para uma análise sociológica. No entanto, o que existe de individual e único numa pessoa é excedido, em todos os seus aspectos, por uma infinidade de influências que nela se cruzam e as quais não se pode por nenhum meio escapar, de ações que sobre ela se exercem, o que lhe são inteiramente exteriores. Tudo isto constitui o meio em que vive e pelo qual é moldada, finalmente sua personalidade, aparentemente tão peculiar, é o resultado da interação entre suas especificidades, todo o seu ambiente, as coletividades em que se insere (QUEIROZ, 1987, p. 22).

A pesquisa de campo realizada a partir dos **relatos de história de vida** nos permitiu captar as relações, reflexões e conflitos vivenciados pelos jovens em seus movimentos migratórios e sua formação pessoal. Ao trabalhar com os resultados encontrados na pesquisa, buscamos organizar a análise seguindo os eixos propostos pelo referencial teórico adotado de Curso de Vida (ELDER; JOHNSON; CROSNOE, 2003; HAREVEN, 1978). Neste sentido, olhamos para as histórias dos jovens considerando suas principais trajetórias, transições e *turning points*. Também trabalhamos as informações privilegiando um olhar sobre as interações entre os tempos individuais, familiares e históricos, como parte de um processo interativo contínuo (HAREVEN, 1978).

Há que se considerar que, ao trabalharmos com uma ferramenta que atua a partir de construção de narrativas, estamos captando uma transposição de algo que foi vivido e busca ser representado em palavras. Nesse sentido, a narrativa representa uma primeira perda entre a passagem do que estava obscuro na mente e memória para uma nitidez que chega com a palavra. Paradoxalmente o que é chamado de ‘perda’ dá uma maior visibilidade ao contornar as histórias a partir de um “rótulo classificatório colocado sobre uma ação ou emoção” (QUEIROZ, 1987, p. 3).

Quando denominamos a técnica de coleta de dados utilizada neste trabalho enquanto “relatos de história de vida” e não somente “história de vida” como é o termo mais conhecido, ressaltamos uma condição do trabalho que combinou duas formas de utilizar as técnicas. Queiroz faz uma fina distinção entre os termos ‘história de vida’ e ‘depoimentos’: “Na história de vida o colóquio é conduzido pelo narrador, que detém a conduta do relato,

enquanto nos depoimentos é o pesquisador que abertamente o dirige” (QUEIROZ, 1987, p. 9).

As entrevistas realizadas com os jovens tinham como fio condutor a reconstrução biográfica a partir da narrativa do próprio indivíduo sobre sua história. Entretanto, havia um direcionamento por parte da pesquisadora a partir de um roteiro semiestruturado que delineava os temas de maior interesse. Dessa forma, consideramos que não utilizamos o método originalmente reconhecido como **história de vida**. Isto porque os informantes também foram direcionados a darem seus **depoimentos** sobre algumas vivências específicas que, se não lhe fossem perguntados, não sabemos se entrariam ou não em sua reconstrução de história de vida como defende a definição do método. Assim, incluímos o termo ‘relato’ junto a ‘história de vida’ para dar a conhecer que as narrativas foram construídas a partir de depoimentos também direcionados e não a partir de uma narrativa linear livre.

A história de vida [...] se define como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. Narrativa linear e individual dos acontecimentos que ele considera significativos, através dela se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar. Desta forma, o interesse deste último está em captar algo que ultrapassa o caráter individual do que é transmitido e que se insere nas coletividades a que o narrador pertence (QUEIROZ, 1987, p. 7).

Ainda que em nosso trabalho tenhamos direcionado alguns temas nas entrevistas, consideramos que não se perdeu o que mais interessava para a pesquisa de história de vida dos jovens, ou seja, pudemos captar informações valiosas acerca das relações entre grupos sociais, familiares, étnicos e também a perspectiva temporal de curso de vida. Também reconhecemos que, ao trabalhar com a técnica a partir de um olhar sociológico, não buscamos reconstituir trajetórias individuais lineares, senão **“atingir a coletividade de que seu informante faz parte [...] seu objetivo [da história de vida] é captar o grupo, a sociedade de que ele é parte, busca encontrar a coletividade a partir do indivíduo”** (QUEIROZ, 1987, p. 10).

A história de vida é, portanto, técnica que **capta o que sucede na encruzilhada da vida individual com o social** [...] serão procuradas no informante as marcas de seu grupo étnico, de sua camada social, de sua sociedade global, - vários níveis que apresentam estruturas, hierarquias, valores ora harmoniosos, ora em desacordo, o que tudo se reflete no seu interior (QUEIROZ, 1987, p. 22, grifos nossos).

A partir do referencial teórico de Curso de Vida que trabalha com as interações entre tempos individuais, familiares e históricos, consideramos que o método de captação de dados através de **relatos de história de vida** se mostrou pertinente e profícuo.

5.3 Como captar os sentidos?

Tratamos as informações obtidas no campo a partir do **Método de Interpretação de Sentidos** (MINAYO, 2013; GOMES et al., 2005). Este método tem como princípios “(a) buscar a lógica interna dos fatos, dos relatos e das observações; (b) situar os fatos, os relatos e as observações no contexto dos atores; (c) produzir um relato dos fatos em que seus atores nele se reconheçam” (MINAYO, 2013, p. 100). Operacionalmente o método trabalha a partir de três principais etapas, iniciando com uma leitura compreensiva do material, seguida de exploração com a organização e categorização e, por fim, a elaboração de sínteses interpretativas do material coletado em campo à luz do referencial teórico da pesquisa.

A primeira etapa da análise realizada se assegura de que, por um lado, tenhamos uma visão de conjunto e, de outro, possamos captar as particularidades do material. Nesta etapa realizamos a análise de todo o material subdividido entre os tempos de vida dos jovens: passado, presente e futuro. Esta subdivisão temporal como recurso analítico e interpretativo nos orienta no sentido de captar as influências de eventos anteriores em eventos subsequentes no curso de vida dos indivíduos. Assim, podemos observar como vivenciar o passado, na condição de filhos de imigrantes no Japão, pode afetar na percepção dos próprios jovens sobre sua formação pessoal, seu presente na transição para a vida adulta e suas expectativas de futuro.

Na etapa de organização e categorização do material trabalhamos também nos três eixos temporais, buscando as categorias que mais fizeram sentido em cada tempo de vida dos jovens. Em relação ao **passado** trabalhamos com as análises sobre a **experiência migratória na infância**. A categorização e a divisão em segmentos se fizeram a partir das experiências mais significativas relatadas, bem como a influência entre a educação em escola brasileira, japonesa ou em ambas, durante a infância no Japão.

No tempo relativo ao **presente** trabalhamos a partir da questão central da pesquisa, que busca compreender o que seria **tornar-se adulto na sociedade contemporânea**. Exploramos o material utilizando como recurso de categorização analítica as principais **figuras de linguagem** que surgiram de forma recorrente nas respostas das questões sobre vida adulta. Por último apresentamos as expectativas de **futuro** considerando as perspectivas dos próprios jovens e as condições macroestruturais que se apresentam para esta

parcela da população que busca um lugar ao sol. “[...] As sociedades [e as pessoas] vivem o **presente** marcado por seu **passado** e é com tais determinações que constroem seu **futuro**, numa dialética constante entre o que está dado e o que será feito de seu protagonismo” (MINAYO, 2013, p. 12, grifos nossos).

Por fim realizamos os mesmos procedimentos entre os jovens nipo-brasileiros que foram entrevistados como contrapontos à experiência migratória na infância. Estes são aqueles jovens que não migraram na infância, mas tiveram migrações na família e também os que emigraram como bolsistas depois de realizado o ensino superior no Brasil.

Assim, os resultados que seguem apresentam a experiência **passada** a partir da migração na infância de 10 jovens que se distinguiram a partir da experiência educacional entre escolas brasileiras, japonesas ou ambas. Em seguida apresentamos a experiência do **presente** dos jovens que atravessam a transição para a vida adulta hoje, nesta etapa da análise foram consideradas as respostas dos 17 jovens entrevistados. A partir desta parte passamos a trabalhar com os contrapontos entre a experiência de migração na infância e as experiências diversas que compõe o outro grupo. Assim abordamos as relações entre migração e transição para a vida adulta, bem como as expectativas de futuro dos jovens entrevistados.

Embora tenhamos feito esta divisão analítica nestes três grandes eixos temporais para fins de organização e apresentação dos resultados, não perdemos de vista que, durante os relatos, os jovens muitas vezes transitam entre os tempos, sendo que passado e futuro adquirem um novo significado no presente vivido e refletido. O trânsito neste espaço ampliado entre Brasil e Japão muitas vezes confundia nos relatos a ordem e o tempo em que as experiências foram vividas. Também no aspecto espacial algumas vezes os jovens diziam ‘aqui’ quando estavam relatando algo vivido ‘lá’ no Japão. Ao contar a história, é como se fossem transportados temporariamente para lá (para o Japão, para o passado) e revivem e recontam com o olhar do presente.

A referência às ‘peças que a memória prega’ baseia-se na compreensão de que entre o tempo do acontecimento e o tempo presente do relato o informante, a cuja memória se apela, viveu um conjunto de experiências que, de certa forma, orientam a visão que ele tem do passado. Seu olhar presente para o já vivido sofre a interferência daquelas experiências (MARTINS, 2004, p. 295).

Assim, apresentamos os resultados das entrevistas, tomando o cuidado de captar nas falas dos informantes tanto as situações que representam fatos descritos sobre suas vivências, mas também os significados que atribuíram *à posteriori* sobre estas experiências, a partir de reflexões que o próprio momento da entrevista suscita. “As entrevistas são tratadas como encontros sociais, nos quais conhecimentos e significados são ativamente construídos

no próprio processo da entrevista; entrevistador e entrevistado são, naquele momento, co-produtores de conhecimento” (PAULILO, 1999, p. 143). A partir deste ponto, analisamos e interpretamos o que foi produzido nestes encontros, à luz de nosso referencial teórico e buscando responder nossas hipóteses e questões de pesquisa.

5.4 Os jovens que compõe a pesquisa de campo

O quadro abaixo apresenta as principais informações dos 17 jovens que compõe a pesquisa de campo desta tese. A primeira parte do quadro traz as informações do grupo principal de jovens que vivenciaram a migração na infância e/ou adolescência. Logo abaixo são apresentados os jovens que tiveram experiências variadas em relação à migração e foram contrapontos para nossa análise. Trazemos sistematizado neste quadro as informações resumo do perfil demográfico, migratório e de transição para a vida adulta destes jovens, os próximos capítulos tratam de abordar as experiências e aprofundar o entendimento das trajetórias imbricadas de cada grupo.

QUADRO 2 – Perfil demográfico, Trajetória migratória e Transição para a vida adulta dos jovens entrevistados, 2015

Perfil Demográfico			Trajetória Migratória			Perfil de Transição para a Vida Adulta				
Nome	Idade	Sexo	migrou	Ida ao Japão (idade)	Retorno ao Brasil(idade)	Instrução	Ocupação	Conjugal	Filhos	Residência
Grupo de filhos de migrantes (migração na infância/adolescência)										
Bianca	24	mulher	sim	4 meses	8 e 14 anos	Superior	Bancária	Casada	não	c/marido
Camila	24	mulher	sim	6 anos	18 anos	Superior em andamento	Secretária	Solteira	não	c/ os pais
Ana	26	mulher	sim	13 anos	18 anos	Superior	Professora	Unida	não	Individual
Patrícia	28	mulher	sim	10 anos	16 anos	Superior	Tec. Arqueologia	Solteira	não	c/ amigas
Rose	30	mulher	sim	8 anos	19 anos	Médio	Administrativa	Casada	sim	marido
Márcia	31	mulher	sim	9 anos	16, 19 e 21 anos	Superior	Mestranda	Unida	não	companheiro
Bernardo	25	homem	sim	1 ano	15 e 23 anos	Superior em andamento	Comerciante	Solteiro	não	c/ os pais
Danilo	27	homem	sim	12 anos	17 e 18	Superior	Gerente	Solteiro	não	Individual
Giulio	30	homem	sim	14 anos	20 e 26 anos	Superior em andamento	Estagiário	Solteiro	não	c/ amigos
Anderson	31	homem	sim	12 anos	16 e 18 anos	Superior	Arquiteto	Solteiro	não	Individual
Grupo com outras experiências migratórias (individual ou familiar)										
Larissa	32	mulher	sim	20 anos	25 anos	Superior	Fisioterapeuta	Unida	sim	c/comp. filha
Livia	32	mulher	não	.	.	Superior	Médica	Unida	não	c/comp. filha
Sara	34	mulher	não	.	.	Superior	Marketing	Casada	sim	c/marido, filhos e pais
Laís	35	mulher	sim	16 anos	16 anos	Superior incompleto	Administrativa	Casada	sim	c/ comp. e filho
Maria	32	mulher	sim	12, 20 e 23 anos	23 anos	Superior	Administrativa	Solteira	não	c/ os pais
Gabriel	30	homem	sim	23 anos	23 anos	Superior	Bancário	Solteiro	não	c/ os pais
Heitor	36	homem	sim	24 e 27 anos	27 anos	Superior	Fotógrafo	Noivo	não	Individual

Fonte: Trabalho de campo (2015). Elaboração própria.

Para trabalhar com os dados da pesquisa de campo, no próximo capítulo apresentamos inicialmente a experiência compartilhada da emigração na infância dos dez jovens entrevistados, trazendo o que foi experiência comum a todos em sua formação pessoal e as influências dessa experiência na transição para a vida adulta. Em seguida apresentamos as particularidades encontradas nas trajetórias migratórias, escolares e laborais. Nesse momento trabalhamos com três segmentos de análise em que o marcador de diferença será o tipo de escola que estes jovens frequentaram no Japão: brasileira, japonesa ou ambas.

Em um segundo momento, no capítulo seguinte, olhamos também para a experiência dos sete jovens que não tiveram a migração na infância, mas estiveram em contato com ela a partir da emigração de seus familiares. Nesta etapa também tivemos como contrapontos de análise as trajetórias dos jovens que emigraram ao Japão depois de ter concluído o ensino superior no Brasil. Estes saíram do Brasil na condição de convidados do governo japonês, e, portanto, depositários de um tratamento privilegiado do ponto de vista da migração. Assim, no capítulo sete trabalhamos com a experiência dos dezessete jovens entrevistados, reconhecendo os seus processos de transição para a vida adulta no presente compartilhado.

CAPÍTULO 6 – PASSADO – A FAMÍLIA, A CASA, A ESCOLA, E O CHÃO QUE FOGE AOS PÉS

O que observamos pela experiência compartilhada dos jovens entrevistados nesta pesquisa é que a experiência de **passado** remonta a um tempo anterior ao de seus nascimentos, **antepassado**. É assim, marcada pelo menos desde a vinda dos avós japoneses para o Brasil. Embora esta questão geracional não estivesse incluída em nosso roteiro de entrevista, notamos que este tema, ao aparecer espontaneamente nos relatos, ressalta a importância da migração, não só nas vidas dos jovens, mas também na formação de suas famílias e de sua própria história. Esta história remete aos avós japoneses e seus descendentes, numa ideia de continuidade étnica e familiar.

Além da questão da ancestralidade, abordaremos neste capítulo também a migração em si, e as experiências da vida escolar que os jovens tiveram nessa passagem, chegando até o momento em que começam a trabalhar, na maioria das vezes enquanto ainda estudam. Assim, neste primeiro eixo temporal trabalharemos os três aspectos que conformaram as experiências de **passado** dos jovens entrevistados: formação familiar nipo-brasileira, migração na infância e estudos/trabalho. Para os jovens que não tiveram a experiência migratória na infância, buscamos explorar além da formação escolar, as relações com a identidade étnica de nipo-brasileiros e suas percepções sobre o pertencimento a este grupo.

A pergunta com que abrimos a conversa sobre o passado dos jovens buscava levantar questões sobre as primeiras memórias destes, antes de seu próprio processo migratório⁴⁰. Iniciamos esta conversa com o seguinte questionamento: *‘Como era sua família quando você era criança, antes de ir para o Japão?’* Curiosamente, muitos informantes trouxeram, antes de contar sobre sua própria vida, a história de seus avós japoneses. Contavam a saga da viagem, a vida dura que tiveram no Brasil no início do século XX, como os avós se conheceram, passando pelo nascimento de seus pais até chegarem ao que foi a infância deles próprios (os jovens informantes) no Brasil.

A maior parte⁴¹ dos jovens entrevistados era *sansei*, ou seja, da terceira geração de descendentes de japoneses radicados no Brasil, netos de japoneses. Nem todos remeteram a

⁴⁰ Esta questão foi feita desta forma para aqueles que migraram, para os não-migrantes perguntamos de forma geral sobre sua infância, suas primeiras memórias. Ver roteiros de entrevistas no apêndice.

⁴¹ Apenas Maria e Heitor eram nisseis (“segunda geração”, filhos de japoneses).

este passado mais remoto, mas aqueles que fizeram o traziam como uma memória viva, apesar de não vivida pessoalmente.

Embora não tenhamos perguntado sobre seus ancestrais, a aparição destes nas conversas se mostrou um dado interessante: por um lado, os informantes sabiam que se tratava de uma pesquisa em que eles foram indicados por ser descendente de japoneses, talvez isso possa ter influenciado na seletividade do discurso de trazer esta informação à tona. Por outro lado, percebia nos relatos que a continuidade étnica e familiar parecia ser algo importante, para justificar de alguma forma, **quem eles foram e quem são hoje**. Parece que a história de suas vidas não começava necessariamente com seu nascimento e sua infância, mas com a própria migração dos japoneses ao Brasil do início do século XX. Nossa questão de pesquisa segue então por esse caminho no questionamento sobre se os jovens refletem sobre **quem querem ser?** Esta pergunta possui contornos complexos, que como buscamos observar, não depende apenas dos próprios indivíduos.

Nesse sentido, observamos essa imbricação entre os tempos de vida propostos por Hareven (1978): o individual, o familiar e o histórico, e como estão estreitamente relacionados. Para os jovens que migraram enquanto crianças com suas famílias, esta interação se apresenta de forma ainda mais explícita. A migração com suas famílias em idades muito jovens é marcada e assumidamente um projeto familiar. Ainda, este projeto familiar é frequentemente associado a questões de ordem macroestruturais, conjunturas econômicas e políticas de ambos os países, tanto de emigração, quanto de imigração.

6.1 Rumo ao Japão: o chão que foge aos pequenos pés

As experiências do passado relatadas pelos jovens que emigraram na infância apresentam situações comuns e também particularidades decorrentes das próprias diferenças individuais, familiares e de pertença social. Iniciamos essa exploração do passado trazendo o que estes jovens viveram de similar enquanto crianças filhos de imigrantes. Dos dezessete jovens que compõe o campo desta pesquisa, dez deles foram os que tiveram a experiência migratória na infância.

Como podemos observar a partir da descrição simplificada das principais características dos entrevistados (Quadro 1), as idades dos jovens migrantes variaram no intervalo entre 24 e 31 anos de idade; este grupo etário nos permitiu captar impressões de muitas experiências já vividas ao final do período de juventude. As idades de emigração variaram entre 04 meses e 14 anos, compondo um intervalo maior e, portanto, experiências mais variadas também no tocante à vivência entre Brasil e Japão e suas possíveis influências

no processo de transição para a vida adulta atual.

A primeira condição comum entre estes jovens, mesmo entre aqueles que emigraram em idades mais avançadas foi a **não participação na decisão de emigrar**. Essa situação se mostrou comum entre todos os jovens entrevistados e foi relatada a partir de diferentes perspectivas, desde as de sofrimento como também de alegria. Entretanto, a obediência e a participação no projeto familiar se mostraram unânimes, independente da vontade dos jovens na época da emigração ao Japão. Dentre os jovens, os que mostraram maior resistência ao projeto familiar foram Anderson e Giulio, que emigraram com suas famílias aos 12 e 14 anos respectivamente. Além deles, Danilo e Ana também comentaram um pouco mais sobre a participação ou não nas decisões do projeto migratório, pois também já tinham 12 e 13 anos respectivamente quando emigraram.

Anderson contesta as motivações de seus pais, considerando que apesar de terem como motivo a situação financeira, em sua leitura isso não era bem o caso. Ele considera a emigração como uma *“ilusão de jogar tudo pro alto aqui e ir pro Japão ganhar dinheiro...”* Embora Anderson tenha emigrado aos 12 anos de idade, essa realidade migratória já fazia parte de sua vida desde que tinha quatro anos, quando seu pai foi sozinho para o Japão em 1989, uma época em que se acreditava que ganharia muito dinheiro rapidamente e logo retornaria ao Brasil. Ele conta que seu pai se adaptou fácil ao Japão, pois era filho de japoneses (*nissei*), também relata a história de seus avós e diz que seu pai vinha passar férias no Brasil nesse tempo que morou sozinho no Japão. Nesse período sua mãe ficou no Brasil com ele e o irmão. Em 1995 o pai retorna e abrem um negócio em um shopping, mas por conta de um acidente no shopping o negócio fecha e eles resolvem ir todos para o Japão por questões financeiras. Inicialmente, em 1996, foram o pai e o irmão mais velho e em 1997 ele e a mãe viajam para se juntar à família.

[...] Financeiro, pela loja... ah financeiro não porque poderia ter ficado aqui né, não sei o que se passava na cabeça deles na época e falaram ‘vamo!’. Eu não faria isso hoje em dia, mas nem ferrando, ainda mais se tiver casado, com filho pequeno, não vou pra lá. Largar todo mundo aqui pra ir pra lá também não iria (Anderson, 31 anos – sobre a decisão familiar de emigrar para o Japão).

Quando emigrou com a mãe Anderson tinha doze anos e não queria ir, relata que não teve opção, que os pais o obrigaram, ele diz ainda que ameaçou fugir de casa para não ter que ir para o Japão. Ele queria ter ficado com a avó, já tinha uma vida de adolescente que não queria abrir mão, jogar bola, empinar pipa, etc. Quando disse que voltaria quando tivesse 18 anos, segundo ele *“foi dito e feito”*.

Giulio que também emigrou em uma idade próxima passou por uma experiência semelhante. De nossos entrevistados, ele foi o que migrou em idade mais avançada, tinha 14 anos na época. No entanto, a migração também entrou em sua vida bem mais cedo, quando tinha apenas oito anos de idade. Nessa época sua mãe viajou sozinha para o Japão e ele ficou no Brasil vivendo com seus avós maternos e sua irmã mais nova. Giulio, sua mãe e irmã já viviam com os avós maternos e tios em um mesmo domicílio antes da emigração de sua mãe, ele não conheceu seu pai e nem a família paterna na infância. Sua mãe é *nissei*, filha de japoneses. No período em que a mãe viveu no Japão (de 1992 a 1996) ela se casou novamente e retornou ao Brasil com o novo marido, nessa época Giulio tinha 12 anos. Logo depois desse retorno da mãe, Giulio conta que o dinheiro que os pais (ele passou a chamar o padrasto de pai) trouxeram não foi suficiente para ficarem no Brasil, pois o país tinha trocado de moeda, e resolveram então retornar ao Japão, agora com a família toda, recomposta e reunida. Sobre a decisão de emigrar, conta que não pôde participar:

*Eu queria ficar aqui, eu queria ficar aqui estudando né. **Eu fui bem de má vontade sinceramente falando.** Até cheguei a conversar com ela, eu disse 'não mãe, me deixa aqui, eu me viro, estudo, trabalho...faço qualquer coisa, mas eu não quero sair daqui', falei pra ela.*

[Você tinha com quem ficar aqui?]

*Tinha eu poderia ficar com minha avó de novo, eu teria que voltar pra Londrina, mas talvez tivesse essa possibilidade, mas ela não queria deixar, **ela bateu com os dois pés no chão** e disse eu mando e ponto.*

Ao refletir sobre esse momento em que saiu do Brasil pela primeira vez, Giulio lembra o impacto que isto teve em seu estado emocional:

*Já que minha mãe disse que eu não poderia ficar aqui, eu disse 'bora né'. Só que hoje eu vi que... **hoje eu vejo que eu passei uns bons meses lá** [no Japão], **acho que era em depressão** (Giulio, 30 anos, sobre a participação na decisão de migrar, na época com 14 anos).*

Observamos um grande conflito entre os tempos individuais no interior das famílias e os projetos que visavam, ao mesmo tempo, manter a família unida e conseguir melhores condições de vida, seja no Japão, seja no Brasil. Para os pais adultos que decidem emigrar por um tempo determinado levando seus filhos, essa experiência parece ter um caráter de melhora das condições financeiras, principalmente no retorno. A manutenção de uma boa condição social faz parte de suas responsabilidades enquanto adultos, pais e mães de família, dentro de um projeto de desenvolvimento pessoal e familiar.

Para os adolescentes que acompanharam os pais, este projeto mostrou um aspecto de conflito com os interesses pessoais, de desenvolvimento escolar e perspectivas futuras. A

saída do Brasil nessas idades parece colocar ainda mais **em suspensão** os projetos pessoais, estes em construção ainda incipiente.

Danilo também emigrou nessa faixa de idade, com 12 anos, ele conta que seu pai também já estava no Japão desde 1992, quando Danilo tinha seis anos. Em 1998 a mãe decidiu ir com ele e os irmãos reunir a família e viver todos no Japão. A partir de sua memória diz que foi com muita vontade porque queria encontrar o pai, também se coloca aos 12 anos ainda como criança, sem entender exatamente o que se passava naquele momento: “*Era criança...12 anos cara...12 anos daquela época não é que nem 12 anos de hoje né...era **criancinha** cara...*”.

A vivência de Danilo apresenta um aspecto de diferenciação que é necessário pontuar em relação às de Anderson e Giulio que foram para o Japão na mesma faixa de idade. Danilo, assim como Ana, que também emigrou aos 13 anos com sua família, pertencia no Brasil a um estrato social considerado de classe média alta. Nesse sentido, as motivações e as condições em que foram ao Japão apresentam um diferencial em relação à maioria dos casos relatados, bem como ao que é conhecido como o comum na emigração de brasileiros ao Japão, a imigração *dekasegui*.

Aí quando meu pai foi pro Japão, ele não foi dekasegui, tinha uma... chamava... 'uarudo' [mostra como japonês pronuncia], que é World né (risos). Que era uma empresa de engenharia do Japão. E meu pai é meio... meio pancada assim, e aí ele falou 'foda-se vou pra lá'... Aí ele foi pra lá trabalhar com engenharia, fazer casa né (Danilo).

*A impressão que eu tenho do Japão, não é a mesma que muitas pessoas tiveram ou tem ainda sabe...porque eu não tive esse tempo mesmo sabe, de ver... **nunca pisei numa fábrica, não consigo nem imaginar como seja entendeu?** É uma outra relação... de... de tempo, espaço, de tudo sabe ... experiência... (Ana).*

O pai de Danilo era engenheiro e a mãe trabalhava no consulado do Japão em São Paulo. Danilo também relata a história dos avós japoneses, tanto do lado do pai quanto da mãe. Conta que o pai era jogador de futebol e depois queria ser matemático, mas o avô proibiu o pai de seguir nestas carreiras e o mandou fazer engenharia, assim como o irmão mais velho já fazia. Relata que o pai obedeceu ao avô, mas depois de um tempo largou a engenharia, tendo retomado só bem depois quando viajou ao Japão. Podemos observar nessas relações entre pais e filhos de origem nipo-brasileira um forte respeito às posições hierárquicas dentro da família e o cumprimento do *on* (valores de devoção filial) devido entre gerações. Ainda que este comportamento possa não estar totalmente consciente entre os filhos e netos de japoneses, que já nasceram e cresceram em contexto brasileiro, e, portanto, também em outro espaço social e cultural, as marcas da herança étnica parecem seguir operando como

códigos de conduta dentro das famílias.

No Japão depois de um tempo, o pai de Danilo percebeu que ganharia mais dinheiro trabalhando em fábricas e foi também para as fábricas, experiência mais comum aos brasileiros imigrantes. Embora no Brasil e no início da estadia no Japão o pai de Danilo tivesse entrado em um mercado de trabalho qualificado, depois de um tempo se uniu aos demais brasileiros que trabalhavam em postos de trabalho que não exigiam qualificação profissional, entretanto, por serem trabalhos pesados e com longas jornadas o salário se tornava mais atrativo.

A família de Ana também apresentou características diferentes do ponto de vista do perfil socioeconômico dos imigrantes brasileiros no Japão. Seu pai era um empresário no Brasil que começou a ter problemas com a empresa. Ana conta que o pai trabalhava demais, que dormia apenas três horas por noite, isso ainda porque tinha o motorista; conta que o pai dormia enquanto viajava de um lugar a outro a trabalho. Comenta o padrão de vida que tinham, com empregada, babá e motorista, e que de repente os funcionários começaram a ‘sumir’, as coisas de casa também, ela percebe que algo estranho acontecia com a empresa e que as motivações de ir para o Japão eram mais de ordens de status social do que financeiro propriamente:

*Na verdade, meu pai é um imigrante que não sabe lidar com fracasso, **um japonês típico, não sabe lidar com fracasso**, ele achava que pra gente o mais importante era manter o padrão de vida. Então ele foi pro Japão sozinho, um primo já estava lá. Ele viu no Japão uma possibilidade de manter o padrão de vida. [...] Pra gente... Até porque pra ele não faria tanta diferença que ele já trabalhava tanto, tanto aqui [...] mas **pra mim não fazia o menor sentido** (Ana).*

Neste relato de Ana a manutenção da honra e do nome da família, o que seria o dever dos pais de família dentro do sistema hierárquico de valores japoneses se mostra bastante operativo. Quando os pais de família sustentam seus deveres, automaticamente os filhos também seguem devendo a eles lealdade, obediência e respeito. O *on* familiar sendo referencial norteador de escolhas e condutas. Essa formação a partir de um código muitas vezes desconhecido pelos próprios jovens, respondendo a uma estrutura de valores preservada e reproduzida de modo silencioso e efetivo, parece ser uma chave explicativa importante para entender parte dos comportamentos de famílias nipo-brasileiras no Japão, no Brasil e em fluxo.

Em um momento posterior à emigração, sobre a decisão de retornar ao Brasil, Ana comenta sobre sua decisão, dessa vez considerada **individual**. Entretanto, embora reconheça que a decisão tenha sido própria, relata as motivações desse retorno e que

corroborar com a perspectiva de que o *on* segue operando, ainda que de forma silenciosa, como é característico da ética cultural japonesa.

[Como foi a decisão pra retornar?]

Foi minha, foi minha... assim na verdade meus pais... é... nunca me cobraram assim... 'ai você tem que terminar o colégio e fazer uma faculdade', não. Mas... já que eles estavam se esforçando lá pra pagar a minha escola e a do meu irmão, era mais do que obrigação minha voltar e estudar. Então a cobrança na verdade, essa questão da independência que eu criei quando pequena, na verdade é uma questão de... não é de independência, acho que é mais um general que eu criei dentro de mim mesma... Como eu não era cobrada pelos meus pais, então a cobrança veio de mim mesma. Então eu só tinha essa opção, eu só tinha essa opção. Porque pro meu pai e minha mãe não era uma coisa assim imposta. Eles estavam fazendo o que eles achavam bom... o que achavam legal pra você pra sua vida, enfim, mas... o que você vai fazer com isso problema seu. Mas pra mim essa era a única opção. E ainda tinha aquela cobrança: a única opção é passar numa faculdade pública para não ter que pagar e de novo depender... (Ana).

Aqui vemos esta lógica de dívida com os pais operando nas relações geracionais de forma indizível, como pressupõe a educação japonesa. Há um senso de certo e errado e o que se deve fazer e não fazer a partir do exemplo que a geração anterior mostrou. Embora Ana considere que tenha decidido voltar sozinha para estudar e passar em uma faculdade pública, esta “decisão” parecia ser algo inevitável, uma vez que ela não via outra opção para sua vida naquele momento.

Apesar de todos os jovens terem ido com a família para o Japão, os questionamentos sobre a emigração já apareciam presentes na época dos planos familiares e se mostraram de forma refletida no momento da entrevista. Ao serem questionados sobre a participação ou não na decisão de emigrar os jovens que foram já em idades mais avançadas, entre 12 e 14 anos, relatam as impressões da época e também questionam se de fato a situação financeira seria o mote que justificasse tamanha mudança. A perspectiva de Ana sobre a influência da cultura japonesa na decisão de seu pai se mostrou bastante pertinente, no sentido de que a linha entre necessidade material e imaterial nem sempre está tão clara.

Para os jovens que foram um pouco mais novos, como por exemplo, Rose que emigrou com oito anos de idade e Marcia com nove, as impressões sobre a decisão de migrar e a participação na decisão tiveram impactos menores. Rose conta que os pais foram para o Japão quando ela tinha seis anos de idade; a mãe é nissei e o pai brasileiro sem ascendência japonesa, ambos tinham ensino médio completo, o pai trabalhava em agência de turismo e a mãe em um escritório de uma metalúrgica. Rose e mais dois irmãos ficaram com a avó paterna, pois na primeira viagem os pais não quiseram arriscar levar a família toda, depois de dois anos no Japão perguntaram se as crianças queriam ir também. Nessa época Rose tinha

oito anos, tinha um irmão de nove e uma irmã de doze, a irmã mais velha não queria ir.

Perguntaram pra gente, a gente queria ir, mais pra ficar com eles, porque tínhamos saudades, quando perguntaram, claro que, na verdade eu e meu irmão quis, a irmã mais velha não queria ir, já tinha uma coisa boa na escola, amigos (Rose).

Ao considerar os relatos dos jovens que emigraram no início da adolescência, e a situação da irmã de Rose, podemos observar que a emigração nesta fase de idade parece trazer mais impactos, do que quando as crianças foram em idades mais novas. Mesmo Danilo que viajou com bastante vontade de reencontrar o pai relatou que teve muita dificuldade depois. Nesse sentido Danilo considera que sua formação ficou em uma condição de desenraizamento em fases da vida em que os indivíduos começam a se relacionar mais com o mundo exterior do que no seio familiar propriamente. Ou seja, no momento em que buscava um chão para pisar fora de casa e começar a se entender enquanto indivíduo para além da família, se viu de repente suspenso na situação que a migração suscita: *“Eu tenho todos meus problemas agora, porque vocês me arrancaram de um lugar e me jogaram no outro, e não contentes, eu criei raiz vocês me arrancaram de novo!”* (Danilo, comentando como pensou o processo migratório em um momento de dificuldade da vida e como culpava os pais nessa época). Nem dentro nem fora, nem aqui e nem lá. Retomaremos a este tema adiante.

Marcia que também foi aos nove anos, viajou com toda a família, embora ainda fosse muito nova se lembra vagamente de ter sido ouvida de alguma forma sobre a decisão da emigração. Conta que seus pais estavam mais ou menos bem de vida, mas queriam uma experiência nova e por isso decidiram ir ao Japão. Lembra-se que antes de irem para o Japão surgiu um assunto dos pais sobre ir para o Canadá e ela dizia que para o Canadá não iria, mas se fosse para o Japão ela iria sim. Foram todos em 1991 quando ela tinha nove anos. Considera ter sido ouvida porque sabe que era bem mimada quando criança, entretanto relata essa fase da vida com lembranças bem vagas, como foi sobre as primeiras impressões do Japão:

A primeira impressão... nossa eu não lembro muito bem, mas eu acho que não foi muito choque assim, como eu era criança eu acho que eu não tinha muito no imaginário o que que era Japão, o que eu ia esperar... não tenho muito assim, recordação não (Marcia).

Outra situação que se mostrou comum a todos os jovens entrevistados foi a **extensão temporal do projeto migratório**. Como apresentei em trabalho anterior (SHISHITO, 2012) a expectativa temporal da imigração *dekassegui* tem sido alterada passando de um fenômeno que se inicia com expectativas temporais de curta duração e se transforma de longo prazo a permanente no decorrer do tempo. Camila relata que ela e sua

família foram para o Japão com a intenção de permanecerem por apenas três anos e ao todo ficaram doze anos. Nesse intervalo ela voltou por três vezes com a mãe, esta é também outra característica que se mostrou comum: as idas e vindas entre Brasil e Japão ao longo da experiência migratória.

As expectativas temporais têm uma influência fundamental em relação aos projetos de formação educacional dos jovens que emigraram ainda crianças. Bernardo comenta que os planos de seus pais, inicialmente, eram de ficar pouco tempo, por isso seria bom que ele e os irmãos frequentassem escola brasileira no Japão. Danilo também relata que os planos da mãe eram de ficar um ano e ao final ficaram cinco. Tanto o projeto de ida ao Japão, quanto de retorno se apresentaram fortemente imbricados entre questões familiares e macroestruturais. Com exceção do caso de Patrícia, todos os outros tinham esse plano de emigração temporária. A família de Patrícia, no entanto, ao planejar a emigração familiar tinha como propósito viver permanentemente no Japão. Esse processo se iniciou também com a emigração com expectativa de curta duração do pai sozinho primeiro e depois seguiu por um movimento de reunião familiar.

Foi em 94 pra 95, meu pai falou “vou pro Japão, vou lá ficar dois anos e volto, pra ver se a gente melhora nossa condição financeira”. Só que aí quando foi pra lá ele viu que lá era muito diferente... e ele achou melhor criar a gente lá... Então assim, na cabeça do meu pai era, a gente mudar completamente de vida, e se adaptar no Japão e morar a família inteira lá.

[E ele pensava em vocês morarem lá, tipo o resto da vida?]

Morar lá, sim, estudar na faculdade, estudar nas escolas, coucou [colegial japonês] e fazer faculdade lá mesmo (Patrícia).

Apesar desta decisão do pai de Patrícia, em sua trajetória educacional ela não se adaptou na escola japonesa, sofria *ijimê* (*bulling*), uma prática bem comum entre os próprios japoneses na escola. O *ijimê* era acionado sobretudo como mecanismo de marcar e manter a hierarquia entre os estudantes, e a prática se tornava ainda mais intensa com imigrantes que entravam na escola japonesa. Depois de um tempo de dificuldade tanto curricular quanto de ambientação na escola japonesa, Patrícia passou a estudar em escola brasileira no Japão e quando entrou na adolescência começou a trabalhar enquanto ainda estudava. Em um momento de cansaço desta rotina pesada de fábrica e de pensar sobre seu futuro ela resolve voltar ao Brasil. Retorna sozinha e os pais seguem no Japão, assim como o irmão. Embora sua família siga vivendo por lá, eles não têm claro se realmente se estabelecerão por lá ou se retornam ao Brasil em algum momento.

A escolha do tipo de escola – brasileira ou japonesa – está estreitamente relacionada ao tempo de permanência no Japão, mas para além dessa questão, a situação

financeira e os planos futuros das famílias também influenciam na decisão em matricular os filhos em escolas brasileiras ou japonesas. Como vimos anteriormente as escolas japonesas são públicas e gratuitas, localizadas nos bairros de residência das famílias, enquanto as escolas brasileiras no Japão são instituições privadas e que para muitos ficavam localizadas longe dos locais de residência, sendo necessário, portanto, também um tipo de transporte até o local de estudo. Patrícia conta que conseguiu trocar da escola japonesa para a brasileira porque nesta época, seu irmão de quinze anos de idade começou a trabalhar em fábrica e dessa forma a família conseguiria pagar por seus estudos.

Outra experiência que se mostrou recorrente nos relatos foi o **tipo de rotina, fora do período da escola**, independente se frequentavam escola brasileira ou japonesa. Os jovens relatam que fora do período escolar ficavam com irmãos (quando tinham) e sob cuidados de babás em alguns casos, de vizinhos ou parentes em outros casos. Mas todos terminavam o período escolar e ficavam um tempo sob cuidados de terceiros, ou algum tempo sozinhos, até os pais retornarem dos trabalhos. As jornadas de trabalho dos pais eram longas, pois trabalhavam em fábricas e na maior parte de vezes realizavam horas extras.

As exceções a esta situação foram apenas o caso de Danilo e Ana, em suas famílias o combinado foi que a mãe (no caso de Danilo) e a avó (no caso de Ana) não fossem trabalhar fora de casa para ficar cuidando dos filhos/netos e da casa, mesmo no Japão. Estas duas famílias também eram as que no Brasil pertenciam a um estrato socioeconômico mais alto. O recorte de classe social parece seguir operando de alguma maneira e influencia também nas experiências migratórias. Ainda que todos os jovens tenham passado por situações complexas na infância por conta da emigração, as famílias que tinham outras motivações para além do financeiro no projeto migratório, se organizavam de maneiras distintas no destino.

Ficava com meu irmão... e minha vó... Meu irmão brincando com as coisas dele, era a reprodução do que eu viva aqui [no Brasil] agora sem a minha mãe que era uma coisa difícilíssima, porque ela passou a trabalhar fora (Ana).

Entretanto, a situação mais comum era de que a partir dessa realidade de trabalho dos adultos, algumas crianças assumissem responsabilidades bem cedo, por conta do contexto de trabalho dos pais e situação em que as redes de contatos familiares se apresentaram reduzidas.

Lembro, até uma parte que eu lembro ne, eu lembro que quando minha irmã nasceu eu tinha sete anos, eu já fazia tudo dentro de casa porque meus pais trabalhavam

né. Eu que ia buscar minha irmã na escola, eu que ia buscar ela bebezinha, na creche (Bianca).

A assunção de responsabilidades em contexto migratório em idades jovens é uma questão que dialoga diretamente com o processo de transição para a vida adulta. Quando as crianças ou adolescentes são chamados a assumir tarefas consideradas de um adulto, como por exemplo, o caso citado por Bianca, de realizar todas as tarefas domésticas e buscar sua irmã ainda bebê na creche, elas passam a vivenciar experiências que não são comuns à maioria das crianças e adolescentes de sua idade. Dessa maneira, poderíamos inferir aqui uma primeira influência ou impacto da migração no processo de transição para a vida adulta subsequente. Em uma primeira leitura poderíamos observar que as crianças podem estar, ou serem vistas como “mais preparadas” para assumir responsabilidades no futuro. Entretanto, ao aprofundar um pouco mais nas trajetórias de vidas, pudemos observar também que a **falta de chão**, que esta experiência migratória suscita nessas idades, pode causar também medos, inseguranças, e sensações de “despreparo” e “atraso” como alguns jovens mencionaram principalmente no retorno ao Brasil.

Era um conflito... eu sentia que eu tava... atrasado, vamos dizer assim, sabe... meu, até com coisas mais simples assim sabe, por exemplo, na faculdade, entrei na faculdade, um dia rolou um papo de futebol, de vamo jogar bola, e eu sempre tô né, aí descobri ali que tinha um grupo de palmeirenses... e aí rolou 'vamo no jogo do palmeiras? '... putz.... [faz gestos de negação].... e o medo cara!' Puta cara, um jogo do palmeiras cara? 'Melhor não né'... e os caras vão toda semana...eu não falava isso né, eu falava 'vamo' e por dentro eu tava meio assustado assim sabe. E aí eu pensava, 'ó caralho, tá vendo! Eu tinha que ter crescido no palestra indo ver o jogo do palmeiras cara', e aí esse tipo de coisa eu sentia esse deslocamento em relação a essa outra galera aí, e eu não queria sentir isso ne, eu achava que aqui que eu tinha que ter crescido porra, pra ter visto meu palmeiras (risos)(Danilo).

É muito difícil mesmo, eu voltei com 18 anos, aí eu cheguei aqui também...mesmo, tendo trocado lá no Japão, da escola japonesa pra escola brasileira, o ensino lá não é tão bom quanto o daqui, é diferente a didática dos professores, que muitas vezes os professores são de outras áreas (...). Mas aí quando eu cheguei aqui eu fiquei.... 'Gente o que que eles tão falando? O que eles tão falando? Eu estudei em escola brasileira, mas eu não sei o que eles tão falando!' ... Aí eu fiz cursinho, dois anos pra poder passar no vestibular... (Patrícia).

Além da rotina fora do período escolar, o que encontramos como ponto comum entre os filhos de migrantes foi uma grande **dificuldade de adaptação e acompanhamento na escola**, fossem escolas japonesas ou brasileiras. Alguns tiveram dificuldades com conteúdo curricular, outros de adaptação ao ambiente e no convívio com outras crianças. Além disso, a dificuldade de prosseguimento nos estudos depois de retornar ao Brasil, tenha sido, talvez, a maior das dificuldades relatadas em relação à trajetória educacional. Uma

experiência comum e que também foi relatada em todos os casos foi o bom convívio e relações com professores, tanto de crianças que estudaram em escolas brasileiras quanto japonesas. Esse tipo de relação mais marcadamente hierarquizada não apresentou conflitos, embora também houvesse críticas aos sistemas de ensino algumas vezes.

A escola era legal pelas amizades acima de tudo, a relação com os professores era mais próxima do que no Brasil, porque eram poucos alunos. Os professores eram bacanas, e bem ou mal, estavam na mesma situação... de imigrantes, tinha os mesmos tipos de problema, etc. (Danilo, estudou em escola brasileira no Japão).

Fui criado num sistema rígido japonês, que era o respeito ao mais velho entendeu... então... o professor japonês e o professor brasileiro, eram a mesma coisa pra mim, eles eram pessoas que estavam ali pra me ensinar, então eu deveria respeito a eles, independente de nacionalidade (Giulio, estudou em escola japonesa no Japão).

Ao tomar as falas de Danilo e Giulio, podemos observar dois aspectos que também permearam a trajetória educacional de filhos de imigrantes no Japão. O primeiro é o reconhecimento dos professores que trabalhavam em escolas brasileiras, como sendo também trabalhadores imigrantes em situação similar às suas próprias. Ou seja, ao reconhecer as condições de dificuldades em que os imigrantes vivem no Japão, do ponto de vista de adaptação, direitos e **suspensão** temporal, isso se estende não só aos trabalhadores de fábricas, mas também aos diversos tipos de trabalhos, como é o caso dos professores. Embora o tipo de trabalho não fosse aquele considerado o mais difícil, de fábrica, sujo e pesado, como são os trabalhos reservados à população imigrante, os professores também viviam o mesmo contexto social, enquanto imigrantes brasileiros no Japão. Nesse sentido há um senso de pertencimento e solidariedade ao grupo imigrante.

O segundo aspecto que pode ser revelado pela fala de Giulio é a relação permeada pela estrutura hierárquica, que nesse caso independe da nacionalidade ou pertença étnica e social. Giulio ao apontar que foi educado em um “*sistema rígido japonês*” está de alguma forma trazendo uma forma de leitura do mundo a qual carrega, independente dos espaços em que circula. Como ele menciona, tanto no Brasil quanto no Japão o professor é a figura que deve ser respeitada por ser mais velha e por estar na função social daquele que ensina. Se considerarmos o que vimos sobre as famílias nipo-brasileiras e sua formação étnica e cultural podemos ver ainda em tempos atuais esse ‘sistema rígido japonês’ operando para além dos espaços sociais, e que é algo que parece bem internalizado, incorporado.

Quando iniciamos nosso trabalho de pesquisa, idealizamos situações em que as crianças tivessem estudado no Japão em escolas brasileiras **ou** japonesas. Ao iniciar o campo, entretanto, encontramos experiências de jovens que tiveram a formação escolar **nos dois tipos**

de escola ao longo da trajetória migratória e educacional. De nossos entrevistados Marcia, Giulio, Anderson e Rose foram os que estudaram por todo o tempo que viveram no Japão apenas em escola japonesa; Ana, Danilo e Camila estudaram em escola brasileira; e Bianca, Patrícia e Bernardo estudaram em ambas em diferentes fases da vida.

A experiência migratória na infância pareceu impactar nas trajetórias de vidas dos jovens de formas diferentes, principalmente dependendo da idade em que emigraram. Embora todos tivessem sentido a dificuldade de adaptação ao novo mundo e à nova escola, e também de alguma forma a uma nova configuração de casa e família, aqueles que emigraram nas idades mais próximas à adolescência relataram maiores dificuldades em relação a este **deslocamento**. Os que emigraram ainda muito crianças se adaptaram melhor ao ambiente japonês, mas apresentaram maiores dificuldades no retorno ao Brasil. O tipo de escola que frequentaram também foi um marcador significativo para as trajetórias futuras, educacionais e laborais principalmente. No entanto, independentemente do tipo de escola que estudaram, todos relataram dificuldades nessa dimensão da vida, seja no Japão enquanto estavam por lá e de forma mais acentuada no retorno ao Brasil e retomada aos estudos.

A ida ao Japão com a família pode ser lida em grande medida como um projeto de reunião familiar, e para além disso, um projeto familiar comum, de melhoria de vida, de condições financeiras, seja no Japão, mas principalmente com vistas ao retorno. Já a volta dos jovens ao Brasil passa por um projeto de separação da família e construção da própria individualidade, ainda que este projeto esteja fortemente imbricado com as expectativas familiares e sociais dos contextos em que cresceram.

A retomada aos estudos no Brasil também não acontece enquanto um evento isolado, antes ela está imbricada com o evento do retorno depois de ter vivido muitos anos no Japão, e, portanto, também com o processo de (re) adaptação no Brasil. Apresentamos assim as trajetórias escolar, laboral e migratória (de retorno e circular) a seguir, uma vez que elas se entrecruzam e fazem sentido nesse movimento amplo entre os espaços sociais que ocupam.

6.2 A suspensão temporária: entre escolas, trabalhos e retornos

Todos os jovens entrevistados, independentemente do tipo de escola que estudaram, relataram dificuldades nos estudos no Japão. A trajetória educacional para filhos de imigrantes no Japão se apresenta enquanto um desafio de difícil resolução. A escolha pelo tipo de escola – brasileira ou japonesa – sofre uma forte influência dos planos familiares e também influencia em um segundo momento nestes mesmos planos. Apesar dos esforços das famílias em manter seus filhos estudando durante o processo migratório, todos relataram

grandes dificuldades nessa área da vida, tanto na infância, quanto depois na juventude e nas tentativas de inserção no ensino superior e no mercado de trabalho no Brasil.

Escolas brasileiras

Para além das dificuldades no conteúdo curricular, também as dificuldades de adaptação e ambientação nos novos sistemas se mostraram bastante recorrentes. Diferente do que se poderia imaginar, este estranhamento também surgiu em relação às próprias escolas brasileiras no Japão. Para os jovens que estudaram em escolas brasileira no Japão as percepções sobre dificuldades e ganhos se mostrou distinta de acordo com sua experiência anterior e idade em que entraram nessas escolas.

Os jovens que chegaram do Brasil vindo de escolas particulares, de ensino mais rigoroso, tiveram mais facilidade no currículo e mais dificuldades no convívio. Para estes jovens, como era o caso de Ana e de certa maneira também de Danilo, a realidade do imigrante brasileiro no Japão era muito diferente de suas próprias, que não estavam lá por necessidade financeira propriamente.

*No meu colégio [no Brasil] era aquela coisa de winner e loser, assim, 'você tem que estudar muito porque você tem que entrar numa faculdade pública'. Eu cheguei lá [na escola brasileira no Japão]... e assim **a maior perspectiva dos caras era comprar um carro**, dos alunos. Então... eu... não é que eu não concorde com isso, mas é que sei lá, **eu queria outras coisas pra minha vida**, então eu ficava meio preocupada com isso, eu pensava nossa mas um dia eu vou ter que voltar pra prestar vestibular, como é que eu vou fazer, **ter que estudar tudo de novo, sozinha, não vai ter jeito** (Ana, estudou dos 13 aos 17 anos em escola brasileira no Japão).*

Ana que no Brasil estudava em uma escola de ensino bastante ‘*puxado*’ como ela relata, ficou bastante surpresa e teve dificuldades de adaptação tanto em relação ao convívio, quanto ao currículo escolar.

*Fiz a prova em dez minutos, achei muito fácil... **achei defasadíssimo** [...] tem algo errado nisso pensei, ninguém faz uma prova em dez minutos e tira dez, pelo menos não na escola que eu estudava aqui... estudava no Anglo. Que é bem puxado, bem puxado [...]. Cheguei lá fiz a prova tirei dez e acabou, pensei ah vou me dar bem, mas ao mesmo tempo fiquei preocupada, pensava que ‘isso aqui tá fora do que ensina no Brasil, essa escola foi aprovada pelo MEC? **Será que com isso aqui dá pra continuar no Brasil?**’*

[E os outros alunos? Tinham dificuldade?]

Tinham muita dificuldade, porque eles estavam lá há muito tempo, e tinham estudado em escola japonesa, então língua portuguesa pra eles era um horror né... pra mim era tranquilo... tinha acabado de chegar do Brasil (Ana estudou em escola brasileira no Japão).

Em relação ao convívio e a adaptação a um novo ambiente relata o **deslocamento** sentido em relação também às experiências anteriores, diversa da realidade dos jovens imigrantes que já estavam no Japão há mais tempo:

Tinha, tinha amigos, mas eram muito mais adultos do que eu... porque... alguns tinham 17 anos e estavam na oitava série, eles tinham que compensar esse período porque tinham feito escola japonesa. Então eu era a mais nova da sala. Eram mais experientes do que eu [...] As meninas já eram umas meninas que... já tinham namorado... já não eram mais virgens, é... sabe, tinha um outro olhar. Eu tinha um namoradinho aqui que eu dava um selinho e tomava o lanche junto. Então eu cheguei lá e foi um choque pra mim, porque querendo ou não isso te puxa também né...

[E como você se sentia em relação a isso?]

Deslocaderrima né, imagina, eu pensava nossa eu sou muito boboca né, perto das pessoas aqui eu sou uma boba. Mas tudo bem também, cada um no seu tempo assim, mas era isso, eu era boboca total. (Ana estudou em escola brasileira no Japão).

Nesse sentido de adaptação à realidade de crianças imigrantes vivendo no Japão, parece haver mesmo certo adiantamento no *timing* de vivências, mesmo desde a fase de adolescência. Danilo que frequentou a mesma escola que Ana apresentou sua visão refletida no presente sobre a experiência que viveu na infância naquele contexto, acentuando as críticas ao sistema de ensino brasileiro no Japão.

*Hoje, parênteses né, minha análise... aquela escola é uma merda! [...] também tô sendo muito rigoroso na avaliação... tavam ensinando... tinham aprovação do mec... mas não tinha... porra, o mínimo que você tem que pensar assim... se vai abrir uma escola brasileira fora do seu país, acho que a maior preocupação que você tem que ter é ter que **adaptar à realidade de uma criança** que vai ser diferente caso a caso, mas que você pode tirar um... algo em comum ali, **que são brasileiros que estão morando em outro país, fazer a adaptação dentro desse país, sem que ele perca suas raízes, porque a maioria vai voltar né... então... Fazer essa transição ser tranquila...** e não tinha nada disso sabe... cê não tinha...a gente não tinha atividade fora da escola, a gente não tinha acesso a... não é cultura né... cultura é muito vago... mas histórias do Brasil, material audiovisual, excursões... **isso eu penso hoje né, na época eu gostava muito... a gente ia pra escola se vê** [os amigos] (Danilo estudou dos 13 aos 17 anos em escola brasileira no Japão).*

Os olhares críticos *a posteriori* de Danilo e de Ana refletem a complexidade e o desafio da formação educacional de crianças imigrantes no Japão. Este desafio apresenta muitas faces, por um lado as famílias buscam pela educação continuada em língua portuguesa, para que seus filhos possam retornar ao Brasil e ter como seguir seus estudos. Entretanto, não apenas a língua portuguesa é um desafio para crianças que vieram de escolas japonesas, mas também os aspectos socioculturais dos contextos entre Brasil, Japão e a condição de imigrante se tornam desafios para a formação dos jovens.

De outro lado as escolas brasileiras em que estes jovens estudaram estavam se formando na época em que eles chegaram ao Japão, e estavam ainda buscando se consolidar e

oferecer uma alternativa em relação à escola japonesa. Danilo conta que quando entrou na escola na sétima série (atual oitavo ano) eram só cinco alunos “*era muito diferente, aí colocaram eles com a oitava série... Era uma professora pra duas séries na mesma sala. Foi o ano inteiro assim, a escola estava começando*”. Quando ele entrou na oitava série já tinha mais alunos, depois de um tempo a escola cresceu e foi para outro prédio maior, mas ainda assim ele conta que era uma oitava série de dez alunos.

As falas tanto de Ana quanto de Danilo representam também as maiores dificuldades que eles tiveram ao retornar ao Brasil. Talvez ao olhar de forma retrospectiva, no momento da reflexão para a entrevista, tenha mobilizado aquilo que desejariam ter tido do ponto de vista de formação educacional em contexto migratório.

Se você me perguntar, o que você aprendeu, o que você lembra? ... Não lembro.... Eu acho que quando eu fui prestar letras na verdade, eu tive que... estudar teoria crítica, da literatura, sozinha... a faculdade foi um soco no estômago assim, nossa.... Fiz cursinho, fiz um ano de cursinho... é... foi difícil (Ana, estudou em escola brasileira dos 13 aos 17 anos no Japão).

A escola era legal pelas amizades acima de tudo, a relação com os professores era mais próxima do que no Brasil, porque eram poucos alunos. Os professores eram bacanas, e bem ou mal, estavam na mesma situação... de imigrantes, tinha os mesmos tipos de problema, etc. (Danilo, estudou em escola brasileira dos 13 aos 17 anos no Japão).

A preocupação maior de Ana era em relação ao conteúdo curricular e a continuidade dos estudos no Brasil, esta foi, de fato, uma das grandes dificuldades que ela relatou sobre a experiência no Brasil depois do retorno. Danilo ressalta mais a dimensão do conhecimento sociocultural do contexto e da adaptação tanto no Japão quanto no Brasil para um adolescente em formação, seu olhar se volta mais para as relações de amizade e solidariedade por estarem todos ali na mesma condição de imigrantes.

A questão da **amizade** e a construção de vínculos nesse contexto parece ser uma dimensão que foi vivida em comum entre os jovens que estudaram em escolas brasileiras. Camila que também estudou só em escola brasileira no Japão conta que têm amigas da época da escola que são amigas até hoje. Ana quando retornou ao Brasil, depois de um tempo foi morar com Patrícia, amiga que conheceu no Japão e que considera “*amiga da vida*”, que conhecia há mais de dez anos e que sentia esse vínculo forte.

A gente ficou muito amigo [colegas da escola brasileira no Japão], muito amigo, muito mesmo, era um tipo de amizade, que assim... porque eu fui moleque né tinha 12, 13 anos [...] outro dia mesmo recebi um amigo que conheci lá também, que era dessa época aí também, enfim... ele veio aqui e putz meu, nossa fiquei emocionado até... e a gente tava conversando disso, a gente tava falando: 'pô tenho um monte de

amigos hoje, né da faculdade... amigo da faculdade é foda, viu as merdas que você fez... e você viu as dele também né (risos)... então tem até essa cumplicidade aí. Mas é... aqueles de lá, foram os que mais laços criaram'. Eu acho que é por causa daquela sensação assim sabe... 'meu tá todo mundo na mesma aqui'. (Danilo, estudou em escola brasileira dos 13 aos 17 anos no Japão).

A experiência de Camila, que também só estudou em escola brasileira no Japão apresenta um olhar diametralmente oposto aos de Danilo e Ana em relação ao ensino, embora tenham estudado na mesma escola por um tempo no Japão. Camila emigrou aos seis anos de idade, antes disso frequentava uma escola de educação infantil particular no Brasil. Morava com a família e tias e avós próximos na Zona Leste de São Paulo, onde vivem também atualmente. A mãe de Camila era costureira e o pai vendedor, conta que a motivação da emigração para o Japão foi um assalto a mão armada que seu pai sofreu durante o trabalho. Depois desse episódio o pai emigra sozinho e um ano depois ela e a mãe se juntam a ele no Japão, em 1997.

Inicialmente Camila foi matriculada em escola japonesa, mas não chegou a frequentar, conta que os pais ficaram com pena e medo dela sofrer. Ela também não queria ir para a escola japonesa, então foi estudar em escola brasileira, onde fez da pré-escola até o final do ensino médio. A família de Camila foi ao Japão para ficar três anos e ao total ficaram 12. Durante este tempo ela veio três vezes ao Brasil com a mãe, e num destes retornos ela cursou a terceira série do ensino fundamental no Brasil. Assim como Camila, Ana também não foi para a escola japonesa por receio que os pais tinham de que ela sofresse *ijimê* (*bullying*). Ana conta que a mãe era muito preocupada com isso, que os filhos sofressem na escola. Já a família de Danilo não cogitou a escola japonesa porque eles voltariam para o Brasil e não valeria a pena perder este tempo de estudo no Japão.

Camila considera que o ensino que teve na escola brasileira no Japão foi muito bom, o que ela tinha como parâmetro anterior foi a terceira série do ensino fundamental que fez no Brasil, mas chegou a esta conclusão após o retorno. Quando voltou e comparou o que aprendeu com o que os jovens que conheceu aqui tinham aprendido, considera que o ensino da escola brasileira no Japão era ótimo. Há uma diferenciação de percepção e experiência relacionadas não só a migração nesse sentido, mas também à pertença de classe social e experiências individuais em trajetórias de vida anteriores e posteriores à migração.

No período de realização das entrevistas estes jovens tinham formação de nível superior no Brasil e estavam inseridos no mercado de trabalho com qualificação profissional. Apenas Camila ainda estava cursando uma faculdade particular na área de Relações Públicas, mas já trabalhava há cinco anos na mesma empresa e três dele como secretária executiva.

Danilo ao retornar fez curso pré-vestibular, iniciou uma faculdade de jornalismo onde não se adaptou e iniciou Ciências Sociais na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, trabalhava como gerente operacional na área de turismo. Ana depois de retornar fez um ano de curso preparatório pré-vestibular e se formou em Letras na USP e trabalhava como professora em uma faculdade particular. Embora todos estivessem de certa forma bem formados e empregados no Brasil, chegar neste ponto custou passagens por transições entre Japão e Brasil e uma difícil adaptação ao retornar ao Brasil nesta fase da vida. Retomaremos estes pontos adiante.

Escolas brasileiras e japonesas

Os outros jovens que também estudaram em escolas brasileiras no Japão tiveram experiências mistas entre o início da trajetória escolar em escola japonesa e depois a mudança para a escola brasileira. Bernardo e Bianca, que emigraram ainda bebês, 1 ano de idade e 4 meses respectivamente, tiveram experiência no sistema de educação infantil japonês. Bernardo aos cinco anos já entrou na escola brasileira recém-inaugurada em sua cidade. Bianca seguiu na escola japonesa até os 8 anos de idade e depois teve experiências nos dois sistemas de ensino no Japão. Patrícia estudou no Japão dos 10 aos 16 anos de idade e ficou os primeiros três anos em escola japonesa e os últimos quatro em escolas brasileiras.

Estes jovens que tiveram a trajetória educacional mista entre escolas japonesas e brasileiras apresentaram experiências muito singulares entre si, também porque as idades em que cada um mudou de escola foi bastante diferente em cada caso. Bernardo conta que não teve dificuldade da passagem da creche japonesa para a escola brasileira com cinco anos, pois comenta que já sabia falar português e tinha amiguinhos da mesma idade que entraram na escola com ele.

Patrícia relata que teve bastante dificuldade na escola japonesa, e depois de três anos tentando se adaptar, sem sucesso, seus pais perceberam que ela não estava bem em relação a isso e a transferiram para a escola brasileira. Na escola japonesa ela estudava com outras crianças brasileiras e comenta que não aprendia a língua japonesa também porque nos intervalos da escola e em casa só conversava em língua portuguesa.

Além disso, ela relatou que sofria bastante *ijimê*, na escola uma época fez vôlei e saiu por *ijimê*, em sua leitura considera que sempre sofreu *ijimê* porque ela sempre foi insistente em continuar ‘*sendo brasileira*’, então a xingavam, no vôlei cortavam forte para machucá-la. Conta que também tinham na escola alguns brasileiros que ficavam do lado dos japoneses e ensinavam os japoneses a xingar em língua portuguesa. Patrícia considera que

tinha uma trava em relação ao idioma japonês, e acha que isto tenha vindo da família. Esta história ela contou com detalhes, porque seu pai também não falava japonês uma vez que seu avô, que era japonês e veio do Japão também não falava mais japonês aqui no Brasil. Ela foi uma das entrevistadas que começou a contar sobre sua vida a partir da história dos avós japoneses.

Vou começar com a história do meu avô (risos)... ele veio pra cá em [19]38, emprestado pelo tio dele, pra...não sei que que tava na época no Japão, na década de 30, que só podiam sair crianças e adolescentes menores de 13 anos, aí parece que ele foi emprestado por um tio dele, pra vir trabalhar aqui, e o tio prometeu pro irmão... pro pai né, que devolveria ele depois de 2 anos [ele veio com o tio?] Veio com o tio, aí só que chegou aqui... segundo meu pai... o meu vô meio que foi escravizado por eles [pelo tio?] É! Ele não deixou ele voltar pro Japão... pegava todo o dinheiro dele, ele foi crescendo revoltado com a colônia, com a comunidade japonesa.

A partir deste início de vida traumático do avô japonês no Brasil, ainda adolescente, o avô não falava japonês por bloqueio, então o pai também não falava japonês, e ela, mesmo tendo morado no Japão e estudado em escola japonesa, não conseguiu aprender o suficiente para acompanhar o ensino. Depois que o avô dela conseguiu certa independência no Brasil, se juntou com outros japoneses em uma zona rural perto da cidade de São Paulo e passou a viver por lá, entre outros amigos japoneses, eles eram uma “*colônia japonesa de japoneses que não falavam japonês*” segundo suas palavras.

A trajetória educacional de Patrícia seguiu então no Japão, depois de ter saído da escola japonesa e com uma fácil adaptação na escola brasileira. Ao mudar de escola teve que fazer um exame para saber em que série entraria e voltou para a sexta série aos 13 anos. Considera que esteve sempre um ano atrasada nos estudos de acordo com a idade. Este atraso se manteve mesmo depois que voltou ao Brasil com 16 anos e finalizou o ensino médio por meio de supletivo.

A trajetória de Bianca apresenta uma história bem diferente em relação à linguagem e adaptações entre os dois países, por ter chegado ainda bebê no Japão e frequentado creches japonesas, ela não sabia falar português quando entrou na escola japonesa. Embora os pais conversassem em português com ela em casa, ela não tinha domínio do idioma, pois só se comunicava em japonês no sistema educacional desde o nível infantil. Quando ela fez oito anos de idade a família veio ao Brasil para passear e os pais decidiram que seria melhor ela ficar no Brasil estudando para aprender a língua portuguesa. Os pais retornaram ao Japão e Bianca ficou com avós no Brasil, onde estudou dos oito aos 11 anos de idade. Comenta que foi muito difícil esta fase da vida, que na escola brasileira sofria *bulling*

porque não sabia falar português. Ela repetiu de ano várias séries nesse período, diz que foi uma experiência *'péssima'*, mas que a partir disto aprendeu a língua portuguesa, conclui que *"foi bem difícil essa época de adaptação viu!"*.

Quando Bianca retorna ao Japão para reencontrar com os pais, aos 11 anos de idade, entra novamente na escola japonesa. Sua mãe percebeu que ela estava só falando japonês de novo e a colocou para frequentar a escola brasileira no Japão. Lá ela fez um exame e uma aceleração e cursou a quinta e a sexta séries em um ano. A adaptação na escola brasileira do Japão foi mais tranquila, pois ela já sabia falar a língua portuguesa. Nessa fase da vida conta que *se apaixonou pelo Brasil* a partir das vivências que teve com os amigos dessa escola, jogava capoeira, tinha aulas de dança e diz que começou a aprender as *"malandragens brasileiras"*.

Estudou até a sexta série no Japão, e voltou para o Brasil com 14 anos e depois disso não voltou mais para o Japão. Chegando no Brasil fez a sexta série de novo, sempre teve muita dificuldade nos estudos e era sempre a mais velha da turma. Considera que teve muita dificuldade nos estudos, mas no convívio era tranquila, já era *'brasileirinha na veia'* comenta. Hoje diz que não tem vontade de morar no Japão *nunca mais*. Tem vontade de passear lá, mas questão de alegria, afeto é muito mais o lado brasileiro.

Bernardo também teve uma experiência entre escolas brasileiras e japonesas, embora na escola japonesa tenha frequentado apenas o ensino infantil. Estudou dos cinco até os 15 anos na mesma escola brasileira no Japão e com 15 resolveu vir com o irmão para o Brasil para conhecer o país. Nesse período decidiu ficar no Brasil com o irmão mais velho e terminar o ensino médio aqui. Assim cursou até o primeiro ano do ensino médio no Japão e os dois últimos no Brasil, enquanto morava com a avó, o tio e o irmão.

Enquanto esteve no Brasil estudou em escola particular e relata que teve dificuldades no começo, achou mais *'puxado'* também do que a escola brasileira que frequentava no Japão, mas conseguiu acompanhar. Ao terminar o ensino médio fez um vestibular para a USP, mas diz que só para ver como era porque já pretendia voltar para o Japão. Voltou sozinho para o Japão com 17 anos, reencontrou a família e começou a trabalhar, mas em pouco tempo fez um teste para jogar futebol e passou a viver separado de novo da família, no Japão, agora com o time de futebol. Jogou futebol no Japão por cerca de quatro anos, nesse meio tempo a família voltou para o Brasil. Bernardo saiu do futebol e começou a trabalhar em fábrica e depois de um ano e meio voltou para o Brasil para reencontrar a família.

Estes jovens também estavam formados ou em formação de nível superior no Brasil no período das entrevistas. Bernardo retornou ao Brasil com 23 anos de idade e começou a trabalhar no comércio da família, estava cursando uma faculdade particular na área de Educação Física. Bianca que retornou com 14 anos de idade terminou o ensino médio em colégio particular no Brasil e em seguida entrou em uma faculdade particular em Administração de Empresas, estava trabalhando há três anos em uma rede de banco japonês. Patrícia retornou com 16 anos, terminou os estudos por supletivo ao completar 18 anos e cursou História em uma universidade federal, trabalhava como técnica em arqueologia no período das entrevistas. Estas transições entre Japão, Brasil, escola e trabalho também foram bastante turbulentas e *difíceis*, segundo a percepção dos próprios jovens.

Antes de entrar nas trajetórias educacionais dos jovens que estudaram em escolas japonesas, vale ressaltar um dado que surgiu também durante a pesquisa de campo e que não era esperado quando iniciamos as entrevistas. Imaginamos trajetórias escolares das crianças e jovens no Japão entre o sistema de ensino japonês e o brasileiro, mas não imaginávamos que a experiência de terem vindo estudar também no Brasil fosse se apresentar tão comum. Assim, para além das experiências diversas no Japão entre os sistemas de ensino existentes lá, houve também vivências variadas durante a trajetória migratória destes jovens entre os sistemas de ensino no Brasil, em escolas públicas e privadas, em diferentes fases da vida.

Essa extensão espacial da trajetória educacional entre Japão e Brasil também implicou para os jovens em novas separações familiares e convívios com parentes próximos, como avós e tios. As redes familiares de solidariedade seguiram operando mesmo entre os dois países tão distantes, nos cuidados das crianças e assegurando o acesso à educação, valor maior na cultura japonesa. Parece haver aqui também um tipo de configuração familiar específica em processos migratórios, uma família estendida transnacional. Se antes da emigração o projeto era reunir a família, reencontrar com o pai que na maior parte dos casos emigrou primeiro, esta reunião se efetiva por algum tempo, mas logo há novas separações entre pais e filhos, ainda durante o projeto migratório familiar comum.

Mesmo Ana e Patrícia que não voltaram ao Brasil durante o período que estiveram vivendo no Japão, ao retornar sem as famílias para seguir os estudos em nível superior no Brasil, passaram a viver por um tempo com seus avós e tios, respectivamente. Bernardo além de ter vivido com avós e tio durante o ensino médio no Brasil, quando deixou o time de futebol no Japão ficou morando com uma tia também, uma vez que seus pais já tinham retornado ao Brasil. Bianca viveu também com avós enquanto estudou no Brasil dos oito aos 11 anos de idade.

Entre os jovens que estudaram em escola japonesa essa experiência também foi encontrada. Marcia retornou com os pais para o Brasil aos 16 anos, e ao não se adaptar ao sistema de ensino brasileiro e nem ao Brasil, voltou para o Japão e passou a viver com uma prima mais velha, até terminar o ensino médio no Japão. Giulio teve uma temporada no Brasil onde pensou em prestar vestibular, enquanto morava com uma tia, não chegou a prestar e voltou para o Japão.

Escolas japonesas

A experiência compartilhada entre os jovens que estudaram em escolas japonesas passa por um forte **estranhamento** inicial. Este movimento ocorreu não apenas a partir deles próprios em relação ao novo universo escolar em que chegavam, mas também dos próprios japoneses, crianças e adolescentes que se deparavam com o **diferente**. Os relatos em relação à experiência na escola japonesa passaram por essas lembranças do choque do encontro entre crianças brasileiras e japonesas pela primeira vez.

Rose e Marcia que emigraram em 1991, bem no início do fluxo migratório de brasileiros no Japão contam que foram as primeiras brasileiras a chegar às suas respectivas escolas. Rose que emigrou aos oito anos de idade com os irmãos, indo reencontrar com os pais que já estavam no Japão, relata que eles foram os primeiros brasileiros a chegar na cidade. Relembra dessa sensação de que “*pareciam e.t.*”, pois iam pessoas de outras salas para vê-los quando entraram na escola, ela ficava um pouco incomodada com todo mundo olhando e falando sobre eles e ela não entendendo nada, diz que achava meio ‘*assustador*’.

Mesmo Anderson e Giulio, que também estudaram em escolas japonesas e chegaram ao Japão em 1997 e 1998 respectivamente, alguns anos depois de Rose e Marcia, sentiram o mesmo tipo de estranhamento. Todos que estudaram em escolas japonesas trouxeram à tona estas memórias do período inicial da escola inclusive dos primeiros dias, com riqueza de detalhes que parecem ter sido memórias marcantes. Anderson relembra o primeiro dia de aula, quando foi com o seu pai até a sala do diretor, que era até onde o pai poderia acompanhar, de lá Anderson seguiu sozinho para sua sala de aula, sem saber falar nada em japonês, com treze anos de idade, quando chegou à porta da sala e parou, ele relata:

Aí aquela cena, congela todo mundo assim né, aí cê vê alguns parado olhando pra sua cara com cara de assustado, aí outros cochichando dando risada, e outros tentando falar com você, se comunicar em inglês, e aquele desastre né (Anderson, estudou em escola japonesa dos 12 aos 16 anos de idade).

Diferente do vínculo forte de amizade que se formava nas escolas brasileiras entre

filhos de imigrantes, nas escolas japonesas essa relação era um pouco mais difícil. Anderson conta que teve a sorte de ter mais uma brasileira em sua sala, mas ela estava no Japão desde pequena e segundo ele, ela era “*totalmente nihonjin* [japonesa], *ela era japonesa mas falava português*”, então o ajudou bastante no começo em sua adaptação na escola. Ele se sentou com ela em dupla, que era como as crianças ficavam organizadas nas salas de aula, durante todo o primeiro ano do *chuukagu* (ensino fundamental).

Na mesma escola que Anderson estudava tinha cerca de mais dez crianças e adolescentes brasileiros que estavam na mesma situação que ele, recém-chegados do Brasil. Também tinham alguns outros que já estavam no Japão há mais tempo e não andavam mais com os brasileiros. Anderson considera a adaptação no começo ter sido bem ruim por seis meses, até quase um ano, quando aprendeu a falar japonês e então fez amizades com os japoneses e passou a andar só com eles. Tinha amizades com brasileiros também, mas tinha época que andava só com japoneses e em outra só com brasileiros.

Giulio que também emigrou em idade próxima e entrou na escola japonesa com 14 anos sentiu bastante dificuldades no começo. Tanto Anderson quanto Giulio já tinham a resistência anterior, pois não queriam ter ido para o Japão, ao chegar e encontrar estes tipos de dificuldades na escola relatam que foi bem difícil.

Nos primeiros três, quatro meses foi difícil, passei por uns bons momentos ruins na escola. [Tinha mais brasileiros?] Tinha dois, mas não queriam papo com a gente não, eram filhos de brasileiros que já estavam lá há muito tempo. Não gostavam do fato de serem brasileiros, serem diferentes, mas eles queriam ser japoneses, só japoneses, sem se misturar com brasileiros. Eu lembro que a gente se sentou numa salinha, e os professores apresentaram, e eles disseram que eles eram assim, que já estavam lá há muito tempo, e um olhou pro outro, baixou a cabeça, e aí pensei, ‘esses aí, não tem conversa não’ [...] lembro que a gente ficou na escola sem amparo (Giulio estudou em escola japonesa dos 14 aos 19 anos de idade).

Nas escolas japonesas o sistema rígido hierárquico e de pertencimento deixava o lugar do **diferente** bem marcado, ele era **de fora**, portanto estava excluído. Assim, as crianças e adolescentes brasileiras só se integravam ao sistema escolar japonês quando aprendiam a língua e com ela os códigos sociais daquele lugar. Nesse momento passavam a fazer amizades e aqueles que já estavam há muito tempo no Japão passavam a reivindicar para si este lugar de tão difícil conquista, rejeitando o passado brasileiro. A fala de Giulio reproduzida abaixo apresenta o peso que tem o termo *gaijin* para os japoneses e descendentes de japoneses ainda hoje e também a dificuldade de aceitação deste **estrangeiro** por parte dos japoneses. O Japão enquanto um país que se manteve por muito tempo fechado, mesmo em tempos de

globalização, parece manter os aspectos culturais bem demarcados em relação aos **de dentro** (*uchi*) os que são próximos e confiáveis; e os **de fora** (*soto*), **os estranhos**.

Com o tempo melhorou bastante, dava mais vontade de ir pra escola quando fiz alguns amigos, pouco amigos, tinha três ou quatro amigos só, de uma escola que tinha trezentos. Mas eram japoneses que olhavam pra mim como gente, não como estrangeiro nem gaijin nada. [...] os outros... algum meio que discriminavam, algum meio que... não era bem discriminação, não era isso, eles me olhavam como se fosse alguma coisa estranha, alguma coisa nova assim sabe, tipo... vendo diferente, olhavam pra mim assustados, não assim com desdém (Giulio).

Essa diferenciação era o motivo principal para a prática do *ijimê* sofrido nas escolas. O *ijimê* não era uma prática sofrida apenas pelos estrangeiros, os próprios japoneses dentro de seus sistemas de hierarquia das séries e idades também praticavam atos de *ijimê* contra aqueles considerados “mais fracos”, os mais velhos também exigiam dos mais novos e aos estrangeiros era pelo fato de serem **de fora**. Rose conta que sofreu no começo, mas que ela ‘*não deixava quieto*’ e ‘*ia para cima também dos japoneses*’, conta que chegou a agredir alguns meninos da escola que a importunavam pelo fato dela ser brasileira “*falavam, volta pro seu país, o que você tá fazendo aqui*”.

A experiência de Marcia na escola japonesa parece ter sido um pouco mais leve do que as demais relatadas pelos jovens entrevistados, sua escola se mobilizou para ajudar os dois únicos estrangeiros naquele momento, que eram ela e o primo. Nos primeiros três meses de adaptação o vice-diretor da escola oferecia aulas particulares de língua japonesa para eles em uma sala separada na escola. Ela relata que também fez amigos rapidamente na escola, vale lembrar que Marcia chegou ao Japão mais nova, com nove anos de idade, o que pode ter facilitado esta interação entre as crianças japonesas e brasileiras.

De um modo positivo, ela relata que eles eram “*atração do bairro*” justamente por serem **diferentes**, e todos os dias as crianças os chamavam para brincar. Ainda assim demorou cerca de um ano também para se integrar totalmente na escola e depois de ter aprendido a língua japonesa não teve mais dificuldades nas disciplinas. Marcia estudou até o final do ensino médio no Japão, com exceção de um ano que estudou no Brasil, quando voltou com seus pais, aos 16 anos, cursando o primeiro ano do ensino médio no Brasil.

Além da dificuldade de adaptação no ambiente e relações entre outros alunos e o sistema escolar japonês, também o aprendizado do idioma japonês e o currículo escolar foram experiências compartilhadas.

Nos estudos sim [teve dificuldades], porque pra começar a gente já chegou lá entrando na segunda série, e lá as crianças começam a ser alfabetizadas no pré, na primeira já começam os kanjis [ideogramas japoneses], na segunda já estávamos

bem atrasados. Então nunca conseguimos chegar no nível deles. Até hoje tô pensando aqui (Rose, estudou em escola japonesa dos oito aos 17 anos de idade)

Para Rose e Marcia que entraram na escola japonesa ainda nos primeiros anos do ensino fundamental foi possível acompanhar o conteúdo curricular depois de um tempo. Já Anderson e Giulio que chegaram em idades mais avançadas e também encontrando conteúdos curriculares mais complexos, o aprendizado inicial se deu mais em relação ao idioma japonês propriamente, do que às matérias cursadas. Giulio que terminou até o ensino médio no Japão conseguiu se apropriar mais dos conteúdos curriculares, Anderson que depois de terminar o ginásio saiu da escola e foi trabalhar em fábricas brasileiras, considera que só tenha aprendido mesmo o idioma japonês na escola.

Dos jovens entrevistados para esta pesquisa Rose era a única que não tinha ou estava cursando o ensino superior no Brasil. Ela terminou o ensino médio na escola japonesa e já ingressou no mercado de trabalho nas fábricas japonesas com outros brasileiros. Seu objetivo era ganhar dinheiro, pois pretendia fazer um intercâmbio para os Estados Unidos ou Canadá, não pensava em retornar ao Brasil, pois morava há 11 anos no Japão e sua família estava toda lá. Seu retorno foi motivado pela esfera dos relacionamentos e família, mais do que trabalho e estudos, como foi o mais comum entre os outros jovens entrevistados. Na última fábrica em que trabalhou no Japão ela conheceu o atual marido, começaram a namorar e em pouco tempo começaram a fazer planos de ter filhos, e logo engravidou. Nessa época retornou ao Brasil para ter o primeiro filho e viver com o marido, que tinha planos de viver no Brasil. Se casaram e na época da entrevista estavam juntos há 11 anos e tiveram mais uma filha. No período das entrevistas para esta pesquisa Rose trabalhava na assessoria cultural do Consulado Geral do Japão em São Paulo, na recepção da biblioteca pública japonesa e também executava trabalhos administrativos, utilizando do conhecimento da língua japonesa adquirido no Japão.

Marcia retornou ao Brasil com 19 anos, depois de ter finalizado o ensino médio em escola japonesa, teve uma adaptação muito difícil no Brasil e foi para a Espanha com uma prima, morou por um ano na Espanha, quando voltou cursou Ciências Sociais com 22 anos em uma universidade pública do Paraná (UEL) e no período da pesquisa fazia mestrado em Sociologia na Unicamp. Anderson retornou ao Brasil aos 18 anos e terminou o ensino médio por meio de supletivo aos 20. Fez faculdade de arquitetura em uma faculdade particular que ele trabalhava para poder pagar, se formou em sete anos; considera que teve muita dificuldade nos estudos por conta de ter estudado no Japão durante sua formação. No período das

entrevistas Anderson trabalhava em um escritório de arquitetura, sua área de formação superior.

Giulio que também terminou o ensino médio no Japão trabalhou em fabricas depois de sair da escola e retornou ao Brasil com 20 anos de idade, comenta que nessa época tentou fazer curso pré-vestibular para ver como seria entrar em uma faculdade no Brasil.

Mas vi que não ia dar muito certo, porque o que eu tinha que ter estudado de física e química, eu não estudei no Japão, percebi que não ia ter base pra fazer vestibular naquela época, acabei desistindo e voltei pro Japão (Giulio).

A dificuldade de continuidade nos estudos estimulou mais uma etapa migratória. Nesse período voltou a trabalhar em fábricas japonesas em trabalhos não qualificados. Sobre essa situação comenta: *“Fui pro fluxo de brasileiros mais porque não tinha um objetivo traçado na vida. Tipo vou fazer isso enquanto não sei o que quero fazer da vida”*.

Do Japão Giulio viajou para a Europa e viveu lá por quatro meses por conta de um relacionamento afetivo, depois retornou ao Japão e posteriormente ao Brasil com 26 anos de idade. No período das entrevistas estava cursando a graduação em Ciências Sociais na Unicamp e trabalhando em estágio. Tinha tido uma experiência de trabalho no Brasil logo que retornou, em uma empresa que o contratou para consultoria também por conta de ter o domínio do idioma japonês.

6.3 Sobreposições de escola e trabalho entre Japão e Brasil

Apresentamos as trajetórias educacionais dos jovens migrantes a partir do tipo de escola que estudaram entre Japão e Brasil. As experiências dos jovens se mostraram bastante fragmentadas do ponto de vista de uma formação curricular e continuidade dos estudos, no Japão ou no Brasil. Para os jovens que estudaram a vida toda em escolas japonesas (Giulio, Marcia, Anderson e Rose), quando questionados por que não tentaram o ensino superior no Japão, as respostas variaram desde a condição financeira: *“faculdade lá não... sem condições, ninguém tem dinheiro pra pagar faculdade lá”* (Giulio), até uma indefinição pessoal até o momento da entrevista.

Não, não sei, tem coisas que não sei, nem tentei... quando todo mundo começou a pensar no vestibular, pesquisar, não sei, alguma coisa dentro de mim, apesar de eu ter adorado o Japão, não sei, falou que era hora de voltar, mesmo eu tendo sofrido muito quando voltei [para o Brasil] (Marcia, estudou em escola japonesa).

Quando Marcia terminou o ensino médio no Japão estava vivendo com uma prima, seus pais já estavam no Brasil. No decorrer da entrevista ela comenta ao final que se os

pais tivessem no Japão talvez ela tivesse tentado fazer faculdade lá. Anderson tinha em mente voltar para o Brasil assim que fizesse 18 anos de idade, como emigrou contrariado já tinha este objetivo desde o início de seu processo migratório. Rose ao terminar o ensino médio japonês foi trabalhar para tentar viajar para outros países, o encontro com o atual marido mudou radicalmente seus planos, podendo ser considerado um *turning point* em sua vida. Deste encontro ela retornou ao Brasil, teve o primeiro filho, se casou e saiu da casa dos pais em um único momento. Vários eventos da transição para a vida adulta foram vividos de forma concentrada por ela.

Para os jovens que estudaram em escolas brasileiras a continuidade dos estudos no Japão era vista como algo quase impossível, embora alguns deles tivessem aprendido a língua japonesa durante sua estada no país. Sabiam que o mínimo exigido para entrar em uma universidade japonesa estava muito além de suas formações. Suas possibilidades de seguir estudando estavam em retornar ao Brasil e tentar se adaptar aqui.

[Pensou em fazer faculdade no Japão?]

Eu não pensei não, falei, 'já não falo japonês... como é que eu vou concorrer... com um nativo? Pra entrar no vestibular... com que conhecimento? Eu não tenho embasamento teórico algum assim, como é que eu ia prestar vestibular lá assim?' Eu só tinha uma opção: voltar ao Brasil e correr atrás do prejuízo, ponto (Ana, estudou apenas em escola brasileira no Japão).

O ensino superior em língua portuguesa estava começando a ser oferecido no Japão quando Camila decidiu retornar ao Brasil, ela comenta que não pensou em fazer faculdade lá porque estas instituições de ensino superior só começaram a ter reconhecimento do MEC no ano em que ela voltou, em 2008. Eram faculdades com poucos cursos, presenciais e à distância, implementados pelos mesmos administradores da escola brasileira de ensino fundamental e médio em que ela estudou.

A falta de perspectiva futura do ponto de vista de formação educacional no Japão, aliada às rotinas cansativas de trabalho foram motivações fortes para que os jovens retornassem ao Brasil ao final da adolescência. Uma forte valorização aos estudos e uma rejeição aos trabalhos de fábrica na condição de *dekasseguis* foram pontos comuns entre todos os jovens entrevistados. Essa rejeição não partia apenas da consciência da falta de perspectiva de crescimento pessoal e profissional neste tipo de trabalho. A maior parte dos jovens, ainda em idades bem jovens, a partir dos 14 anos, começaram a ter experiências de trabalho no Japão. Já sabiam das rotinas intensas de trabalho vividas por seus pais, mas também viveram **na pele** trabalhos pesados, com rotinas extenuantes e às vezes sujos e cansativos.

De todos os entrevistados apenas Ana e Bianca não trabalharam enquanto ainda viviam no Japão. Os outros jovens todos tiveram experiências de trabalho desde muito cedo, enquanto ainda frequentavam a escola no Japão. Bianca não trabalhou no Japão porque voltou com 14 anos, ela foi a que voltou mais jovem, mas aqui retomou os estudos e começou a trabalhar com 16 anos no esquema de jovem aprendiz. Ana ao terminar os estudos no Japão e na indeterminação sobre o futuro teve uma experiência diferente dos outros jovens, seu pai que buscou sempre manter um padrão de conforto para a família, ofereceu a ela que fosse viajar para decidir o que gostaria de fazer no futuro.

[Depois que terminou os estudos] *daí eu não sabia o que fazer (risos) ...aquela velha coisa né... o que eu faço da minha vida? Porquê... o Japão ele te abre as portas pra algumas coisas, mas ele te limita também né, você não consegue ir além daquilo, então eu precisava voltar pra cá e estudar, mas eu não sabia o que eu ia fazer, então meu pai me disse: 'então vai viajar, vai conhecer o mundo, quem sabe você não... conhecendo várias pessoas, conhece histórias diferentes... e se interessa por alguma coisa'... Então eu passei seis meses viajando, e eu cheguei aqui em julho (Ana).*

Os pais de Ana que trabalhavam em fábrica bancaram financeiramente a viagem para Hong Kong, Taipei, Nova Zelândia onde ela foi para passear e na Austrália onde fez intercambio e foi estudar inglês. Ana teve o primeiro trabalho aos 18 anos no Brasil, época em que voltou, morava com os avós e estudava em curso pré-vestibular para entrar em alguma faculdade pública. O retorno ao Brasil para a maior parte dos jovens coincidiu com a saída da casa dos pais, num processo de separação familiar que, do ponto de vista da transição para a vida adulta é um dos eventos mais significativos para a percepção das próprias responsabilidades. A saída da casa dos pais, o primeiro trabalho e o retorno ao Brasil também foram eventos que aconteceram de forma concentrada para Ana, marcando também o retorno migratório como um *turning point* em sua vida.

Sai de casa é daqui pra frente. Daqui pra frente vou me bancar, daqui pra frente vou fazer minhas coisas, levar a vida do meu jeito. Então eu cheguei aqui eu fazia cursinho, mas fui trabalhar, arranjei uns bicos de garçonete, enfim... (Ana).

Entretanto, entre os jovens migrantes essa saída da casa dos pais apresenta duas características específicas. Eles saem da casa dos pais e vão morar do outro lado do mundo, situação em que não se pode realmente contar com a presença dos pais em alguma situação de necessidade, é uma saída radical. Por outro lado, esta saída nem sempre é um projeto de emancipação em que o jovem passa a se sustentar sozinho, construindo sua própria vida e se tornando mais independente da família. A maioria dos jovens que retornaram sem os pais vieram morar pelo menos no período inicial com parentes, avós ou tios. Além disso, os pais

seguiram ajudando financeiramente os filhos no Brasil, custeando a continuidade dos estudos e a manutenção de suas vidas aqui, ainda que os jovens também trabalhassem para cobrir parte destes custos.

Não vejo meu pai desde 2007, [...] agora com facebook, essas coisas, parece que eles moram tipo no interior e eu tô aqui e eu não consigo ir pra casa deles porque não tenho tempo, parece isso. Mas os primeiros anos sem toda essa tecnologia foi... arrastando assim, tinha hora que eu chorava sozinha... 'ai meu Deus... meus pais, se eles tivessem aqui eu não taria passando por isso' [imita voz de choro, depois ri] (Patrícia).

O início das trajetórias laborais entre os jovens migrantes passou por três tipos de inserção no mercado de trabalho, todos, porém em idades jovens e enquanto ainda estudavam. Um primeiro tipo de inserção no mercado de trabalho foi a partir de *arubaito* no Japão. *Arubaito* é um tipo de trabalho realizado em período parcial, sem contrato de horários fixos e que podem ser realizados como chamamos no Brasil de “bicos”. Principalmente os jovens que estudaram em escolas japonesas iniciaram sua trajetória laboral realizando *arubaito* em lojas ou mercados japoneses. Alguns eram apenas de finais de semana, outros em contra turno da escola.

Fiquei dois anos cadastrada numa empresa terceirizada que só trabalhava de sábado e domingo, então era bem fácil de ganhar dinheiro. Eu ligava até quinta-feira, e perguntava se tinha trabalho pra sábado e domingo. Então eu era aquelas meninas que iam no mercado oferecer amostra, tipo de chocolates que estão lançando, essas coisas (Marcia, estudou em escola japonesa até o final do ensino médio, começou a trabalhar com 17 anos no Japão).

Outro tipo de inserção laboral no Japão foi a partir das fábricas, nicho onde mais se concentravam brasileiros e a língua japonesa não era pré-requisito essencial. Este tipo de inserção foi mais comum entre os jovens que estudaram em escolas brasileiras. Danilo, Giulio, Anderson, Patrícia e Bernardo tiveram experiência de trabalho em fábricas japonesas com outros brasileiros. Todos relatam sobre a dificuldade da rotina, o cansaço do tipo de trabalho e a alta cobrança de comprometimento e responsabilidade no mundo do trabalho no Japão.

*Eu fazia... notebooks... fazia notebooks! (pfff risos), quem me dera fazia notebooks... apertava os parafusos cara, da bateria do vídeo do coiso do coiso né... (risos). E foi quando eu tive contato com os brasileiros **hardwork**, os caras que... os **dekassegui fudido mesmo sabe**. E os caras me zoavam né, me zoavam na boa né, eu dava risada: 'o menino virgem que nunca trabalhou', e eu obedecia todo mundo cara... [...]*

*então, eu sou meio assim cara... até hoje, até hoje eu sou assim, **se me comprometi eu vou**. Eu via que o cara do meu lado falava assim 'eu não posso fazer' [hora extra] e eu pensava assim 'amigo tem que entregar duzentos e cinquenta milhões de laptop*

velho! [você ficava preocupado com a fábrica?] *Não sei se eu ficava preocupado com a fábrica, mas assim o cara chegou e falou assim 'você está trabalhando, você tem que fazer duzentos e cin...sabe? Qualquer coisa... bom, então tenho que fazer! Sabe? Eu não era... eu era ingênuo sabe? Isso é muito coisa de japonês, comecei a descobrir que eu era muito japa quando comecei a trabalhar aqui no Brasil.* (Danilo, estudou em escola brasileira e começou a trabalhar em fábrica aos 17 anos no Japão).

O terceiro tipo de trabalho realizado nesse movimento entre escola e trabalho e Brasil e Japão foi em trabalhos informais ou estágios no Brasil. Muitos jovens ao retornar trabalharam em lojas, shopping, cafeteria, restaurante, estágios da faculdade enquanto ainda estudavam ou no curso pré-vestibular ou já nos primeiros anos da faculdade no Brasil. Como primeiro trabalho quem teve essa experiência foi Ana que trabalhava em um restaurante e Bianca que trabalhou como jovem aprendiz no fórum de sua cidade.

[Como foi a experiência do **primeiro trabalho**?]

*De garçonele né, então, era um restaurante que eu amava, vegetariano, eu fui vegetariana até os 18 anos desde criança. [...] eu era cliente nesse restaurante e pedi emprego, os patrões me amavam, sabe aquela coisa... de primeiro emprego... eu super novata assim, e aí **tinha uma coisa que eu aprendi no Japão de ser muito polida, muito formal, então os clientes gostavam disso** [...] então eu comecei a ganhar gorjeta, e pensava, nossa ganho pouco, mas o que eu ganho de gorjeta tá ótimo (Ana estudou em escola japonesa, primeiro trabalho aos 18 anos no Brasil).*

Do ponto de vista da transição para a vida adulta, estas experiências de saída da casa dos pais, viver no Brasil “sozinhos” e começar a trabalhar, representam eventos que marcam o processo de início da transição. Entretanto, estes eventos são vividos de uma forma peculiar pelo próprio contexto migratório transnacional. Os jovens não saíram de casa necessariamente porque atingiram sua independência financeira, esta saída está de certa forma vinculada à um projeto familiar de garantir a finalização dos estudos dos filhos até o nível superior de ensino. Ainda que o desejo de fazer uma faculdade ou continuar os estudos no Brasil tenha partido muitas vezes dos próprios jovens, o projeto foi apoiado pelos pais que seguiram sustentando financeiramente os filhos no Brasil por vários anos após essa saída de casa.

Os eventos das trajetórias educacionais e laborais se apresentaram bastante imbricados também com as idas e vindas entre Brasil e Japão. Estas trajetórias do início da vida adulta apresentaram forte **despadronização** dos eventos e uma alta **reversibilidade** entre entradas e saídas dos sistemas educacionais e mercados de trabalho, japonês e brasileiro.

Foi nesta fase da vida também que os adolescentes iniciaram suas vidas afetivas e amorosas entre Brasil e Japão. Mas diante de um cenário que se apresentava sem perspectiva de futuro certo, **sem chão** e nas idades em que essas experiências ocorreram enquanto ainda

estavam no Japão, os jovens relataram que tiveram apenas casos que não levaram a sério como compromissos. Apenas Rose que se comprometeu afetivamente e acabou dessa forma atravessando esse retorno e os eventos da transição para a vida adulta concentrada a partir da esfera familiar. Giulio também teve uma experiência afetiva que considerou séria e foi na verdade sua primeira entrada em união, quando namorou uma pessoa que vivia na Europa e ele se mudou para lá e viveu com ela por quatro meses. A relação se sustentou a distância por um tempo, depois se separaram e Giulio retornou ao Japão e depois ao Brasil.

Embora a trajetória educacional tenha se apresentado como um período bastante difícil nas vidas jovens, a trajetória laboral, ao contrário se mostrou com certa facilidade no sentido de conseguir se inserir no mercado de trabalho, tanto no Japão quanto no Brasil. A formação bilíngue da maioria dos jovens, mesmo aqueles que estudaram em escolas brasileiras e dominavam o idioma japonês e a experiência de ter vivido em outro país foram pontos que facilitaram aos jovens se inserir no mercado de trabalho.

Na esfera familiar e afetiva, as relações entre a família de origem foram bastante marcadas por separações e reencontros, e também por uma rede ampliada familiar que se estendia entre os dois países aos extremos do globo. Essa indefinição espacial e de futuro, **suspensão** vivida pelos jovens desde a infância, adolescência e início da fase adulta influenciou para que as entradas em relações afetivas amorosas mais comprometidas fossem adiadas.

No capítulo seguinte apresentamos as tentativas de **pouso** dos jovens migrantes em busca de **terra firme, no Brasil**. Além do retorno migratório, abordamos também as experiências no processo de transição para a vida adulta de todos os jovens que compõe o campo desta pesquisa, tanto os filhos de migrantes quanto os que não tiveram a migração na infância e cresceram no Brasil.

CAPÍTULO 7 – TRANS/MIGRANDO PARA A VIDA ADULTA

Este capítulo reflete sobre as experiências do retorno ao Brasil e as adaptações em solo brasileiro no caminho para a vida adulta. Apresenta-se assim, como um eixo de transição entre as histórias do passado e o presente dos jovens. Não se trata apenas de um eixo que organiza a apresentação e transição do texto **entre os tempos**, mas representa também a transição dos próprios jovens de **um lugar a outro**. Além do lugar físico e espacial, como é explícito entre a viagem do Japão ao Brasil, este movimento representou a mudança de **um lugar de percepção espaço-temporal**. Este retorno para o Brasil pode ser visto como uma tentativa de **pousar** em solo seguro por um tempo sem limite, depois de anos vivendo suas vidas em certa **suspensão** migratória.

7.1 Pousando com turbulência: há terra firme no Brasil?

Ao analisar o conjunto das entrevistas e as trajetórias dos jovens até o momento em que decidem voltar para o Brasil encontramos um movimento que se mostrou bem comum a todos: a experiência do retorno foi realizada enquanto uma busca por **crescimento**, pessoal e profissional. Nesse sentido, podemos dizer que esta **etapa migratória** com objetivos de permanecer no Brasil, estudar e trabalhar, pode ser vista como levantamos em hipótese anterior, enquanto **um dos eventos que marcam a transição para a vida adulta**. Além de mais um evento, o retorno para o Brasil por si só já poderia ser considerado também como um *turning point*, pois altera drasticamente a direção do curso de vida dos jovens. Para além disso, o retorno segue combinado também com outros eventos que marcam a transição, se tornando um momento crucial na vida dos jovens do ponto de vista da transição para a vida adulta.

Nossa amostra representa os jovens que decidiram voltar para o Brasil e que estavam vivendo no país no período das entrevistas. Os resultados apresentados explicam as motivações e comportamentos deste grupo específico, que apesar das dificuldades de adaptação decidiram permanecer no Brasil e tentar suas vidas aqui. Soubemos pelos próprios jovens entrevistados que muitos amigos, conhecidos e mesmo irmãos de idades próximas que também voltaram para o Brasil não conseguiram se adaptar e retornaram ao Japão. Dessa forma estamos tratando aqui das vidas dos jovens que ultrapassaram as dificuldades iniciais e se estabeleceram no Brasil, eles acabam de certa forma **rompendo com a condição de imigrante** que os formou desde a infância, pelo menos por um tempo.

Isto não significa, entretanto, que os jovens irão permanecer no Brasil e não retornarão mais ao Japão. Como um dos entrevistados relatou, para quem já viveu no Japão este será sempre o ‘*Plano B*’. Mas o que foi de fato relatado como perspectiva de futuro por todos os jovens entrevistados foi a vontade de ‘*fazer a vida acontecer de verdade no Brasil ou algum outro país*’. A motivação mais comum para o retorno e a permanência no Brasil foi a rejeição ao tipo de mercado de trabalho reservado para os imigrantes brasileiros no Japão. Os jovens quando retornaram estavam terminando ou tinham terminado a idade escolar e começariam a trabalhar. Muitos de fato começaram a trabalhar em fábricas, ainda no Japão, e tinham certeza de que não queriam aquele futuro para si mesmos. Mesmo quem não rejeitava o tipo de trabalho, como caso de Camila, não desejava para si os limites do mercado de trabalho para imigrantes no Japão.

A não ser assim, exceções mínimas, brasileiro trabalha em fábrica. Todos os brasileiros que eu conheci trabalhavam em fabricas, a não ser esses que foram criados em escola japonesa aí foram pra faculdade japonesa e entraram em algum tipo de empresa, o resto é tudo fábrica. E apesar de eu gostar de trabalhar em fábrica, que eu gostava de trabalhar em fabrica assim, serviço manual, não tem pra onde crescer, sei lá cê vai virar o que, sei lá?, tantosha né, que eles falam, que é o chefe da sessão. Mas é de uma fábrica (Camila, estudou em escola brasileira, trabalha como secretária executiva no Brasil).

E se a gente continuasse lá o nosso destino ia ser fábrica né! [...] eu me baseio hoje, eu vejo isso né, a maioria dos meus amigos que ficaram no Japão... trabalham em fabrica... (Bianca, estudou em escolas japonesas e brasileiras e trabalha em um banco japonês e é executiva de marketing).

Além de Camila outros jovens também mencionaram este termo sobre ‘*não ter para onde crescer*’ vivendo no Japão como imigrantes. Ao mesmo tempo também não sabiam quem queriam ser em relação à profissão, por exemplo. O tempo de adaptação no Brasil passou por estes momentos de se sentirem ‘*perdidos*’ e ‘*atrasados*’.

Não sei se é por isso [pela migração], mas entrei na universidade tarde...esses períodos eu não gostaria de voltar, porque, demorou até uns dois, três anos até eu realmente encontrar assim um rumo, então eu acho que ... foi muito tempo, foram dois três anos, que talvez... não sei se é negativo, porque talvez uma pessoa que não tivesse migrado com 18 já taria na faculdade, nem pensaria nisso né...mas, teve esse período, que foi muito ruim assim. (Marcia, viveu dos 9 aos 21 anos no Japão, entrou na universidade no Brasil com 23 anos fez Ciências Sociais).

[No retorno, quais foram as maiores dificuldades?]

É assim, eu não passava na faculdade... nem procurava emprego também né, não precisava, mas assim, aquela coisa de tá perdido sabe mesmo assim sabe, ah na faculdade de jornalismo, eu não fiz um amigo lá, eu não fiz um amigo. Eu não sabia cara... não entendia...era um bando de playboy, que eu nem queria ser amigo mesmo... um bando de patricinha... mas hoje, eu tenho amigo playboy e patricinha, porque eu sei lidar... com eles, eu entendo as diferenças, e na época não, porque eu não conseguia, eu não conseguia... E eu ficava falando que é porque ‘não, eu que sou tímido, sou tímido’, mas não é... era insegurança, de chegar, tá numa

roda...e...'será que eu falo isso?... não não... deixa...' e aí acaba não falando nada, e aí se acaba se isolando né.

[E sobre aquela sensação que disse de se sentir atrasado, foi nesse período?]

Sim, essa era a sensação de atrasado! (Danilo, emigrou com 12 e voltou com 18 anos ao Brasil, retornou com os pais e morou com eles até entrar na segunda faculdade, iniciou jornalismo que não terminou e depois se formou em Ciências Sociais).

O que pudemos observar nestes relatos é que a forte valorização aos estudos e ao trabalho foram uma tônica que definiu este grupo. Talvez por esta valorização também a preocupação em se sentirem ‘*atrasados*’ em relação aos jovens que não emigraram. Podemos considerar que **a migração afeta o timing** da transição para a vida adulta, não apenas do ponto de vista objetivo das idades, como o caso de Marcia, mas também de forma subjetiva como o caso de Danilo, ao **se sentir** atrasado em relação aos outros jovens, ainda que tivessem as mesmas idades.

Dos dez jovens entrevistados que emigraram na infância apenas Rose não tinha ensino superior completo ou em andamento, esta jovem inclusive foi a única que retornou ao Brasil influenciada pela formação familiar, gravidez e união. Este caso específico de Rose nos abriu o olhar para este outro caminho de transição para a vida adulta, que não foi comum entre os jovens entrevistados aqui, no Brasil a maioria não tinha filhos nem estavam unidos conjugalmente. Entretanto, dos casos relatados de irmãos, primos e colegas na mesma faixa etária que ficaram no Japão, muitos tinham tido filhos e também eram casados.

Não temos, de fato, dados suficientes para afirmar a respeito dos jovens que seguiram suas transições para a vida adulta no Japão. Entretanto poderíamos levantar uma hipótese a partir dos relatos compartilhados, de que as transições para a vida adulta dos jovens que permaneceram no Japão poderiam se consolidar principalmente a partir da formação familiar. Uma vez que a entrada no mercado de trabalho imigrante parece não “legitimar” de alguma forma este lugar de ‘*crecimento*’ dos jovens, a formação de família poderia ser o evento ritual que marcaria a passagem dos jovens, do outro lado. Deixamos aqui apenas a reflexão e sugestões para pesquisas futuras.

Voltando ao grupo entrevistado, as maiores dificuldades relatadas de adaptação no Brasil do ponto de vista interpessoal estiveram relacionadas à **separação da família** e do **ambiente** já conhecido e seguro **no Japão**. Houve grande dificuldade de se ambientar, se reconhecer como parte no Brasil e uma ‘*solidão*’ decorrente dessas situações. Nesse sentido o **medo** foi um tema recorrente nos relatos sobre a chegada no Brasil, tanto medo do ambiente reconhecido como mais perigoso e violento do que o Japão, quanto a insegurança pessoal.

Os jovens ainda que tivessem vivido parte de suas vidas no Brasil na infância, não reconheciam mais os códigos sociais de comportamento e sociabilidade, se sentiam inseguros em se expor e circular livremente pelo Brasil. Do ponto de vista individual os desafios estiveram ligados à dificuldade de seguir os estudos e organização de rotinas cansativas, combinando trabalho e estudo em um ambiente em que se sentiam de certa forma estranhos, **estrangeiros**.

Quando eu saí do aeroporto eu [pensei] 'ai tô sozinha', e daí fiquei tipo um mês chorando... eu tinha medo de sair de casa, medo de ser assaltada, não sabia andar de ônibus, na época que eu fui era fichinha o ônibus, não era bilhete único, nada dessas coisas, morria de medo, morria (Patrícia, viveu dos 10 aos 16 anos no Japão, estudou em escolas brasileira e japonesa, no retorno viveu primeiramente na casa de uma tia)

Eu acho que os primeiros cinco anos aqui foram bem difíceis, terríveis, porque... eu saí [do Japão] em um momento que a gente tava muito apegado e aí eu vim pra cá... e eu fiquei sozinha né... (Ana, emigrou com 13 e retornou com 18 anos ao Brasil, no retorno ficou na casa dos avós).

La ficar seis meses parado [sem estudar] porque eu não ia fazer vestibular, eu ainda tava na adaptação, eu tava... tava foda pra mim o Brasil... tava difícil pô... [...] Aí quando voltei pro Brasil, virei pra dentro de novo [sozinho, da mesma forma que ficou quando chegou no Japão], ficava na sala de novo. (Danilo, emigrou com 12 e voltou com 18 anos ao Brasil, estava há 9 anos no Brasil no período da entrevista).

Ana viveu por cinco anos no Japão e quando retornou considera que os primeiros cinco anos no Brasil foram bem difíceis. O mesmo tempo que viveu fora foi o tempo que demorou para se readaptar, e ainda não considerava que estava totalmente adaptada no período da entrevista, quando já estava há oito anos vivendo direto no Brasil. ‘Perdido’, ‘isolado’, ‘sozinho’ foram termos que surgiram para descrever a fase de (re)adaptação no Brasil, não muito diferente das experiências que viveram quando chegaram ao Japão. Talvez uma grande dificuldade também tenha sido a quebra das expectativas. O retorno pressupõe sempre a volta para um lugar conhecido, familiar e no caso destes jovens eles se sentiam novamente como **estrangeiros**, mas agora em seu próprio país.

Era essa adaptação de mentalidade, eu lembro também que eu esperava os caras agradecerem, isso também né, é bobagem [...]. É meio que bobagem, mas você tava condicionado a isso né cara, então é adaptar sua mentalidade, é adaptação mesmo né, sua postura... de como você fala, de como você se comunica né... essa foi minha maior dificuldade (Danilo, emigrou com 12 e voltou com 18 anos ao Brasil, estava há 9 anos no Brasil no período da entrevista).

O jeito que eu sou aqui é muito da cultura japonesa, eu não assimilei a cultura brasileira assim, de jeitinho brasileiro, eu não tenho isso [...] é como assim, se você não pertencesse a esse lugar. Eu gosto de estar aqui, mas tem coisa que eu não aceito que eles... como eles agem sabe... porque eu tô acostumada com a cultura japonesa... do certo, do honesto assim, então tem muita coisa aqui que me irrita sabe, do jeitinho de lidar, a esperteza, tirar vantagem de tudo... com isso eu não me

acostumei ainda não, e eu acho que não vou me acostumar (Camila, viveu no Japão dos seis aos 18 anos de idade, estudou em escola brasileira no Japão e estava há 6 anos no Brasil no período da entrevista).

[Qual foi a maior dificuldade no retorno?]

Acho que a cultura né, cultural, parte cultural. Não, não de costume, de comer, questão assim de comer... Questão de ser perigoso, essas coisas assim, eu fiquei mal... [...]Mas acho que mais a questão cultural assim, os val... não valores, mas eu era acostumada a me relacionar com japoneses, e ter que me relacionar com brasileiro assim, assuntos que falam, jeito de se expressar... jeito de, de amizade, acho que mais essa parte subjetiva, mais relacionamentos mesmo. (Marcia, viveu no Japão dos nove aos 21 anos, estudou em escolas japonesas, estava há 10 anos no Brasil).

A forma como Camila se refere aos brasileiros como “*eles*” sem se incluir e também o relato de Marcia mostra que de fato os jovens se sentem como estrangeiros no próprio país. Sendo estrangeiros no Japão e também no Brasil, consideramos que a formação desta geração que **cresce fora** acaba por ter que aprender outras formas de se desenvolver nos lugares em que se encontram. As **identidades culturais híbridas** (HALL, 2002) parecem ser a forma como mobilizam os recursos para seguir vivendo entre os mundos. Embora os jovens estivessem vivendo no Brasil no período da entrevista, havia entre a maioria um desejo de viajar para viver em outros países, mas não para o Japão. Por conhecer a realidade de imigrante no Japão já não haveria uma idealização de que pudessem **crescer** naquele contexto. Talvez a dificuldade de adaptação e a quebra de expectativas do que seria o retorno ao Brasil faça com que os jovens sigam projetando **seus lugares em outros lugares**.

Pensei [em voltar para o Japão], pensei várias vezes, eu falei ‘ai não aguento essa vida aqui não, muito sozinha, as pessoas são meio esquisitas aqui, os meus amigos são os mesmos do Japão’. Senti bastante dificuldade de adaptação, não que eu me sintia super adaptada aqui ainda, mas às vezes eu penso falar ‘ai queria voltar pra lá [pro Japão]... não voltar pra lá, mas sair daqui de novo sabe...’ (Ana, viveu dos 13 aos 18 anos no Japão, estudou em escola brasileira estava há 8 anos no Brasil).

Ah sim, eu pretendo ficar aqui uns anos, mas depois eu até pretendo morar assim em outro país, não precisa ser especificamente lá [no Japão], mas pode ser em outro país (Bernardo, viveu de 1 ano até os 23 no Japão, estudou em escolas japonesas e brasileiras, estava há 2 anos no Brasil).

Eu ainda gosto muito do Japão. Se chegassem pra mim e falasse, você pode escolher, onde você quer morar, eu falaria Japão, porque eu me identifico com tudo lá, com a cultura, com a comida, os lugares, a segurança, comodidade, tudo. Mas eu sei que lá não tem espaço pra mim, assim, crescer profissionalmente, a não ser que eu comece do zero, então pensando no meu futuro eu escolho Brasil, mas se pensasse no presente assim, o que você quer agora, eu escolheria Japão.
[Mas você consegue viver bem aqui? Você se adaptou bem?]

É então, eu não fico pensando nisso não que se parar pra pensar e vou entrar em depressão, então eu me acostumei aqui. Hoje não... não tenho o que reclamar assim (Camila, viveu no Japão dos seis aos 18 anos de idade, estudou em escola brasileira no Japão).

No período da entrevista Camila estava vivendo no Brasil há seis anos, ainda assim sentia que se pensasse muito sobre voltar ou não para o Japão ficaria deprimida. É possível observar um conflito entre desejos e afeições no presente e projetos profissionais futuros. Os jovens que compuseram o grupo desta pesquisa viveram um dilema entre seguir com suas relações afetivas mais próximas, não apenas interpessoais, mas também com ambientes e cultura no Japão, para realizar seu projeto de **crescimento** pela via do trabalho principalmente, no Brasil.

Rose que era a única entrevistada que tinha tido filhos, comenta que sente saudades do Japão, viveu lá dos oito aos 19 anos de idade, mas diz que não voltaria a viver lá na atual situação com família:

Porque se voltar, eu não ia ter coragem de fazer o que os meus pais fizeram, é deixar eles [os filhos]. ... e ir só eu e meu marido pra trabalhar, eu não ia ter coragem, eu sou apegada a eles, então se for pra ir, tem que ir todo mundo... mas só que aí eu fico pensando na vida deles também, nas amizades que eles têm... a diferença da cultura... tudo isso né... então...é, porque eu vivi né, eu sei como que é né... e vai ser difícil, então enquanto a gente pode, a gente vai tentar a vida aqui mesmo (Rose, voltou para o Brasil para casar e ter o primeiro filho, é mãe de duas crianças).

Outros jovens que não tinham tido filhos, mas pretendiam, também não iriam para o Japão com filhos pequenos. Ao reconhecerem as dificuldades que passaram nas transições entre um país e outro, não desejavam estas mesmas experiências para seus filhos. Apesar dos relatos de bastante dificuldades e sofrimento, principalmente no período de (re)adaptação no Brasil, os jovens consideraram que os ganhos que tiveram com essa experiência também foram valiosos. Em um balanço sobre suas experiências no Japão, as principais dificuldades relatadas foram os períodos difíceis de adaptação e o sentir-se e/ou estarem ‘**atrasados**’ em relação aos outros jovens em suas trajetórias. No entanto a experiência migratória como um todo foi avaliada como positiva no sentido de terem aprendido a olhar o mundo de outras formas, das experiências terem sido desafiadoras e favorecido o ‘**crescimento**’ e o ‘**amadurecimento**’ pessoais.

*Eu vejo pelo lado positivo da coisa entendeu, acho que foi traumatizante [ter ido para o Japão], mas é a lição que se tira desse trauma, se você consegue tirar uma lição de tudo isso, aí é positivo, isso te ajuda bastante, como te disse, **isso me ajudou bastante a crescer**. Criar um senso crítico sobre... sobre a vida, sobre a sociedade, nesse sentido foi positivo (Giulio, viveu dos 14 aos 26 anos de idade no Japão, estudou em escolas japonesas).*

*Nossa, maturidade, cem por cento! Mentira, cem por cento não (risos), mas sinto que amadureci muito, sentia que **ou amadurecia ou amadurecia ne, senão voltava pro Japão e era trabalhar em fábrica de novo né** (Patrícia, viveu dos 10 aos 16 anos no Japão, estudou em escolas brasileira e japonesa).*

*Eu acho que o fato de ter ido lá pro Japão e ter visto essa coisa diferente, e não só pro Japão não viu, quando eu viajo assim também, eu vejo... eu fico prestando muita atenção nisso, né eu falo 'pô... isso aqui funciona, isso aqui não funciona, isso aqui é legal, isso aqui não é legal'... **Então eu acho que o fato de ter ido no Japão, acho que me deu, me dá esse parâmetro assim sabe... eu tenho uma outra visão totalmente diferente do que pode ser. Isso eu vejo de gente que não foi... acho totalmente favorável, muito, a minha ida pro Japão, eu vejo a ida pro Japão como a melhor coisa que poderia acontecer na minha vida, hoje. Assim, posso questionar o momento... passada aquela fase da raiva e tal... Assim, foi o que mais me preparou, claro tenho ressalvas, mas acho que foi o que mais me preparou pra hoje eu tá assim***

[...]

*Então ter ido pra lá foi... bastante... eu até falo pro meu irmão... falo meu aqui no trabalho também, se você tem oportunidade vai cara, vai que é uma das maiores experiências da sua vida, **você vê um outro mundo... né, e quando você volta, você começa a ver o Brasil de um outro, de outro jeito também... né, ... sua cabeça é assim** [gesto de um tamanho], volta assim [tamanho maior] e esse espaço que tá em branco você tem que começar a ver as coisas... e tal.... (Danilo, emigrou com 12 e voltou com 18 anos ao Brasil).*

As dificuldades da experiência migratória, quando olhadas de forma retrospectiva a partir do momento presente ganharam um sentido de desafio, que favoreceram o **amadurecimento** dos jovens. Sobreviver à migração e à (re)adaptação no Brasil para estes jovens teve um sentido de ter encontrado algum ponto de apoio, **um chão**. Um **pouso** mais ou menos realizado, ainda que houvesse vontades de alçar novos voos, mas em novas direções. Quando olham para suas histórias e reconhecem os desafios atravessados a partir das escolhas que fizeram, individuais e familiares, o fato de retornar e permanecer no Brasil, a despeito das dificuldades, parece ter sido um ganho que os colocaram mais próximos do **lugar** onde queriam chegar.

7.2 Curso de vida e migração: quando e como migrar faz diferença?

A pesquisa de campo desta tese contou com a participação de 17 jovens nipo-brasileiros, deste total os dez que tiveram experiência migratória na infância foram apresentados anteriormente. Neste momento passamos a olhar também para as experiências dos sete jovens que tiveram suas trajetórias educacionais continuadas no Brasil e alguns só emigraram depois de concluído os estudos até o nível superior. Este grupo, embora não se configure como um grupo controle como idealizamos no início desta pesquisa, trouxe experiências diversas do ponto de vista da migração entre Brasil e Japão em famílias *nikkei* e as influências deste movimento na transição para a vida adulta.

Os jovens que não tiveram a experiência migratória na infância eram todos também de famílias nipo-brasileiras e estavam na faixa etária entre 25 e 35 anos no período das entrevistas. Este grupo, entretanto, apresentou um perfil etário já mais próximo ao intervalo final da idade de corte que estipulamos para trabalhar com os jovens **em transição**.

Apresentamos abaixo uma descrição resumida das características destes jovens em relação à transição para a vida adulta e migração:

QUADRO 3 – Jovens com experiências migratórias diversas (individual ou familiar), 2015

Perfil Demográfico			Trajetória Migratória			Perfil de Transição para a Vida Adulta				
Nome	Idade	Sexo	migrou	Ida ao Japão (idade)	Retorno ao Brasil(idade)	Instrução	Ocupação	Conjugal	Filhos	Residência
Grupo com outras experiências migratórias (individual ou familiar)										
Larissa	32	mulher	sim	20 anos	25 anos	Superior	Fisioterapeuta	Unida	sim	c/comp. filha
Livia	32	mulher	não	.	.	Superior	Médica	Unida	não	c/comp. filha
Sara	34	mulher	não	.	.	Superior	Marketing	Casada	sim	c/marido, filhos e pais
Laís	35	mulher	sim	16 anos	16 anos	Superior incompleto	Administrativa	Casada	sim	c/ comp. e filho
Maria	32	mulher	sim	12, 20 e 23 anos	23 anos	Superior	Administrativa	Solteira	não	c/ os pais
Gabriel	30	homem	sim	23 anos	23 anos	Superior	Bancário	Solteiro	não	c/ os pais
Heitor	36	homem	sim	24 e 27 anos	27 anos	Superior	Fotógrafo	Noivo	não	Individual

Fonte: Pesquisa de campo (2015). Elaboração própria.

Trabalhamos com este grupo com um olhar que poderia nos proporcionar contrapontos à experiência relatada pelos jovens que emigraram na infância. Em relação aos jovens que tiveram a migração na infância, este grupo apresenta um perfil com mais pessoas unidas e com filhos. A idade é um dos fatores que influenciam para este resultado. Também é um grupo em que todos têm ensino superior completo e estão inseridos no mercado de trabalho em suas áreas de formação, com exceção de Heitor que se formou em Direito, mas atua como fotógrafo, tendo seu próprio estúdio de fotografia.

Não pretendemos nesta etapa de análise entrar de forma individual nas trajetórias de cada jovem, senão assinalar o que se pôde encontrar de grandes diferenças entre trajetórias dos jovens com história de migração i) na infância, ii) na fase adulta e iii) sem migração pessoal (embora os pais tenham emigrado). Estas diferenças poderão nos oferecer subsídios para compreender os impactos e influências da migração no curso de vida dos jovens e mais especificamente na transição para a vida adulta.

Uma primeira grande diferença que podemos notar é quase o movimento inverso deste grupo em relação à migração. Enquanto os jovens que cresceram no Japão vieram para o Brasil no período de suas transições, os jovens que cresceram no Brasil tiveram sua primeira experiência de emigração para o Japão principalmente na transição entre escola e trabalho. Entretanto estas experiências no Japão tinham delimitações estritamente temporárias, com passagens de ida e volta marcadas. Maria e Heitor que tiveram experiência como *arubaito* [trabalho temporário] no Japão ficaram três meses, período normalmente de férias universitária. Heitor fez essa primeira viagem logo depois de terminar o ensino superior no Brasil.

Foi muito difícil, eu achei... porque eu nunca tinha trabalhado assim né, em fábrica, foram três meses né... um mês e meio foi muuuito difícil... aí depois, depois acostumei aí começou a melhorar
 [foi na época da faculdade?]
Não eu já tinha terminado, eu fiz direito mas não gostei né...aí eu tava naquela fase de o que que eu ia fazer?... aí resolvi ir [...], foi muito bom viu (Heitor, 35 anos, teve experiência no Japão como arubairo e como bolsista).

Tanto Heitor como Maria, além da primeira experiência como *arubaito* tiveram posteriormente também a emigração como bolsistas do governo japonês. Estas bolsas eram concedidas pelas províncias japonesas de onde seus avós vieram. Tinham duração de um ano e se configurava enquanto uma especialização para os jovens de países ‘em desenvolvimento’ que tinham ascendência japonesa.

Eu fui de dekassegui e eu fui de bolsista, como dekassegui você tem muito preconceito! Quando você é bolsista não. O pessoal fala 'ah você é bolsista do governo, nossa! Vem cá, eu pago isso, eu pago aquilo' [os japoneses?] É! Se você tá indo lá pra estudar o tratamento é outro de você tá indo lá pra sobreviver e trabalhar, é uma diferença muito grande de tratamento
 [Você sentiu isso da outra vez que você foi?]
*Senti! 'você, você fica aí trabalhando, você é serviçal' ... agora quando você vai de bolsista falam 'nossa, mas o governo tá te pagando a bolsa, nossa, não então...' a diferença foi muito chocante, é muito chocante, é muito grande. Pra você ver como que eles veem as pessoas que vão indo lá trabalhar né, pra tentar sobreviver, não é fácil não. Isso porque eu só fiquei três meses tá. (risos) [...]. **Fábrica é pior ainda...já me falaram que fábrica é pior**, eu falei, 'não pra fábrica eu não quero ir' melhor estação de esqui, porque daí também eu andava de esqui né (Maria, 32 anos, teve experiência no Japão como arubairo e como bolsista)*

A experiência de trabalho de Maria ainda passou por um nicho de mercado não comum aos imigrantes brasileiros, os quais trabalhavam majoritariamente em fábricas. As percepções destes jovens que tiveram sua formação educacional inteira no Brasil também foram de uma forte rejeição aos tipos de trabalho reservados aos imigrantes *dekassegui*. Sobre

as diferenças entre o trabalho de fábrica e a estadia no Japão como bolsista, Heitor mobiliza sua própria experiência e de familiares que também estavam vivendo no Japão.

Eu tenho muitos tios e primos que foram trabalhar né, e assim, eu sei que fácil não é né... isso da pra deduzir, sem precisar passar pela experiência né... mas... ter a experiência mesmo, faz entender... muito melhor... porque tem muita gente que fala né 'pô, mas, a pessoa trabalha lá 10 anos não aprendeu a falar japonês né? [...] mas não dá tempo mesmo! nossa a rotina lá é tão difícil [...] é muito difícil mesmo! muito cansativo e ... e a pessoa tem que ter né... uma concentração, um foco... senão fica... é meio fácil ficar doido lá mesmo... e também fácil perder o foco também né, porque eu via assim, 'nossa com o dinheiro desse mês eu conseguia comprar esse carro', um carro esporte assim, usado né, mas um carrão assim né daqueles do velozes e furiosos assim ne.

[...]

Ai depois como bolsista, ai lógico né, é um tratamento... diferente né... é... a gente... ah a gente tá como convidado né... então, então... o governo lá, leva a gente nos eventos [você foi pra onde como bolsista?] eu fui pra Nara, a família da minha mãe é delá... E... mas assim, quando a pessoa não sabe, que agente é bolsista, e quando não sabia, quando eu fui de arubaito, eu acho que é a mesma coisa. [...] Mas assim a diferença que eu acho é as oportunidades que a gente tem né, como bolsista a gente tem algumas oportunidades que, quando eu tava no trabalho como fábrica assim, era bem mais difícil (Heitor, 35 anos, teve experiência no Japão como arubaito e como bolsista).

Outra experiência de migração após ter terminado o ensino superior que não era nem como bolsista nem como *arubaito* foi a de Larissa. Ela era fisioterapeuta e foi para o Japão inicialmente para trabalhar em fábrica, seu pai e irmãos já viviam no Japão e ela foi para depois tentar um intercâmbio para outro país. Por ter ensino superior na área da saúde, área que tem bastante demanda principalmente para a população idosa no Japão, conseguiu um trabalho em um hospital japonês. Apesar de ter tentado se inserir em sua área de formação no Japão, esbarrou na dificuldade de dominar o idioma japonês.

*Então eu fui trabalhar no hospital, só que era como helper [ajudante], então eu ficava lá, só que eu não sabia falar nada de nihongo [língua japonesa] e eu fiquei desesperada ...aquela foi a pior época da minha vida assim... eu lembro exatamente, perfeitamente no dia, em que eu entrei naquela casa [onde ela foi morar por conta do trabalho] que eu tive que dividir com umas nove senhorinhas, e eu assim... sem saber falar nihongo e todas falando só nihongo e eu não entendendo nada, eu falei 'o que eu vou fazer no hospital?' A pessoa... o paciente vem falar em nihongo com você... como é que vai ser né? **Aí aquilo lá assim me deixava completamente desesperada** (Larissa, 32 anos, fisioterapeuta, viveu no Japão dos 21 aos 25 anos).*

Larissa voltou a trabalhar em fábricas depois desta experiência no hospital onde não se adaptou. Conheceu o atual companheiro no Japão e trabalharam e moraram juntos por lá até o retorno em 2009 por conta da crise econômica internacional de 2008 que afetou muito o Japão e os postos de trabalho para brasileiros.

Dos jovens entrevistados que não emigraram na infância Larissa foi quem mais tempo permaneceu no Japão. Gabriel, que também foi como bolsista depois de ter terminado a faculdade de biologia, ficou apenas um ano no Japão, o tempo de duração da bolsa e retornou ao Brasil. Entrou no mercado de trabalho em outra área que de sua formação por conta do domínio do idioma japonês. Depois de um tempo trabalhando em um banco japonês, lidando com clientes internacionais resolveu cursar outra faculdade, de administração de empresas, para seguir trabalhando na área administrativa do banco japonês onde trabalhava no período da entrevista.

*Tinha todo interesse de conhecer o Japão e tudo mais, ainda mais pra estudar, ainda mais recebendo uma bolsa de estudo pra poder estudar né [e o que seus pais acharam?] ah adoraram né,(risos) ficaram orgulhosos e tudo mais [sentiu preconceito por ser estrangeiro?]
Pelo contrário, assim eles gostavam, foi na época da Copa foi 2006, então... todo mundo fala assim 'Ronaldinho' risos... (Gabriel, 30 anos, biólogo e administrador, esteve no Japão como bolsista).*

Independentemente das trajetórias migratórias por que passaram, todos os jovens entrevistados para esta pesquisa possuem um passado comum. Mesmos as jovens entrevistadas que não tiveram passagem pelo Japão se identificam com traços da cultura e comportamentos herdados de seus avós.

*Me sinto totalmente brasileira, mas acho que **algumas características que as pessoas rotulam como japoneses, eu me identifico, 'dedicado, estudioso', eu me identifico, mas as pessoas rotulam né, outras pessoas não japonesas também tem isso** (Lívia, 32 anos, médica, nunca esteve no Japão).*

*Minha vó manteve [costumes japoneses], só que minha vó não impôs isso muito pra gente né, nem em relação a religião essas coisas ela nunca impôs, tanto é que a gente não sabe nem qual que é a religião dela... (risos) cada hora a gente pensa que é uma coisa e não é... então assim, **ela impôs sutilmente assim, as tradições né, tem algumas que a gente resgata do que minha mãe passou pra gente ...mas não é muito do que ela impõe não** (Sara, 34 anos, publicitária, nunca esteve no Japão).*

Estas características das famílias nipo-brasileiras, herdadas dos antepassados imigrantes japoneses, dialogam com o que encontramos no campo em relação à valorização dos estudos e a importância do estudo e do trabalho nas formações pessoais dos jovens *nikkei*. Como observamos na parte quantitativa deste trabalho, as famílias nipo-brasileiras apresentam um perfil de nível educacional e socioeconômico superior ao geral do Estado de São Paulo.

O que observamos entre os jovens entrevistados é que aqueles que não emigraram na infância ou emigraram nas fases adultas pertenciam às famílias de níveis educacionais e socioeconômicos superiores aos que emigraram na infância (com exceção de Ana e Danilo). As mães de todos os sete jovens entrevistados nessa etapa da pesquisa possuíam ensino

superior, a maior parte dos pais também. Ou seja, são de famílias em que a geração anterior já possuía ensino superior e trabalhava em profissões de maior qualificação. As famílias dos emigrantes na condição *dekasegui* apresentaram um recorte de classe diferente destas famílias. Entre os migrantes da infância, ainda que a maior parte dos jovens tivesse no ensino superior em andamento ou completo, seus pais não tinham esse nível de instrução e trabalhavam em postos de trabalho que exigiam menor qualificação profissional.

Camacho (2012) em seu trabalho relacionou os níveis educacionais dos nipo-brasileiros com parte da cultura japonesa herdada dos antepassados, a fim de desmistificar a crença existente no Brasil de que os japoneses seriam “mais inteligentes” por estarem em destaque nas escolas e faculdades. “Os valores culturais japoneses mais significativos que mantêm vínculos diretos ou indiretos com a vida escolar dos nipo-brasileiros são a hierarquia, a ética dos débitos [*on*], a vergonha, a responsabilidade, a autodisciplina e a competição” (CAMACHO, 2012, p. 93). Dentre os valores que observamos nas trajetórias escolares dos jovens entrevistados, o *on* ou a “ética dos débitos” parece dos mais operativos. “*On* pode significar obrigações, lealdade, bondade, amor. Em todos os casos, *on* é carga, débito, ônus” (CAMACHO, 2012).

Eu me ...não sei se eu me cobrava...ou se eu... era bom aluno, nunca tive problemas de notas e essas coisas eu já era cdf, não sei (risos) (Gabriel, 32 anos, biólogo e administrador, esteve no Japão como bolsista).

*Eu falo que eu sou brasileira, mas a essência é japonesa [...]. Você nasceu no Brasil, sua nacionalidade é brasileira, mas quando você vai pensar...ou fazer alguma coisa, que você percebe que os seus gestos... sua forma de pensar é japonesa. Porque meu pai me criou desse jeito, entendeu? (Maria, 32 anos teve experiência no Japão como *arubaito* e como bolsista, é *nissei*, filha de japoneses).*

Muitos jovens relataram um tipo de “auto exigência” ou “auto cobrança” em relação às obrigações, não só de estudos, mas também no trabalho. Ana até colocou um nome nessa sua característica, que diz que desenvolveu desde muito pequena, o que chamava de “*general interno*”. O que ela denomina como *general* pode ser lido através dos relatos em comum entre outros jovens como aspectos culturais que seguem operando nas famílias nipo-brasileiras – a **ética dos débitos (*on*)**.

Então a cobrança na verdade [de voltar e terminar os estudos no Brasil], essa questão da independência que eu criei quando pequena, na verdade é uma questão de... não é de independência, acho que é mais um general que eu criei dentro de mim mesma... Como eu não era cobrada pelos meus pais, então a cobrança veio de mim mesma. Então eu só tinha essa opção, eu só tinha essa opção. Porque pro meu pai e minha mãe não era uma coisa assim imposta. Eles estavam fazendo o que eles achavam bom.

[...]

*O negócio do general pesa um pouco porque aí você começa **não achar justo nada** [...] Ficava pensando 'poxa meus pais trabalhando 14 horas por dia numa fábrica, e eu aqui só estudando' (Ana, 26 anos, viveu dos 13 aos 18 no Japão, professora universitária)*

*Sempre quis [morar sozinho], desde novo, **não sei por que, uma coisa minha, sempre quis ser muito independente, não sei te dizer por que, mas é uma coisa que tinha muito na cabeça, sempre pensei ' quando eu tiver condições financeiras, vou morar sozinho'** (Anderson, 31 anos, dos 12 aos 18 no Japão, arquiteto).*

Estas características associadas aos japoneses e descendentes de japoneses no Brasil, como a disciplina, a valorização aos estudos, a honestidade, foram aprendidas pelos jovens desde sua infância independente de terem emigrado ao Japão ou não. O que ficou claro nas entrevistas é que os próprios jovens sempre atribuíram estas características de forma individual a si mesmos, quando as reconheciam. Também não entendiam de onde elas teriam vindo, uma vez que não se sentiram cobrados por seus pais a desenvolver tais características.

A ética dos débitos, com matizes próprios, persiste ainda hoje nas famílias nipo-brasileiras impondo laços de obrigações entre seus membros [...]. No que se refere às obrigações dos pais para com os filhos, há unanimidade quanto ao objetivo final a ser alcançado no decorrer do processo educativo. Todos os pais e mãe estabelecem para si mesmos a obrigação de proporcionar aos filhos um **alicerce sólido** que lhes permita uma vida futura, quando adultos, de **independência** e com uma **profissão socialmente reconhecida** como boa. Para isso consideram **a educação prioridade máxima**.

Os filhos reconhecem o cumprimento das obrigações paternas entendendo o esforço e sacrifício despendidos. Em contrapartida, se empenham para retribuir ou saldar o débito de maneira a atender às expectativas dos pais. Se a obrigação maior dos pais de filhos em idade escolar é possibilitar uma boa educação, na mesma proporção, **a obrigação máxima dos filhos, é corresponder sendo um ótimo aluno na escola** (CAMACHO, 2012, p. 97 grifos nossos).

Ao considerar estes aspectos da cultura japonesa que chegaram ao Brasil e a forma de transmissão desta cultura, de forma indizível, silenciosa, podemos compreender como estes valores foram incorporados pelos jovens antes mesmo que eles percebessem. Ou seja, a influência familiar também se mostrou um fator de força nas direções de curso de vida destes jovens, para além dos tempos históricos e suas particularidades, como a migração por exemplo.

Seria de se supor que relações familiares dessa natureza conduzissem os pais a um comportamento de pressão explícita sobre os filhos. Nada disso. Mães e pais em sua maioria comportam-se como se estivessem alienados do que acontece na vida escolar dos filhos. **Aparentemente não existe pressão ou cobrança por resultados positivos.** [...] Desinteresse? Não. Apenas não há necessidade. Aliás, não se cogita que haja necessidade porque os pais sabem que já inculcaram em seus filhos, durante o processo de socialização na primeira infância, a responsabilidade e a obrigatoriedade dos deveres referentes à educação escolar.

A **pressão existe sim**, porém, ela é **sutil, implícita** e algumas vezes até **imperceptível** a alguns filhos. Mas nem por isso essa exigência é frágil. Pelo contrário, é muito forte e competente porque toma o indivíduo e o enreda subjetiva e moralmente. **Uma pressão dessa constrói uma pessoa** (CAMACHO, 2012, p. 100 grifos nossos).

Tomadas as trajetórias dos jovens entrevistados para esta pesquisa – todos nipo-brasileiros, herdeiros de traços culturais japoneses e com experiências diversas em relação à migração – podemos pontuar algumas considerações sobre os impactos ou influências desta experiência de **deslocamento** em relação ao curso de vida e a transição para a vida adulta.

Um primeiro ponto que se destaca é que independente das trajetórias migratórias, todos tinham uma forte valorização aos estudos e a um tipo de inserção no mercado de trabalho, que correspondessem a profissões reconhecidas socialmente e onde sentissem que poderiam **crescer**. A rejeição aos trabalhos manuais de fábricas japonesas, onde não era exigida qualificação profissional foi unânime. Esta necessidade de **crescer** pela via do trabalho talvez tenha sido uma das principais motivações de retorno ao Brasil.

A emigração das famílias na condição de *dekasseguis* sempre foi vista como um projeto temporário (embora muitas estivessem há muitos anos, até décadas no Japão). O objetivo era sempre de melhorar as condições de vida, inclusive para oferecer um **alicerce sólido** para os filhos no futuro. Nesse sentido poderíamos considerar que a motivação dos pais de família que emigraram rumo ao Japão poderia estar influenciada pela a **ética dos débitos** operando em relação aos valores que deveriam **formar um ser** (japonês ou nipo-brasileiro). Como pais e mães de família seu dever seria de oferecer este **chão sólido** aos filhos, ainda que o caminho para se chegar a tal destino tenha sido o **deslocamento temporário**, justamente ao berço destes valores, mas paradoxalmente exercendo as funções rejeitadas por e naquela sociedade e cultura.

Um segundo ponto que pudemos captar em relação ao processo migratório e as influências no curso de vida é que ter emigrado nas idades de infância e adolescência teve mais impactos nas vidas dos jovens do que o tipo de escola que estudaram no destino propriamente. Entrevistamos jovens que tiveram experiências educacionais em escolas japonesas, brasileiras e jovens que tiveram nos dois tipos de escola na infância e adolescência. Também jovens que tiveram experiência em ensino superior como bolsistas e estagiários.

Diferente da hipótese que levantamos inicialmente, de que o tipo de escola a ser frequentado no Japão poderia ter grandes impactos no decorrer do curso de vida, para os jovens que decidiram retornar ao Brasil este não parece ter sido o fator principal dentro de sua experiência migratória. Talvez o tipo de escola possa ser um fator mais importante para os

jovens que decidiram permanecer no Japão. Alguns entrevistados comentaram de colegas que seguiram suas carreiras acadêmicas e profissionais no Japão por terem estudado em escolas japonesas, o que seria difícil para os que tiveram ensino em língua portuguesa. Mas para os jovens que retornaram o tipo de escola que estudaram se mostrou menos relevante do que o próprio fato de terem saído do Brasil, o **deslocamento** em idades jovens e o retorno para seguir suas carreiras e vidas aqui.

Consideramos este fator de influência maior porque, independentemente do tipo de ensino que frequentaram no Japão, todos tiveram muitas dificuldades de (re)adaptação no retorno ao Brasil, mesmo os que foram alfabetizados e formados em escolas brasileiras. Além disso, todos também mostraram que para se inserir no mercado de trabalho brasileiro, a experiência migratória em si teve um impacto positivo, independentemente do tipo de educação que tiveram no Japão. Este impacto se deu principalmente por domínio da língua japonesa, mesmo de alguns jovens que não frequentaram escolas japonesas, mas estudaram de forma independente. Além disso, o fato de conhecerem uma lógica de comportamento, sociabilidade e trabalho japonês foi fator de influência positiva para a inserção destes jovens no mercado de trabalho no Brasil.

Nesse sentido, consideramos que a migração na infância tenha impactado mais no **timing** e **despadronização** dos eventos relacionados à transição para a vida adulta, do que nos valores e objetivos futuros propriamente. As trajetórias dos jovens filhos de migrantes se mostraram com alta reversibilidade de entradas e saídas do sistema educacional e mercado de trabalho, entre Brasil e Japão. Os jovens migrantes acabaram se sentindo **atrasados** em relação aos outros jovens no Brasil, entretanto se comparados aos jovens que permaneceram no Brasil ou emigraram como bolsistas já adultos, os jovens imigrantes atravessaram alguns eventos da transição para a vida adulta bem antes.

A entrada no mercado de trabalho e saída do sistema escolar principalmente foi vivida nas idades mais jovens entre os imigrantes. Os eventos da esfera familiar, por outro lado, como a entrada em união e nascimento de filhos ainda não tinha sido vivenciada pela maior parte dos jovens imigrantes. Entre os jovens que foram analisados como contrapontos, muitos estavam em união conjugal e tinham filhos, entretanto este grupo também já estavam em uma faixa de idade maior, já ao final do período etário considerado para o grupo da pesquisa. Os jovens imigrantes tinham esses objetivos a serem atingidos até esta faixa etária também.

O que se pôde observar foi que independentemente do tipo de trajetória migratória – na infância ou já adultos, ou mesmo os que não migraram, mas eram de famílias nipo-

brasileiras – os jovens entrevistados tinham imagens e sentidos comuns do que seria a **vida adulta** e os objetivos futuros para se **chegar nela**. Assim, apresentamos a seguir o sentido de se tornar adulto e as percepções dos jovens em relação a estas experiências. Os resultados apresentados são da análise das entrevistas dos 17 jovens, uma vez que se mostraram como expectativas compartilhadas por todos os jovens no mesmo espaço/tempo, no Brasil.

7.3 De corpo presente? – A transição para a vida adulta hoje e amanhã

Ao trabalhar com as informações sobre o **presente**, buscamos analisar os processos de transição pelos quais estavam passando os jovens no momento de realização da pesquisa de campo, captando as representações daquela realidade presente. Aqui privilegiaremos os sentidos e representações sobre a vida adulta e as inter-relações entre as esferas do trabalho e família e suas oportunidades, conflitos e constrangimentos. Neste eixo trataremos da transição para a vida adulta propriamente, as percepções que os jovens têm sobre o que é ser uma pessoa adulta, o que sentem que lhes faltam ou que já conquistaram e quais seriam as dificuldades consideradas. Neste eixo também trazemos as reflexões que os jovens fizeram acerca do passado que vivenciaram, buscando trazer o olhar que eles têm hoje, para a experiência vivida e refletida.

Considerada as entrevistas realizadas no campo, chegamos a alguns temas para trabalhar com a ideia de **ser** ou **se tornar** adulto. Ser adulto parece ser **ter chão**. Mas para além de ter chão, parece também ser **ter corpo**. Mais precisamente, parece que está nessa relação entre **sentir o próprio corpo em seu próprio chão**. O fruto que **amadurece** e cai ao **solo, só**, aos **pés** daqueles que até então o sustentavam, antes dependente, imaturo, **suspenso**.

O chão, a terra e o solo representam em nossa sociedade e também em nossos mundos subjetivos as ideias de segurança, estabilidade e pertencimento. Uma noção de **existência espacial**. O corpo que amadurece e se separa de seus familiares, se sustentando em seu próprio chão e produzindo seus próprios frutos, representa a ideia de **existência em um curso temporal** através de ciclos de reproduções: pessoais, familiares e sociais.

Se trago estas imagens para trabalhar com a questão da transição para a vida adulta é porque foram elas que surgiram de forma recorrente sobre este tema durante as entrevistas com os jovens. Ao analisar as entrevistas e observar as figuras de linguagem que surgiam, bem como as imagens utilizadas para se falar sobre este período da vida, pude perceber que **ser adulto** era representado por estes dois principais temas: **chão** e **corpo**, que optamos por utilizar aqui enquanto categorias analíticas.

Entretanto, este chão não seria **qualquer** chão, senão o seu **próprio**, aquele conquistado com esforços e realizações de um **corpo** que pôde amadurecer e (se) produzir de forma mais autônoma, menos dependente. Este **corpo** também não seria qualquer corpo, mas aquele que sente os ‘*pés no chão*’, que ‘*anda com as próprias pernas*’, que ‘*já deu a cara para bater*’, que ‘*saiu da barra da saia da mãe*’. Aquele que ‘*se vira sozinho*’, que ‘*sente as coisas na pele*’, que ‘*sente um nó na garganta*’, mas também ‘*sabe onde quer chegar*’.

Estas foram expressões que surgiram entre os jovens quando questionados sobre sua experiência de vida adulta. Aliás, ao iniciar o módulo sobre este tema no roteiro de entrevista, uma surpresa seguida de reflexão inicial também apareceu de forma recorrente entre a maior parte dos jovens. De forma geral, a reflexão que demonstrou certo desconhecimento ou não familiarização com o tema surgia quase sempre da seguinte forma, eu perguntava: ‘*Como você considera que seja hoje em dia uma pessoa adulta?*’ As respostas quase sempre repetiam a pergunta com surpresa, que muitas vezes foi seguida de longos períodos de silêncio e reflexão, outras vezes de perguntas para entender melhor o que eu gostaria de saber a respeito disso. De qualquer maneira não era uma questão óbvia.

Adulta? (risos) nossa pergunta difícil essa hein... [silêncio] pessoa adulta... você fala no sentido de ser....de não ser....criança, não se sentir infantil...nesse sentido? [É uma pessoa que você olharia e falaria 'essa pessoa é adulta', que características que ela tem?] Ah a pessoa que tem responsabilidades, que ...como fala... saiba se portar em cada situação né, ou seja, hora de farrear, farrear, hora de ficar sério tem que ficar sério... é talvez se portar e ter responsabilidades... é difícil essa pergunta hein! Nunca pensei... (Gabriel, 30 anos, solteiro, sem filhos, superior biólogo e adm. bancário).

Como eu considero que seja uma pessoa adulta? Nossa que pergunta difícil! (risadas). O adulto de hoje é o adolescente de ontem (risadas). Eu não sei, essa é a minha visão, eu olho e falo nossa o 60 de hoje é o 40 de ontem. Ah eu vejo como... não vou falar cem por cento independente financeiramente porque eu ainda tenho ajuda dos meus pais e tal, mas que trabalha, que tenha responsabilidades pessoais sabe? Por exemplo... nossa que difícil.... É que o exemplo que eu ia dar era do meu cunhado, de tosquite de responsabilidade de tudo que um adulto não deve ser é o meu cunhado (Patrícia, 28 anos, dos 10 aos 16 no Japão, solteira, sem filhos, ensino superior em história, técnica arqueóloga).

Pessoa adulta, como assim? O adulto de hoje é o adolescente de ontem

Os trechos citados acima apresentam algumas das dificuldades iniciais em definir a pessoa adulta. A estratégia adotada por alguns jovens foi em um primeiro momento tentar definir **o que não é** um adulto, para pensar o que poderia ser. Ao ser contrastado com a fase da infância, percebe-se que está claro que há uma perspectiva de ganhos de experiências e habilidades ao longo do tempo, marcando o curso de vida no sentido de um pleno desenvolvimento na fase adulta (PAPPÁMIKAIL, 2010).

Entretanto, a fala de Patrícia ressalta alterações no período da vida que marca este ganho de experiência e maturidade, parece que as idades em que se ocorrem tais transformações não estão mais tão claras. Quando ela diz que *o adulto de hoje é o adolescente de ontem* traz a percepção de que a fase adulta não tem se realizado no mesmo período de vida em que era há um tempo. Ou seja, a juventude parece se prolongar se estendendo até as idades em que antes já se era considerado adulto. Com isso a obtenção do *status* de adulto se torna mais indefinido no tempo, embora não nas qualidades que o delineiam. Ambos associaram a fase adulta com a **responsabilidade**, com o sustento da vida material através do trabalho e saber se posicionar diante das circunstâncias da vida.

Outra dificuldade que pôde ser observada foi sobre a ausência de reflexão anterior sobre o tema. Quando Gabriel diz *“é difícil essa pergunta hein! Nunca pensei...”* a ausência de reflexão anterior se mostra clara. Embora Gabriel estivesse com 30 anos de idade e se considerasse de certa forma adulto, ao ser questionado sobre o que seria este **ser adulto** se mostrou surpreso. Quando perguntei se ele se sentia da forma que descreveu um adulto, respondeu que *"ah eu me sinto, (risos) ...me considero, vamos dizer assim. (risos)"*. Aqui há uma sutileza que também pode mostrar esta indefinição, diz que *‘se sente’*, mas corrige que *‘se considera’*. Parece haver algum hiato entre o **considerar-se** de forma racional e o **sentir-se** propriamente afetivo e subjetivo.

Diante destas surpresas sobre a pergunta do que seria um ser adulto, que foi bem recorrente entre os jovens entrevistados, podemos pensar que não está tão claro nas perspectivas pessoais **quem** os jovens **estão se tornando** ao **crescer**. A imagem da criança, do idoso e mesmo do adolescente parecem mais bem definidas, tanto que são utilizadas como contrastes para entender o que **não é o adulto**. E o que ele seria então? Se seguirmos na perspectiva de que a fase adulta representa o período da vida que marca o desenvolvimento do ser, enquanto indivíduo, nas relações familiares, sociais e políticas, será que sabemos **quem queremos ser quando crescer?**

Estabilidade e equilíbrio

Não só a dificuldade em responder a esta pergunta, mas também as percepções sobre a alteração de *timing* no curso de vida se mostraram com certa frequência entre os jovens entrevistados corroborando com a literatura que tem tratado da transição no período recente (BRÜCKNER; MAYER, 2005). Para além disso, a fase adulta foi vista também como algo pesado, não agradável ou considerado bom.

*Pra falar bem a verdade, a fase adulta é uma droga. Então... ah.... Uma pessoa adulta...**ai que pergunta difícil né**...acho que é uma pessoa equilibrada.*

[Em quem você pensa quando pensa numa pessoa adulta?]

*Em quem eu penso? Uma referência né... eu acho que... eu não sei assim... **da nossa geração, eu não consigo encarar a gente como adulto sabe... porque tem uma leveza também.** Eu acho que adulto mesmo assim é meu pai e minha mãe (risos) sabe? Porque é... tem uns compromissos que... ninguém que eu conheço assume assim... não assumiu por enquanto... mesmo...conseguir encontrar esse equilíbrio nas dificuldades sabe, não sei tem um equilíbrio... consegue... é... tem uma organização na vida... que é muito impressionante sabe... de equilibrar as emoções, e pagar as contas, você entende? Tudo assim, me parece um pouco, que **...a minha geração, é uma geração que assume as coisas, mas de uma maneira um pouco juvenil até sabe. Não sei explicar isso, eu não consigo me ver como adulta e não consigo ver meus amigos como adultos** (Ana 26 anos, dos 13 aos 18 no Japão, solteira, sem filhos, ensino superior em letras, professora).*

*Adulta? **Ah não sei... é difícil falar, porque eu não acho assim, que eu sou um adulto...mesmo tendo... é ...é ... 25 anos, acredito ainda que eu sou meio moleque eu acho. Mas assim adulto eu acho que tem mais assim responsabilidades, é mais estressado, eu acho que é assim se preocupa muito mais... é assim, eu acho que em certo ponto ser assim **adulto as vezes é um pouco chato né**, se você comparar com o que a gente foi antigamente, adolescente, criança assim** (Bernardo, 24 anos, de 1 aos 23 anos no Japão, solteiro, sem filhos, superior cursando educação física, comerciante).*

A juventude e a infância ao serem vistas como fases mais leves e divertidas trazem por contraste o **peso** e a **chatice** da fase adulta como marcantes. O equilíbrio entre as responsabilidades materiais e emocionais diante das circunstâncias difíceis da vida foi visto como algo a se atingir para um senso de pertencimento ao mundo adulto. Este ideal de equilíbrio e seriedade como características de adultos parece estar baseado nas gerações imediatamente anteriores, dos pais e avós. Entretanto estes familiares que se tornam referências para os jovens viveram suas fases adultas em outro tempo histórico, que foi anterior às grandes e aceleradas mudanças testemunhadas pelos jovens atualmente em contexto de capitalismo global.

Quando as gerações anteriores são tomadas como referências, a perspectiva dos jovens sobre suas próprias dificuldades toma uma dimensão que merece ser olhada de perto. O jovem hoje *vivendo em sua própria pele* tem o desafio em **equilibrar** o mundo subjetivo, emocional com a sobrevivência material, e parece sentir que há realmente uma incapacidade pessoal em atingir algo que as gerações anteriores, se supõem, teriam realizado de forma **séria** e talvez em idades mais jovens, sem tanta dificuldade.

Utilizar os parâmetros individuais e familiares, sem considerar o tempo histórico e social em que as gerações atravessam o processo de transição, pode gerar ainda mais um senso de inadequação. Isto se traduz em uma sensação de não amadurecimento diante do passar do tempo, necessário à formação do indivíduo enquanto ser adulto. Considerar as

interações entre as dimensões individuais, familiares e históricas a partir da perspectiva de curso de vida (HAREVEN, 1978) nos abre um leque que permite olhar com mais amplitude e profundidade para esses dilemas.

Apesar de narrarem a percepção de incapacidade de dar conta de suas vidas, tanto Ana quanto Bernardo, em idades próximas aos 25 anos, assumiam responsabilidades sobre suas vidas materiais e também sobre suas relações interpessoais de forma que poderíamos considerar bastante maduras. Ana aos 25 anos de idade tinha terminado o ensino superior em Letras e estava atuando em sua área de formação. Teve o primeiro trabalho aos 18 anos e foi morar sozinha aos 19. No período de realização da pesquisa estava unida, ela e o companheiro estiveram morando juntos, mas seguiram unidos morando em casas diferentes. Naquele momento morava sozinha e sustentava sua casa. No decorrer da entrevista Ana conta sobre o momento que foi morar sozinha como *a melhor coisa que fez na vida*, e também sobre como ter saído da casa dos pais lhe trouxe independência.

[Ter saído da casa dos pais] *eu acho que foi... ter conquistado, independência emocional... porque... é muito difícil né... você, se sentir sozinha e saber que você tá sozinha... que você precisa... se bancar de todas as maneiras, financeiramente, emocionalmente... tudo assim... eu acho que... isso foi mais difícil ...mas agora que eu consegui isso também, eu não sei se... eu acho que tô... meio largada da vida também (risos)*

[Você acha que foi bom?]

Foi muito bom, muito bom, que era o que eu buscava né quando eu fui viajar pelo mundo. Eu pensei nossa 'eu acho que você precisa aprender a caminhar sozinho pra poder dividir sua vida com outra pessoa'... e daí eu consegui isso sabe... mas aos trancos e barrancos... mas eu consegui então eu acho que foi a melhor coisa que eu fiz na minha vida, ter: ido morar sozinha, ter viajado sozinha, ter feito tudo sozinha (Ana 26 anos, dos 13 aos 18 no Japão, solteira, sem filhos, ensino superior em letras, professora).

Ainda assim, em seu relato repete algumas vezes que não se sente adulta porque além de sentir falta de certo equilíbrio na vida entre as demandas materiais e emocionais, também percebe diferença entre a geração dos pais *“da nossa geração, eu não consigo encarar a gente como adulto sabe... porque tem uma leveza também. Eu acho que adulto mesmo assim é meu pai e minha mãe (risos) sabe?”* Essa distância entre o modelo ideal do que seria um adulto, baseado na geração dos pais, e a realidade dos jovens no momento presente, parece colaborar para o sentimento de **ainda não ser** o que se esperava que fossem.

Ainda é possível olharmos para a questão do termo **equilíbrio** entre as demandas emocionais e materiais. Algo equilibrado está em certa medida, **estável**. Embora tivesse conquistado independência material e emocional, Ana não sentia o **equilíbrio** desejado entre estas dimensões da vida, como esperava ter, segundo a visão que teve de seus pais. O movimento da vida mais dinâmico supõe certo desequilíbrio, até para que o movimento

ocorra. Ou seja, as mudanças só acontecem a partir de um desequilíbrio inicial de algo que estava posto, seguido de alguma alteração e nova organização.

Ao considerar a sociedade atual e as intensas transformações por que passamos em termos de tecnologia, comunicação, transportes, que alteram nossa percepção de espaço e tempo, poderíamos supor que estamos em alguma fase de desequilíbrio que antecede qualquer mudança. Este é um momento em que não se parece fácil atingir alguma estabilidade. O **equilíbrio** e a **estabilidade** são aqui considerados estas qualidades que caracterizam o adulto e contrastam com a **instabilidade** e **desequilíbrio** em que os jovens são classificados.

Quando o mundo social em que vivemos apresenta este **chão instável** como seria possível se formar a partir da obtenção de **equilíbrio** e **estabilidade**? Este ideário que não encaixa na realidade social pode gerar ainda mais este senso de **ainda não ser** embora não se tenha tanto mais **onde chegar**. Ao seguir falando sobre a vida adulta, Ana também reconhece que os jovens de sua geração estão realizando suas vidas, mas de uma forma que não condiz com aquilo que se esperava que fosse a **forma adulta** como a conhecíamos. *“A minha geração, é uma geração que assume as coisas, mas de uma maneira um pouco juvenil até sabe”*. Este *modo juvenil* parece caracterizar as novas conformações de ser adulto em um contexto de **instabilidade** e **desequilíbrio**, o que de fato, requer **leveza** para se sustentar.

Esta visão que percebe a leveza e a jovialidade ao mundo adulto atual também foi considerada por outros jovens entrevistados, mas, ao contrário de ser vista como uma inadequação, foi integrada ao jeito que seria ‘bom’ de se tornar adulto. Anderson também ficou confuso ou surpreso com a pergunta inicial de como ele consideraria que fosse uma pessoa adulta, pediu mais informações sobre o que eu gostaria de saber para ter certeza de como responder a indagação. Ao refletir, toma a si mesmo como parâmetro, inicialmente a partir da idade e depois as considerações sobre modos de vida, trazendo a diversão e jovialidade como pontos positivos de uma vida adulta em sua concepção.

Adulta? Como assim? Dia a dia dela assim?

[Pensando o que é uma pessoa adulta, quais características ela teria?]

Ah vou falar por mim acho... 31 é adulto já ne? (risos)

[Você se considera adulto?]

Ah já, acho que já né, 31 anos, moleque não é mais né? ...Ai acho que tem responsabilidade, acima de tudo responsabilidade, entendeu? Acima de tudo responsabilidade, trabalhar, se divertir também né, com certeza. Porque tem gente que acha que adulto é aquele cara velho que fica em casa né, vira aquele velho né. Não é verdade? Tem gente que resume isso a adulto.

Não, adulto pra mim é outra concepção, é pessoas que, tem suas responsabilidades, suas obrigações, deveres, entendeu? Mas também tem seu lado, pra se divertir. Sua independência

[Você se considera assim?]

Eu me considero assim. (Anderson 31 anos, dos 12 aos 18 no Japão, solteiro, sem filhos, superior, arquiteto).

Acima de tudo responsabilidade

A responsabilidade foi a característica unânime para descrever uma pessoa adulta. Embora inicialmente muitos tenham demonstrado dificuldade em dizer imediatamente o que consideravam uma pessoa adulta, após um pouco de silêncio e reflexão, a ideia de responsabilidade surgiu em quase todos os relatos obtidos.

[Silêncio] *pessoa adulta... hum, ah eu acho que é uma pessoa que tem responsabilidades e ela é independente,* (risos), *o que eu não sou ainda cem por cento né...*

[Você não se sente assim? Se considera?]

Cem por cento não, eu acho que eu ainda... apesar que eu sou mãe, tenho minha família... eu ainda tô um pouco grudada na saia da minha mãe, a gente ainda é bem dependente de pai e mãe, eu e meu marido (Laís, 35 anos, casada, um filho de um ano e três meses, superior completo, tec. administrativa).

[Silêncio prolongado] *ah uma pessoa que, tem responsabilidade, tem ciência das responsabilidades né, que pode... pode agir de acordo com isso né, sabendo lidar com as consequências também né, acho que tem mais a ver com responsabilidade* (Heitor, 35 anos, noivo, sem filhos, superior em direito, fotógrafo).

Segundo Meira (2009) a palavra **responsabilidade** traz desde sua origem etimológica o significado de uma qualidade **daquele que possui a capacidade de responder, por seus próprios atos ou de outrem**. Mas para além de apenas responder, também está ligada a um senso de comprometimento e compromisso, tem um sentido de garantir e assegurar.

Vê-se que não se trata uma resposta qualquer: conota uma resposta compromissada com a verdade. [...] A etimologia fornece dois elementos importantes: resposta (ou capacidade em responder) e liberdade limitada. Aceitar e assumir responsabilidades leva à perspectiva que, em tendo responsabilidade, o indivíduo encontra-se apto a responder, adquire voz ativa e é liberto, no limite possível que um indivíduo pode atingir, dentro das relações com o grupo (MEIRA, 2009, p. 194).

Este termo teve um grande destaque em relação aos demais termos que também estão associados ao mundo adulto em uma dimensão subjetiva, como os ganhos de autonomia, liberdade e também independência. Enquanto estes (autonomia, liberdade e independência) estão relacionados a momentos de escolha individuais e possibilidade de execução destas escolhas, a responsabilidade parece ser a capacidade de sustentá-los ao longo do tempo. Para, além disso, a responsabilidade também é uma característica que tem muito mais comprometimento com o grupo e a ideia de limites claros das liberdades individuais. Esta característica, como vimos anteriormente, é bastante forte na cultura japonesa e como ela

se expressou no Brasil a partir da **ética dos débitos (on)** que opera entre as famílias nipo-brasileiras.

Por que era difícil saber o que é uma pessoa adulta? Estes silêncios e reflexões, o “não saber” sobre uma fase da vida que é a própria fase em que os indivíduos vivem, também diz algo. Os jovens vivem sob uma perspectiva temporal que orienta a vida para um futuro, para um lugar de realização e desenvolvimento ‘plenos’ e teoricamente este lugar é composto também (mas talvez não só) pela aquisição das capacidades que caracterizam uma pessoa adulta.

Apesar disso, muitos começaram a discorrer sobre o assunto tomando por base as próprias vidas naquele momento. Ou seja, embora não fosse uma questão refletida, já era sim vivenciada de modo que estes jovens se consideravam de alguma forma como pertencentes ao grupo social de **adultos**. Além de si próprios, as principais referências que apontaram como sendo de pessoas adultas orbitaram entre os pais e os companheiros conjugais, sendo estes unidos ou não. Geralmente estas eram as pessoas com quem podiam contar em momentos de dificuldade e nas quais buscavam apoio e suporte. Um **chão** quando este parecia lhes faltar. Embora a transição seja esse processo de conquista do próprio espaço, ele não parece acontecer de forma linear, como vimos anteriormente, a reversibilidade tem sido uma questão atual e frequente em relação aos marcos transicionais demográficos.

O corpo e seus espelhos

A imagem do tornar-se adulto ao se apresentar ligada a uma corporeidade, nos remete de alguma forma aos ritos de passagem das sociedades tradicionais, em que os corpos passavam por processos físicos em rituais que demarcavam a alteração de um *status* a outro dentro do grupo. Embora nas sociedades modernas não tenhamos estes tipos de demarcações tão rígidas, o corpo segue, de alguma forma, representando os sentidos de tempo e passagem do tempo, individual, familiar e social. Um corpo **no mundo**. Quando consideramos a trajetória destes corpos **pelo mundo** como no caso dos jovens transmigrantes, muitas outras marcas podem ser grafadas no sentido de sentir-se ou tornar-se adulto.

De qualquer modo, o corpo que se sente adulto é aquele que **anda com as próprias pernas** e nesse sentido trazemos essa questão da mobilidade e da possibilidade de se mover de forma autônoma, relativamente independente e teoricamente livre. Junto com estas questões acerca da capacidade de escolhas e execução de suas próprias ações, o que apareceu como mais determinante na percepção dos jovens como características de sua vida adulta foi o momento seguinte às escolhas: **a responsabilidade**.

O rito de passagem de forma institucionalizada nas sociedades modernas parece suprimido. Sem sua celebração, perdem-se elementos importantes. Muito mais do que elaborações ou dramatizações secundárias que, à primeira vista, parecem apagar os conflitos gerados pela transição difícil de uma posição a outra, o foco dos ritos de passagem não é apenas o jovem. Alcançam a dimensão do indivíduo como proposição da mudança de status, promovem o **voltar-se para o outro, um sentir por intermédio do estar e fazer juntos** (MEIRA, 2009, p. 191).

Este “voltar-se para o outro” dialoga diretamente com o tema principal que foi apontado pelos jovens *nikkeis* sobre a noção de ser adulto: a **responsabilidade**. Nesse sentido chegar nesse ponto individual de ser capaz de **responder** por si mesmo e por outrem, é sempre responder também para um outro. Aqui observamos a noção de valores que operam colocando o coletivo e o comum antes dos interesses individuais. Esta é também uma das fortes características da cultura japonesa herdada pelas famílias nipo-brasileiras, as ideias de *giri* (expectativas coletivas) e *ninjo* (desejo) que como vimos o primeiro representa a lealdade aos valores sociais e coletivos, enquanto o segundo representa a inclinação individual, pela ética japonesa os interesses individuais sempre devem ceder aos coletivos (CARDOSO, 1995).

*Pessoa adulta tem que ter **responsabilidade**, tem que ser... pra mim essa que é a primeira coisa ... e independência também né, pra muitas coisas né, pra muitas coisas...trabalhar...né...acho que é mais isso assim...e educação que eu acho que faz muita diferença né, sei lá...eu acho que... não digo educação estudo necessariamente mas você **tem que ser, pensar nos outros também né, não só em você... eu acho que é mais isso...***

[...]

*Eu acho que [pessoal adulta] é aquela que paga suas contas... que tem **responsabilidade** pra isso, **que pode fazer o que ela quiser fazer, mas ela tem que saber que vai ter consequência**, porque eu sou assim, é, ...eu penso sempre na consequência, não ajo por impulso, muito difícil assim eu agir por impulso... e eu acho que adulto é isso assim, **não tem a ver com relacionamento de... formar família... nada disso, eu acho que é ter responsabilidade**, é saber que hoje você pode fazer o que você quiser fazer, sair, fazer o que você quiser fazer, sair pra onde você quiser sair, gastar com o que você quiser gastar mas você tem conta pra pagar, então tem que saber as consequências disso, tem que arcar com as **consequências** (Camila, 24 anos, dos 6 aos 18 no Japão, solteira, sem filhos, superior em andamento, secretária executiva em empresa de esporte).*

Do ponto de vista subjetivo as dimensões de **responsabilidade** e **independência** foram bastante mobilizadas para descrever o sentido de **ser adulto** entre os jovens entrevistados. Estes aspectos não estão desvinculados dos eventos que descrevem a transição também do ponto de vista objetivo. As relações sociais, econômicas e interpessoais também são fatores que alteram a percepção dos jovens sobre si mesmos e sua condição enquanto adultos ou não.

No eixo em que apresentamos as experiências passadas dos jovens, as esferas da educação e trabalho foram exploradas e discutidas em relação às experiências migratórias e

suas influências no curso de vida. Neste eixo que representa o momento presentes as dimensões de formação de domicílio, união conjugal e parentalidade são mobilizados para compreender os momentos de se tornar adulto a partir também destes eventos.

7.4 A conquista do próprio chão: a saída de casa como principal marcador de transição

Embora a transição para a vida adulta seja vivida enquanto um processo que passa por diferentes etapas, o evento que parece ter sido mais significativo do ponto de vista dos jovens para se sentirem adultos foi a **saída da casa dos pais** e separação da família de origem. Este marco transicional muitas vezes é associado à entrada em união conjugal e formação de um novo domicílio.

Para este grupo de jovens que apresentou um perfil transicional mais voltado ao mundo do trabalho, a saída da casa dos pais esteve na maior parte das vezes associada a essa esfera da vida. A entrada no mercado de trabalho foi, inclusive, muitas vezes apontada como o primeiro momento na vida dos jovens em que se sentiu que estavam se tornando mais adultos. O trabalho foi também um primeiro marco significativo, embora a formação de domicílio, concomitante a entrada em união conjugal ou não, foi considerado o evento principal de marcador de transição pelos jovens.

Sair de casa é um movimento que vai do âmbito privado da família para o mundo público, para a esfera política e do trabalho. Assim sendo, vemos que é um movimento que ocorre a partir de um lugar de dependência, sendo a esfera privada o lugar por excelência da mulher e da criança nas sociedades modernas patriarcais, para um espaço de relativa independência, liberdade e responsabilidade do âmbito público.

A discussão sobre a esfera privada e esfera pública nos direciona também para a questão das diferenças de gênero na transição para a vida adulta. Estas diferenças operam a partir de uma hierarquia convencionalmente aceita e legitimada entre a esfera pública ser reconhecida como superior e o mundo privado, da casa e da família o 'suporte' para que o trabalho no mundo externo possa se realizar. Colocar a **saída de casa**, a entrada no mundo público como um marco de **adulter** seria também relegar às mulheres que seguem realizando trabalhos domésticos mesmo após a idade adulta a eterna condição de dependentes, imaturas e por consequência submissas às decisões de outrem.

As figuras de linguagem que foram utilizadas como categorias analíticas para compreender o período de transição para a vida adulta e o próprio sentido de **tornar-se** adulto apresentaram um aspecto de gênero de forma sutil. As principais figuras utilizadas pelos

homens tinham um sentido de mobilidade e saída para o mundo, exposição e desafios de ‘andar com as próprias pernas’ e ‘dar a cara para bater’. As mulheres utilizaram figuras que representavam a segurança do ‘teto’, da ‘casa’, do ‘canto’, o ‘cortar as asas e ter os pés no chão’. Entre os homens surgiram falas como:

Já dei minha cara bastante pra bater

[Falta] ...***se virar sozinho***. *Aqui eu não tô conseguindo fazer isso, só que eu já passei por isso no Japão. [...] eu já tive isso temporariamente, [...] eu conheço o caminho pra chegar lá*

Será que é isso aqui, é essa a sensação de independência? De tá sozinho... caminhando com as próprias pernas né...

*Eu acho que eu sugo eles [os pais], porque, eu acho que já tá na hora de **sair um pouco debaixo das asas deles***

Eu já tava andando com as próprias pernas sabe? *Então eu já tava com mais experiência*

*Minha história, de alguém que **saiu de casa**, novinho ainda 21 anos, **pra levar tapa na cara da vida** e ver nóia na rua... me dá segurança isso cara!*

*Porque se tivesse **preso na barra da saia da minha mãe até hoje**, eu não ia ser assim, não seria assim, mais pela maturidade.*

Entre as mulheres as figuras que surgiram tiveram os aspectos que representam mais essa imobilidade da casa, do teto, da segurança:

*Maturidade né, maturidade, ela [a pessoa adulta] ter o **pé no chão...***

*Enquanto eles [os pais] ainda **estavam me dando um teto**, eu ainda era dependente deles*

Quem casa quer casa

Quando eu comecei a bancar a casa

*Meu pai sempre **cortou minhas asas** assim, mas eu hoje agradeço muito porque hoje eu sou. ...**centrada, pé no chão***

Ter um canto meu. *...ter um lugar meu sozinha, sem estar com alguém por necessidade.*

Em nosso grupo entrevistado apenas uma jovem estava fora do mercado de trabalho no período das entrevistas, ela tinha tido filho há um ano e três meses e estava fazendo a adaptação da bebê para ficar com os avós e buscava retornar ao mercado de trabalho. Era fisioterapeuta e sentia que iria “regredir” em relação à sua independência financeira depois da maternidade e saída do mercado de trabalho.

[você se sente como uma pessoa adulta?] *Sim, sim...tirando a parte financeira agora que eu vou regredir um pouco... sim! (risos) da família já ...tudo bem que não tenho minha casa [própria] ainda mas...eu acho que...a vida adulta começa a partir do momento que você começa a ter uma certa responsabilidade e ter uma certa independência financeira...* (Larissa, 32 anos, unida, uma filha de 1 ano e 3 meses, superior completo, fisioterapeuta).

Larissa era unida conjugalmente e residia com o companheiro e a filha em residência de fundos da casa dos sogros. Durante a gestação com complicações passou um tempo vivendo também com os pais.

Considerado que o perfil de nosso grupo entrevistado tenha realizado a transição para a vida adulta principalmente pelas esferas do trabalho e estudo tanto entre homens quanto entre as mulheres, o diferencial de gênero se apresentou mais forte nas representações simbólicas dos jovens do que nas experiências vividas propriamente. A migração e a forte valorização dos estudos e trabalho fizeram com que o perfil de transição entre os homens e mulheres do grupo fosse mais semelhante entre si.

A saída da casa dos pais e a sensação de estar se tornando ‘*mais adulto*’ esteve bastante vinculado ao movimento migratório, tanto do Japão para o Brasil pelos jovens filhos de imigrantes, quanto do Brasil para o Japão no caso dos bolsistas das províncias japonesas de seus avôs.

Acho que quando fui pro Japão... deve ter sido..um divisor de águas... fui morar sozinho... estava longe de todo mundo que você conhece né (Gabriel, 30 anos, viveu no Japão por um ano como bolsista aos 22 anos).

*Senti mais independência quando **sai de casa**, que fui morar com o marido. Sentia **apoio** na família do meu marido* (Rose, 30 anos, viveu dos 8 aos 19 no Japão, retornou e saiu da casa dos pais com essa idade para viver com o marido no Brasil).

*Depois que sai de casa, senti uma coisa de descoberta, **antes eu era a filha da minha mãe e do meu pai** [...] descoberta de quem eu sou* (Marcia, 31 anos, viveu dos 9 aos 21 no Japão, saiu da casa dos pais com 17 anos ao retornar para o Japão sozinha depois de tentar um ano de adaptação no Brasil com a família).

[Quando começou a se sentir mais adulto?]

*Eu acho que foi essa última vez que voltei pra cá [Brasil] ..foi essa vez que voltei pra cá... Em 2009, **porque meio que rompi com a parte da família da minha mãe, que era a família que eu tinha morado até então**. [...] aí eu fui pra Brasília, trabalhar e tudo, e aí foi a primeira vez que **aluguei apartamento sozinho, com meu dinheiro**, aí eu falei assim, é agora... acho que realmente... foi nesse momento que eu senti que pra manter tudo aquilo só dependia de mim. Acho que foi o momento que... a ruptura foi aí... de tipo. ‘Ah realmente né, será que é isso aqui, é essa a sensação de independência?’ De tá sozinho... **caminhando com as próprias pernas né** (Giulio, viveu no Japão dos 12 aos 26 anos de idade, saiu da casa dos pais duas vezes ao retornar para o Brasil e foi morar sozinho pela primeira vez aos 26 no terceiro retorno).*

[Quando começou a se sentir mais adulto?]

Quando comecei a trabalhar e morar sozinho, aqui [no Brasil]. Lá no Japão não, no Japão não era, morava com meus pais, meu dinheiro era meu, fazia o que eu quisesse (Danilo, 27 anos, dos 12 aos 18 no Japão, saiu da casa dos pais aos 22 anos de idade)

A saída da casa dos pais se mostrou um movimento significativo na percepção sobre a responsabilidade e os processos de autonomia e independência desejada pelos jovens. No entanto, este movimento de saída nem sempre se segue da formação de um domicílio independente nos arranjos em que os jovens gostariam. Muitos passaram por processos de viverem diferentes arranjos domiciliares, principalmente enquanto estudavam, até a conquista de **seu próprio** chão. Para aqueles que já haviam saído da casa dos pais, mas ainda não vivia no arranjo domiciliar de sua preferência, este objetivo seguia sendo perseguido. Para os jovens que viviam com os pais a saída e a conquista de sua própria casa foi vista como o passo que faltava para se sentirem plenamente adultos.

[O você acha que falta pra que se sinta como uma pessoa adulta?]

*É eu acho que falta essa parte financeira da gente conseguir se manter sozinho, sem ajuda de ninguém né, **de tá morando sozinho...** coisa que se a gente fosse pro exterior, com certeza a gente ia ter que fazer sozinho ne, porque não ia ter pai nem mãe pra ajudar (Laís, 35 anos, não esteve no Japão, casada e tem um filho pequeno, mora no apartamento da mãe com o marido e o filho).*

***Não dividir mais apartamento... casa com as pessoas, ter um canto meu [...]** ter um lugar meu sozinha, sem estar com alguém por necessidade. Antes eu até pensava, 'quero comprar um apartamento, casa, carro', ainda penso, só que agora eu tô postergando pra quando tiver aposentada. Porque por enquanto quero viajar (Patrícia, 28 anos, viveu dos 10 aos 16 no Japão. Saiu da casa dos pais aos 16 e viveu em diferentes arranjos domésticos, com parentes e amigos, no período da entrevista dividia uma casa com mais duas amigas).*

Tanto os jovens que moravam com seus pais desde sempre até aqueles que já tinham saído da casa dos pais e retornado relataram o mesmo objetivo como requisito para se sentirem *mais adultos*.

*É... acho que quando eu sair... **quando eu tiver a minha casa eu vou falar 'puta agora eu sou adulta mesmo né!'** É esse sentimento (Maria, 32 anos, esteve no Japão como bolsista, mora com os pais).*

*Falta sair de casa. E **...ter mais coragem pra tomar decisões** eu acho também, assim, eu preciso... ter coragem pra pagar minhas contas, tipo parar de depender dos meus pais em relação ao aluguel e **eu tenho medo de sair de casa e não dar conta [...]** eu acho que falta essa coragem de tomar decisões, é, sem pensar nos outros assim, sem pensar em magoar os meus pais, ou sem pensar em não ter dinheiro pra... bancar... **me bancar** e ajudar eles. Então acho que falta... **a responsabilidade eu acho que já tenho. Falta a coragem mesmo** (Camila, 26 anos de idade, viveu dos 6 aos 18 no Japão, residia com os pais).*

*Acho que um passo, [que falta] é **morar sozinho outra vez ne**, e ter assim condições é de me, assim, **de me manter eu acho. Independente da família** (Bernardo 25 anos,*

viveu de 1 aos 22 anos de idade no Japão, tinha saído da casa dos pais aos 15, 17 e aos 21 por conta da migração e de vivência no futebol, morava novamente com os pais no período da entrevista).

Os jovens que viviam com os pais ou em outros arranjos domiciliares consideravam que estavam naquelas condições por certo tempo, com objetivo de realizar sonhos futuros. O suporte material e financeiro oferecido pela família ou mesmo em arranjos compartilhados era um lugar de transição, um **apoio** que permitiria que os jovens realizassem o sonho do seu próprio **chão para crescer**.

Maria morava com a família, tinha um trabalho estável em uma empresa japonesa há cinco anos e um namoro longo em que faziam planos de viver juntos. Considerava que não saia da casa dos pais, pois assim poderia fazer uma poupança para comprar seu próprio imóvel e morar com o companheiro. Bernardo que também morava e trabalhava no negócio da família se mantinha junto com os pais para conseguir cursar a faculdade na área de esportes que ele sempre quis, a faculdade era particular e tinha um gasto grande para manter-se estudando. Camila embora não tivesse planos definidos, não tinha saído da casa de seus pais por insegurança com o futuro, sem saber se conseguiria se manter sozinha. Também se preocupava se a decisão individual de sair poderia afetar negativamente sua família.

Ter chão, crescer e dar frutos: relacionamentos e filhos

O evento da transição para a vida adulta que menos encontramos dentre os jovens nipo-brasileiros foi a maternidade/paternidade. Do grupo de 17 jovens entrevistados apenas quatro delas tinham filhos, todas estavam em uniões estáveis ou casadas. Em relação à união conjugal, dos 17 jovens, dez deles já tinham entrado em união pelo menos uma vez, entretanto nem todos se encontravam em união no momento das entrevistas. Os eventos que marcam a formação de novas famílias foram menos experimentados pelos jovens, embora grande parte estivesse no intervalo superior de corte de idade considerado para a vida adulta (29 anos no Brasil e 35 no Japão).

Isso não significa, no entanto que esta não fosse uma dimensão considerada importante. Dos que não estavam unidos, mas se encontravam em uma relação afetiva estável os planos eram de união e/ou casamento. Em relação à maternidade e paternidade, de todos os jovens entrevistados apenas uma delas disse não ter planos sobre ter filhos *“já pensei vagamente, mas nada concreto”*. Todos os outros tinham a vontade, alguns sabiam quantos filhos queriam ter e até que idades, as mulheres principalmente se preocupavam em ter filhos

até os 34 anos de idade. Dois jovens disseram não querer ter filhos biológicos, mas adotar uma criança, ser de alguma forma referência para uma criança.

A maior parte dos jovens disse que para ter filhos precisaria primeiro ter uma estabilidade financeira e de trabalho. Das jovens que tinham filhos, este evento foi marcante em suas transições. Rose e Sara tiveram o primeiro filho por volta de 20 anos de idade e Larissa e Laís em torno dos 30.

*Eu acho que é... o lado de ser pai e de ser mãe te torna uma pessoa mais adulta, mesmo que as vezes você já tem uma certa idade, mas você não tem tanta **responsabilidade** né... quando você tem filho, pô, você começa a cair a ficha, você fala, **poxa eu tenho que cuidar de uma vida né então... acho que você acaba se tornando um adulto por causa disso** (Sara, 34 anos, não esteve no Japão, mãe de quatro filhos, teve o primeiro aos 20 anos de idade).*

Sara e Rose que tiveram filhos na faixa dos 20 anos de idade sentiram a maternidade como um evento significativo em suas entradas na vida adulta. Rose a partir da gravidez retornou ao Brasil, se casou, e foi morar com o marido no fundo da casa dos sogros. Sempre contou com a ajuda dos familiares no cuidado com os filhos, teve o segundo filho depois de cinco anos. A maternidade impactou em sua saída do mercado de trabalho por um tempo, retornou quando o primeiro filho tinha dois anos. O marido não queria que ela voltasse a trabalhar fora de casa, mas quando ele se acidentou ela retomou o trabalho, reiniciando primeiro em uma agência de viagem por indicação do irmão e depois conseguiu o trabalho no consulado japonês onde trabalhava há cinco anos.

Sara entrou em união com o atual companheiro aos 20 anos de idade quando engravidou. Casaram somente depois do nascimento do segundo filho.

*Acho que só quando a gente é mãe que a gente sabe, quando a gente fala é uma coisa... **mas pra quem é mãe... é totalmente diferente né.** Eu acho que é interessante porque assim, **muda tudo! Muda a parte financeira**, que a parte financeira você... você tem que pensar nos filhos, você tem que pensar no que **cê vai gastar. Muda a parte também do... da responsabilidade.** Eu acho que... eu acho que até o que me fez melhorar profissionalmente foram os meus filhos, **cê fala 'poxa, preciso melhorar, preciso ter mais condições', cê quer dar o melhor pra eles, então você se esforça, você corre atrás, acho que é uma motivação né.***

[E na rotina?]

*Nossa rotina também (risos) de não dormir à noite, de correr no dia a dia [...]
Hoje é super corrido porque **tenho quatro filhos né, então tem que sair de manhã, vou trabalhar... ai fico o dia inteiro, [...]** agora, **tenho pelo menos os meus pais, eu moro com meus pais aqui, com minha batchan [avó], e meu pais que acabam cuidando das crianças pra mim né, então vou trabalhar, eles vão pra escola [...]** aí aqui a tarde ficam todas as crianças junto com meus pais, com a minha vó, um cuidando do outro... e aí eu volto a noite né... E a minha sorte mesmo é porque eu **tenho meus pais pra dar uma força...** (Sara, 34 anos, não esteve no Japão, mãe de quatro filhos, teve o primeiro aos 20 anos de idade).*

Larissa e Laís que tiveram filho um pouco mais velhas, com 31 e 34 anos respectivamente também sentiram que este evento é o que mais chama para a tomada de **responsabilidade**, pois tem outra vida que passa a depender delas. Se em um primeiro momento a realização de vida adulta passa por **sair de casa** e a responder por si mesmos, quando os jovens entram em união e/ou têm filhos as redes familiares voltam a ser novamente tecidas agora em diferentes arranjos. As jovens que tiveram filhos, independentemente da idade ou da trajetória migratória, contaram fortemente com a rede de apoio familiar no cuidado com as crianças para poder seguir suas carreiras e estudos.

Laís conta com ajuda da mãe que mora junto e dos sogros que moram perto, Larissa está ficando bastante tempo na casa dos pais para adaptar sua filha a ficar com os avós para que possa voltar a trabalhar em sua profissão. Conta que depois que teve sua filha sentiu que “*regrediu*” em relação à independência financeira. O marido de Larissa também diz que ela não precisa trabalhar, mas esse desejo de retornar ao mercado de trabalho passa por sua realização pessoal para além da formação familiar.

Eu senti assim, que é muita responsabilidade, mas também é muito amor né, muito legal, mas também a liberdade, a liberdade já era né, de você fazer o que quer, tem mais liberdade pra nada [...] eu já não tava mais no pique de ficar saindo, mas assim as vezes eu sinto falta de ter a liberdade de ai... não só de ter filho, mas de tá casada também (Laís, 35 anos, não esteve no Japão, casada e teve filho com 34 anos de idade).

A questão da liberdade e de necessidade de uma maior rede de apoio foi mais sentida e considerada pelas mulheres que tiveram filhos. As relações dos pais das crianças foram relatadas como boas em todos os casos, entretanto todas consideravam que os pais tinham vontade de ajudar e até se esforçavam, mas que ao final quem acabava cuidando de fato dos trabalhos com as crianças eram elas e os familiares.

Ajuda bastante, mas também tem o lado preguiçoso de homem que diz ‘depois eu faço’ e esse depois não chega nunca, então acaba fazendo pra não ter dor de cabeça (Laís, 35 anos, casada, tem um filho de ano e meio).

Ele participa, desde a gestação do começo, participou sempre do pré-natal foi sempre junto, viu o parto [...] dar banho, trocar fralda, se precisar ele faz, mas prefere não fazer porque sente não saber (Larissa, 32 anos, casada, tem uma filha de um ano).

Na esfera da família a relação desigual dos papéis de gênero se mostrou explícita, inclusive quando as jovens relatam que seus companheiros ou maridos não gostariam que elas voltassem a trabalhar fora de casa depois de terem filhos. Apesar das restrições e desejos dos companheiros, as mulheres que tinham sido mães se mobilizaram com seus familiares para

seguir suas profissões e o trabalhos **fora de casa**, buscando crescer profissionalmente e garantindo o bom cuidado de seus filhos.

Ana que aos 26 anos de idade estava formada no ensino superior e trabalhando em sua área, unida conjugalmente residindo em domicílios independentes, relatou que o que sentia que faltava para se sentir adulta era ter um filho. Em seu imaginário as responsabilidades que essa tarefa exige a colocaria em outro patamar em relação à vida que levava naquele momento.

Olha eu acho que... no dia que eu tiver um filho, daí eu vou pensar 'agora, agora... (não sei se eu posso falar aqui, risos) agora fodeu, putz, agora eu preciso né, não é nem que eu vou me sentir, agora eu preciso! ...tem uma pessoa que depende de mim'. Acho que é isso sabe! Meus amigos, a gente não depende de ninguém, e também não tem ninguém dependendo da gente, acho que a gente não sente isso na pele sabe, é uma coisa meio.... acho que a gente tá tudo meio jogado assim sabe, esperando melhorar...

A questão da dependência/independência que notamos nesta fala de Ana nos trouxe a reflexão de que, se em um primeiro momento a busca pela **independência** da família de origem faz parte do processo de transição para a vida adulta, na sequência, ter relações de **interdependência** parece ser chegar **ao lugar do adulto**. A maior parte dos jovens entrevistados para esta pesquisa estava em uma fase de busca ou conquista de sua própria **independência** e assumindo **responsabilidades** sobre suas próprias vidas. Os projetos futuros, entretanto, seguiam na esteira do que foram as trajetórias familiares de seus pais e avós. Apesar da migração e as sociedades capitalistas contemporâneas suscitarem **rupturas** e **deslocamentos** de visões e práticas, a **continuidade familiar** parece persistir no imaginário e realidades dos jovens nipo-brasileiros em São Paulo.

Embora as relações de **interdependência** ocorram sempre nas relações sociais, o lugar privilegiado e legitimado destas relações é a esfera familiar, por onde os jovens buscam realizar este **pertencimento ao mundo em que habitam**. O mundo do trabalho e as esferas públicas delineadas pelo sistema capitalista de produção operam com a lógica de um **individualismo** que separa cada um e sua própria busca pessoal. Este sistema alimentado por **competição** e ideais de **liberdades individuais** acaba por tornar cada indivíduo responsável por suas próprias conquistas e derrotas. O olhar comparativo e competitivo estimulado neste âmbito termina por fragilizar ainda mais os **laços sociais** e de **solidariedade** que poderiam ser mais comuns entre diversos tipos de relações, mas que ficaram confinadas à esfera da vida privada e familiar onde os jovens seguem buscando por este **refúgio seguro**.

7.5 Quais futuros possíveis?

Em relação ao **futuro**, trabalhamos com as expectativas e sonhos dos jovens, se teriam, e quais seriam seus planos. Também podemos observar a relação que os jovens podem ter hoje com perspectivas temporais, de curto e/ou longo prazo. Assim, consideramos as questões sobre a percepção do tempo no momento contemporâneo, em que transitamos entre uma ideia moderna de **tempo linear**, e que parece ainda ser nosso referencial ideal, e uma percepção temporal que se encurta, em que os avanços em comunicações e transportes nos coloca em **tempo simultâneo, virtual**, onde “**o presente parece ser tudo que existe**” (HALL, 2002, p. 70).

*Eu penso [sobre o futuro], eu penso, antes eu pensava muito, ficava louca, mas agora eu não penso muito não.... Eu penso que assim, eu tenho que continuar trabalhando, assim antigamente, o limite né, **no Japão eu pensava muito no final de semana**, eu acho que aqui eu penso: ‘ai todo ano então eu chego nas férias eu vou viajar’, tá bom, pra mim tá bom entendeu, viver assim tá ótimo [...] então é assim, o meu limite é sempre de um ano, é até as próximas férias [...] **então tá bom viver assim, de um ano em um ano porque eu acho que pra quem viveu de final de semana, de repente vira uma velha que começa a projetar de 20 em 20 anos [...]** se as coisas acontecerem dentro desse um ano, ok também, mas eu acho que é isso assim, pensar de pouquinho em pouquinho. Nunca é como antes: ‘daqui cinco anos vou comprar uma casa, daqui dez anos vou ter um filho...’*

[Você pensava assim?]

*Pensava, logo que cheguei [no Brasil]... mas acho que é **um pouco de fuga, de não querer viver o presente, pra achar que no futuro vai ser melhor**, mas e se nunca melhorar né? Você vai ficar o tempo inteiro vivendo isso né? Não dá pra viver assim (Ana, 26 anos, dos 13 aos 18 no Japão, solteira, sem filhos, ensino superior em letras, professora).*

Este relato de Ana demonstra uma mudança na relação com as dimensões temporais da vida. Depois de cinco anos de bastante dificuldade em se adaptar no Brasil ela passa a trazer o olhar para mais próximo de onde/quando vive. A perspectiva de viver **em outro tempo** ou **em outro lugar** parece fazer parte do imaginário principalmente dos jovens que cresceram em migrações de caráter transnacionais, **suspensos** entre os espaços. Quando diz que no Japão vivia “*a cada final de semana*” fica bem clara a falta de perspectiva e de planejamentos possíveis de futuro em processos migratórios, que não sejam os retornos imaginados. No Brasil seu olhar se direciona para o período de férias em que planeja suas viagens. Estar **em trânsito** parece ser algo aprendido e praticado até que a vida encontre um **sentido**.

Outros jovens que tiveram seus planejamentos frustrados também relataram que não fazem mais muitos planos porque segundo eles “*não adianta muito fazer planos*”. Larissa, que tinham objetivo de viajar em intercâmbio para o Canadá quando foi para o Japão, diz que ao conhecer o atual marido no Japão todos os seus planos mudaram, se casou e teve

uma filha e agora não pretende mais viajar. Seus planos agora são de construir a casa própria e não precisar mais viver na parte do fundo da casa dos sogros nem com os pais.

Entretanto, dos jovens que tinham planos claros para si, estes passavam de forma compartilhada pelas expectativas socialmente esperadas: estabilidade no trabalho, casar, ter filhos, ter a casa própria. Este foi o desejo expresso pela maior parte dos jovens entrevistados para esta pesquisa. Estes ideais que assumem uma característica de certa **estabilidade** na vida, como vimos, estão estreitamente ligados aos valores e referências que estes jovens tiveram de seus pais.

[Você acha que falta ainda algo para que se sinta uma pessoa adulta?]

Falta! Casar, ter filho, comprar uma casa! Acho que o homem completa ne, o homem, estabilizar financeiramente.

[Você se sentiria mais adulto?]

*Não adulto, mais realizado, mas pra essa realização tem que estar bem mais **adulto, mais maduro. É o tempo** (Anderson, 31 anos, dos 12 aos 18 no Japão, arquiteto).*

*Tenho [planos futuros], eu quero num curto espaço de tempo começar a trabalhar na minha área, é... adoro trabalhar com eventos, então eu quero ir pra esse ramo de eventos. Assim em relação à relacionamentos, eu quero **me estabilizar** claro, mas casamento não é uma coisa que eu penso assim a curto prazo. Vou **terminar a faculdade**, vou curtir o que tiver que curtir. Ai **depois eu penso em relação à casamento**, mas no campo profissional que é o que mais me puxa agora é isso, **entrar na minha área e seguir pra área de eventos... ah e ter uma casa**, assim nós [pai e mãe] temos uma casa, que é nossa né, é comprada, mas eu não enxergo ela como minha, eu vejo ela como dos meus pais... (Camila, 24 anos, dos 6 aos 18 no Japão, solteira, sem filhos, superior em andamento, secretária executiva em empresa de esporte).*

Sim, daqui uns cinco anos gostaria de trabalhar com esporte, gostaria de ser preparador físico e também penso em constituir família, mas primeiro penso na parte profissional (Bernardo, 24 anos, de 1 aos 23 anos no Japão, solteiro, sem filhos, superior cursando educação física, comerciante).

Estes sonhos compartilhados parecem ser o norte dos jovens para o processo de finalização de suas transições para a vida adulta. Embora vivam em um contexto de alta reversibilidade dos eventos que marcam a transição, como muitos deles inclusive vivenciaram, alcançar a **estabilidade** com casa própria, o casamento e o sucesso profissional parece ser o objetivo.

Entre pensar ou não, planejar ou não o futuro, os jovens nipo-brasileiros vivem o presente no Brasil marcados por suas trajetórias migratórias e as heranças das trajetórias migratórias de seus antepassados. Este grupo que se forma como uma população **imigrante** desde sua origem no Brasil está de certa forma há mais de um século na busca por um **solo seguro**. Os japoneses que vieram para o Brasil no início do século XX buscavam a **terra dourada** onde diziam que havia muito ouro. Os nipo-brasileiros que foram ao Japão buscavam **melhores condições de vida** e os filhos destes imigrantes seguem em **trânsito** por

esta busca entre Brasil e Japão. Os jovens que entrevistamos faziam parte daquele grupo que, a despeito das dificuldades encontradas ao retornar ao Brasil, decidiram permanecer e '*tentar suas vidas aqui*'. Foram os **descendentes** da migração que **cresceram entre dois mundos** buscando repousar seu próprio **corpo** em seu próprio **chão**.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho está inserido no campo de estudos que aborda as relações entre a **transição para a vida adulta** e as **migrações internacionais contemporâneas**. Buscamos refletir sobre as influências, ou consequências da migração internacional de filhos de imigrantes nos processos de transição para a vida adulta destes jovens. Desta maneira optamos pelo referencial teórico de curso de vida (HAREVEN, 1978; ELDER, 1978), o qual adota uma perspectiva temporal da vida e considera tanto as influências de eventos anteriores em eventos subsequentes, quanto as interações entre os tempos histórico, familiar e individual. Para explorar essas relações trabalhamos com o grupo populacional que representa os migrantes que se formam no espaço entre Brasil e Japão, um espaço social transnacional (FAIST, 2008; GLICK-SCHILLER, 1997).

A pesquisa foi realizada a partir de três principais métodos de conhecimento e análise. Em um primeiro eixo trabalhamos com análise bibliográfica, construindo o corpo histórico e teórico dos temas em relação. Em seguida, trabalhamos com análise quantitativa a partir dos dados censitários. Neste eixo buscamos reconstruir as características da população do Estado de São Paulo, subdivida entre nipo-brasileiros e brasileiros não descendentes de japoneses. Analisamos também o perfil dos jovens e de sua transição para a vida adulta. O terceiro momento do trabalho foi realizado a partir de análise qualitativa e buscou o aprofundamento de questões de ordem subjetivas sobre a experiência migratória e o processo de transição dos jovens para a vida adulta. O método qualitativo a partir dos relatos de histórias de vida teve como objetivo aprofundar o olhar para compreender melhor as questões levantadas nesse trabalho: **O que é ser adulto nas sociedades capitalistas contemporâneas? Como se tornar adulto em contexto migratório transnacional?**

Assim, esta tese apresentou duas principais perspectivas para abordar a problemática da pesquisa. De um lado buscamos levantar questões de ordem macroestruturais e demográficas acerca das relações entre os processos migratórios e de transição para a vida adulta. Sob esta perspectiva nos questionamos, por exemplo, como o deslocamento migratório poderia afetar o curso de vida dos indivíduos? O retorno migratório poderia ser visto como um dos eventos da transição para a vida adulta dos jovens? A transição para a vida adulta de migrantes seria mais despadronizada do que dos não migrantes? Qual a relevância dos padrões de *timing* para os filhos de migrantes? O retorno ou a própria experiência migratória poderiam ser considerados como *turning points* em suas vidas?

De outro lado o objetivo foi compreender os sentidos de se tornar adulto e as

implicações da experiência migratória nesse processo. Como os filhos de migrantes experimentam e interpretam a condição de imigrantes desde a infância? Ter a possibilidade de viver nos dois países acentuaria a sensação de provisoriedade que a migração suscita? Quais possibilidades e constrangimentos são oferecidos a eles nesse contexto social expandido? Estes jovens seriam estrangeiros em seu próprio país? As influências do tempo e do lugar seriam facilmente reelaboradas em um contexto social transnacional? Quais são os sentidos de se tornar adulto no mundo contemporâneo? Como se tornar adulto em contexto migratório transnacional? Como organizam e sonham suas vidas?

A combinação de pesquisa bibliográfica, quantitativa e qualitativa nos permitiu explorar as questões levantadas, aprofundando o conhecimento sobre a realidade destes filhos de imigrantes entre Brasil e Japão. Iniciamos por resgatar a origem histórica deste contingente populacional que se consolida em solo brasileiro no início do século XX. Os jovens entrevistados em campo, e aqueles que foram captados pelo Censo 2010 como jovens pertencentes às famílias nipo-brasileiras são em grande parte netos de japoneses que chegaram ao Brasil no passado. A pesquisa de campo captou esta ligação forte com os antepassados uma vez que as histórias dos avós passam a ser narradas pelos jovens, mesmo que não tivesse sido feita uma pergunta diretamente sobre este tema. Assim, compreender esta origem – **de onde vêm** – pareceu ser uma questão importante para começarmos a discutir o tema da migração, dos migrantes e da continuidade desse processo em tempos recentes. Se a pergunta central deste trabalho orbita sobre **quem querem ser** estes jovens, pareceu ser algo relevante resgatar antes **quem foram** e **de onde vieram**.

A migração histórica entre Brasil e Japão e seus desdobramentos e continuidades em tempos recentes foi o primeiro tema a ser olhado de perto. Entender a formação deste grupo populacional no Brasil e suas características, valores e seus ideais norteadores de ação passa por reconstruir a história desse grupo étnico no Brasil. Quando resgatamos o processo da imigração japonesa do início do século XX, podemos compreender melhor o grupo de jovens, descendentes desta história. Este contingente populacional se consolida a partir da permanência (não esperada) dos japoneses em solo brasileiro, principalmente depois do advento da Segunda Guerra, a preservação e mobilização de valores culturais japoneses no processo de adaptação e a integração destes imigrantes na sociedade brasileira (CARDOSO, 1995).

A emigração de parte deste contingente populacional rumo ao Japão em período recente segue atualizando a relação entre os dois países. Nesse contexto, os jovens que foram entrevistados, filhos destes migrantes, carregam não só memórias familiares, mas também

suas vivências entre os dois países, os códigos culturais de influências japonesa que permeiam estas famílias há mais de um século. Trabalhamos com dois conjuntos de códigos que puderam ser resumidos a partir dos termos em língua japonesa. Alguns deles foram incorporadas na sociedade brasileira a partir da migração, como *gaijin* (estrangeiro), *nihonjin* (japonês) e *dekassegui* (trabalhador temporário que veio de fora). Outros menos conhecidos mesmo entre a população nipo-brasileira representam valores culturais dos japoneses que seguiram sendo praticados e atualizados ao longo do tempo, como *on* (ética dos débitos), *giri* (expectativas coletivas) e *ninjo* (aspiração individual) (CARDOSO, 1995). Esta herança cultural que poderíamos chamar de uma **ética nipo-brasileira** nos possibilitou compreender os comportamentos e aspirações dos jovens em suas trajetórias de vida, seja educacional, laboral ou familiar.

Os jovens entrevistados relataram que no Japão não eram considerados como japoneses, ou seja, não pertenciam à categoria de identificação que poderia descrevê-los como um *nihonjin*. Lá eles são estrangeiros – *gaijin*. Entretanto, quando no Brasil, por carregarem no corpo as marcas da ascendência étnica pelo fenótipo japonês, são muitas vezes reconhecidos como japoneses. Muitos relataram este conflito identitário que, inclusive já foi bastante explorado pela literatura especializada neste tema, pois este conflito surge desde os primeiros imigrantes brasileiros no Japão, a geração dos pais destes jovens. Estes primeiros imigrantes brasileiros no Japão deram início à um novo fenômeno migratório e com ele uma nova forma de identificação de migrantes entre Brasil e Japão, conhecidos como *dekassegui* – nipo-brasileiros **fora de seu lugar**. E que lugar seria esse **seu**?

Embora este termo tenha sido amplamente difundido entre os grupos migrantes e mesmo entre a mídia especializada e a literatura acadêmica sobre o tema, na presente pesquisa ele passa a ser questionado pelos próprios jovens interlocutores e filhos deste fenômeno. O termo *dekassegui* e as características e conotações que carrega passam a ser rejeitadas pelas novas gerações de migrantes. Esta rejeição se mostrou de forma explícita, entretanto não poderíamos generalizar este resultado para todos os filhos de imigrantes *dekasseguis*.

Esta foi uma constatação encontrada entre os jovens entrevistados para esta pesquisa, e que no momento da entrevista viviam no Brasil. Buscavam por sua formação educacional e inserção no mercado de trabalho qualificado, justamente para que não tivessem o **destino de fábrica** como *dekasseguis* como muitos mencionaram enfaticamente. A geração de seus pais já não eram nem japoneses no Japão, nem brasileiros no Brasil, mas enquanto imigrantes se tornaram *dekasseguis* nos dois lugares. Estes jovens não querem se tornar *dekasseguis*. Então, **quem querem ser quando crescer?**

Os jovens explicam o retorno ao Brasil e o investimento na formação educacional enquanto projetos pessoais e também familiares, a fim de não reproduzirem a vida de imigrante no Japão, não qualquer imigrante, mas aquele **fora de lugar** nas condições de **peão de fábrica – *dekasseguis***. Estes mesmos jovens agora no Brasil, no decorrer de suas falas se compararam à amigos e familiares que permaneceram no Japão e estão no **circuito *dekassegui***. Nesse sentido reafirmam que a melhor escolha para si mesmos tenha sido voltar para o Brasil e tentar outra vida. Mencionaram também alguns casos de amigos e amigas, considerados como casos raros, exceções à regra, que estão inseridos na sociedade japonesa com formação superior em universidades japonesas ou no mercado de trabalho japonês, como ***nihonjin* – pertencentes** ao espaço social que ocupam.

Dessa forma, reconhecemos que estamos lidando com uma das faces do conjunto de experiências por que passam os filhos de imigrantes brasileiros no Japão. Trabalhamos com o grupo que estava atravessando a transição para a vida adulta no Brasil e têm nessa escolha uma forte valorização dos estudos e do trabalho como forma de crescimento pessoal e amadurecimento. Isso não significa dizer que os jovens que permaneceram no Japão não sustentem valores similares, apenas não tivemos acesso às motivações e aspirações destes jovens e de como estão vivendo do outro lado, uma vez que nosso campo ficou limitado ao Brasil.

Esta constatação sobre a escolha dos jovens por não permanecer no Japão a partir da reflexão sobre o próprio futuro nos permite tratar de parte do primeiro conjunto de questões levantadas para esta tese. Ao questionarmos sobre a influência do processo migratório no curso de vida dos indivíduos, pudemos observar que a primeira emigração em direção ao Japão, de forma praticamente imposta pela família, já cria uma primeira ruptura ou *turning point* do que seria o curso de vida destes jovens, caso não tivessem emigrado. Saem do Brasil em idades muito novas ou escolares e chegam do outro lado do mundo, sem saber falar a língua e se inserem no sistema educacional japonês ou brasileiro voltado para filhos de imigrantes. A adaptação no sistema educacional no Japão não foi uma experiência tranquila para nenhum dos jovens entrevistados. Todos se sentiram **deslocados** e inseguros em maior ou menor grau.

Para os jovens que estudaram em escolas japonesas a sensação foi sempre de estarem **atrasados** em relação aos japoneses da mesma idade. Os jovens em escolas brasileiras tiveram experiências mais variadas, aqueles que no Brasil já tinham frequentado escola e dominavam a língua portuguesa se sentiram **adiantados** em relação ao currículo escolar, mas atrasados em relação às vivências no Japão. Os que passaram de escola japonesa

para brasileira se sentiam **atrasados** e todos de alguma forma se sentiam **deslocados** tanto nas escolas japonesas quanto nas brasileiras. Relatam que levaram alguns anos para a adaptação, principalmente na escola japonesa.

Depois de vivenciar parte da trajetória educacional no Japão e muitas vezes com idas e vindas passando alguns períodos de vida escolar no Brasil, estes jovens seguem no Japão alcançando idades em que podem começar a trabalhar. Parece ser principalmente neste momento que a condição de *dekassegui* enquanto um imigrante que ocupa postos de trabalhos indesejados, sem qualificação profissional, passa a ser mais fortemente rejeitada pelos jovens. Reconhecem esta condição de seus pais e de outros imigrantes adultos e não aspiram este futuro para si mesmos.

Estas escolhas não foram feitas apenas por um ideal de futuro ou preconceito contra a condição de imigrante *dekassegui*, muitos dos jovens entrevistados tiveram a experiência concreta – **na pele** – deste tipo de trabalho no Japão. Começaram a trabalhar em idades jovens, muitas vezes enquanto também estudavam. As experiências relatadas foram de trabalhos árduos, cansativos e muitas vezes pesados e com longas jornadas de trabalho. Alguns jovens que estudaram em escolas japonesas iniciaram também sua trajetória laboral no Japão, mas em trabalhos do tipo *arubaito* que se configura como um tipo de trabalho informal e de jornada de tempo parcial, as vezes de finais de semana ou algumas horas semanais. Independentemente do tipo de trabalho, a maioria iniciou a vida laboral, entre 14 e 17 anos no Japão e outros entre 18 e 22 anos já retornados ao Brasil.

O **retorno migratório** nesta fase pode ser considerado como um segundo *turning point* nas vidas destes jovens. Este ponto de virada esteve estreitamente ligado ao processo de transição para a vida adulta, dessa maneira consideramos que **o retorno, com as motivações que nos foram relatadas, também pode ser considerado como mais um evento marcador da transição para a vida adulta destes jovens migrantes**. Embora estejamos tratando a volta ao Brasil com o intuito de formação educacional e inserção no mercado de trabalho como ‘um retorno’, reconhecemos que esse movimento não é definitivo e que a migração entre Brasil e Japão se apresenta de forma bastante circular. Entretanto o retorno que foi vivido por estes jovens e a forma como buscaram se adaptar e se inserir na sociedade brasileira os coloca neste grupo que viveu de alguma forma um **retorno** um pouco mais duradouro.

Trabalhar com um grupo populacional que se reconhece como **migrante** desde sua origem no Brasil (desde os primeiros imigrantes japoneses) e segue esse movimento por gerações nos trouxe também a tarefa de pensar a implicação desta condição: a **condição do**

migrante. Nesse sentido trabalhamos com uma imagem que resume o migrante enquanto *átomos*, ou seja, *sem lugar*, deslocado, tanto do país de origem do qual se ausenta, quanto no destino, onde não ocupa os lugares sociais e de **pertencimento** reservados à um nativo (SAYAD,1998). Essa condição também altera as relações com o tempo e o espaço em que os migrantes passam a viver e/ou transitar. Em relação ao tempo, há quase sempre, a sensação de **provisoriedade** por se tratar de fluxos que se iniciaram com objetivos de temporalidades curtas. Em relação ao espaço há uma relação de **suspensão** que se inter-relaciona com a **provisoriedade** do tempo. Assim, entendemos este **pairar** ou mesmo **fluir**, como uma das situações que são vividas por certo tempo entre grupos migrantes e conformam um jeito de olhar, sentir e planejar a vida.

Os filhos de imigrantes que formaram o grupo principal desta pesquisa cresceram nessa condição no Japão e aprenderam desde muito novos esta forma de se relacionar com tempo e espaço em um contexto social transnacional. É interessante contrapor as imagens que representam os temas relacionados nesta tese, desde a condição migratória e esta **suspensão** que a descreve e as imagens relacionadas à ser adulto enquanto **ter chão e ter corpo**. Se a migração é esta condição **provisória** e que mantém os migrantes de certa maneira **suspensos** dos espaços sociais em que transitam, se tornar adulto poderia ser visto enquanto um (re)pouso a partir da conquista de um **chão próprio**.

Nesse sentido podemos relacionar os processos de migração e transição para a vida adulta de forma bastante imbricada. Se por um lado a emigração e o retorno podem alterar o curso de vida e criar pontos de virada nas trajetórias e transições dos jovens, de outro a transição para a vida adulta e as características que a supõem poderia ser vista também como um processo capaz de romper com a condição de imigrantes dos jovens.

O **chão** e o **corpo**, como imagens para trabalhar a conquista de um **espaço próprio** e de **maturidade** enquanto adultos, nos trouxe os valores e ideais que norteiam o planejamento e a construção de vida dos jovens entrevistados. Estes valores e ideais estão baseados na condição de **estabilidade** e **equilíbrio** que descreveriam uma vida adulta, também no cumprimento de **responsabilidades** consigo e com o meio em que vivem. Estes valores estão alinhados com o que os jovens tiveram como referência de pessoa adulta, que em geral foram os próprios pais, vistos como aqueles que conquistaram certa estabilidade social, econômica e emocional.

Esta geração anterior é considerada, portanto como depositária de valores que conferem o estatuto de adultos. Observamos que estes valores e sua concretização são herdados não apenas do tempo histórico e das condições macroestruturais que os pais destes

jovens viveram, mas também no caso específico desta pesquisa das heranças de influências da cultura japonesa.

Há aqui uma relação importante a se fazer entre os tempos históricos, em que estes pais e mães se tornaram adultos, em uma época e geração diferentes da dos jovens entrevistados hoje, e também entre os tempos familiares e individuais. Os jovens no interior das famílias olham para seus pais como aqueles que se tornaram adultos e atingiram a maturidade e estabilidade almejada. Depois de um tempo essa família emigra para o Japão e rompe com este ideal. Os jovens crescem neste contexto de certa **provisoriedade** e **instabilidade** social, econômica e emocional que a migração suscita. Assim, embora suas referências de adultos sejam a de seus pais antes da migração, no processo migratório todos, pais e filhos se encontram igualmente **sem chão**, ainda que uns mais **maduros** do que outros.

As relações no interior das famílias muitas vezes acabam por perder ou inverter os referenciais de cuidados e responsabilidades. Em quase todos os casos os jovens passaram a trabalhar muito cedo e assumir junto com os pais as responsabilidades pela sustentação da casa e do projeto familiar de retorno ou de aquisição de um bem comum, um imóvel no Brasil ou a melhora financeira da família. Em um caso específico ainda observamos a inversão dos papéis, quando Camila, por exemplo, passou a sustentar a família em um período de adoecimento do pai e crise econômica no Japão e conseqüente desemprego da mãe.

Ainda que, com certo compartilhamento de papéis de responsabilidade ou mesmo inversão de papéis do ponto de vista de sustentação da vida material, os lugares de autoridade e respeito à hierarquia se mantiveram inquestionáveis do ponto de vista interpessoal e simbólico. O respeito dos jovens pelas decisões dos mais velhos foi algo encontrado de forma unânime, o que pudemos compreender também pela formação cultural das famílias nipo-brasileiras a partir da ética dos débitos – o *on* (CARDOSO, 1995). Esta solidez dos papéis e representações simbólicas dos mais velhos e da hierarquia que organiza as famílias nipo-brasileiras parece ter sido capaz de sustentar a imagem dos pais como referências de pessoas adultas, ainda que estes pais e mães também estivessem expostos à uma condição social de **instabilidade** e **suspensão** espaço-temporal no momento de crescimento e educação destes filhos no Japão. A promessa de **retorno à estabilidade** sempre se dava com a concretização do **retorno ao Brasil** e a continuidade da vida depois de um período de **ausência temporária**.

Com o objetivo de analisar em conjunto também o tempo histórico em que os jovens estavam atravessando a transição para a vida adulta, as condições macroestruturais do Brasil e particularmente de São Paulo foram tratadas nesta tese. O perfil demográfico da

população do Estado de São Paulo e das famílias nipo-brasileiras foi desenhado a partir dos dados do Censo de 2010. A população do Estado de São Paulo foi subdividida entre nipo-brasileiros e não descendentes de japoneses. Nessa etapa pudemos caracterizar estes grupos populacionais e encontrar as especificidades de cada um nos quesitos que nos interessavam do ponto de vista da transição para a vida adulta. Encontramos que a população de nipo-brasileiros do Estado de São Paulo apresenta um nível de instrução e também de renda domiciliar *per capita* superiores às da população geral do estado. Além disso, o *timing* da transição para a vida adulta também se mostrou mais tardio nos jovens com ascendências japonesa do que os jovens do geral do estado.

As entrevistas da pesquisa de campo com um grupo principal composto por jovens filhos de imigrantes *dekasseguis* e outro grupo que nos permitiu fazer contrapontos a experiência da migração pôde ajudar a compreender as influências da migração na transição para a vida adulta. Os jovens nipo-brasileiros, que não tinham experienciado a migração na infância, apresentaram um perfil de transição para a vida adulta mais próximo ao encontrado nos resultados do Censo. Uma transição mais tardia no sentido de passar mais tempo no sistema educacional e entrar no mercado de trabalho um pouco mais velhos do que o geral do Estado de São Paulo. A entrada em união também foi mais tardia em relação aos paulistas não descendentes de japoneses.

Os jovens que cresceram em contexto migratório transnacional tiveram as saídas do sistema educacional em idades bem jovens e novos retornos, uma trajetória educacional de **descontinuidades** entre escolas brasileiras e japonesas no Japão e também escolas brasileiras de ensino fundamental e médio. Entraram no mercado de trabalho também em idades bem jovens, bem mais jovens do que a média que apareceu para os nipo-brasileiros em São Paulo e posteriormente entraram novamente no sistema de ensino, em nível superior.

A migração afetou o *timing* da transição em que todos se sentiam **atrasados**, mas este atraso não dizia respeito somente ao tempo cronológico senão também à uma sensação de **não ter chegado ainda** no lugar que buscavam: o retorno à um **solo estável e seguro** no que era idealizado como **a vida adulta no Brasil**.

Exploramos neste trabalho os processos de transição para a vida adulta de jovens que retornaram ao Brasil depois de terem passado parte de sua infância e adolescência no Japão, observamos que nascer e crescer em um espaço social ampliado, transnacional, tem influências nesse período da vida em que escolhas e direções são tomadas na formação do indivíduo adulto. Para pesquisas futuras seria interessante conhecer como passam por essas transições aqueles jovens que permaneceram no Japão e se tornam adultos naquele contexto

social. Esta intersecção entre a transição para a vida adulta e as migrações internacionais se mostra um campo fértil de pesquisa, uma vez que cada vez mais as populações têm se movimentado em diferentes direções do planeta.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1978.
- ARNETT, Jensen J. Conceptions of the transition to adulthood among emerging adults in american ethnic groups. **New Directions for Child and Adolescent Development**, San Francisco, n. 100, p. 63-76, 2003.
- ARNETT, Jensen J. Emerging adulthood: a theory of development from the late teens through the twenties. **American Psychologist**, Washington, DC, v. 55, n. 5, p. 469-480, 2000.
- ARRETCHE, Marta (org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo, SP: Editora da Unesp, 2015.
- ASADA, Hideko. **Ethnic relationships between Japanese-Brazilians and Japanese: examining factors apt to foster “living together” (日系ブラジル人と日本人の民族関係 : 共生の視点から)**. **Intercultural Communication Studies**, USA, n. 4, 2001.
- ASARI, Alice Yatiyo. O retorno dos migrantes trabalhadores nikkeis ao Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, v. 2, n. 47E, p. 1-21, 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**. São Paulo, SP: Editora da Unesp, 1995.
- BELTRÃO, Kaizô I.; SUGAHARA, Sonoe. O ciclo e a tangente: dekasseguis brasileiros no Japão (Questionário B). **Texto para Discussão 27**, Rio de Janeiro, RJ, ENCE, 2009a.
- BELTRÃO, Kaizô I.; SUGAHARA, Sonoe. Trabalhadores que retornaram ao Brasil após trabalharem no Japão (Questionário C). **Texto para Discussão 28**, Rio de Janeiro, RJ, ENCE, 2009b.
- BELTRÃO, Kaizô I.; SUGAHARA, Sonoe. Permanentemente temporário: *dekasseguis* brasileiros no Japão. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 23, n. 1, 2006.
- BERG, Justin Allen. Subjective age identity during the transition to adulthood: psychological and sociological perspectives. **Social Thought and Research**, New York, NY, v. 28, p. 145-163, 2007.
- BERQUÓ, Elza. A família no século XXI. **Ciência Hoje**, São Paulo, SP, v. 10, n. 58, p. 58-65, 1989.
- BILAC, Elisabete Dória. Gênero, vulnerabilidade das famílias e capital social: algumas reflexões. In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2006. p. 51-65.
- BILAC, Elisabete Dória. Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas. Resenha. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, SP, n. 76, p. 71-73, 1990a.

- BILAC, Elisabete Dória. Trabalhos produtivos, trabalhos reprodutivos: as trajetórias femininas de trabalho e suas representações. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, Araraquara, SP, n. 12/13, p. 143-161, 1990b.
- BLANCO, Mercedes. El enfoque del curso de vida: orígenes e desarrollo. **Revista Latinoamericana de Población**, Buenos Aires, v. 5, n. 12, p. 5-31, 2011.
- BÓGUS, Lucia Maria Machado; BAENINGER, Rosana; MAGALHÃES, Luís Felipe. Migração internacional na América do Sul. **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, SP, n. 87, p. 23-44, 2019.
- BONATTI, Thiago. F. Entre famílias e enxadas: os três principais fluxos imigratórios dos japoneses para o Brasil (1908-1958) e suas diferentes características demográficas. **Revista de Demografia Histórica – Journal of Iberoamerican Population Studies**, Barcelona, v. 38, n. 2, p. 35-55, 2020.
- BOURDIEU, Pierre. Um analista do inconsciente. In: SAYAD, A. **A imigração: ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, SP: EdUSP, 1998. p. 9-12.
- BRAVO, Álvaro Marin; MARTIN, Juan Jesus Morales. Modernidad y modernización en América Latina: una aventura inacabada. **Nómadas – Revista Crítica de Ciências Sociais e Jurídicas**, Roma, v. 26, n. 2, p. 1-21, 2010.
- BRITO, Cláudia R. **Escola alegria de saber: uma escola brasileira no Japão (1995-2011)**. 2012. 253f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2012.
- BRITO, Fausto. Os povos em movimento: as migrações internacionais recentes no desenvolvimento do capitalismo. In: PATARRA, N. L. (coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil**. São Paulo, SP: FNUAP, 1995.
- BRÜCKNER, Hannah; MAYER, Karl Ulrich. De-standardization of the life course: what it might mean? And if it means anything, whether it actually took place? **Advances in Life Course Research**, US, v. 9, p. 27-53, 2005.
- BUCHMANN, Marlis. **The script of life in modern society: entry into adulthood in a changing world**. Chicago: University Chicago Press, 1989.
- CAMACHO, Luiza M. Y. Valores culturais japoneses presentes na educação dos nipo-brasileiros. In: KISHIMOTO, T. M.; DERMATINI, Z. B. F (org.). **Educação e cultura: Brasil e Japão**. São Paulo, SP: EdUSP, 2012. p. 91-106.
- CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2006.
- CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana L.; KANSO, Solange. Do nascimento à morte: principais transições. In: CAMARANO, A. A. (org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2006.
- CANCLINI, Nestor García. **A globalização imaginada**. São Paulo, SP, Editora Iluminuras Ltda, 2003.
- CANCLINI, Nestor García. **Hybrid cultures: strategies for entering and leaving modernity**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.
- CARDOSO, Ruth C. L. **Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo**. Tradução e organização pra edição bilíngue: NINOMIYA, M. Edição bilíngue. São Paulo, SP: Primus Comunicação, 1995.

- CASTRO-VAZQUEZ, Genaro. Immigrant children from Latin America at Japanese schools: homogeneity, ethnicity, gender and language in education. **Journal of Researcher in International Education**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 57-80, 2009.
- CHAMBOREDON, Jean-Claude. Adolescence et post-adolescence: la 'juvénisation'. In: LEBOVICI, S.; ALEON, A. M.; MORVAN, O. **Adolescence terminée, adolescence interminable**. Paris: PUF, 1985.
- CHITOSE, Yoshimi. Demographic profiles of brazilians and their children in Japan. **The Japanese Journal of Population**, Tokyo, v. 4, n. 1, p. 93-114, 2006.
- COMIN, Álvaro A. Desenvolvimento econômico e desigualdades no Brasil: 1960-2010. In: ARRETCHE, M. (org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo, SP: Editora da Unesp, 2015.
- CORRÊA, Humberto. Antecedentes do baixo nível de escolarização alcançado por uma coorte de jovens mães brasileiras. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, SP, v. 40, n. 2, p. 499-516, 2014.
- DEBERT, Guita Grin. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, RS, v. 16, n. 34, p. 49-70, 2010.
- DEBERT, Guita Grin. Envelhecimento e curso da vida. **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 5, n. 1, p. 120-8, 1997.
- DIAS, Nilta. Crianças e jovens brasileiros no Japão: educação, cultura e inquietudes. **Quaestio – Revista de Estudos em Educação**, Sorocaba, SP, v. 19, n. 3, p. 607-629, 2017.
- DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, SP, v. 115, n. 1, p. 139-54, 2002.
- ELDER, Glen H.; JOHNSON, Monica K.; CROSNOE, Robert. The emergence and development of life course theory. In: MORTIMER, J. T.; SHANAHAN, M. J. (ed.). **Handbook of the life course**. New York, NY: Kluwer Academic Publishers, 2003. p. 3-19.
- ELDER, Glen H. Time, human agency, and social change: perspectives on the life course. **Social Psychology Quarterly**, Washington, v. 57, n. 1, p. 4-15, 1994
- ELDER, Glen H. Families and lives: some developments in life-course studies. **Journal of Family History**, US, v. 12, n. 1-3, p. 179-199, 1987.
- ELDER, Glen H. Family history and the life course. In: HAREVEN, T. K. (org.). **Transitions: the family and the life course in historical perspective**. New York, NY: Academic Press, p. 17-64, 1978.
- EUFRÁSIO, Mário A. El campesino polaco en Europa y en América. **Cadernos CERU**, São Paulo, SP, v. 19, n. 2, p. 237-240, 2008.
- FAIST, Thomas. Migrants as transnational development agents: an inquiry into the newest round of the migration–development nexus. **Population, Space and Place**, Inglaterra, v. 14, n. 1, p. 21-42, 2008.
- FIELD, Andy. **Descobrimo a estatística usando o SPSS-2**. Porto Alegre, RS: Bookman Editora, 2009.
- FREITAS, Patrícia Tavares. Mobilidades e etnicidade nos territórios da costura. **Sociologias**, Porto Alegre, RS, Ano 24, n. 59, p. 296-326, 2022.
- FUNDAÇÃO SEADE. Fecundidade continua em queda em São Paulo. **SP Demográfico: Estatísticas Vitais do Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, Ano 11, n. 5, 2011.

FUNDAÇÃO SEADE. A população da cidade de São Paulo agora cresce menos. **SP Demográfico: Estatísticas Vitais do Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, Ano 4, n. 1, 2003.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2008.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1998.

FUSCO, Wilson; SOUCHAUD, Sylvain. De volta para casa: a distribuição dos brasileiros retornados do exterior. **Confins. Revue Franco-Brésilienne de Géographie/Revista Franco-Brasileira de Geografia**, [S. l.], n. 9, 2010.

GALIMBERTTI, Percy. **O caminho que o dekassegui sonhou. Cultura e subjetividade no movimento dekassegui**. São Paulo, SP: EDUC/FAPESP/Ed. UEL, 2002.

GARCIA, Bruna Carolina; MARCONDES, Glaucia dos Santos. As desigualdades da reprodução: homens e mulheres no trabalho doméstico não remunerado. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S. l.], v. 39, p. 1-20, 2022.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 1990.

GLICK-SCHILLER, Nina. The situation of transnational studies. **Identities**, London, v. 4, n. 2, p. 155-166, 1997.

GLUCK, Carol. **Japan's modern myths**. Princeton: Princeton University Press, 1985.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GOMES, Romeu et al. Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, M. C. S. (org). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz, 2005. p. 185-221.

GUIMARAES, Nadya Araujo; BARONE, Leonardo S.; ALVES DE BRITO, Murillo. M. Mercado e mercantilização do trabalho no Brasil (1960-2010). In: ARRETCHE, M. (org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo, SP: Editora da Unesp, 2015.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2002.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **Mana**, Rio de Janeiro, RJ, v. 3, n. 1, p. 7-39, 1997.

HAREVEN, Tamara K. Novas imagens do envelhecimento e a construção social do curso da vida. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 13, p. 11-35, 1999. (Dossiê Curso da Vida Adulta e Gerações).

HAREVEN, Tamara K.; MASAOKA, Kanji. Turning points and transitions: perceptions of the life course. **Journal of Family History**, US, v. 13, n. 1, p. 271-289, 1988.

HAREVEN, Tamara K. **Family time and industrial time: the relationship between the family and work in a New England industrial community**. New York, NY: Cambridge University Press, 1982.

HAREVEN, Tamara K. Introduction: The historical study of the life course. In: HAREVEN, T. K. (org.). **Transitions: the family and the life course in historical perspective**. New York, NY: Academic Press, 1978. p. 1-16.

HARTMANN, Douglas; SWARTZ, Teresa Toguchi. The new adulthood? The transition to adulthood from the perspective of transitioning young adults. **Advances in Life Course Research**, US, v. 11, p. 253-286, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo, SP: Loyola, 1998.

HASHIMOTO, Francisco; TANNO, Janete Leiko; OKAMOTO, Monica Setsuyo (org.). **Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte**. São Paulo, SP: Editora da Unesp, 2008.

HEILBORN, Maria Luiza; CABRAL, Cristiane S. Parentalidade juvenil: transição condensada para a vida adulta. In: CAMARANO, A. A. (org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2006. p. 225-256.

HIRANO, Fabio Y. **O caminho para casa: o retorno do Dekasseguis**. 2005. 172f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

HOGAN; Dennis P.; ASTONE, Nan Marie. The transition to adulthood. **Annual Review of Sociology**, California, v. 12, p. 109-30, 1986.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Exclusivo para assinantes da Universo On-Line-UOL. 2007. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br>,

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 2008.

ISCHIDA, Camila Aya. **A experiência Nikkei no Brasil: uma etnografia sobre imaginários e identidades**. 2010. 295f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2010.

ISHIKAWA, Eunice Akemi. Transnational migration between Brazil and Japan: implication on Brazilian children's education. **Shizuoka University of Art and Culture Bulletin**, [S. l.], v. 15, p. 1-8, 2015.

ISHIKAWA, Eunice Akemi. Condições das crianças e jovens brasileiros no Japão e suas perspectivas. In: KASHIMOTO, Tizuko M.; DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri (org.). **Educação e Cultura: Brasil e Japão**. São Paulo, SP: EdUSP, 2012.

ISHIKAWA, Eunice Akemi. **Brasileiros no Japão: de temporários à permanentes**. Shizuoka, 2009. p. 74-85. (Relatório: Coexistência Multicultural na Província de Shizuoka – Análise dos Resultados da Pesquisa sobre as Condições de Trabalho dos Estrangeiros na Província de Shizuoka).

JAMESON, Fredric. Postmodernism, or the cultural logic of late capitalism. **New Left Review**, London, n. 146, p. 53-92, 1984.

JAPÃO. Ministry of Justice of Japan. **Immigration services agency of Japan**. Tokyo, 2021.

JAPÃO. Ministry of Justice of Japan. **Alien registration statistics**. Tokyo, 2011.

JAPÃO. Ministry of Internal Affairs and Communication. **Historical statistics of Japan**. Tokyo, 2010.

KAWAMURA, Lili. Cambios en la reciente migración de Brasileños a Japón: redes sociales y culturales. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE ESTUDIOS DE ASIA Y ÁFRICA – ALADAA, 13., 2011, Colombia, Bogotá. **Anais...** México: ALADAA, 2011.

KAWAMURA, Lili. **Para onde vão os brasileiros?** Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Fundação Japão, 2003.

KODAMA, Kaori; SAKURAI, Célia. Episódios da imigração: um balanço de 100 anos. In: IBGE. **Resistência e integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 2008. p. 16-31.

KOHLI, Martin. The world we forgot: a historical review of the life course. In: MARSHALL, V. W. **Later life**. Beverly Hills, CA: Sage, 1986. p. 271-303.

KOJIMA, Lina. **Migração repetitiva entre o Brasil e o Japão**. 2009. 133f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2009.

KONDO, Atsushi. Development of immigration policy in Japan. **Asian and Pacific Migration Journal**, United Kingdom, v. 11, n. 4, p. 415-436, 2002. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/011719680201100404>. Acesso em: 10 jul. 2010.

LASK, Tomke. Imigração brasileira no Japão: o mito da volta e a preservação da identidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, RS, v. 6, n. 14, p. 71-92, 2000.

LECHNER, Norbert. A modernidade e a modernização são compatíveis?: o desafio da democracia latino-americana. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, SP, n. 21, p. 73-86, 1990.

LESSER, Jeffrey. **A discontented diaspora: Japanese brazilians and the meanings of ethnic militancy, 1960-1980**. Durham: Duke University Press, 2007.

LESTHAEGHE, Ron J.; SURKYN, Johan. When history moves on: the foundation and diffusion of a second demographic transition in western countries: an interpretation. In: BIENNIAL CONFERENCE OF THE AUSTRALIAN POPULATION ASSOCIATION, 12., 2004, Austrália. **Anais...** Austrália: APA, 2004.

LEVITT, Peggy; JAWORSKY, Nadia B. Transnationalism migration studies: past developments and future trends. **Annual Review of Sociology**, California, v. 33, p. 129-156, 2007.

LITVIN, Aaron. **A adaptação social e econômica dos migrantes brasileiros no Japão**. 2007. 154f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, SP, 2007.

LONGO, Flávia Vitor; VIEIRA, Joice Melo. Educação de mãe para filho: fatores associados à mobilidade educacional no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 38, n.141, p. 1051-1071, 2017.

MACHADO, Lia Zanotta. **Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil**. Brasília, DF: UNB, 2001.

- MACMILLAN, Ross. The structure of the life course: classic issues and current controversies. In: MACMILLAN, R. (ed.). **The structure of life course: Standardized? Individualized? Differentiated?** Minneapolis: University of Minnesota, 2005. p. 3-24.
- MARCONDES, Gláucia dos Santos; OLIVEIRA, Maria Coleta. Trabalho e família no Brasil na primeira década do século XXI: há algo de novo nesse velho conflito? In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA – ALAS, 29, 2013, Chile. **Anais...** [S. l.]: ALAS 2013.
- MARTÍNEZ, Roger. Cultura viva: entrevista com Paul Willis. **Tempo Social**, São Paulo, SP, v. 17, n. 2, p. 301-321, 2005.
- MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, SP, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004.
- MASSEY, Douglas S. et al. **Return to Aztlan: the social process of international migration from Western Mexico**. Los Angeles: University of California Press, 1990.
- MAXWELL, Roberto. A segunda geração de brasileiros no Japão: alguns apontamentos sobre a questão da formação da identidade étnica. In: IKEGAMI, S.; ISHIKAWA, E. A. (ed.). **Análise dos resultados da pesquisa sobre as condições de trabalho dos estrangeiros na Província de Shizuoka**. Hamamatsu, Shizuoka: University of Culture and Arts, 2009. p. 86-102.
- McGREW, Anthony. A global society? In: HALL, S.; HELD, D.; McGREW, A. (org.). **Modernity and its futures**. Cambridge: Polity Press/Open University Press, 1992. p. 61-116.
- MEIRA, Mônica Birchler Vanzella. Sobre estruturas etárias e ritos de passagem. **Ponto-&-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v. 5, p. 185-201, 2009.
- MELLO, Juliana L. **Jovens em mudança: padronização e despadronização da transição para a vida adulta no Brasil**. 2015. 220f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2015.
- MILLS, C. Wright. **The sociological imagination**. New York, NY: Oxford University Press, 1959.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz, 2005.
- MODELL, J.; FURSTENBERG, F. F.; HERSHBERG, T. Social change and transitions to adulthood in historical perspective. **Journal of Family History**, US, v. 1, n. 1, p. 7-32, 1976.
- MONTEIRO, Edemar Souza. Percurso profissional de acadêmicos de pedagogia acordo Brasil/Japão. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, Londrina, PR, v. 17, n. 3, p. 260-265, 2016.
- MORAIS, Fernando. **Corações sujos: a história da Shindo Renmei**. São Paulo, SP: Editora Companhia das Letras, 2000.
- MORA-SALAS, Minor; OLIVEIRA, Orlandina. Responsabilidades familiares y autonomía personal: elementos centrales del proceso de transiciones a la vida adulta. **Estudios Sociológicos**, México, v. XXVII, n. 81 p. 801-835, 2009.

NAKAGAWA, Kyoko Yanagida. A inserção escolar e social das crianças que retornam do Japão. In: CONGRESSO DA BRASA – BRAZILIAN STUDIES ASSOCIATION, 10., 2010, Brasília, DF. **Anais...** New Orleans, LA: BRASA, 2010.

NAKAGAWA, Kyoko Yanagida. **Crianças e adolescentes brasileiros no Japão:** Províncias de Aichi e Shizuoka. 2005. 245f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2005.

NAKAMOTO, Ana Luisa Campanha. **De volta para casa:** um estudo sobre brasileiras e brasileiros retornados do Japão. 2012. 195f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2012.

OCADA, Fábio Kazuo. **A tecelagem da vida com fios partidos:** as motivações invisíveis da emigração de kassegui ao Japão em quatro estações. 2006. 140f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, SP, 2006.

OCADA, Fábio Kazuo. A cultura e o habitus japonês: ingredientes da experiência. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2002.

ODA, Ernani. Interpretações da “cultura japonesa” e seus reflexos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v. 26, n. 75, p. 103-117, 2011.

OKAMOTO, Mary Yoko; RESSTEL, Cizina Célia Fernandes Pereira; BARRO, Juliana Fernanda. Os desafios da educação dos filhos dos decasségus no Japão. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, SC, v. 23, n. 43, p. 838-865, 2021.

OLIVEIRA, Adriana Capuano. Japoneses no Brasil ou brasileiros no Japão? A trajetória de uma identidade em um contexto migratório. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1998.

OLIVEIRA, Maria Coleta; MARCONDES, Gláucia dos Santos. Os tempos para o trabalho e para a família na população feminina em áreas metropolitanas brasileiras. **Ideias**, Campinas, SP, v. 7, n. 1, p. 61-88, 2016.

OLIVEIRA, Maria Coleta; VIEIRA, Joice. Melo; MARCONDES, Gláucia dos Santos. Cinquenta anos de relações de gênero e geração no Brasil: mudanças e permanências. In: ARRETICHE, M. (org.). **Trajetórias das desigualdades:** como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo, SP: Editora da Unesp, 2015.

OLIVEIRA, Maria Coleta. A família brasileira no limiar do ano 2000. **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 4, n. 1, p. 55-63, 1996.

OLIVEIRA, Maria Coleta. A individualização da força de trabalho e o trabalho feminino familiar: um estudo de caso de Pederneiras, SP. In: AGUIAR, N. (coord.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina:** análises qualitativas. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 1984.

ORTIZ, Renato. **O próximo e o distante:** Japão e modernidade-mundo. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 2000.

PAPPÁMIKAIL, Lia. Juventude (s), autonomia e sociologia: questionando conceitos a partir do debate acerca das transições para a vida adulta. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, v. 20, p. 395-410, 2010.

PATARRA, Neide Lopes. Governabilidade das migrações internacionais e direitos humanos: o Brasil como país de emigração. In: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (org.). **I**

- Conferência “Brasileiros no Mundo”**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 187-212.
- PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais: teorias, políticas. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 20, n. 57, p. 7-24, 2006.
- PATARRA, Neide Lopes; BAENINGER, Rosana. Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v. 21, n. 60, p. 83-102, 2006.
- PAULILO, Maria Ângela Silveira. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serviço Social em Revista**, Londrina, PR, v. 2, n. 2, p. 135-148, 1999.
- PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, RJ, n.5-6, p. 15-24, 1997.
- PERES, Roberta Guimarães. **Diferenciais por sexo no retorno migratório: o fluxo Criciúma – Estados Unidos – Criciúma**. 2006. 130f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006.
- PIMENTA, Melissa Mattos. Entrevista com Paul Willis. **Tempo Social**, São Paulo, SP, v. 17, n. 2, p. 323-333, 2005.
- PORTES, Alejandro. **The new second generation**. New York, NY: Russel Sage Foundation, 1996.
- PRESTON, Samuel H.; HEUVELINE, Patrick; GUILLOT, Michel. Demography: measuring and modeling population processes. **Population Development Review**, New York, NY, v. 27, n. 2, p. 365-367, 2001.
- QUEIROZ, Maria Izaura Pereira. Relatos orais: do indizível ao dizível. **Ciência e Cultura**, Campinas, SP, v. 39, n. 3, p. 272-286, 1987.
- RIBEIRO, Carlos, C.; CENEVIVA, Ricardo; BRITO, Murilo M. A. Estratificação educacional entre jovens no Brasil: 1960 a 2010. In: ARRETCHE, M. (org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo, SP: Editora da Unesp, 2015. p. 79-108.
- RINDFUSS, Ronald R. et al. Order amidst change: work and family trajectories in Japan. **Advances in Life Course Research**, US, v. 15, n. 2-3, p. 76-88, 2010.
- ROBERTS, Bryan R. Socially expected durations and the economic adjustment of immigrants. In: PORTES, A. (ed.). **The economic sociology of immigration: essays on networks, ethnicity, and entrepreneurship**. New York, NY: Russell Sage Foundation, 1995.
- RONCATO, Mariana S. **Dekassegui, cyber-refugiado e working poor: o trabalho imigrante e o lugar do outro na sociedade de classes**. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013.
- ROSSINI, Rosa Ester. O sonho de voltar rápido do Japão para viver no Brasil agora é uma utopia: os nikkeis do Brasil no Japão. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2008.
- ROSSINI, Rosa Ester. Lugar para viver é aqui. Lugar para sobreviver é lá: migração internacional do Brasil *para o Japão*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2000.

RYDER, Norman B. The cohort as a concept in the study of social change. **American Sociological Review**, US, v. 30, n. 6, p. 843-861, 1965.

SAKAGUCHI, Noemia Fumi. **Usos, funções e representações da língua portuguesa no Japão**: crianças brasileiras do 3º ano do ensino fundamental I de escolas homologadas pelo MEC-Brasil. 2018. 260f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2018.

SAKURAI, Célia. **Romanceiro da imigração japonesa**. São Paulo, SP: Fapesp, 1993.

SASAKI, Elisa M. A imigração para o Japão. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 20, n. 57, p. 99-117, 2006.

SASAKI, Elisa M. **Ser ou não ser japonês?: a construção da identidade dos brasileiros descendentes de japoneses no contexto das migrações internacionais do Japão contemporâneo**. 2009. 667f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

SASAKI, Elisa M. Dekasseguis: trabalhadores migrantes nipo-brasileiros no Japão. **Textos NEPO 39**, Campinas, SP, 2000.

SAYAD, Abdelmalek. *O retorno*: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, SP, Centro de Estudos Migratórios, n.1, especial, janeiro 2000.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, SP: EdUSP, 1998.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2006.

SETTERSTEN JR, Richard A.; FURSTENBERG, Frank F.; RUMBAUT, Rubén G. (ed.). **On the frontier of adulthood: theory, research, and public policy**. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

SHANAHAN, Michael J. Pathways to adulthood in changing societies: Variability and mechanisms in life course perspective. **Annual Review of Sociology**, California, p. 667-692, 2000.

SHISHITO, Katiani Tatiele. **A expectativa temporal e a permanência de brasileiros no Japão**. 2012. 141f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.

SILVA, Enid R. A.; MACEDO, Débora M. B.; FIGUEIREDO, Marina M. A. **Conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar na juventude brasileira**. Brasília, DF: OIT, 2015.

SILVA, Ianca Almeida. **Transição escola-trabalho: uma análise da influência da origem social sobre a inserção laboral dos jovens no Brasil**. 2022. 99f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/3868>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SIMMONS, Alan. B. **Explaining migration: theory at the crossroads**. Louvain: Université Catholique, 1987.

SPOSITO, Marília Pontes. **A produção de conhecimentos sobre juventude na Área de Educação no Brasil**. [S. l. : s. n.], 2001. Disponível em: <http://www.hottopos.com/harvard4/marilia.htm>.

TARRIUS, Alain. Leer, describir, interpretar las circulaciones migratorias: conveniencia de la noción de territorio circulatorio. Los nuevos hábitos de la identidad. **Relaciones. Estudios de Historia y Sociedad**, México, v. 21, n. 83, p. 39-66, 2000.

THERBORN, Göran. **Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000**. São Paulo, SP: Contexto, 2006.

THERNSTROM, Stephan. **Poverty and progress: social mobility in a nineteenth century city**. Cambridge: Harvard University Press, 1964.

THOMAS, William Isaac; ZNANIECKI, Florian. **The polish peasant in Europe and America: monograph of an immigrant group**. Chicago: University of Chicago Press, 1919.

TÓFOLI, Daniela. Criança brasileira fica sem estudo no Japão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, Cotidiano, p. 11, 07/10/2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0710200720.htm>. Acesso em: 15 ago. 2013.

TOKAIRIN, Cristiane de Oliveira. **A educação das crianças *dekassegui***. 2010. 79f. Monografia de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) – Curso de Pedagogia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2010.

TONGU, Érica A. S. **Migrações, processo educacional e os *dekassegui***: um estudo da rede de relações em torno da criança nikkei na escola brasileira no Japão. 2010. 232f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2010.

TSUDA, Takeyuki. The permanence of ‘Temporary’ migration: the ‘Structural Embeddedness’ of japanese-brazilian immigrant workers in Japan. **Journal of Asian Studies**, Cambridge, v. 58, n. 3, p. 687-722, 1999.

TSUNEYOSHI, Ryoko. The 'new' foreigners and the social reconstruction of difference: the cultural diversification of Japanese education. **Comparative Education**, v. 40, n. 1, p. 55-81, 2004.

UENO, Laura S. Constituinte-se entre dois mundos: crianças na migração Brasil-Japão. In: CONGRESSO DA BRASA – BRAZILIAN STUDIES ASSOCIATION, 10., 2010, Brasília, DF. **Anais...** New Orleans, LA: BRASA, 2010.

UENO, Laura S. **Migrantes em trânsito entre Brasil e Japão: uma intervenção psicossocial no retorno**. 2008. 133f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2008.

URANO, Edson. Migrantes brasileiros no espaço global: reflexões para a construção de políticas sociais transnacionais. **Bulletin of the Faculty of Foreign Studies**, Japão, n. 43, p. 159-179, 2009.

VAN De KAA, Dirk J. The idea of a second demographic transition in industrialized countries. In: WELFARE POLICY SEMINAR AT THE NATIONAL INSTITUTE OF POPULATION AND SOCIAL SECURITY, 6., 2002, Tokio, Japan. **Anais...** 2002.

VANDENBERGHE, Frédéric. Globalisation and individualisation in late modernity: a theoretical introduction to the sociology of youth. **Ideias**, Campinas, SP, v. 5, n. 1, p. 115-172, 2014.

VELHO, Gilberto. Família e subjetividade. In: ALMEIDA, A. M. et al. (org.). **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro, RJ: Espaço e Tempo/Editora da UFRRJ, 1987. p. 79-87.

VELHO, Gilberto. **Subjetividade e sociabilidade:** uma experiência de geração. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1986.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura:** notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1981.

VERTOVEC, Steven. Transnationalism and identity. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, London, v. 27, n. 4, p. 573-582, 2001.

VIEIRA, Joice Melo; ALVES, Luciana Correia. O comportamento da idade média à união e ao casamento no Brasil em 2000 e 2010. **Revista Latinoamericana de Población**, México, v. 10, n. 19, p. 107-125, 2016.

VIEIRA, Joice Melo. **Transição para a vida adulta em São Paulo:** cenários e tendências sócio-demográficas. 2009. 208f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

VIEIRA, Joice Melo. Transição para a vida adulta no Brasil: análise comparada entre 1970 e 2000. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 25, n. 1, p. 27-48, 2008.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2016.

YAMAKI, Marcelo. **Implicações sociais da crise demográfica japonesa.** 2019. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2019.

YAMAMOTO, Lúcia E. Famílias brasileiras no contexto transnacional: famílias reconstituídas. **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, DF, v. 16, n. 30, p. 147-163, 2008.

YOSHIMI, Shunya. The cultural politics of the mass-mediated emperor system in Japan. In: GILROY, P.; GROSSBERG, L.; MCROBBIE, E. A. (org.). **Without guarantees:** in honour of stuart hall. Londres: Verso Books, 2000.

❖ **MÓDULO IV – EDUCAÇÃO FORMAL**

1. Como era na escola? Você estudava quantas horas por dia?
2. Quanto ao idioma, teve algum tipo de problema?
3. Quais disciplinas vocês estudavam?
4. Tinha atividades extracurriculares?
5. Era diferente da escola do Brasil?
6. Como você se sentia na escola?
7. Tinha amigos na escola?
8. Como era a relação com os professores?
9. Sentia alguma dificuldade nos estudos? E no ambiente escolar?
10. Até que série você estudou?
- 11. Você tinha quantos anos quando saiu a escola?**

Para aqueles que fizeram faculdade

12. Como foi a escolha para o curso superior?
13. Teve algum tipo de dificuldade no curso?

❖ **MÓDULO V – TRABALHO**

1. E como foi seu primeiro trabalho? **(Quantos anos você tinha?)**
2. Quando começou a trabalhar, você continuou morando com a família? Ajudava com as contas em casa?
3. Você procurou outro tipo de trabalho antes de começar nesse? Quais?
4. Como foi para conseguir o primeiro trabalho? Teve ajuda de outras pessoas?
5. E depois você trabalhou em outros lugares?
6. O salário que você ganhava era satisfatório?
7. Você sentiu alguma diferença, em sua vida depois que começou a trabalhar?
8. O que você fazia com o dinheiro que ganhava? E hoje você se considera independente financeiramente?

❖ **MÓDULO VIII – MORADIA**

Enquanto estava no Japão, você morou só com sua família ou chegou a morar com outras pessoas ou sozinho? [PERGUNTA FEITA NO MÓDULO DE TRABALHO]

1. Logo que chegou ao Brasil com quem você foi morar?
2. Como foi esse retorno? Você sentiu muita diferença em relação a sua residência no Japão?

Para os que vivem com os pais

3. Como é o convívio em sua casa? Sente dificuldades em dividir o espaço, contas, etc.
4. Você gostaria de morar sozinho (ou sair da casa dos pais para morar com outras pessoas?) Por quê?

Para os que moram separados dos pais

5. Há quanto tempo você não vive mais com seus pais?
6. Como foi essa decisão de sair de casa?
7. Como se sentiu nos primeiros meses?
8. Se fosse preciso, você voltaria a viver com seus pais? Por quê?
9. O que você acha que mais mudou em sua vida depois que saiu da casa dos seus pais?

❖ MÓDULO VI – RELACIONAMENTOS/UNIÃO

1. Você (disse que) namora ou é casado (a)?
2. Onde vocês se conheceram?
3. Que idade você tinha nessa época?
4. Já viveu algum outro relacionamento que tenha considerado como uma união estável? Com que idade? (Chegou a morar juntos ou moravam separados?)
5. O fato de ter vivido no Japão alterou de alguma maneira sua visão sobre os relacionamentos?
6. Você teve algum relacionamento que tenha considerado sério no Japão?
7. Era com japonês(a) ou brasileiro(a)?

❖ MÓDULO VII – FILHOS

1. Você já teve algum filho?

Para os que têm filhos

2. Quantos?
3. Onde nasceram? **Quantos anos você tinha?**
4. Como foi a experiência de ter filhos? Tinham planejado? Como foi o nascimento?
5. Depois de ter filhos você sentiu alguma diferença em sua vida? Na rotina?
6. Como é a relação com o pai (mãe) dos seus filhos? Tem participação no cotidiano dos filhos?

Para os que não têm filhos

7. Você já pensou em ter filhos?
8. Você acha que sua vida mudaria muito se tivesse filhos? Como?

❖ MÓDULO IX – RETORNO MIGRATÓRIO

1. Como foi a decisão para retornar ao Brasil?
2. E a readaptação aqui no Brasil? **Quantos anos você tinha quando retornou?**
3. Teve dificuldades no retorno?
4. Quando retornou já iniciou alguma atividade (trabalho ou estudo) ou ficou algum tempo parado?
5. Como foi na escola e/ou trabalho depois que retornou?

6. Já pensou em retornar ao Japão depois que chegou ao Brasil? Por que?
7. Você se identifica mais com o Japão ou com o Brasil?

❖ **MÓDULO X – PERCEPÇÕES SOBRE TRANSIÇÃO E VIDA ADULTA**

1. Quando você precisa de algum tipo de ajuda você procura alguém? Quem?
2. Como você considera que seja hoje em dia uma pessoa adulta?
3. Você se sente assim? Por que?

Se sim...

4. Qual foi o momento de sua vida que você sentiu que estava se tornando uma pessoa mais adulta? **Quantos anos você tinha?**
5. Você acha que ter morado no Japão tenha alterado alguma coisa em sua vida?
6. [Se alterou] o que você acha que foi favorável e o que acha que não foi favorável pra sua formação e pra sua vida?

Se não...

7. o que você acha que falta ainda pra que se sinta como uma pessoa adulta?

2. ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA “NÃO MIGRANTES”

Pesquisa Doutorado em Demografia

Roteiro pra entrevista NÃO MIGRANTES

❖ **MÓDULO I – IDENTIFICAÇÃO**

Nome:	
Sexo:	homem <input type="checkbox"/> mulher <input type="checkbox"/>
Idade:	
Data de nascimento: ____/____/____	
Local de nascimento:	UF:
Local de residência atual	UF:
Instrução: (último ano completo)	
Profissão/Trabalho atual:	

7. Me fale um pouco da sua rotina atualmente, como está sua vida?
8. Com quem você mora atualmente? Há quanto tempo?
9. O que você faz atualmente no seu estudo/trabalho?
10. Como conseguiu este trabalho?
11. Como é sua relação com seus pais hoje em dia?
12. Você tem algum plano ou perspectiva para seu futuro? (Daqui 5 anos? 10 anos?)

❖ **MÓDULO II – FAMÍLIA DE ORIGEM**

5. Como era sua família quando você era criança?
6. Nessa época onde vocês moravam?
7. Em que seus pais trabalhavam? Você saberia me dizer até que série eles estudaram?
8. Você frequentava escola pública ou privada?

❖ **MÓDULO III – ASCENDÊNCIA NIPO-BRASILEIRA**

7. Você costumava ser chamado de "japonês(a)" quando era criança? E hoje em dia? Se incomoda com isso?
8. Costuma frequentar clubes de cultura japonesa (kaikan) ?
9. Sua família mantém em casa os costumes e práticas culturais do Japão?
10. Você tem vontade de ir para o Japão?
11. Você se sente mais brasileiro ou mais japonês hoje em dia?

❖ **MÓDULO IV – EDUCAÇÃO FORMAL**

14. Como era na sua escola? Você estudava quantas horas por dia?
15. Você já frequentou *nihongakko* (escola japonesa)?
16. Quais disciplinas você estudava na escola?
17. Tinha atividades extracurriculares?
18. Como você se sentia na escola? Tinha bastante amigos?
19. Como era a relação com os professores? Seus pais cobravam pelos estudos?
20. Sentia alguma dificuldade nos estudos? E no ambiente escolar?
21. Até que série você estudou?
22. **Você tinha quantos anos quando saiu a escola?**

Para aqueles que fizeram faculdade

23. Como foi a escolha para o curso superior?
24. Teve algum tipo de dificuldade no curso?

❖ **MÓDULO V – TRABALHO**

9. E como foi seu primeiro trabalho? (**Quantos anos você tinha?**)
10. Quando começou a trabalhar, você continuou morando com a família? Ajudava com as contas em casa?
11. Você procurou outro tipo de trabalho antes de começar nesse? Quais?
12. Como foi para conseguir o primeiro trabalho? Teve ajuda de outras pessoas?
13. E depois você trabalhou em outros lugares?
14. O salário que você ganhava era satisfatório?
15. Você sentiu alguma diferença, em sua vida depois que começou a trabalhar?

16. O que você fazia com o dinheiro que ganhava? E hoje você se considera independente financeiramente?

❖ MÓDULO VIII – MORADIA

Para os que vivem com os pais

10. Como é o convívio em sua casa? Sente dificuldades em dividir o espaço, contas, etc.
11. Você gostaria de morar sozinho (ou sair da casa dos pais para morar com outras pessoas?). Por quê?

Para os que moram separados dos pais

12. Há quanto tempo você não vive mais com seus pais?
13. Como foi essa decisão de sair de casa?
14. Como se sentiu nos primeiros meses?
15. Se fosse preciso, você voltaria a viver com seus pais? Por quê?
16. O que você acha que mais mudou em sua vida depois que saiu da casa dos seus pais?

❖ MÓDULO VI – RELACIONAMENTOS/UNIÃO

8. Você (disse que) namora ou é casado (a)?
9. Onde vocês se conheceram?
10. Que idade você tinha nessa época? E com quantos anos começou seu primeiro namoro?
11. Já viveu algum outro relacionamento que tenha considerado como uma união estável? Com que idade? (Chegou a morar junto ou moravam separados?).
12. Você tem alguma preferência para se relacionar (com nipo-brasileiros ou não)?

❖ MÓDULO VII – FILHOS

9. Você já teve algum filho?

Para os que têm filhos

10. Quantos?
11. Onde nasceram? **Quantos anos você tinha?**
12. Como foi a experiência de ter filhos? Tinham planejado? Como foi o nascimento?
13. Depois de ter filhos você sentiu alguma diferença em sua vida? Na rotina?
14. Como é a relação com o pai (mãe) dos seus filhos? Tem participação no cotidiano dos filhos?

Para os que não têm filhos

15. Você já pensou em ter filhos?
16. O que você acha que mudaria em sua vida se tivesse filhos?

❖ MÓDULO IX – PERCEPÇÕES SOBRE TRANSIÇÃO E VIDA ADULTA

4. Quando você precisa de algum tipo de ajuda você procura alguém? Quem?
5. Como você considera que seja hoje em dia uma pessoa adulta?

6. Você se sente assim? Por que?

Se sim...

4. Qual foi o momento de sua vida que você sentiu que estava se tornando uma pessoa mais adulta? **Quantos anos você tinha?**

Se não...

5. o que você acha que falta ainda pra que se sinta como uma pessoa adulta?

Você costuma fazer planos de longo prazo para sua vida?

TABELA 14 – Timing (idades de transição) da população de 15 a 34 anos por renda, sexo e descendência nipo-brasileira, 2010

Eventos da Transição	São Paulo (exceto nipos)				SP -Nipo-brasileiros			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	idade de transição (+50%)	%	idade de transição (+50%)	%	idade de transição (+50%)	%	idade de transição (+50%)	%
Todos os jovens								
Saída do sistema educacional	18	53,6	18	55,43	19	53,2	19	55,1
Trabalha	18	51,6	20	52,93	20	53,8	22	56,0
Responsável ou cônjuge no domicílio	28	54,2	25	51,22	29	52,6	28	55,5
Está ou já esteve em união	26	50,9	24	54,65	29	58,65	26	51,7
Teve filhos	-	-	27	53,8	-	-	30	50,0
Jovens maior renda	idade	%	idade	%	idade	%	idade	%
Saída do sistema educacional	22	53,6	22	50,5	23	51,8	22	52,2
Trabalha	19	58,9	19	50,9	20	51,5	22	62,7
Responsável ou cônjuge no domicílio	29	56,3	27	55,8	31	59,0	29	59,9
Está ou já esteve em união	29	53,8	27	54,8	30	50,2	29	57,1
Teve filhos	-	-	33	50,0	-	-	34	50,4
Jovens menor renda	idade	%	idade	%	idade	%	idade	%
Saída do sistema educacional	18	55,6	18	59,5	18	54,91	18	62,1
Trabalha	26	50,8	34	30,7*	32	58,32	34	41,0*
Responsável ou cônjuge no domicílio	25	51,4	23	51,8	26	55,50	24	57,8
Está ou já esteve em união	24	55,1	21	51,2	25	52,37	23	56,3
Teve filhos	-	-	21	51,4	-	-	22	54,0

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010). Elaboração própria.